Ficha Nº

MUNICÍPIO: Bento Gonçalves

1. HISTÓRIA DO MUNICÍPIO

1. **Resenha histórica sobre o município, apresentando informações sobre o desenvolvimento urbano, econômico, social, político-administrativo, ambiental e cultural; dados demográficos atualizados.**

O município de Bento Gonçalves[1] fica situado na Região Metropolitana da Serra Gaúcha, na Mesorregião do Nordeste Rio Grandense e pertence a Microrregião de Caxias do Sul no Estado do Rio Grande do Sul. O município está localizado a 691 metros de altitude, com área de aproximadamente 274 km² (IBGE, 2020) possuindo população total de 121,803 habitantes, a densidade demográfica é de 280,86 habitantes/km² com uma área de 273,955 km². Tem como municípios limitadores: Veranópolis, Cotiporã, Monte Belo do Sul, Santa Tereza, Pinto Bandeira, Farroupilha e Garibaldi e está a 109 km da capital do Estado, Porto Alegre. Possui um relevo acidentado, entrecortada por córregos e rios, coberta pela mata subtropical e pelos seus inúmeros pinhais.

Conhecida como “Capital Brasileira do Vinho”, a economia é desenvolvida como um importante polo industrial e turístico, destacando-se na vitivinicultura, indústria moveleira, enoturismo e turismo de negócios e eventos. A região foi a primeira do Brasil a ser reconhecida por indicações geográficas para vinhos, através da Indicação de Procedência e Denominação de Origem Vale dos Vinhedos. Além do turismo urbano, representado principalmente pelo passeio de Maria Fumaça, o município possui 5 roteiros turísticos alicerçados no turismo rural: Caminhos de Pedra, Vale dos Vinhedos, Vale do Rio das Antas, Rota das Cantinas Históricas e Encantos da Eulália.

Anteriormente à colonização, a região percorrida por indígenas da etnia Kaingang, era conhecida como passagem de tropeiros, pelo caminho que ligava Lagoa Vermelha a Montenegro (De Boni e Costa, 2011), tendo como pouso a localidade conhecida como Cruzinha, devido a uma cruz rústica cravada sobre a sepultura de um possível tropeiro ou traçador de lotes Coloniais. Nesses caminhos de floresta, existiam picadas e locais para o pouso – uma clareira maior aberta em meio à mata. Na passagem destes tropeiros, a localidade da posterior colônia Dona Isabel recebeu a denominação de “Cruzinha” (Caprara e Luchese, 2005). Era época do escambo, da troca de mercadoria por mercadoria. Era uma região que servia para a passagem de cargueiros para os que se dirigiam aos centros urbanos e para a capital em busca de produtos que necessitavam (café, arroz, açúcar) e para a venda do que produziam (queijos, mate, couro, charque).

Nas então consideradas “terras devolutas” do Império, a Colônia Dona Isabel foi criada, juntamente com a Colônia Conde D’Eu, pelo Ato de 24 de maio de 1870, assinado pelo então Presidente da Província João Sertório.

[1] Texto elaborado com a colaboração das acadêmicas de Arquitetura e Urbanismo Érica Bresolin e Daniela Kolassa, em estágios acadêmicos no Museu do Imigrante, orientados pela Me. Arq. Urb. Pauline Fonini Felin e supervisionados por Cristiane Bertoco.

Segundo Caprara e Luchese (1999, p.30), após 1870, vieram para a região engenheiros, agrimensores e demais funcionários nomeados para darem início a demarcação de linhas e lotes. Em 1874 teriam chegado famílias francesas, que não se estabeleceram.

Em 24 de dezembro de 1875, chegaram as primeiras famílias do Trento (região na época dominada pelo Império Austríaco), começaram a se estabelecer na futura cidade de Bento Gonçalves. As primeiras famílias foram estabelecidas na Linha Estrada Geral e, seguiram-se inúmeras outras, provenientes do Vêneto, Lombardia e Friuli, ocupando lotes nas Linhas Leopoldina, Palmeiro, Jansen, Faria Lemos, Eulália, Paulina.

Em 1876, o presidente da Província relata que apenas 48 lotes estavam demarcados e medidos, sendo a maioria na estrada geral e linhas da Colônia Conde d'Eu, sendo a população de 790 pessoas, incluindo 48 franceses. Já em setembro do mesmo ano, a Colônia Dona Isabel contava com 248 habitantes e a Colônia Conde d'Eu com 870, totalizando 1118 pessoas, incluindo 64 brasileiros. Dos estrangeiros, Caprara e Luchese (2005) enumeram a maioria de tiroleses (austríacos), seguidos por franceses, prussianos, italianos, ingleses e diversos. Já em 1877 a população de Dona Isabel cresceu para "2431 habitantes sendo 749 austríacos (tiroleses), 1660 italianos, 12 franceses e 10 brasileiros" (Caprara e Luchese, 2005, p. 40). A distribuição da população de então estava registrada nas linhas Estrada Geral leste e oeste, Palmeiro, Jansen, Leopoldina, Jacinto, Eulália, Faria Lemos e Armênio. A partir de 1884 instalam-se Poloneses nas linhas José Júlio e Espanhóis na 5ª Secção Rio das Antas.

Com o aumento crescente de imigrantes na colônia, juntamente com o crescimento econômico, iniciou-se o desenvolvimento de uma vila urbana, que ofertava comércio e manufaturas diversificadas (atual centro de Bento Gonçalves). Os principais itinerários eram o da antiga Estrada Geral - de sul a norte - onde foi construída a Estrada Buarque de Macedo, a partir de 1881, ligando a Montenegro e a Lagoa Vermelha. A leste, ao longo da Linha Palmeiro, foram construídas as Estradas Silveira Martins e Júlio de Castilhos, que ligavam à Colônia Caxias. Para César (2016), essas estradas foram importantes para a chegada de imigrantes, sendo que o núcleo da sede se desenvolveu em uma clareira com topografia favorável no encontro dessas duas vias.

Em 1884, a Colônia Dona Isabel foi levada a condição de povoação comum passando a ser o 4° Distrito de São João de Montenegro, mesmo ano em que foi criada a paróquia de Santo Antônio. Com a proclamação da República, a emancipação do município foi oficializada pelo Ato nº 474, de 11 de outubro de 1890, assinado por Cândido Costa, segundo o qual as Ex-Colônias Dona Isabel e Conde d'Eu passaram a formar o município de Bento Gonçalves (Caprara e Luchese,1999, p.62). Em 1893 o relatório registrava o livre trânsito na Estrada de rodagem Buarque de Macedo na extensão de 63 quilômetros e "em via de conclusão cerca 50 quilômetros de caminhos interiores nas duas Colônias" (Relatório apud Caprara e Luchese, 2005, p. 50). O território da ex-colônia Conde d'Eu foi desmembrado como município em 1900, com a denominação de Garibaldi.

Nessa época surgiram os principais equipamentos urbanos e as primeiras indústrias. Em 1901 foi lançada a primeira pedra do Palácio Municipal, inaugurado em 1902. Em 1903 foi fundado o Colégio Elementar, atualmente Escola Estadual Bento Gonçalves da Silva, e em 1906 foi fundado o Clube Aliança, primeiro clube recreativo. 1909 é o ano em que se inaugura a primeira fábrica de queijo parmesão e 1910, começa a funcionar o primeiro estabelecimento vinícola, de Alexandre e Giácomo Pasquali (Lorenzoni, apud De Paris, 1999, p. 101 e 102; Cinquantenario, 1925, p. 326 a 328). A partir da chegada do Dr. Stefano Partenó em 1911, iniciou-se a fundação das Cooperativas Agrícolas, falidas em 1914. Em 1913 é construída a Estação de Sericicultura, sob a direção de Sílvio Pettinelli, que funcionou até 1916. Em 1917 é inaugurada a Estação Agrícola (no mesmo prédio da Estação Sericícola – hoje Museu do Imigrante). As primeiras agências bancárias que se instalaram no município, foram, em 1912 o Banco Pelotense, em 1917 o Banco da Província e em 1919 o Banco Nacional do Comércio. Em 1919, a

“10 de agosto: correu o primeiro trem entre Garibaldi e Bento Gonçalves” (Lorenzoni apud De Paris, 1999, p. 103) e no mesmo ano, é fundado o Clube Esportivo.

Cini et al (2005) consideram a cidade isolada até a chegada da ferrovia em 1919, em função da dificuldade dos transportes. Logo acima do primeiro núcleo, de sul a norte, onde em paralelo à Estrada Geral é implantada a ferrovia que liga Bento Gonçalves a Garibaldi, gera-se o núcleo urbano da Cidade Alta, onde se instalam as principais indústrias da época, e posteriormente, a segunda Igreja paroquial, de Cristo Rei. Em 1922 foi instalada a luz elétrica, cuja subestação estava instalada onde hoje é a Praça das Rosas. Em 1923, foi inaugurada a Estação Hidroelétrica (Lorenzoni, apud De Paris, 1999, p. 101 e 102). Nessa localidade se desenvolvem as principais indústrias da cidade, tais como a Companhia Vinícola Rio Grandense, a Cooperativa Vinícola Aurora, o Moinho Ceres, o Moinho Tondo, a empresa de Acordeões Todeschini (que posteriormente migrou para indústria de móveis), a CIA de Acordeões Scala, a Móveis Barszenski, entre outras.

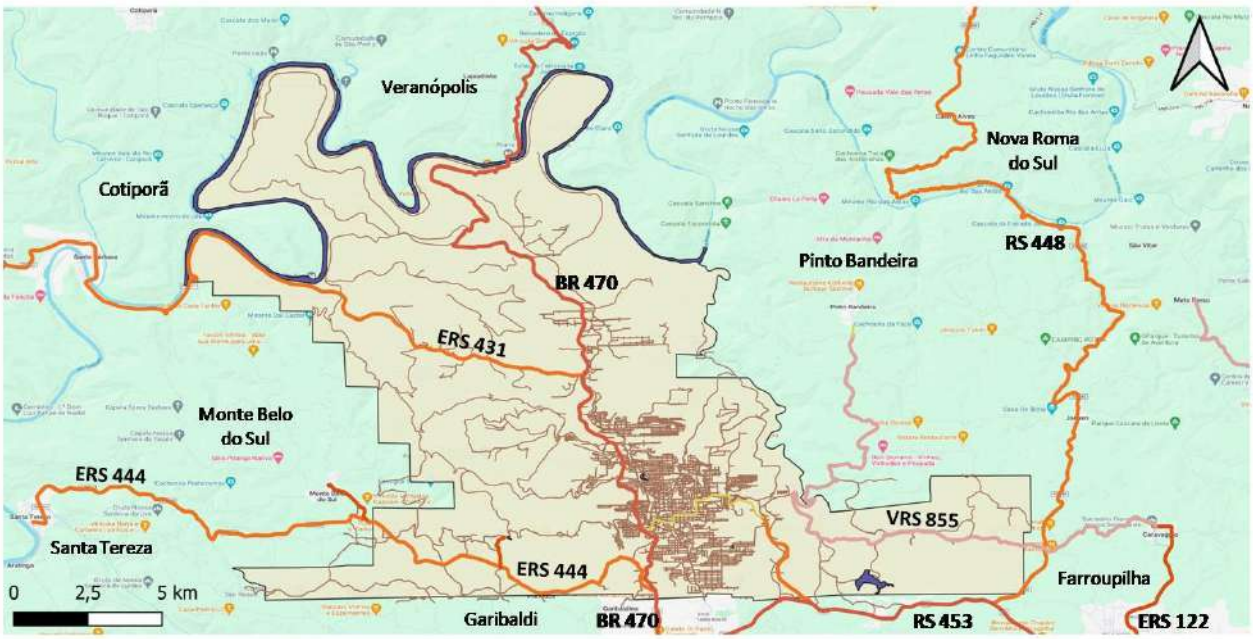
Com a continuidade do trajeto da ferrovia até o Rio das Antas, originou-se o terceiro núcleo urbano junto ao Batalhão Ferroviário, instalado em 1943, dando origem ao Bairro São Roque. No trecho, ao longo da década de 1950 implantam-se vilas ferroviárias em São Valentim, Veríssimo de Matos, KM2, São Luiz e Jaboticaba, dando apoio para a construção da ferrovia, que segue até a divisa municipal com Veranópolis e posteriormente a Vacaria e Lages. Por sua vez, ao longo das linhas coloniais diversas comunidades se formam, com suas próprias Capelas, escolas, comércios locais e pequenas indústrias artesanais, como postos de vinificação e moinhos, tornando-se as principais como sedes de distritos, muitos deles emancipados ao longo do Século XX.

Os distritos da Zemith (posteriormente Monte Belo) e Palmeiro, assim como a Vila, Conde d’Eu (hoje Garibaldi) e Azevedo de Castro (hoje Carlos Barbosa) estavam entre os primeiros criados pelo então Governador do Estado. Com a emancipação de Garibaldi, a organização distrital de 1906 era composta pela Vila, Montebello e Linha Jansen. Em 1913 foi criado o distrito de Nova Pompéia (hoje Pinto Bandeira), em 1916, o distrito de Santa Tereza, em 1925 o distrito de Faria Lemos, em 1962 o distrito de São Roque, que urbanizando-se desmembrou o distrito de Tuiuty, em 1971. Com o passar do tempo, vários distritos foram se emancipando, formando como novos municípios Farroupilha (1934) Monte Belo do Sul (1995), Santa Tereza (1995) e Pinto Bandeira (2000).

Atualmente, Bento Gonçalves é composta, além da sede urbana, por quatro distritos: Faria Lemos, São Pedro, Tuiuty e Vale dos Vinhedos, todos integrando zonas rurais. As linhas deram origem a roteiros turístico-culturais a cada distrito, os quais ressaltam a valorização da cultura da imigração italiana, das paisagens naturais e culturais e o enoturismo.

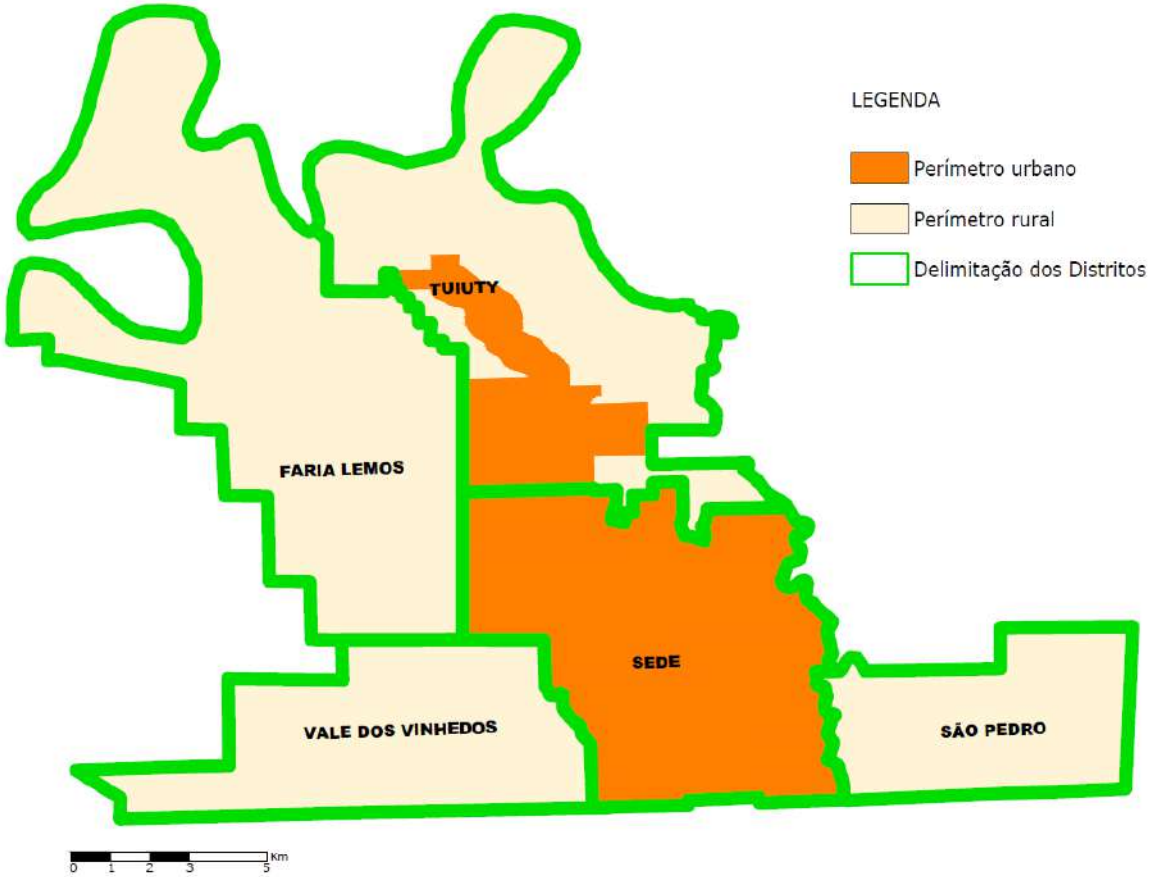
2. MAPAS DO MUNICÍPIO

2.1 Mapa limites e principais acessos



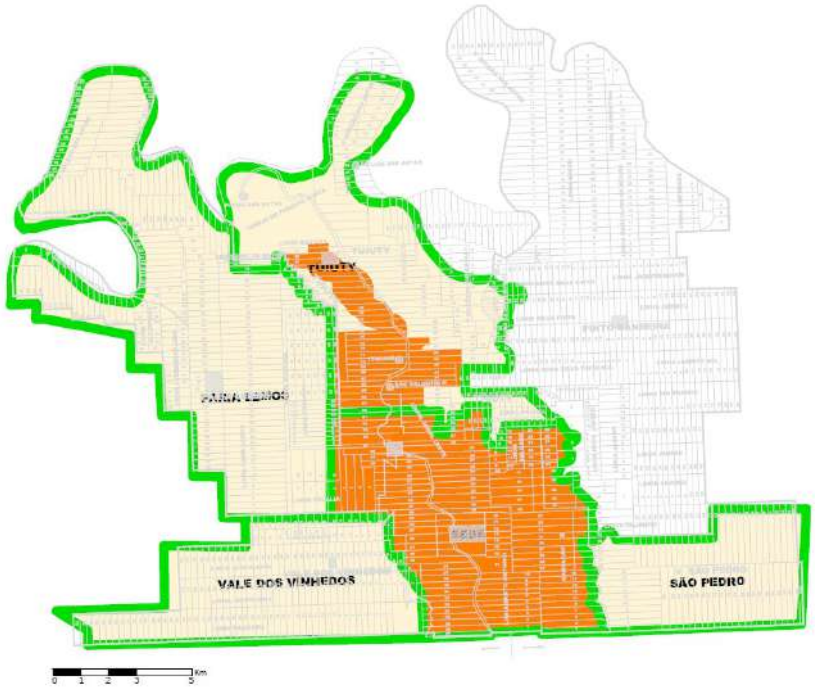
Perímetro municipal, municípios vizinhos e principais rodovias de acesso.
Fonte: Elaborado pela autora com base na LC 200/2018, mapa rodovias DAER e Google Maps.

2.2 Mapa dos perímetros urbano e rural

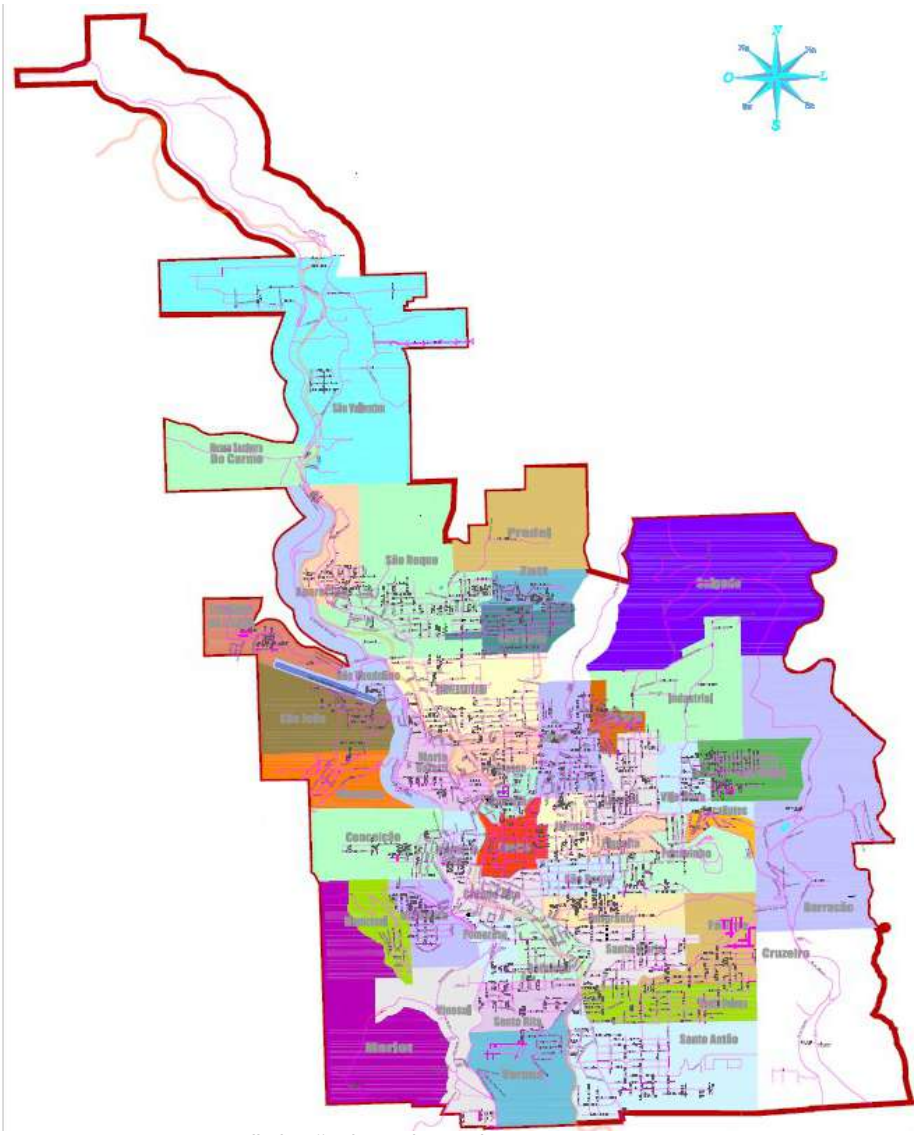


Delimitação dos perímetros urbano e rural e delimitação dos Distritos.
Fonte: Plano Diretor LC 200/2018. Anexo 1.0.ME – Colônias.

2.3. Mapa dos bairros e distritos;

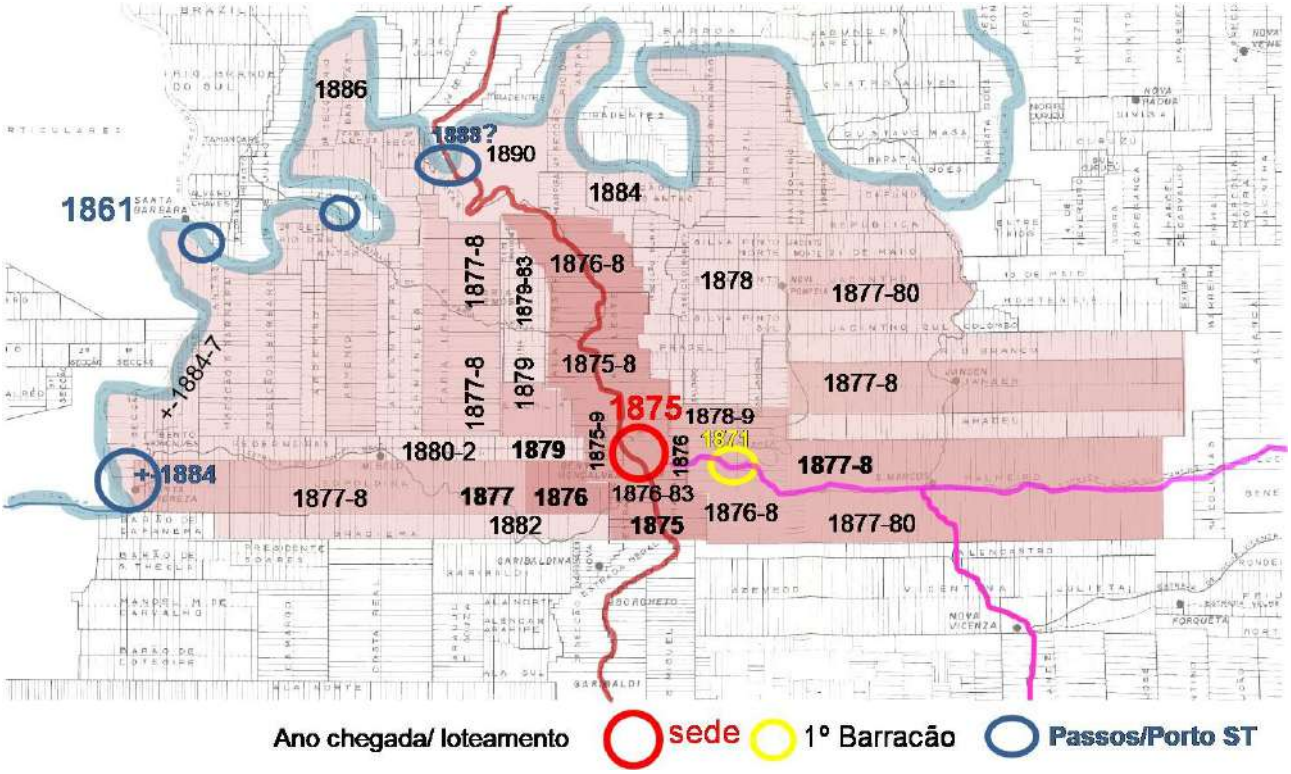


Delimitação dos perímetros urbano e rural e delimitação dos Distritos, com colônias, Linhas e Secções.
Fonte: Plano Diretor LC 200/2018. Anexo 1.0.ME – Colônias.



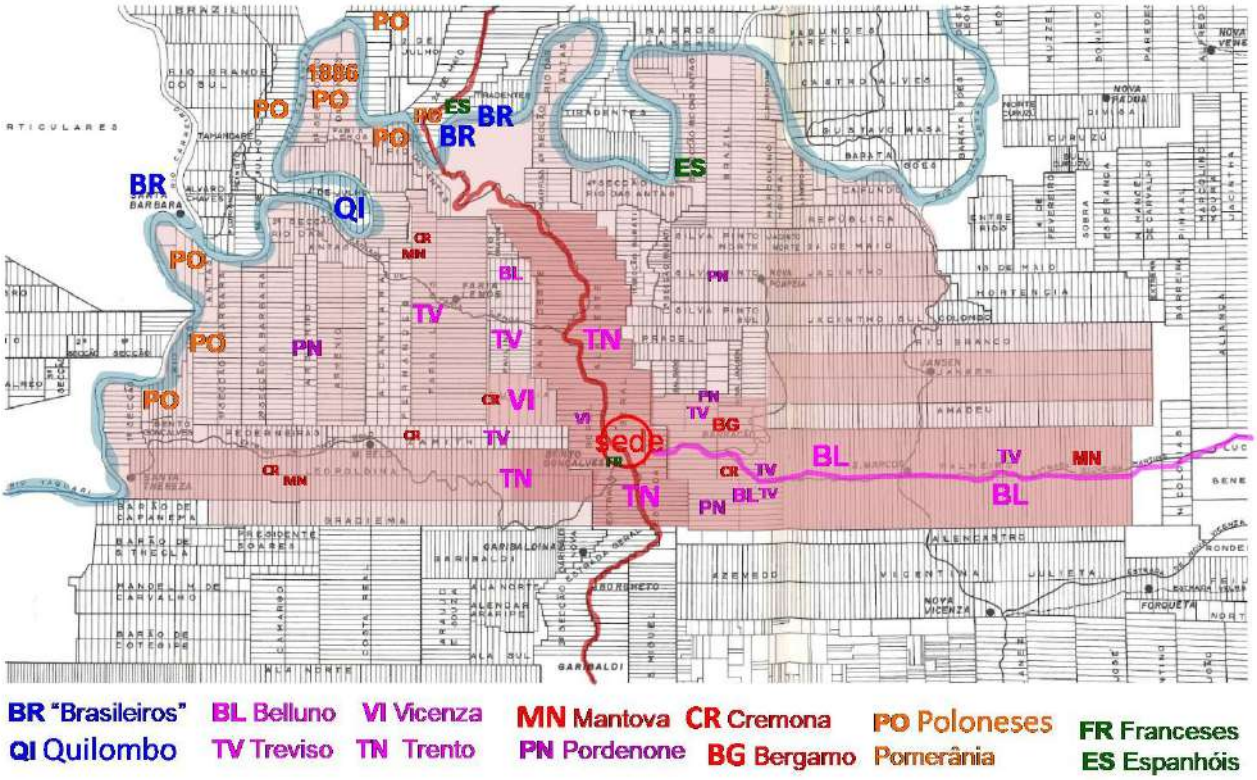
Delimitação dos Bairros urbanos. Fonte: IPURB.

2.1 Mapa da evolução urbana



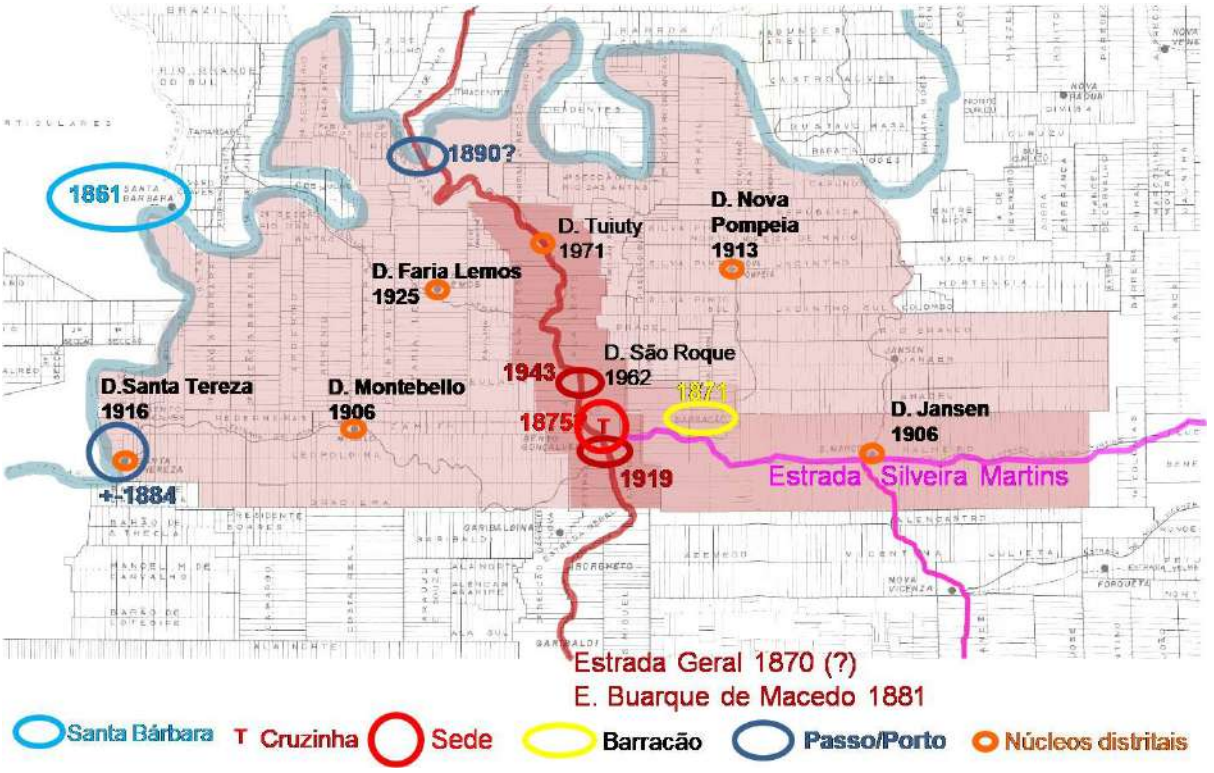
Evolução de ocupação dos lotes coloniais, primeiros núcleos, destaque para primeiras linhas demarcadas até 1877.

Fonte: Elaboração da autora a partir de Posenato (1983), com informações de Caprara e Luchese (2005, 2010).



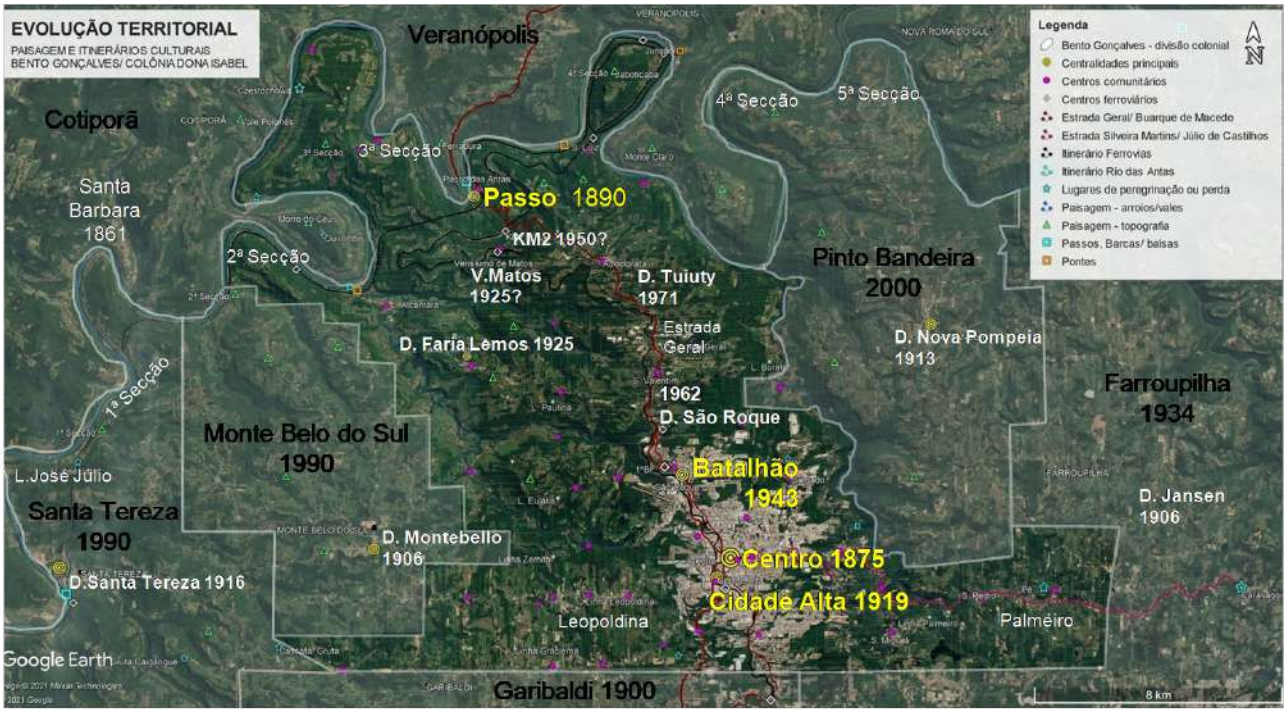
Estimativa da origem de grupos imigrantes na ocupação dos lotes.

Fonte: Elaboração da autora a partir de Posenato (1983), com informações de Costa et al (2016), Giordani (2017), Kozowski (2003).



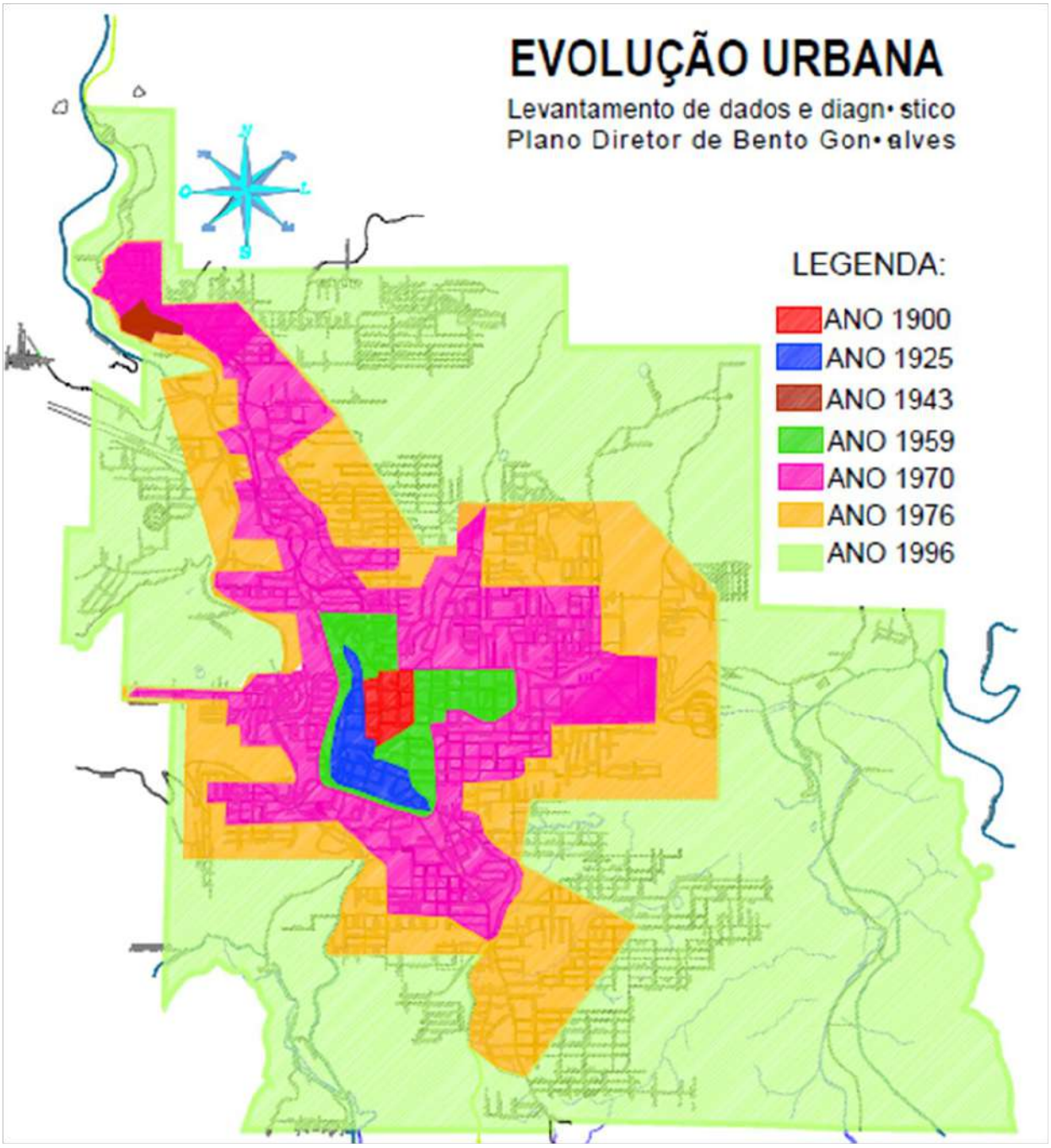
Evolução territorial da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves e primeiros núcleos distritais.

Fonte: Elaboração da autora a partir de Posenato (1983), com informações de Caprara e Luchese (2005, 2010).



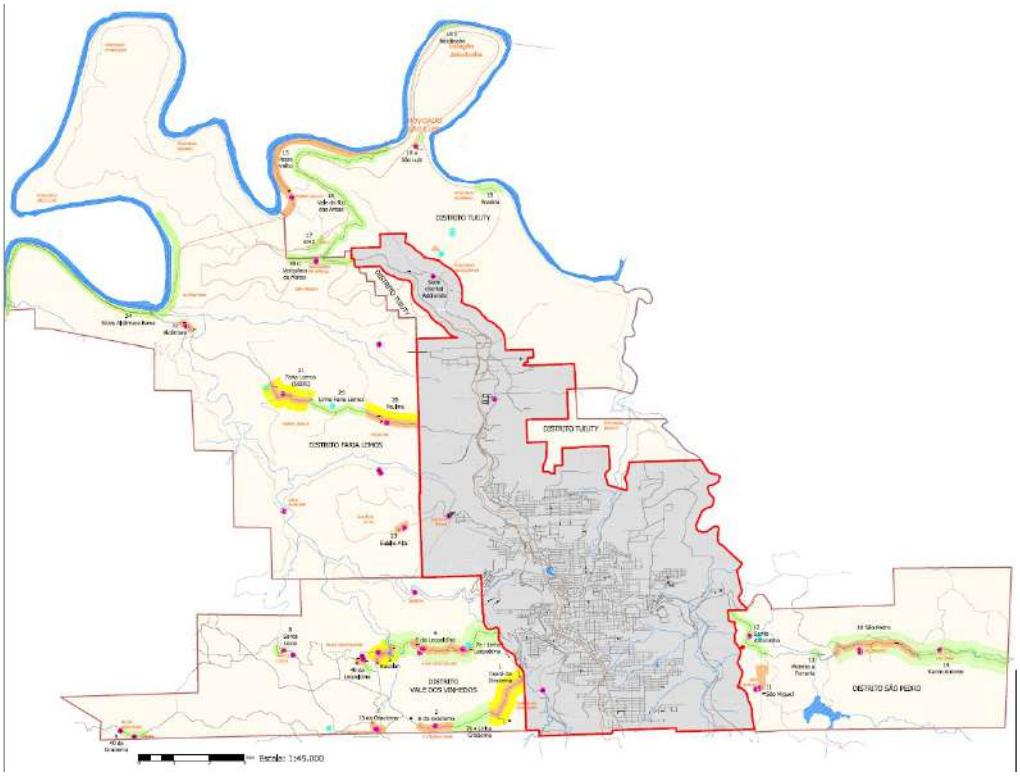
Evolução territorial: Emancipações municipais.

Fonte: Elaborado pela autora no software Google Earth, delimitação municípios IBGE, histórico Caprara e Luchese (2005 e 2010).

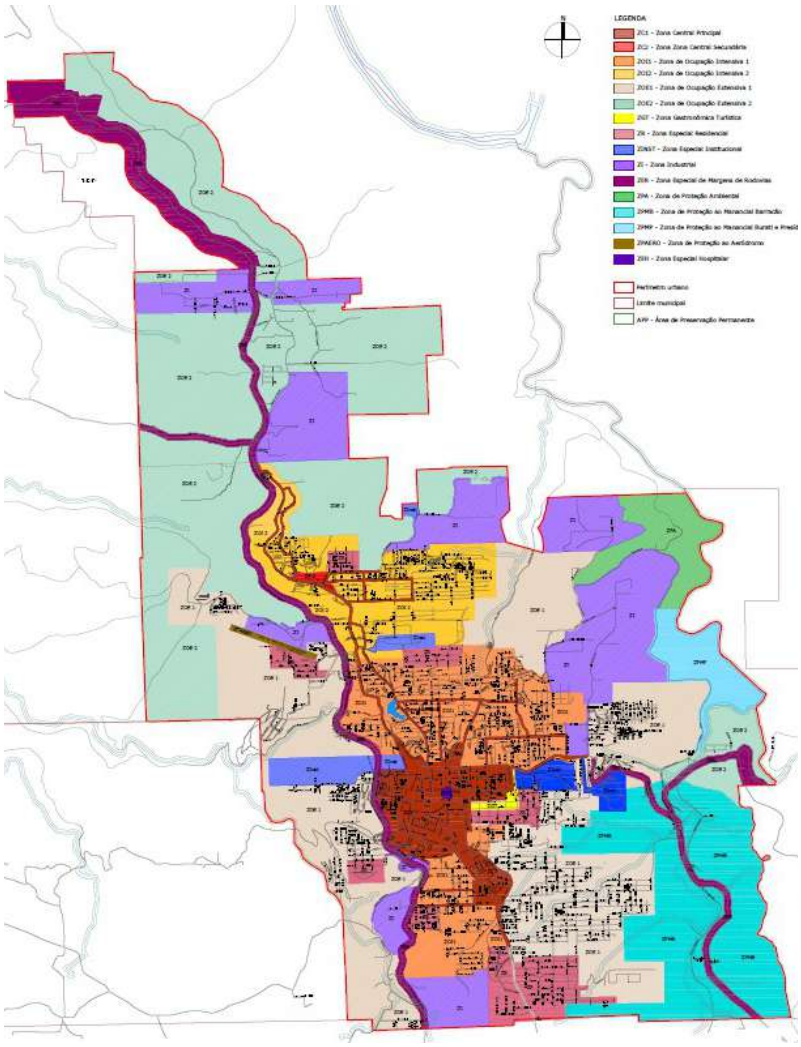


Evolução urbana da sede: perímetros urbanos dos Planos Diretores 1900-1996. Fonte: IPURB-BG.

2.2 Mapa do zoneamento do Plano Diretor Municipal

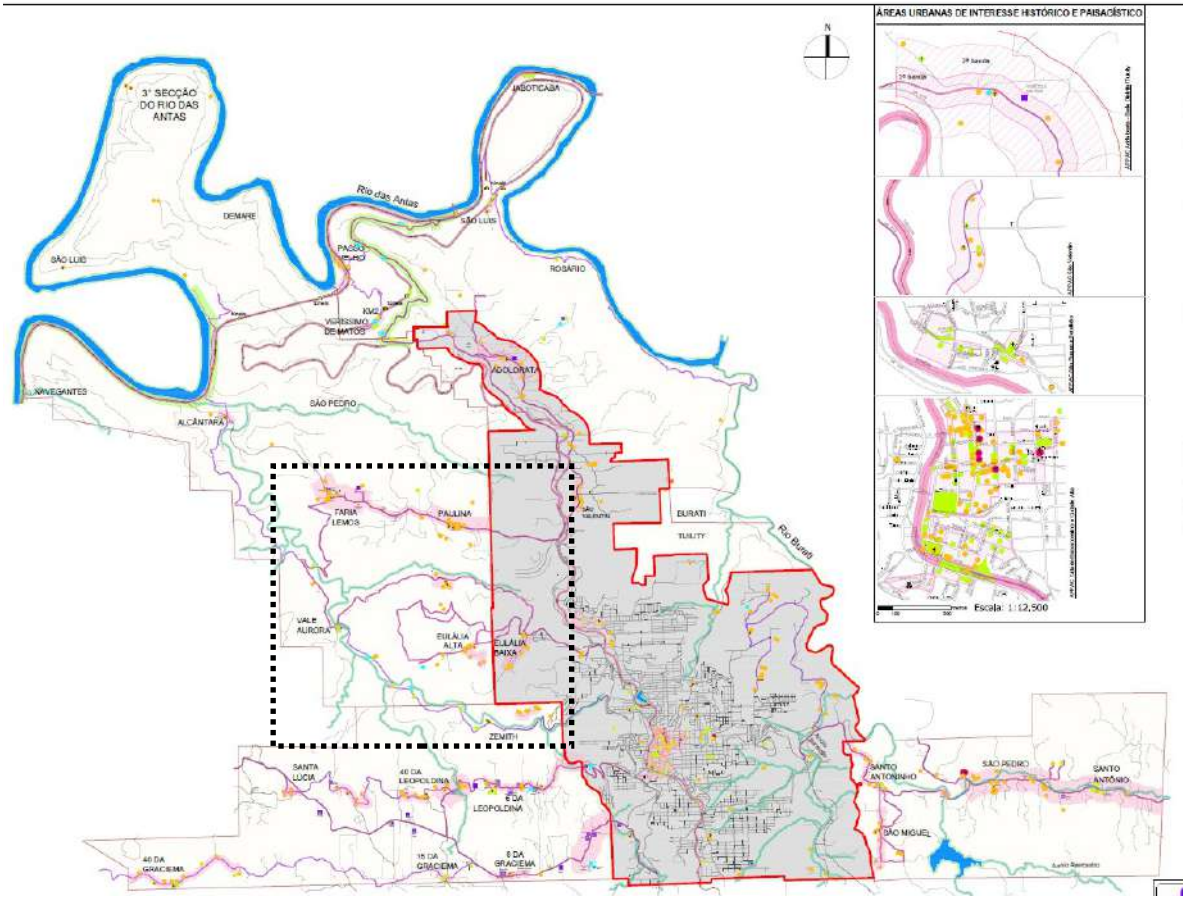


Zoneamento rural. Fonte: Plano Diretor LC 200/2018. Anexo 2.2.ME.

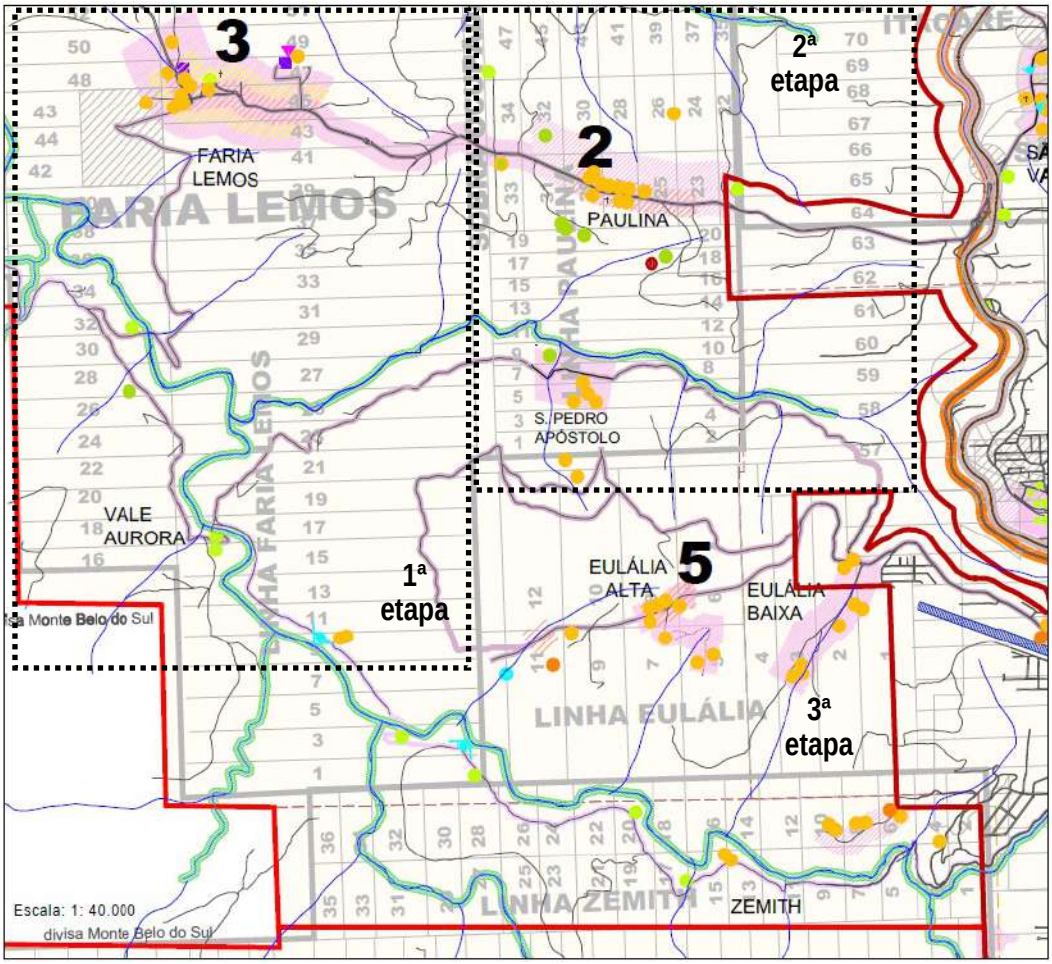


Zoneamento urbano. Fonte: Plano Diretor LC 200/2018. Anexo 2.1. ME.

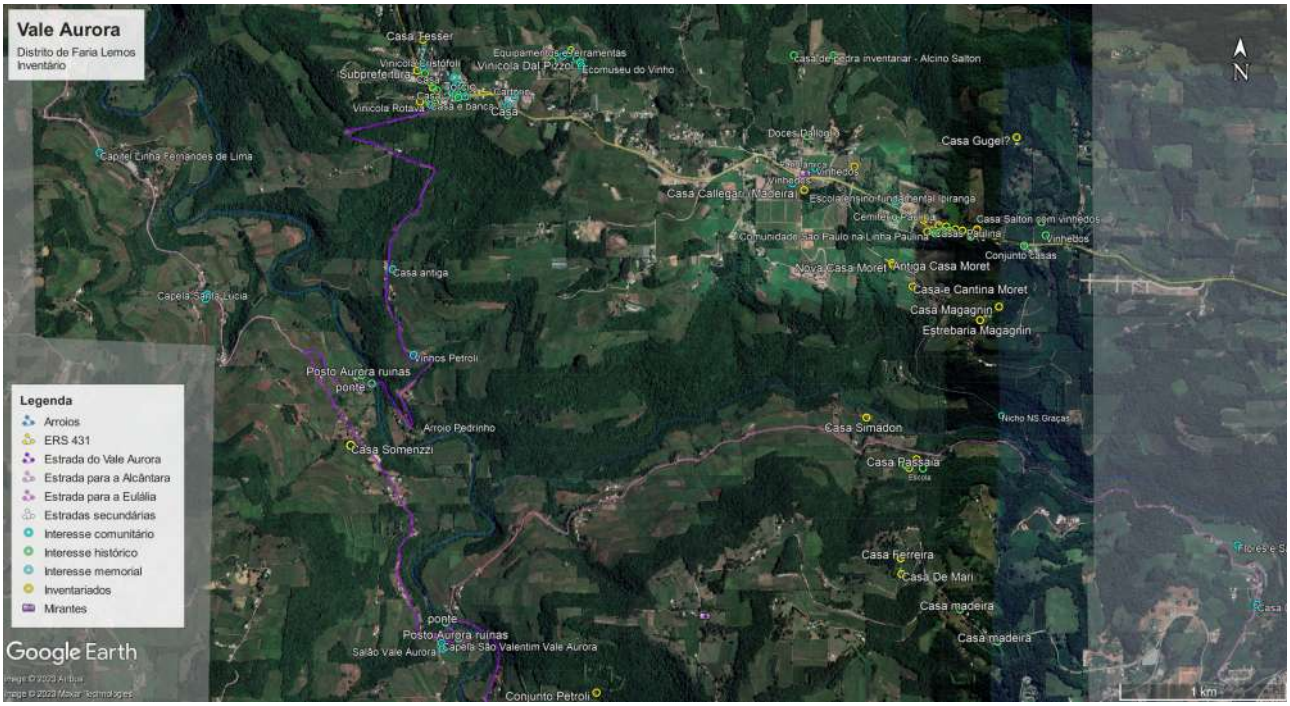
2.3 Mapa da área de abrangência do inventário com a marcação da localização dos bens inventariados



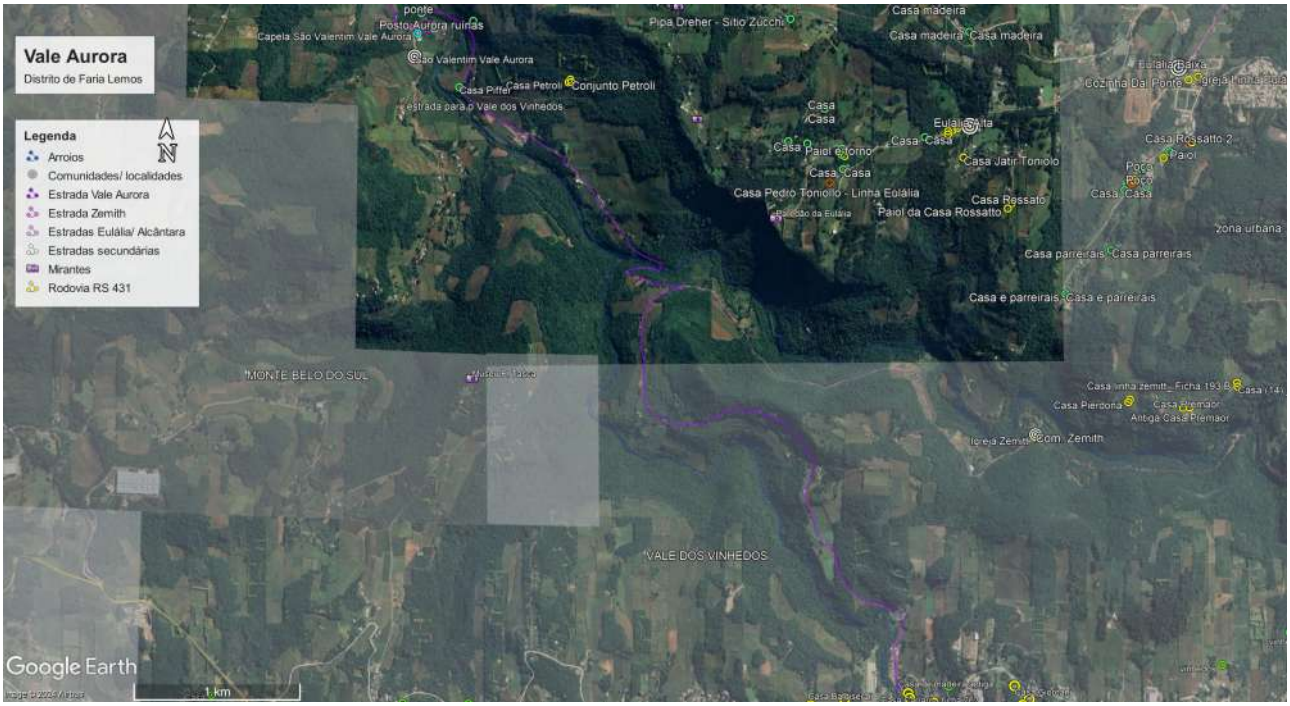
Plano Diretor L.C.200/2018: Anexo 5.3.ME – Patrimônio e Paisagem Cultural. Com base no Inventário 1994-96.



Recorte da área de abrangência do Inventário do Vale Aurora.



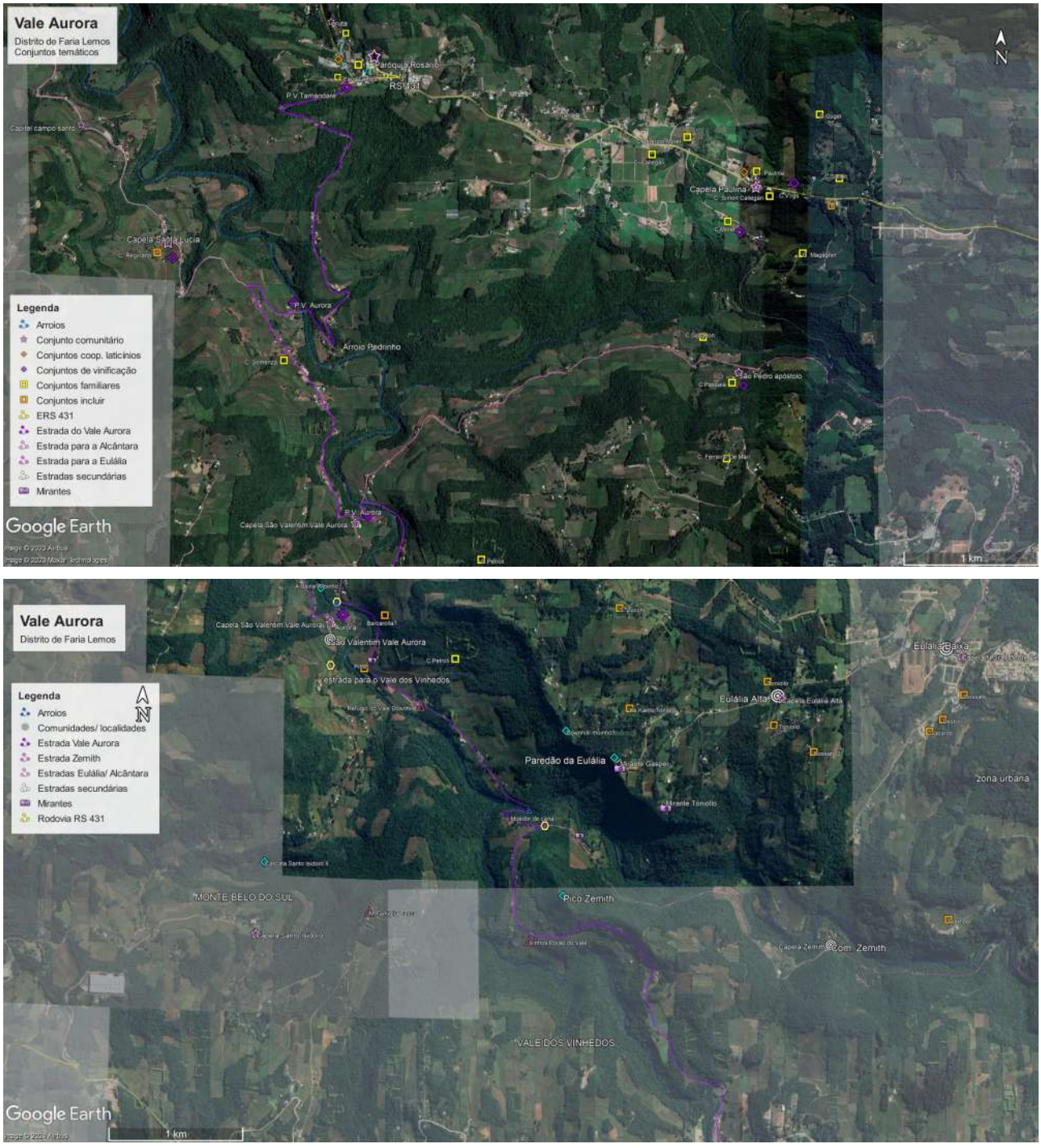
Faria Lemos e Vale Aurora 1: Linhas Paulina, Faria Lemos, Fernandes de Lima.



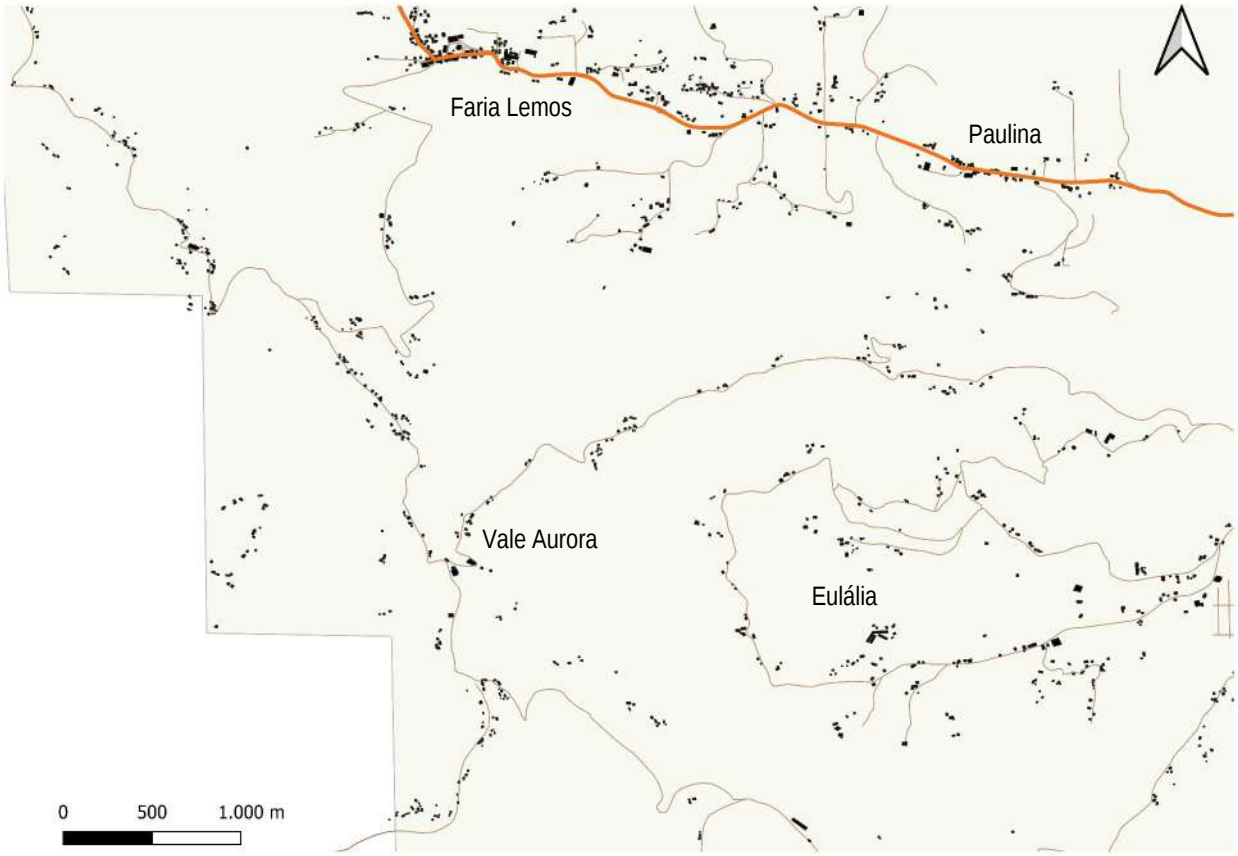
Faria Lemos e Vale Aurora 2: Linhas Faria Lemos baixa, Eulália, Zemith e Leopoldina.

Fonte: Elaborados pela autora no software Google Earth. Perímetros IBGE e LC. 200/2018, Inventário 1994-96.

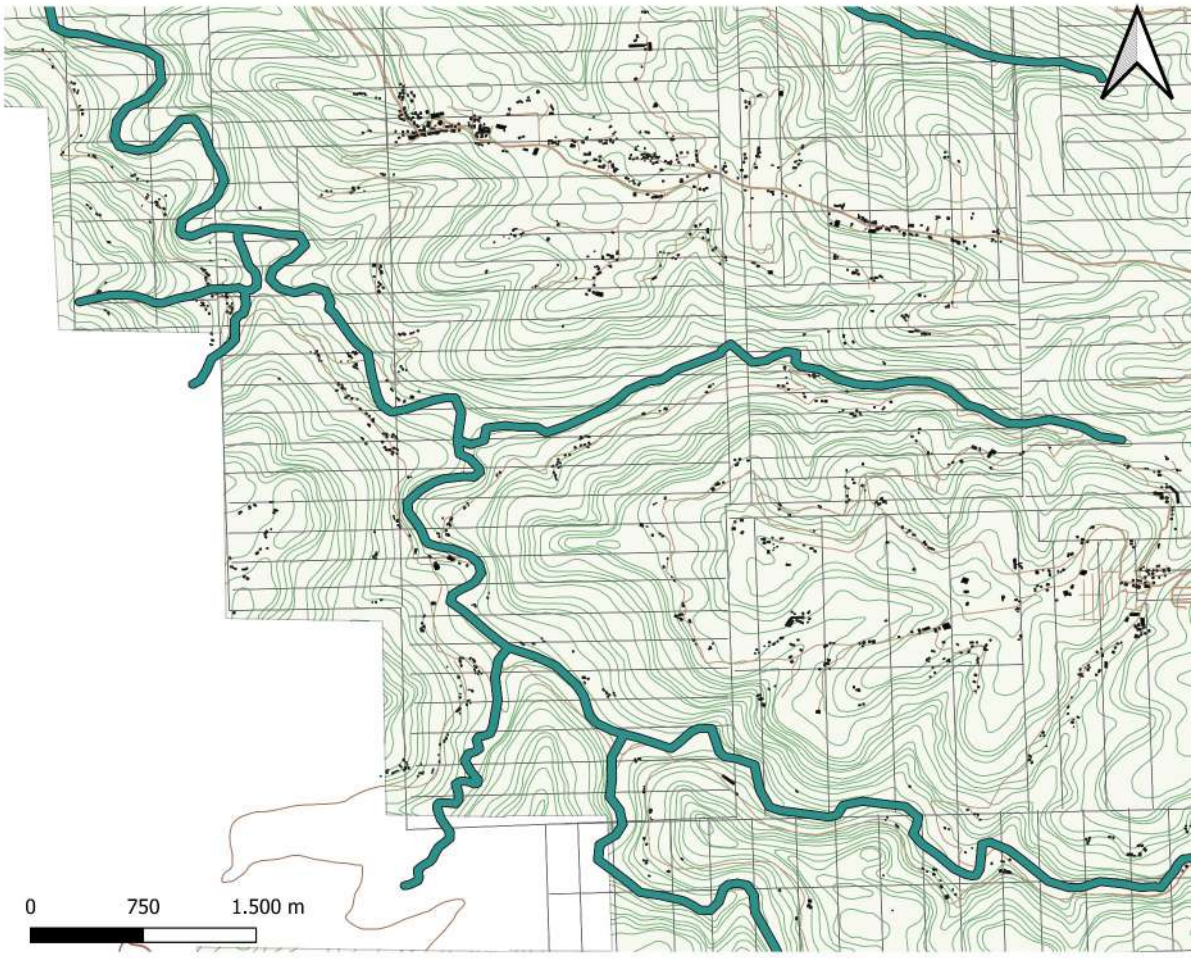
2.4. Mapa de usos, gabaritos de altura, tipologias existentes, edificações mais relevantes da área de abrangência do inventário



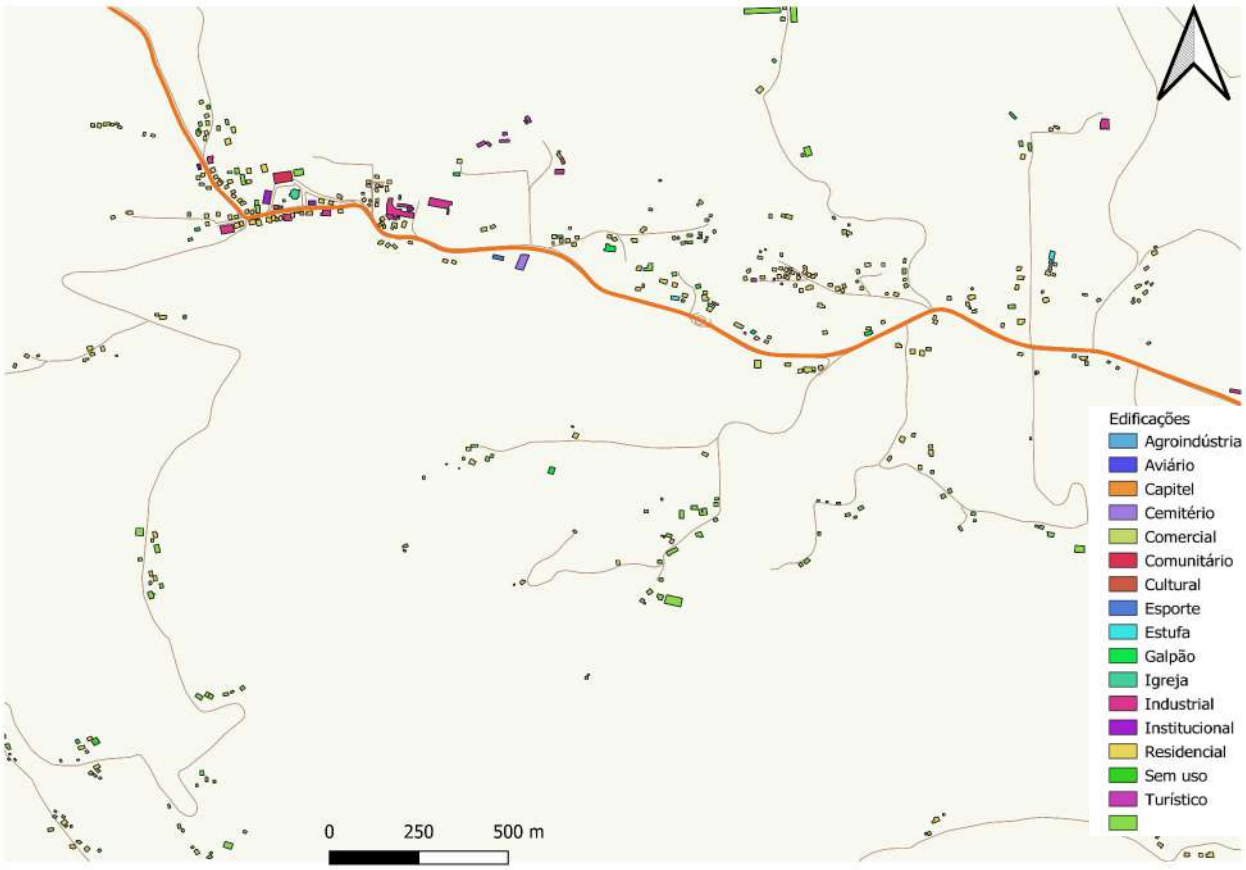
Faria Lemos e Vale Aurora: Caminhos e conjuntos históricos.



Faria Lemos e Vale Aurora: Relação figura-fundo edificações.

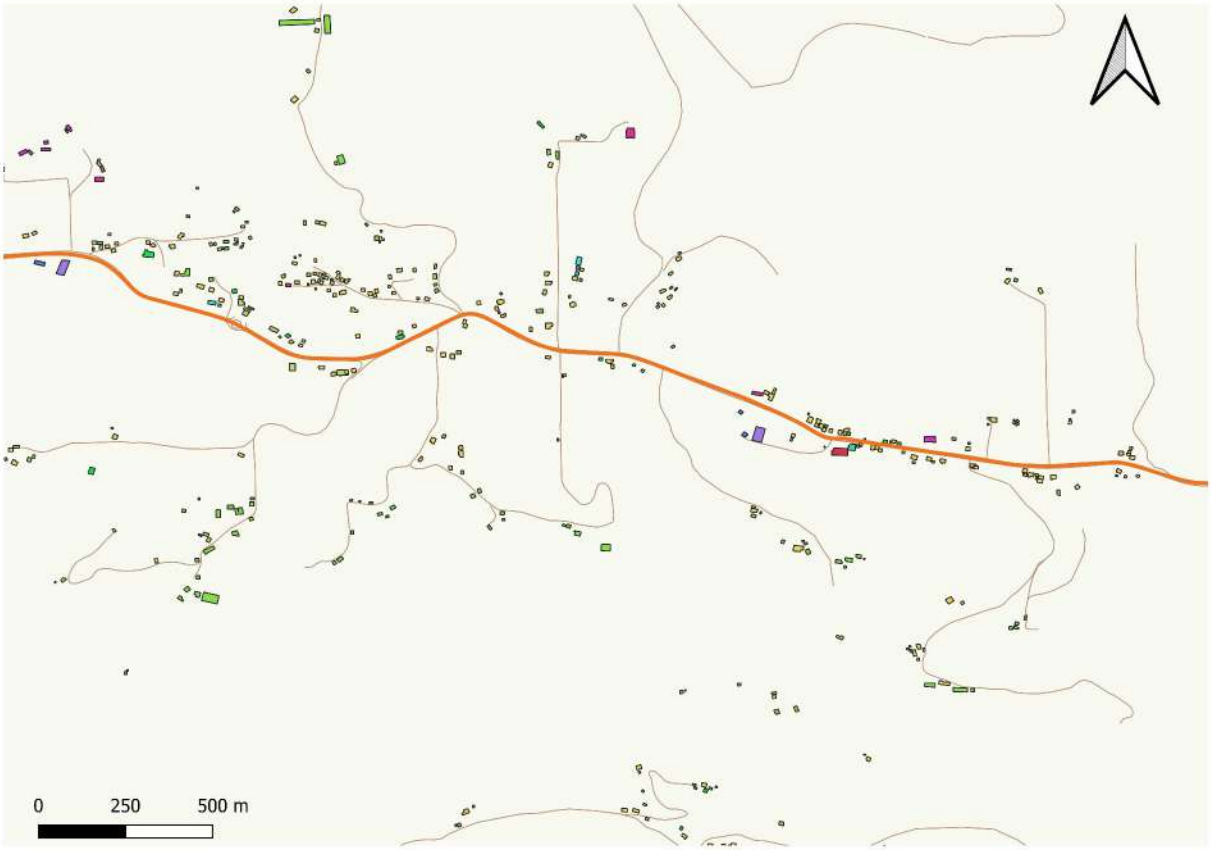


Faria Lemos e Vale Aurora: Hidrografia, topografia, linhas e colônias.



Conjunto Faria Lemos: usos predominantes. Altura 1 a 2 pavimentos.



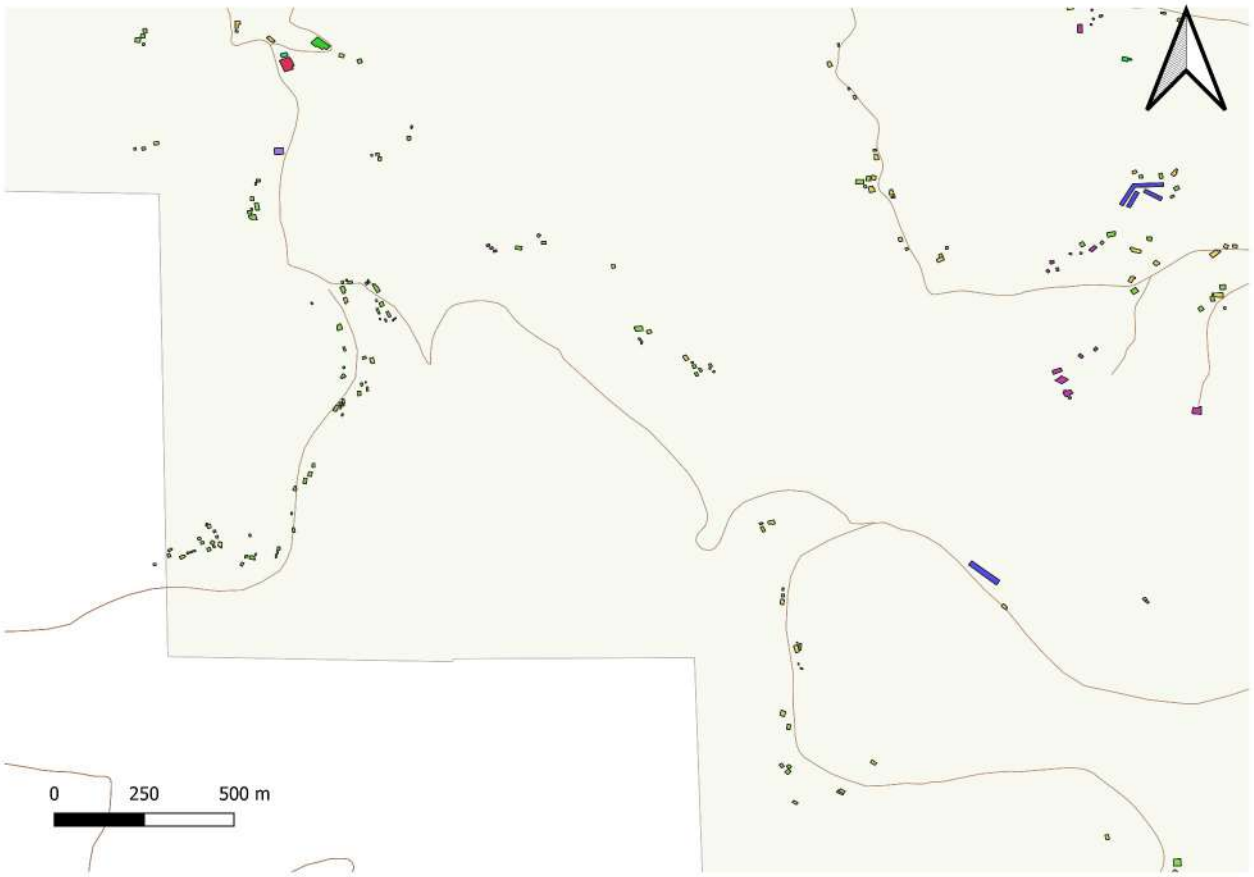


Conjuntos Paulina: usos predominantes. Altura 1 a 2 pavimentos.







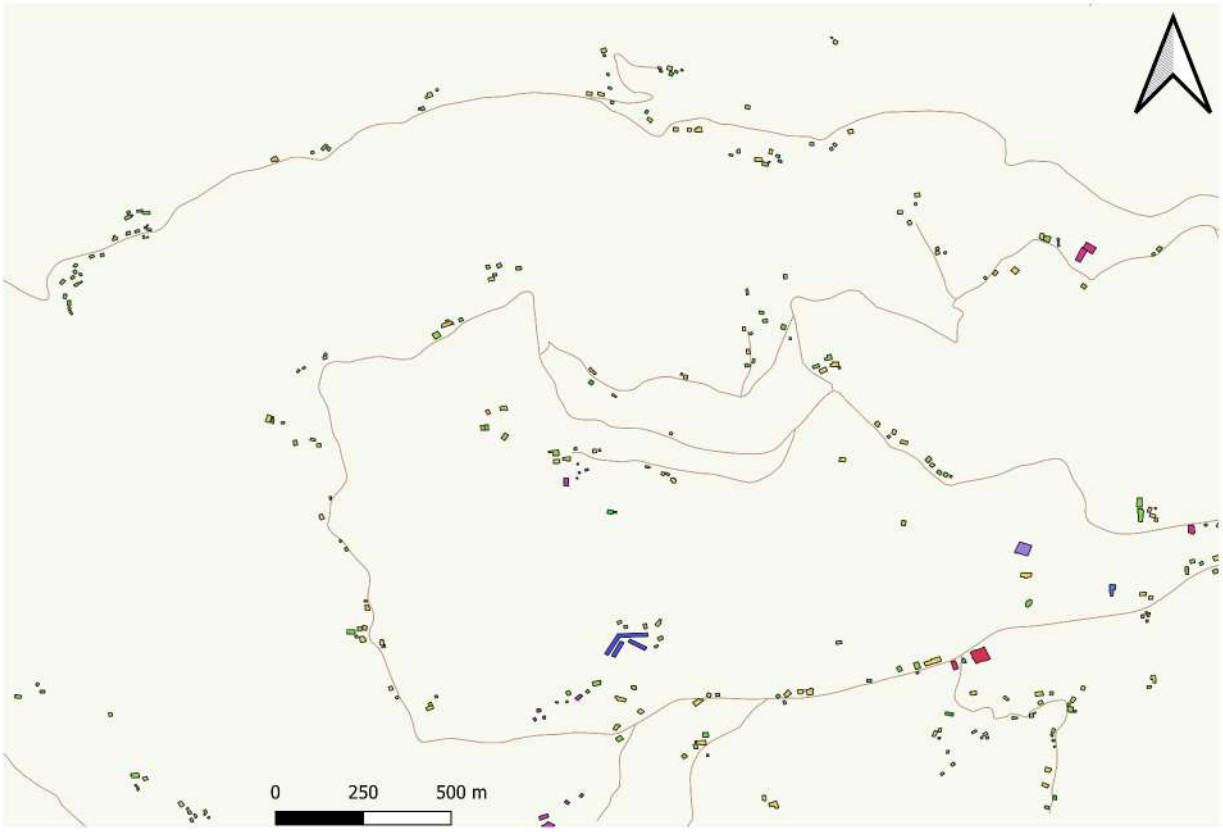
Conjunto Vale Aurora: usos predominantes. Altura 1 a 2 pavimentos.

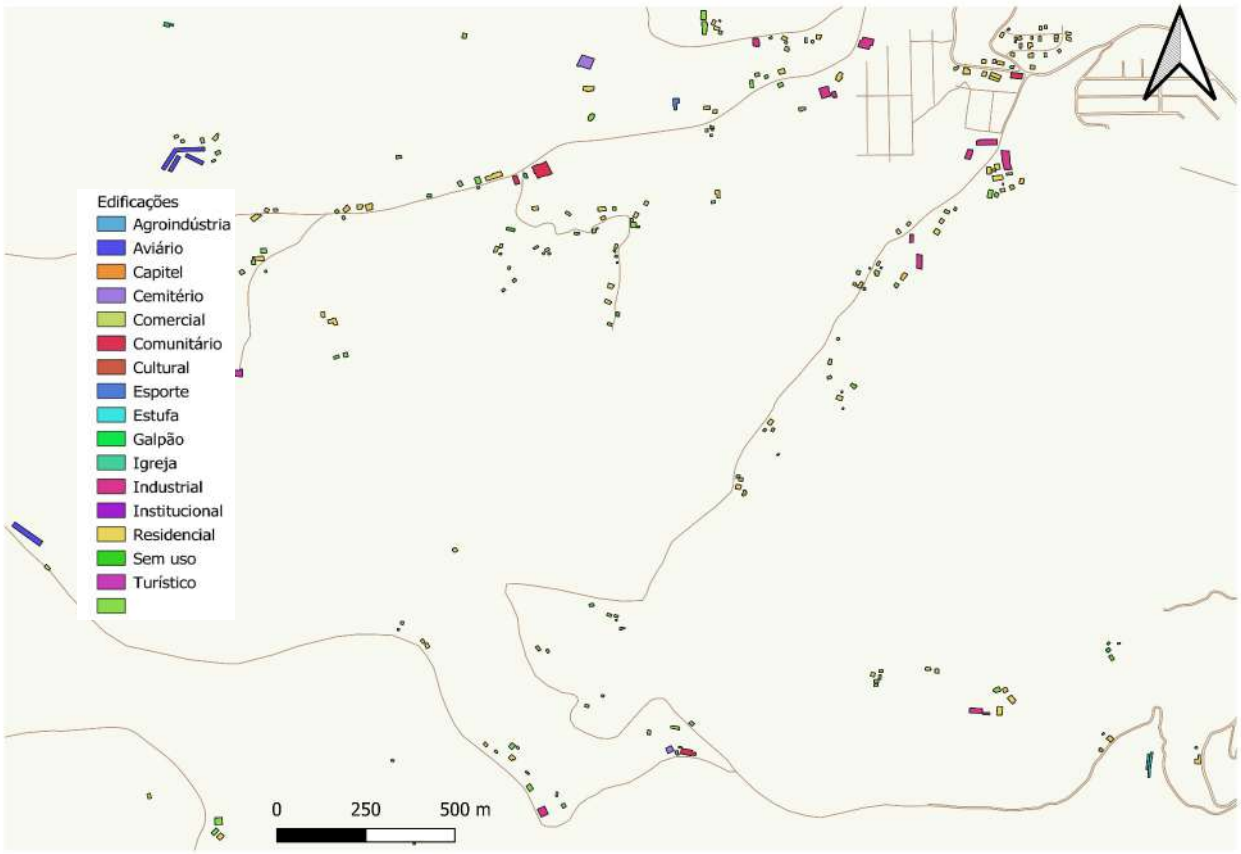










Conjuntos Eulália e Zemith: usos predominantes. Altura 1 a 2 pavimentos.










Equipamentos urbanos e uso do solo na sede de Faria Lemos.



Fonte: Diagnóstico urbanístico Atelier IV 2022. Orientação Profs. Arq. Urb. Margit A. Fensterseifer e Matheus Chemello. Elaborado por Acad. Arq. Urb. Arthur H. Trevisan, Fábio Chies, Francisco G. Júnior, Ketlen C. Cenci.

Macroparcelamento sede Faria Lemos



Fonte: Diagnóstico urbanístico Atelier IV 2022. Orientação Profs. Arq. Urb. Margit A. Fensterseifer e Matheus Chemello. Elaborado por Acad. Arq. Urb. Arthur H. Trevisan, Fábio Chies, Francisco G. Júnior, Ketlen C. Cenci.

3. TEXTOS COMPLEMENTARES

LAÇOS PATRIMONIAIS 2: CONSTRUINDO UM INVENTÁRIO COLABORATIVO PARA O VALE AURORA – DISTRITO FARIA LEMOS, BENTO GONÇALVES/RS.

Cristiane Bertoco[2]
Deise Formolo[3]

1. APRESENTAÇÃO

Em 2019 a equipe do Museu do Imigrante obteve financiamento público, por meio do Edital FAC/Educação Patrimonial de 2019 para o projeto Laços Patrimoniais: construindo um inventário colaborativo para Bento Gonçalves, cujo objetivo foi atualizar o inventário de bens históricos edificados da cidade. A partir da pesquisa iniciada com o projeto, realizou-se uma análise dos bens inventariados na primeira lista, produzida entre 1994 e 1996, para tal, identificou-se a situação atual de cada exemplar, ou seja, se estavam conservados, demolidos ou modificados, e partiu-se para a inclusão de outras áreas da cidade não contempladas nessa primeira lista de inventário, na forma de roteiros culturais, buscado novos olhares.

Destaca-se que o projeto Laços Patrimoniais se embasou nas premissas da educação para o patrimônio, isso significa dizer que o processo de atualização foi acompanhado de ações de valorização e proteção dos patrimônios através do diálogo e construção comunitária. Organizou-se um grupo de pesquisa interdisciplinar, com trocas entre as disciplinas de história, museologia, arquitetura e fotografia. Estabeleceu-se uma importante parceria com o curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul, com acolhimento de estudantes na realização de seus estágios curriculares, bem como com a contribuição intelectual de algumas disciplinas do curso para atualização do inventário. Além disso, fortaleceu-se a participação do Museu na comunidade através das inúmeras saídas de campo e recolhimento de depoimentos dos moradores dos eixos listados para o estudo.

Algumas características paisagísticas acompanharam os pesquisadores durante o percurso dos estudos: o primeiro, a presença do Rio das Antas, com seus desenhos, caminhos e desafios à paisagem, e reforço ao traço histórico-cultural originário/indígena comum ao território nacional; o segundo, a Estrada Geral/ Buarque de Macedo, antigo caminho de tropas que se deslocavam entre Montenegro e Lagoa Vermelha, que serviu de eixo para o traçado das linhas, travessões e lotes coloniais;

O terceiro, o diverso patrimônio ferroviário local que abraça a cidade como um laço e cria formas, trajetos e percursos que marcam intensamente as memórias das pessoas. São estradas de ferro, túneis, vilas inteiras construídas a partir da chegada do Batalhão Ferroviário, diásporas culturais fortalecidas pelos deslocamentos de centenas de trabalhadores que contribuíram para a construção desses bens históricos.

[2]Arquiteta e Urbanista do Museu do Imigrante e Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves, Especialista em Antropologia Cultural (PUCPR) e Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística (UnB).
[3]Museóloga do Museu do Imigrante e Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves, Mestre em História (PUCRS).

Quarto, os patrimônios industriais, conjuntos esses que acabaram por dar o tom na organização espacial de diversos locais da cidade, em especial, o bairro Cidade Alta, que traz em sua gênese uma mescla identitária das ações das pessoas na construção – e organização do cotidiano do trabalho – dessas edificações industriais, em diálogo com a ferrovia e a vitivinicultura.

Por fim, e de extremo impacto visual e produtivo, os desenhos, contornos, bordados e mosaicos formados pelo cultivo da uva com o plantio dos parreirais no sistema tradicional de latada[4], intercalado com vinhedos contemporâneos em espaldeira[5] e matas em araucária, conhecido especialmente no Vale dos Vinhedos, mas de ocorrência em todos os distritos e mesmo na zona urbana da cidade.

Ao mesmo tempo em que o patrimônio industrial vitivinícola integra a identidade cultural do município, o enoturismo sustenta economicamente a cadeia produtiva, especialmente nas áreas de Indicação Geográfica e Denominação de Origem para vinhos. Entretanto, o avanço da especulação imobiliária para construção de grandes empreendimentos turísticos, com consequente gentrificação do espaço, bem como o incentivo ao cultivo de uvas viníferas com sistema de condução em espaldeira para qualificação do vinho, abandonando paulatinamente os sistemas tradicionais de trabalho da videira, constituem risco de descaracterização da paisagem cultural vitivinícola e desvalorização dos saberes e fazeres da agricultura familiar.

Dal Pizzol e Pastor (2016) identificam a paisagem dos vinhedos da Serra Gaúcha com o fenômeno imigratório do final do século XIX, construída por colonos oriundos do Trivêneto[6] e seus descendentes. A prática tradicional de cultivo, com formação horizontal em pérgola trentina[7] ou latada, de origem pré-romana, foi adaptada ao novo clima e território, utilizando-se das ferramentas e métodos de trabalho trazidos da Itália. Na região em que predominava a Mata Atlântica, a paisagem agrícola foi construída do zero, ou seja, cortando o mato, lavrando a terra, juntando as pedras e convertendo esses recursos em matéria prima para suas construções. Após o cultivo de subsistência, como milho, cereais e verduras, construída a casa e ocupadas as áreas para criação de animais, os vinhedos eram construídos nas áreas íngremes e pedregosas, constituindo o que se chama de viticultura heroica.

As manifestações de arquitetura popular, autoconstruídas, empregaram materiais encontrados no meio ambiente, em especial a pedra basáltica e a madeira de araucária, originalmente sem o emprego de peças metálicas, nem produtos industrializados. Junto à casa, a base da produção agroindustrial familiar: No porão, a cantina doméstica, espaço predominantemente masculino, onde se produz e aprecia o vinho. Em anexo, a cozinha, espaço predominantemente feminino, onde se produz o alimento. Em volta, o forno[8], o capitel[9], construções complementares para depósito de grãos, abrigo de animais e tarefas da vinha, depósitos de água, taipas[10] e muros para suporte da latada, plátanos para condução dos vinhedos e proteção contra os ventos, a plantação de vime

[4] Sistema de condução da videira de forma horizontal, como uma cobertura em caramanchão.
[5] Sistema de condução da videira na vertical, mais utilizado para uvas viníferas.
[6] Também citado por Costa (apud Luzzatto, 2020), como região de origem da língua que originou o Talian. O conceito de Três Venezas, criado pelo estudioso de lingüística histórica Graciadio Isaia Ascoli na metade do século XIX, refere-se à área geográfica formada pelas regiões do Vêneto, Trentino-Alto-Adige e Friuli-Venezia-Giulia, no atual nordeste da Itália, conectadas historicamente, geograficamente e culturalmente, então dominadas pelo Império Austríaco. Entre as províncias, Trento, Vicenza, Belluno, Pordenone e Treviso (Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/Triv%C3%AAneto acesso em 30 nov 2022).
[7] Formação horizontal do vinhedo, originária de regiões com muito declive, ao norte da Itália (Trentino e Tyrol), elevando os cachos do solo e facilitando o terraceamento, possibilitando a exposição ao sol. Primitivamente, era apoiada com ripas de madeira, abundante na região e amarrada com vimes, uma vez que nas primeiras décadas não havia disponibilidade de arame (Dal Pizzol e Pastor, 2016).
[8] Comumente utilizado para assar o pão caseiro, mas também para cozinhar aves e pequenos animais de caça ou domesticados, está presente mesmo em casas mais recentes.
[9] Pequena ermida ou oratório construído a beira da estrada, geralmente em cumprimento de alguma promessa.
[10] Muro de pedras recolhidas no terreno.

em terrenos úmidos. Pequenas construções de caráter efêmero e produtivo, mas de grande significado para o trabalho familiar.

O trabalho no vinhedo envolve "intervenções ao longo de todo o ano, com especial intensidade na poda, no manejo da terra, nos tratamentos e na vindima" (Dal Pizzol e Pastor, 2016, p. 122). A paisagem muda ao longo das quatro estações, modificando sua cor e sua textura, floresce e frutifica, perdendo as folhas até desnudar-se deixando à vista apenas os sistemas de apoio e as estruturas horizontais. O plátano irmana-se com a parreira, sustentando a estrutura da latada, protegendo-a do vento, brotando e sendo podado na mesma época, engolindo o arame no processo de resistir à tensão, formando bordados nos mosaicos, geralmente quadrangulares, dos vinhedos.

"A fabulosa paisagem do Vinhedo da Serra Gaúcha se constitui de muito trabalho coletivo, onde as famílias, ao longo de décadas, transmitiram de geração a geração os conhecimentos e a sabedoria dos ancestrais, incorporando as tecnologias que foram surgindo com o tempo [...]. Entretanto, parece revestir-se de uma unanimidade que o grande ator e maestro desta fabulosa obra, as paisagens do vinhedo, seja o colono imigrante e seus descendentes" (Dal Pizzol e Pastor, 2016, p. 12).

O trabalho agrícola, assim como a construção da casa e da capela, a abertura e manutenção de estradas e diversos serviços de interesse coletivo tradicionalmente são realizados através de trabalho comunitário[11]. A Capela, constituída pela pequena igreja, a escola, o salão comunitário, o cemitério e a bodega foram fruto da iniciativa dos imigrantes, que se reuniam a cada linha, representando não apenas a religiosidade, mas a responsabilidade comunitária, educativa e social. Até mesmo o exercício de "bodegueiro"[12] é rotativo e sem remuneração, nos primeiros tempos diminuindo as distâncias da colônia, comprando em quantidade e vendendo os produtos a preço de custo (Zugno, 2014). Posteriormente, as casas comerciais e as cantinas[13] industriais se instalaram no entorno desses núcleos, dando origem à formação de povoados e cidades.

A identificação e preservação dessa paisagem, portanto, não dependem apenas da análise e levantamento arquitetônico das edificações de uma comunidade, sua distribuição espacial e técnicas construtivas, mas do conhecimento e continuidade de um processo contínuo de saberes e fazeres relacionados às videiras, ao meio natural e antrópico, que variam ao longo do ano e que dependem do trabalho humano para acontecer.

Dessa forma, como primeiro território a ser analisado, dá-se ênfase para o eixo da Linha Faria Lemos: sede e Vale Aurora, através do mapeamento, pesquisa histórica, arquitetônica, fotográfica e antropológica. São produzidos os estudos históricos, de evolução territorial, mapas e as fichas para as edificações e lugares, bem como são iniciados os estudos para identificação de patrimônios imateriais locais e proteção da paisagem cultural.

Trata-se de uma área abordada superficialmente durante o primeiro Inventário (IPHAN, IPHAE, 1994-96), quando o foco foi a identificação do patrimônio edificado. Entretanto, a região possui uma das paisagens vitícolas mais exuberantes e peculiares do município e talvez da região, onde o sistema de condução da videira em latada sustentada por plátanos, mantém a tradição em relação aos fazeres tradicionais. Ao mesmo tempo, essa região, que ainda não possui visitação turística organizada, configura um caminho entre três importantes roteiros

[11] Entre as expressões de trabalho coletivo no vinhedo, um dos mais emocionantes, é a união das famílias quando cai um parreiral. De forma espontânea, os vizinhos se avisam (antigamente passavam de casa em casa a cavalo) e toda a comunidade se reúne com máquinas, materiais, ferramentas e mão de obra, muitas vezes durante a mesma noite e debaixo de chuva, para levantar o parreiral do chão, escorá-lo, reforçá-lo e fazer a colheita antes que as uvas sejam perdidas (relato de Angela Maria Marini).
[12] Responsável pela "bodega", pequeno comércio comunitário, geralmente vinculado à Capela.
[13] Cantina, na Serra Gaúcha, é o prédio industrial vinícola, ou o porão da casa com essa função.

turísticos: o Vale dos Vinhedos, no distrito homônimo, a Rota Cantinas Históricas e a Rota Rural Encantos de Eulália, ambas no distrito de Faria Lemos.

Com a pavimentação dessa estrada, espera-se a melhoria nas condições de escoamento da safra da uva, da instalação de agroindústrias familiares e incentivo à permanência do produtor no meio rural. É necessário para isso conhecer a realidade das comunidades locais, suas potencialidades e necessidades, para garantir que recebam os benefícios do desenvolvimento turístico, valorizando os costumes locais. Assim, o inventário busca valorizar as edificações, os sistemas de cultivo e produção tradicionais da uva e do vinho, e da paisagem formada pelo processo de interação dessas comunidades com o meio em que vivem.

Como forma de contextualizá-lo, realiza-se o estudo sobre as imigrações da segunda metade do século XIX e sua contribuição para a evolução territorial colonial e municipal, utilizando-se de bibliografia sobre o processo de imigração e colonização em pequenas propriedades rurais, bem como a análise de mapeamentos municipais ao longo do tempo. Também é realizada revisão bibliográfica sobre as comunidades de Capela como núcleos territoriais socioeconômicos e a evolução da vitivinicultura na região, com a história das principais indústrias vinícolas e a sua relação com o cooperativismo e o desenvolvimento da cidade.

Em relação ao território do Vale Aurora, além da bibliografia e acervo disponíveis, busca-se realizar a pesquisa através de memória oral (Portelli, 2016) e do mapa mental de Kevin Lynch sobre a imagem da cidade (Lynch, 1999), identificando os principais elementos da paisagem com a evolução temporal da localidade e a sua relação com a economia do município. Como indicado na denominação, não há como estudar o Vale Aurora sem referenciar a Cooperativa Vinícola Aurora, local onde a maioria dos moradores é associada e entrega a sua produção. A delimitação do seu território torna-se necessária, e para isso, buscamos as referências das Indicações Geográficas vizinhas, avaliando os seus limites territoriais, de forma a possibilitar a avaliação dos impactos positivos e negativos que a construção da estrada pode trazer.

Para além das fichas de inventário de edificações, o presente estudo visa caracterizar a paisagem vitivinícola da região, resultado de patrimônios imateriais, manifestações culturais intangíveis que resultam no uso e ocupação do solo na zona rural, mas também nos modos de fazer e de viver das populações detentoras. Esse território demanda não apenas a sua identificação e patrimonialização, não apenas de investimentos turísticos em suas estradas e empreendimentos. Acima de tudo, é necessário o envolvimento e o respeito à população existente e às suas necessidades.

Para além de um trabalho técnico, esse estudo também envolveu a vida pessoal das pesquisadoras e dos pesquisados. Encontramos amizades e parcerias, nos emocionamos com histórias de vida, com as construções e perdas que as comunidades sofreram. Buscamos novos estudos e áreas de atuação, vivemos períodos de mudanças físicas, de saúde, ambientais, políticas e laborais. Encontramos dificuldades e as superamos, nos envolvemos com as comunidades, trabalhamos nos finais de semana, provamos novos sabores e conhecemos novos lugares.

Os viticultores enfrentaram grandes desafios na continuidade da agricultura familiar e no formato de organização do trabalho agrícola. Nesse período, foram resgatados da vitivinicultura vítimas de trabalho análogo à escravidão, hospedados em espaços inadequados, mal alimentados e mal tratados pelos seus empregadores. Muito se discutiu sobre a responsabilidade das empresas em relação às contratações e muitos agricultores foram envolvidos em adaptações necessárias a melhores condições de trabalho, alimentação e hospedagem dos safristas. Nesse processo, o sistema tradicional de contratação e tratamento dos empregados sofreu diversas

mudanças, que culminaram na mudança da origem dos trabalhadores – de famílias de outros agricultores familiares na entressafra oriundos das redondezas e região oeste do Rio Grande do Sul, para trabalhadores safristas com carteira assinada, oriundos de diversos lugares do Brasil e da Argentina.

As condições ambientais também impactaram a zona rural de Faria Lemos, assim como em outros lugares da cidade e do Estado. Passamos por três grandes enchentes que atingiram gravemente o distrito, que enlutou-se de seus falecidos e de suas memórias. Comunidades inteiras foram levadas pelo rio, terras e casas deslizaram, uma usina colapsou e pessoas e localidades foram soterradas. A sede distrital tornou-se o símbolo de resistência no ano de seu centenário paroquial, uma acrópole em meio a estradas inacessíveis. Várias pontes e uma balsa foram arrastadas pelas enchentes e reconstruídas em menos de um ano, pela união das pessoas e dos seus municípios.

Marco de datas importantes, o presente inventário que tinha o objetivo de valorização do lugar, toma também o espaço de sua reconstrução, no ano do centenário distrital. Cinquenta anos após a construção da torre-monumento em comemorações do centenário da colonização italiana no Rio Grande do Sul, novas comemorações se realizam nos 150 anos da imigração, momento em que retornamos os resultados das pesquisas à comunidade. Mais do que apenas inventariar edificações e pessoas, esperamos que essa pesquisa possa contribuir no planejamento do território rural, que sofre de mudanças no seu uso do solo e dos impactos sociais de uma legislação embasada no espaço e no trabalho urbano. Encontramos um momento de mudanças legislativas que culminam na desvalorização do agricultor familiar e do patrimônio histórico e cultural.

Como todo o trabalho de inventário, essa pesquisa não vai terminar tão cedo. Novos olhares e nuances devem ser trazidos pelos moradores na leitura desse material e na vivência da preservação dos seus bens culturais. A continuidade da pavimentação da estrada também deve trazer mudanças e novos atores, novos visitantes e novos empreendedores. Esperamos que esse desenvolvimento possa vir de forma sustentável e que possamos dar nossa contribuição no processo. Por isso entregamos o melhor de nós e o máximo que nos foi possibilitado fazer até o momento, esperando a sua continuidade.

2. COLONIZAÇÃO E EVOLUÇÃO TERRITORIAL DE BENTO GONÇALVES/RS [14]

Cristiane Bertoco
Sabrina De Lima Greselle[15]

2.1. INTRODUÇÃO

O presente artigo tem o objetivo de estudar a evolução urbana e territorial da Colônia Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves, resultado da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Para isso, busca-se a revisão bibliográfica e documental sobre a ocupação territorial da colonização italiana e outras migrações na segunda metade do Século XIX e primeira metade do Século XX.

O estudo da história, da antropologia e da arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul teve grande incentivo para publicações a partir de 1975, ano de comemoração do seu centenário no Brasil. Autores como Rovílio Costa e Luis Alberto De Boni (2011) são alguns dos precursores dessas pesquisas e são utilizados como embasamento para a revisão bibliográfica referente à imigração e ocupação territorial da Colônia Dona Isabel e Conde D'Eu, que deram origem ao município de Bento Gonçalves e região. Já em relação à imigração polonesa, o principal autor é Vitor Kozowski (2003), que analisa os núcleos poloneses nessas mesmas colônias e sua expansão para Alfredo Chaves (hoje Veranópolis).

A colonização no Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX tem como características a divisão da terra em pequenas propriedades agrícolas, que deveriam contar com o trabalho livre e familiar de imigrantes europeus católicos, a fim de "desbravar" as "terras devolutas" na região "inóspita" de serra e mata virgem (Posenato, 1983). Provenientes principalmente do Vêneto, da Lombardia, do recém unificado Reino da Itália; do Sud-Tirol (atualmente região do Trento), então dominado pelo Império da Áustria (Costa; De Boni, 2011). Além destes, os Poloneses eram provenientes a princípio da região da Pomerânia, então dominada pela Prússia germanizada (Kozowski, 2003).

Há de se considerar que a identificação de origem dos "italianos", "alemães" e "poloneses", tão citados na bibliografia, no Século XIX não necessariamente correspondia ao conceito atual de nacionalidade. Após a Revolução Francesa, os territórios europeus encontravam-se em crises políticas e econômicas, muito relacionadas ao imperialismo, à revolução industrial tardia e unificação na península itálica e territórios germânicos (Costa, De Boni, 2011). Esses fatores geraram o êxodo das populações camponesas para a "América", os quais trouxeram seus costumes, técnicas construtivas e conhecimento artesanal, que influenciaram a paisagem, com a arquitetura produzida e a ocupação do solo nas colônias.

O texto é dividido em duas partes: A primeira, contextualiza a colonização e a evolução territorial de Bento Gonçalves, abordando a divisão territorial das colônias e a evolução do seu território até as emancipações de seus distritos. A segunda, enumera os principais marcos históricos e primeiros núcleos urbanos, analisando o crescimento da cidade ao longo das estradas e da ferrovia.

[14] Parte do texto foi publicado no 11º Simpósio do Patrimônio Material e Imaterial de Jundiaí – 2023, em colaboração com a Historiadora e licenciada em Geografia Sabrina De Lima Greselle.

[15] Historiadora e licenciada em Geografia – Associação Amigos Museu do Imigrante.

2.2. Contexto histórico da imigração e colonização

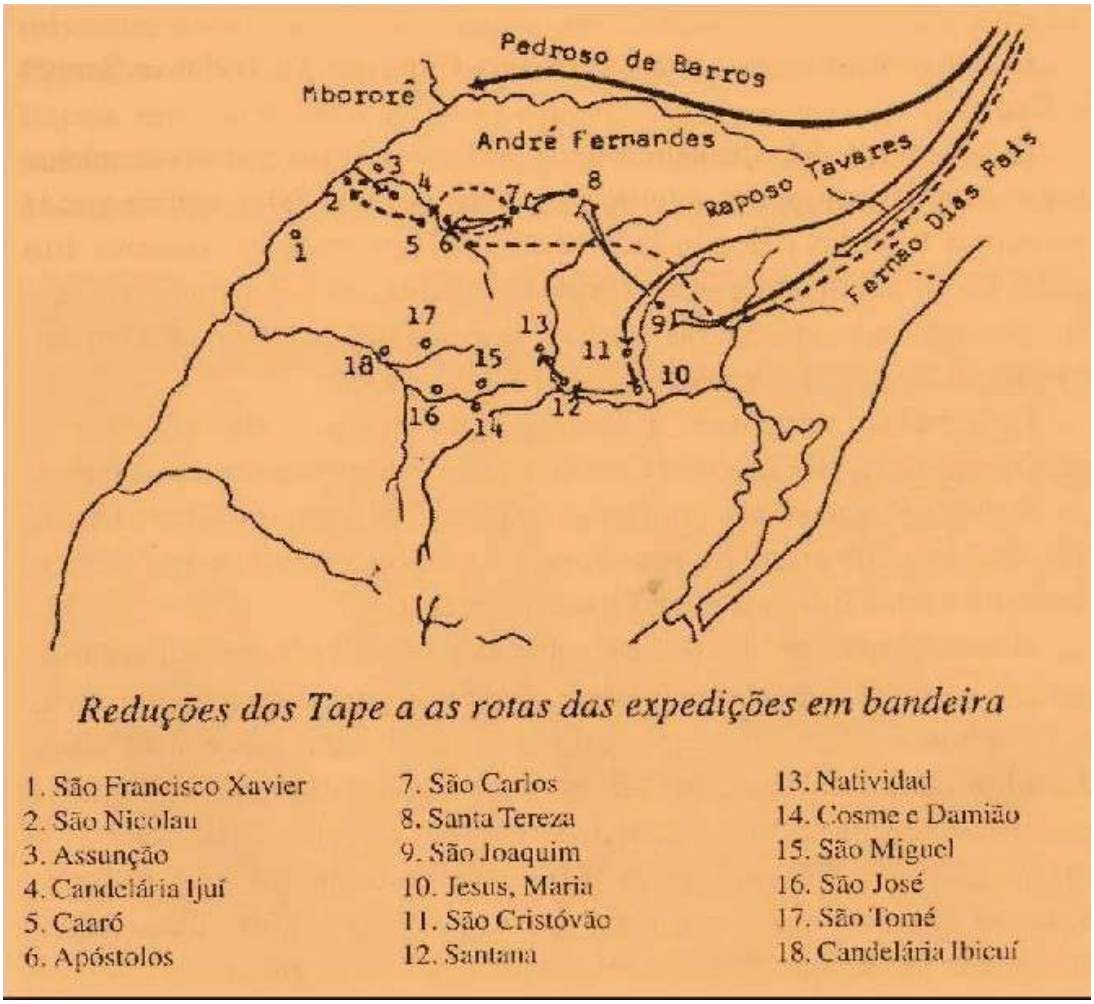
A encosta superior nordeste do RS era uma região de mata, de passagem de povos Kaingang e há relatos quanto a um itinerário percorrido por tropeiros que deu origem à Estrada Geral, ligando Montenegro à Lagoa Vermelha. Entretanto, a ocupação anterior à colonização da região de Bento Gonçalves, por populações negras e indígenas, possui caráter quase invisível, especialmente na literatura sobre as imigrações. Ainda assim, os mapas das figuras 1 e 2 podem dar uma indicação sobre essa ocupação no Rio Grande do Sul.

Figura 1: Mapa do Continente de Viamão em 1751 e a distribuição de grupos indígenas.



Fonte: Thomas (1976, p. 24).

Figura 2: Mapa das Reduções do Tape e as rotas das bandeiras



Fonte: Biblioteca Rio-grandense.

A Coleção de Monografias do IBGE sobre Bento Gonçalves em 1958 e 1967, registra que:

> ADMITE-SE que por volta de 1633 o padre Francisco Ximenes, jesuíta espanhol, tenha pisado o solo do atual Município de Bento Gonçalves, quando, em excursão, fazia o reconhecimento daquele sítio. Em 1636, cruzou, também, aquelas paragens a bandeira chefiada por Antônio Raposo Tavares. Uma indicação precisa sobre a zona forneceu-a, posteriormente, pelas alturas de 1737, o mapa do padre Diogo Soares, no qual se apresentam com exatidão os acidentes geográficos da antiga província, inclusive da parte que serve de limite norte e oeste de Bento Gonçalves. Para a elaboração do mapa, foram feitas algumas expedições a bacia do rio Jacuí, do qual e afluente o Taquari, tudo fazendo crer que por diversas vezes os portugueses percorreram a região (IBGE, 1958, p. 3; IBGE, 1967, p. 3).

Já Azevedo (1975) exemplifica a forma como as populações originárias eram vistas pela política do Século XIX quando destaca a forma do presidente da Província referir-se a grupos indígenas na região em 1831, os quais consideravam que "não permaneciam, não formavam civilização, nem indústria", onde era desejado o maior adensamento populacional.

> O povoamento da região obedeceria a uma série de razões que, há muito, estavam nas preocupações dos governantes da Província. Aquela vasta área permanecia inculta e deserta, coberta de matas, apenas habitada por imprecisos grupos indígenas que dificultavam o trânsito das tropas e dos viajantes em demanda do Alto da Serra e que, por muitos anos, fariam insultos e estragos nas colônias alemãs, constituindo-se em empecilho à expansão de povoamento [...] (AZEVEDO, 1975, p. 30).

Após muitas manifestações, foram tomadas "providências para 'repelir os selvagens' ou para aldeá-los: uma destas foi catequizá-los, outra foi estabelecer guarnições militares nos limites das colônias alemãs" (Azevedo, 1975, p.31). Quando da idealização do sistema de colonização, os governantes apontaram o agrupamento de

agricultores em lotes adquiridos por imigrantes brancos livres, desconsiderando-se a possibilidade do lento e gradual crescimento da população local.

Braga (2007, p. 35) esclarece sobre a legislação indigenista do Século XIX, que fomentava "o aldeamento de grupos indígenas e seguindo a lógica característica do período de disponibilizar espaços colonizáveis", reafirmando "repetidas vezes a demarcação de terras para a civilização de índios [...]", trazendo "o vislumbre da formação de uma nação unificada, da qual o índio deveria fazer parte", mesmo que sendo tutelado.

> Com a intensificação da política dos aldeamentos, depois de 1845, os grupos indígenas que ainda vagavam pelos sertões foram desalojados das áreas a serem ocupadas pela ampliação das propriedades agrícolas e pela instalação de novas colônias. Esse processo também garantiu uma relativa pacificação dos conflitos entre indígenas e integrantes das frentes de expansão e pioneira que adentravam as regiões não colonizadas do sertão. A intensificação da política de aldeamentos foi fundamental para a regulamentação da posse da terra no Brasil, promovida pelo Império a partir da década de 1850. Como foi destacado anteriormente, reunir indígenas em aldeias administradas por agentes oficiais foi uma prática comum em toda a política indigenista aplicada no Brasil, assim, os grupos indígenas eram conduzidos a um sedentarismo patrulhado que garantia terra vaga nos sertões (Braga, 2007, p. 39 -40).

Tanto a política da troca da mão-de-obra escrava pela livre, como a modificação da política das terras no Brasil após 1850, constituem adaptação do Império à divisão internacional do trabalho, que foi um dos resultados da Revolução Industrial (Ianni, 1979, p. 11). A substituição dos escravos por trabalhadores livres, acelerada após a extinção do tráfico, vai fazer com que o país se torne importador de europeus, tanto como era importador de produtos da Europa (Giron, 1987, p. 270).

Assim, europeus brancos deveriam cumprir o papel civilizatório de povoadores em pequenas propriedades agrícolas, criando uma classe média intermediária, o que foi negado aos povos originários e escravizados, seja pelos interesses capitalistas, pelo projeto colonialista e pelo sistema racista de classificação. Segundo Seyferth (1991), no povoamento do sul do Brasil, através de colônias agrícolas, "a política de colonização privilegiou o estabelecimento de colônias em terras devolutas - portanto, longe das grandes propriedades, tendo como resultado um isolamento inicial das várias etnias e nacionalidades imigradas" (Seyferth, 1991, p. 65).

A Lei de Terras de 1850 possibilitou a venda de pequenas propriedades divididas a partir de terras públicas, destinadas a imigrantes, cujo ideal era o camponês ou artesão branco, "saudável, resignado, sóbrio, apegado ao trabalho, maleável e submisso às autoridades" (Seyferth, 1991, p. 66). Esse espaço foi ocupado por alemães, italianos, espanhóis e poloneses, os quais saiam de uma grande crise na Europa e deveriam promover uma revolução agrícola no Brasil e com o tempo, assimilar-se ao nacional, resultando no branqueamento da raça.

Embora a colonização da Colônia Dona Isabel tenha recebido imigrantes de diversas nacionalidades, a grande maioria dos lotes foram ocupados por imigrantes oriundos do norte da península itálica, a partir de 1875 (De Paris, 1999) e de poloneses oriundos da região pomerana dominada pela Prússia, a partir de 1884 (Kosowski, 2003). Os primeiros, por chegarem antes, adquiriram os melhores lotes, porém aos poloneses, chegados depois, restaram os lotes menores e mais íngremes junto ao Rio das Antas. Os materiais de construção, principalmente a madeira, foram similares, porém pouco restou materialmente da arquitetura polonesa, destruída para a construção de usinas hidrelétricas junto ao rio.

Costa e De Boni (2011) esclarecem que a emigração na região está ligada ao fato político da unificação italiana, concluída em 1870, que significou a vitória do capitalismo - imposto pelo Estado - sobre as velhas instituições. "O equilíbrio cidade-campo, onde era difícil distinguir a ordem agrária da industrial, e onde a produção industrial artesanal se apresentava como componente de um sistema agrário, rompeu-se em curto tempo". (Costa e De Boni, 2011, p. 66). Mesmo durante o processo de unificação, o sistema artesanal já havia sido atingido pela oferta

de produtos industriais e os camponeses ficaram presos apenas à produção agrícola, que sofria com péssimas colheitas, altos impostos, concorrência de produtos estrangeiros e boicote alfandegário de outros países.

A pequena indústria artesanal, que era complemento de renda do agricultor familiar, foi destruída ao mesmo tempo em que se aumentavam impostos, reduziram-se os preços dos produtos agrícolas e fracionou-se a terra em minifúndios, a ponto de não mais garantir o sustento da família. Com o endividamento geral do camponês, os mesmos eram forçados a venderem suas terras ou as mesmas eram leiloadas impiedosamente, caindo nas mãos dos grandes proprietários. (Costa e De Boni, 2011).

Com o atraso social causado, "começava a sobrar gente nos campos, e as cidades não estavam em condições de absorver tantas pessoas, oferecendo-lhes emprego nas indústrias que foram surgindo" (Costa e De Boni, 2011, p. 69). Entre as opções de realizar reformas de base – como a modificação do sistema fundiário – ou uma revolução socialista, a solução encontrada foi a emigração permanente em grande escala. As primeiras regiões a fornecerem emigrantes foram o Piemonte, a Lombardia e o Vêneto, pois estas foram as que primeiro sofreram com a revolução industrial tardia. Para as classes ricas, tornou-se um bom negócio "exportar" emigrantes para a América, "pois carreou divisas, pelas mais diversas formas, e livrou o país de milhões de deserdados" (Costa e De Boni, 2011, p. 71).

No Brasil, as razões da imigração estão vinculadas às necessidades de substituição da mão de obra escravizada, bem como à "modificação e modernização das estruturas sociais e econômicas vigentes no período e a afirmação do capitalismo" (Caprara e Luchese, 2005). Por outro lado, "buscava-se uma solução para o problema das culturas agrícolas e uma tentativa de ocupação das terras subpovoadas ou despovoadas, com o intuito de expansão econômica" (Frosi e Mioranza, 1975, p. 72).

Iniciada no início do século XIX, a colonização germânica passou por diversas tentativas de fracasso e sucesso, interrompida e retomada de acordo com a situação política e econômica. Após a tentativa de Nicolau Vergueiro em 1847 de solucionar o problema da mão de obra introduzindo famílias alemãs para trabalhar em regime de parceria, com os abusos denunciados, o governo prussiano impôs limitações e suspendeu os favores, a propaganda e o aliciamento de imigrantes para o país, posteriormente seguido por outros países europeus.

Em função da pressão contra o tráfico negreiro, em 1850 o mesmo foi proibido e, ao mesmo tempo, após muita discussão sobre a mudança na política de terras, foi promulgada a Lei número 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras. Por meio desta, suspendia-se a doação de terras, determinando a medição das sesmarias para regularização das terras produtivas, bem como definia a medição e demarcação de terras devolutas do Império para promoção da colonização estrangeira (Caprara e Luchese, 2005). Por sua vez, leis provinciais definiram em detalhes o procedimento de medição, as distâncias entre as linhas, o tamanho e o prazo de pagamento dos lotes, os auxílios para a viagem que deveriam ser posteriormente restituídos (Costa e De Boni, 2011).

> Facilitava-se a aquisição da terra, indicava-se qual o indivíduo que poderia candidatar-se a ela, impunha-se o trabalho familiar ao ser proibido o uso de escravos, abria-se caminho para o prosseguimento da diversificação da produção agrícola e previam-se até locais para vilas, portos, etc. (Costa e De Boni, 2011, p. 81).

Assim, pode-se dizer que esse sistema de colonização foi um planejamento "civilizatório", definindo a divisão de pequenas propriedades agrícolas (lotes coloniais), o tipo de produção, as áreas urbanas de vilas, as principais estradas, bem como a mão de obra a ser adotada para executar o projeto que, ao mesmo tempo, seriam os compradores e colonizadores dos lotes. Ainda assim, segundo Costa e De Boni (2011), o maior interesse do

império era a propaganda utilizada para atrair imigrantes, cuja maioria foi encaminhada para trabalhar nas lavouras de café em São Paulo. Os que foram encaminhados para as colônias, por sua vez, encontraram uma região de matas sem nenhuma infraestrutura, tendo a obrigação de abrir as clareiras e construir as estradas, assumindo uma dívida colonial a pagar no prazo de 10 anos.

Costa e De Boni (2011) ressaltam o caráter revolucionário da família – formada por pais e filhos, ser a célula de produção através do trabalho familiar – onde era proibida por lei a introdução de escravos – opondo-se ao latifúndio monocultor existente, sob a forma da pequena propriedade policultora imigrante. Divididos entre linhas e travessões, mediante a abertura de picadas, os agrimensores definiam os melhores espaços para estabelecimento da sede, onde seriam construídos os espaços públicos, como igreja, cemitério, escola e casa da diretoria.

Após árduas travessias, chegando à sede da colônia, os imigrantes permaneciam em barracões até a demarcação dos lotes a serem ocupados (Caprara e Luchese, 2005).

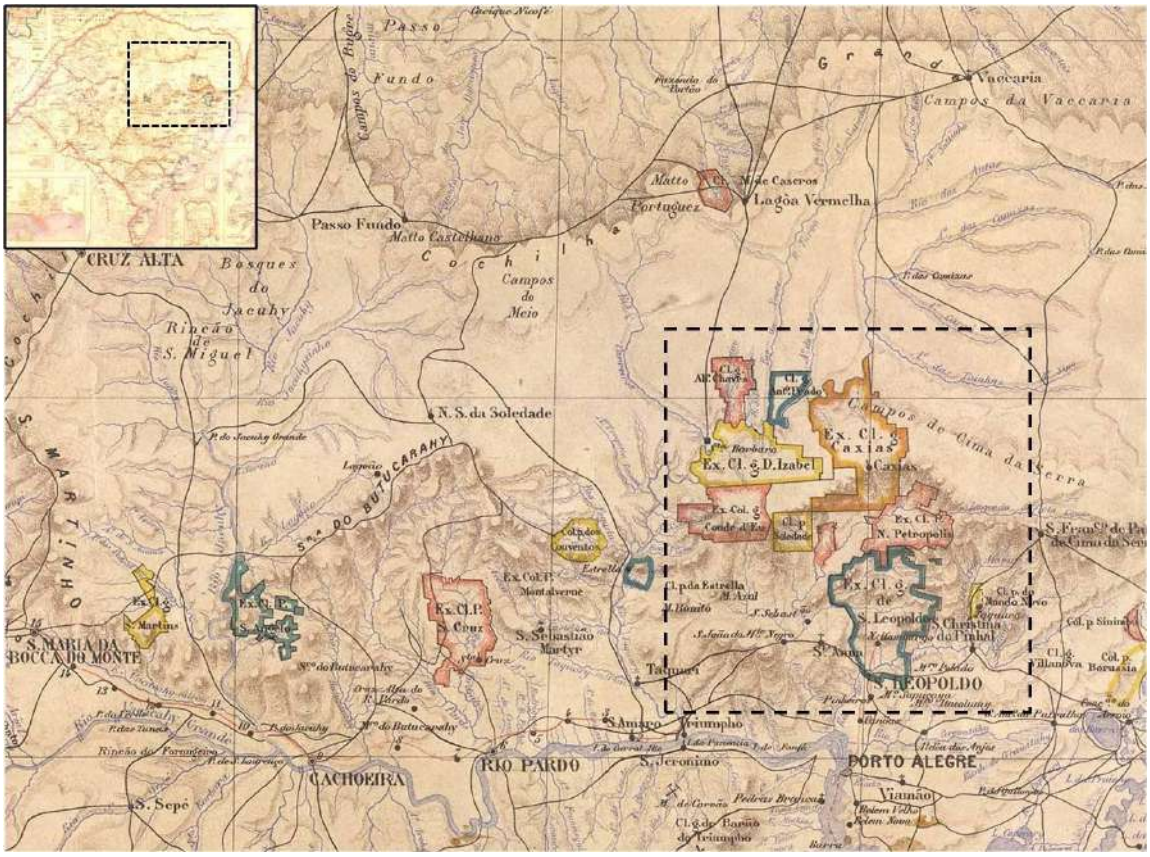
> Perdida na solidão da floresta, a família era entregue a si mesma, e adquiria, para poder sobreviver, elevado grau de autossuficiência, o qual favoreceu, em parte, o surgimento de um grande artesanato regional. [...] O colono estava tomado pelo fascínio da posse da terra. Fugira da Itália atraído pela promessa de um lote colonial, onde pudesse trabalhar apenas para si, e do qual ninguém o despedisse - esse era o maior contraste entre as duas formas de vida. Parecia-lhe um sonho receber cerca de 25 hectares de mata, cujo solo, nos primeiros anos, correspondia, generosamente, aos esforços de quem o sulcava (COSTA e DE BONI, 2011, p. 107).

As colônias Conde d'Eu e Dona Isabel foram criadas em 24 de maio de 1870, por ato assinado pelo Presidente da Província João Sertório, com abrangência de 32 léguas quadradas. As terras não eram desconhecidas, pois eram percorridas por uma estrada de tropeiros que ligava Montenegro à Lagoa Vermelha, tendo uma pousada no local conhecido como "Cruzinha", onde hoje é o centro de Bento Gonçalves (Costa e De Boni, 2011). Por conta do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, em 1874 vieram 48 famílias de franceses, mas "retiraram-se logo após que se acabaram as antecipações, sem terem abatido uma árvore sequer" (De Paris, 2006). Os primeiros imigrantes italianos teriam chegado na véspera de natal de 1875 e em pouco tempo os lotes das colônias foram ocupados.

2.1. Divisão Territorial das Colônias

Conforme Weimer (2004), o planejamento das povoações, divisões de terras e desenhos das vilas e cidades coloniais no Rio Grande do Sul (figura 3) era de responsabilidade da Secretaria de Obras da Província, seguindo princípios dos planos regulares de influência luso-brasileira. Entretanto, a ortodoxia rígida desses planos foi adaptada em alguns casos de serras muito íngremes. No caso das Colônias Conde d'Eu e Dona Isabel, as mesmas eram cortadas pelo caminho que deu origem à estrada geral, de sul a norte, e também pelo Rio das Antas. Nesses lugares o traçado dos lotes foi adaptado à topografia, partindo dali a distribuição dos lotes ortogonais, seguindo linhas, travessões e secções (figura 4).

Figura 3: Regiões coloniais no Rio Grande do Sul, 1891.



Fonte: Detalhe da Carta geographica do estado federal do Rio Grande do Sul, 1891. Acervo Biblioteca Nacional.

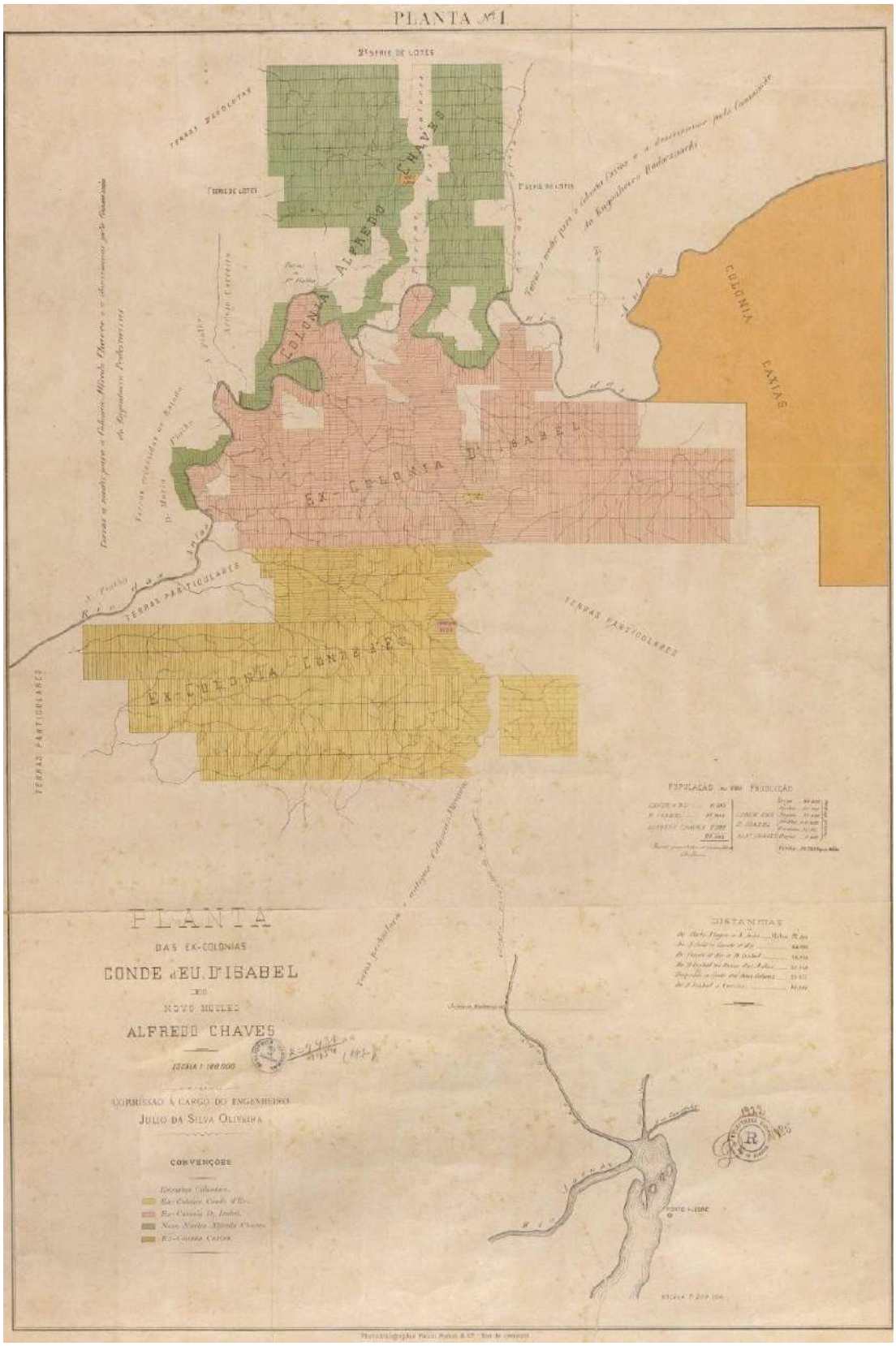
O estabelecimento e medição das colônias seguiam o Regulamento Colonial publicado por Decreto Imperial nº 3784 de 19 de janeiro de 1867. Síntese das experiências anteriores e detalhista, "estabelecia orientações para a divisão e a medição das terras, a venda dos lotes, a fundação de colônias e sua administração, a recepção dos colonos, o seu estabelecimento e outras disposições" (Caprara e Luchese, 2005, p. 31). Uma vez escolhido o local, os lotes eram divididos nas categorias de urbanos e rurais, sendo que "os Engenheiros e o Diretor da Colônia deveriam determinar, após o mapeamento hidrográfico topográfico, terras para a construção de ruas, praças, Igreja, escola, cemitério, cadeia, casa de administração…" (Caprara e Luchese, 2005, p. 31).

A lei determinava classes para os lotes rurais e urbanos, segundo o seu tamanho e de acordo com o local, devendo, cada lote, ter uma área desmatada e uma casa provisória. O colono teria escolha livre pelo seu lote, que poderia ser adquirido também pelos filhos maiores de 18 anos. Deveria receber sementes, ferramentas e alimentos, que eram adicionados à dívida colonial, além de um auxílio gratuito para cada imigrante com idade entre 10 e 50 anos. O regulamento ainda determinava a proibição de escravos nas colônias e utilizava "o emprego dos colonos na construção das estradas e trabalhos da colônia, os quais trabalhariam durante quinze dias por mês [...] preferencialmente próximo aos seus lotes" (Caprara e Luchese, 2005, p. 33).

Para a administração da colônia deveria ser constituída uma junta com o Diretor, o médico e representantes dos colonos que já tivessem a dívida saldada, entretanto essa nunca foi implantada, pois a maioria demorou aproximadamente 10 anos para pagar seus lotes. Muitas vezes havia falta de verbas, má administração e desonestidade por parte dos funcionários do governo, o que fez muitas das disposições não serem cumpridas. Inicialmente, a nomeação dos administradores era realizada pelo Governo Provincial, mas a partir de 1876 passou

para a responsabilidade da Inspetoria Geral de Terras do Governo Geral, momento no qual inicia o maior fluxo de colonização.

Figura 4: Planta das ex-colônias Conde d'Eu, Dona Isabel e novo núcleo Alfredo Chaves, 1885.



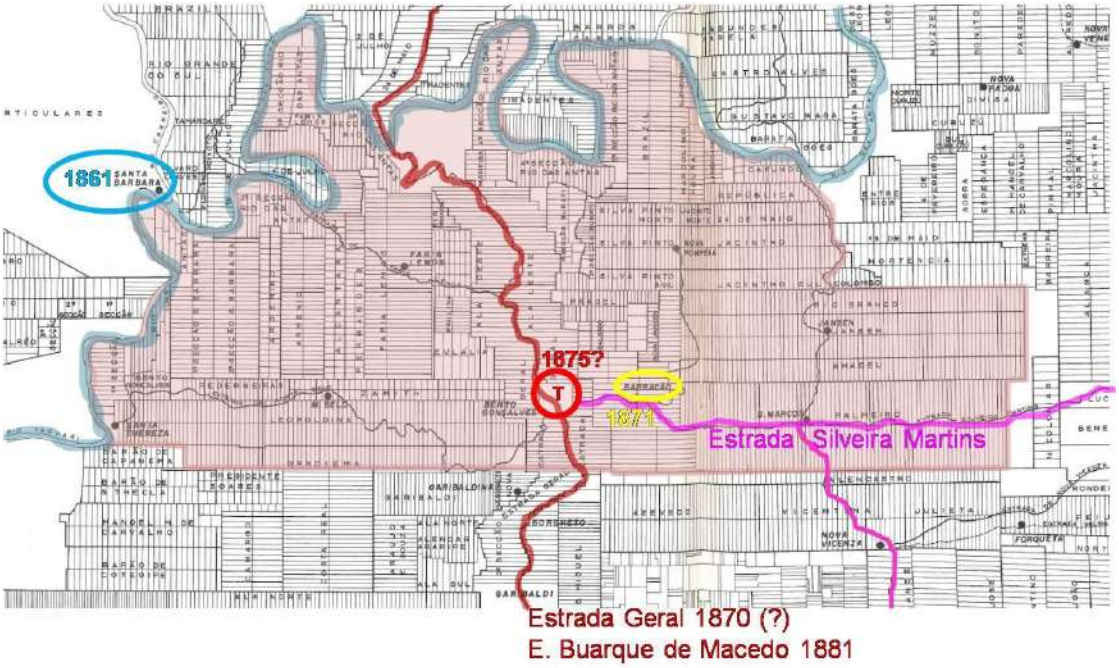
Fonte: Planta das ex-colônias - Engenheiro Julio da Silva Oliveira, 1885. Acervo Biblioteca Nacional.

A medição e administração das colônias era então realizada por “engenheiros, provenientes quase todos do Rio, enviados pela Inspetoria Geral na qualidade de diretores de Colônia, vice-diretores, capatazes para a construção de estradas e agrimensores eram, segundo eles [os agentes consulares] completamente inadaptados ao trabalho na floresta virgem” (Caprara e Luchese, 2005, p. 34). As dificuldades de transporte eram apontadas como o principal fator para o menor interesse no local. Segundo o relatório do Presidente da Província João Sertório, em 1870 (apud Caprara e Luchese, 2005, p. 36), a medição teria iniciado antes da criação oficial das colônias.

> [...] em 4 de abril encarreguei o engenheiro Major José Maria da Fontoura Palmeiro de proceder à medição e demarcação dos ditos territórios [...] Informando-me esse engenheiro das dificuldades que encontrava para efetuar a medição em dois territórios em figuras regulares, por haverem terras particulares, outras já vendidas e concessões que deviam ser atendidas, autorizei-o a fazer a medição em meios territórios de duas léguas em quadro cada um, ou da melhor forma, tendo em vista o disposto no Regulamento de 8 de maio de 1854. Por ato de 24 de maio resolvi que um deles se denominasse Colônia Conde d’Eu e o outro, Colônia Princesa Isabel. Esperando-se a chegada de colonos, em 7 de junho mandei medir em cada uma 40 prazos para ser-lhes distribuídos. Mandei igualmente construir em cada uma das mesmas um barracão para a acomodação dos colonos. A estação invernosa impediu que continuassem os trabalhos; acha-se medido o perímetro de três meios territórios. [...] no intuito de obviar às constantes reclamações sobre os limites dos prazos coloniais, autorizei a medição das linhas laterais das Colônias. (Sertório, 1870 apud Caprara e Luchese, 2005, p. 36)

Em 1876, o presidente da Província relata que apenas 48 lotes estavam demarcados e medidos, sendo a maioria na estrada geral e linhas da Colônia Conde d’Eu, sendo a população de 790 pessoas, incluindo 48 franceses. Já em setembro do mesmo ano, a Colônia Dona Isabel contava com 248 habitantes e a Colônia Conde d’Eu com 870, totalizando 1118 pessoas, incluindo 64 brasileiros.

Figura 5: Divisão territorial da Colônia Dona Isabel, primeiros núcleos e a divisão em linhas.

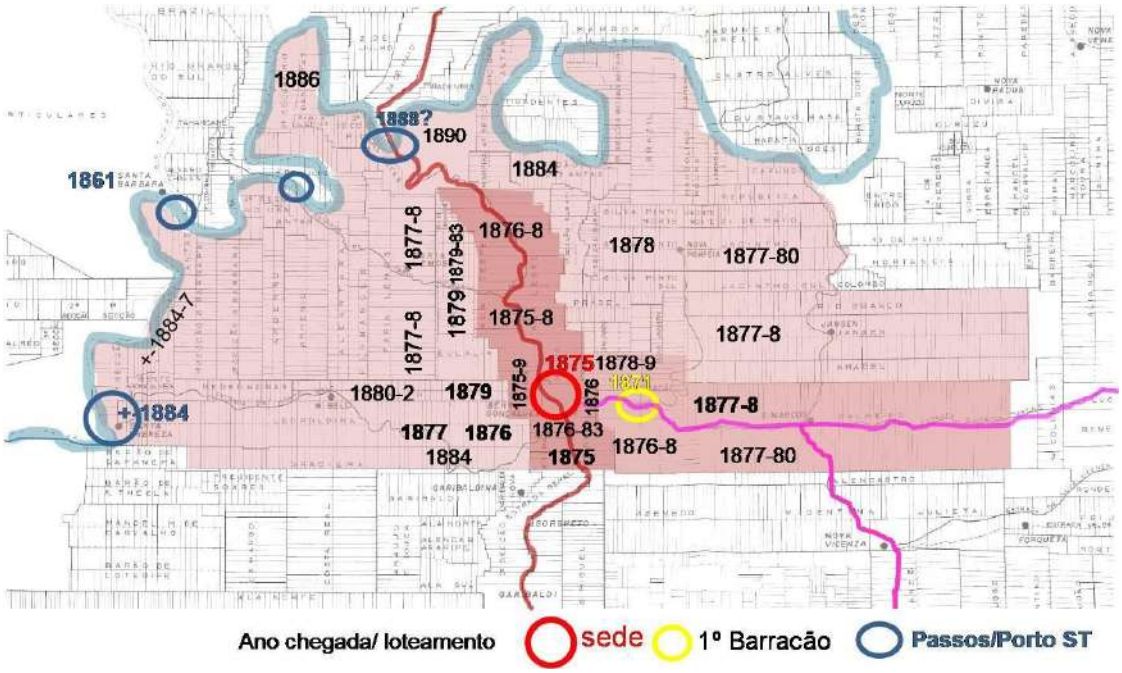


Fonte: Adaptado de Posenato (1983, p. 184 e 185).

Dos estrangeiros, Caprara e Luchese (2005) enumeram a maioria de tiroleses (austríacos), seguidos por franceses, prussianos, italianos, ingleses e diversos. Já em 1877 a população de Dona Isabel cresceu para “2431 habitantes sendo 749 austríacos (tiroleses), 1660 italianos, 12 franceses e 10 brasileiros” (Caprara e Luchese, 2005, p. 40). A distribuição da população de então estava registrada nas linhas Estrada Geral leste e oeste, Palmeiro, Jansen, Leopoldina, Jacinto, Eulália, Faria Lemos e Armênio.

Os relatórios registram que em 1878 a colônia contava com uma escola primária e em 1879, além da escola mista de ensino elementar, contava-se a casa do diretor, do ajudante, do professor, do médico, uma capela provisória e um barracão na Linha Palmeiro. A partir de 1882, os diretores que assumem são instruídos a preparar a emancipação das colônias, que ocorre em 1884, quando passam a povoação comum, ligadas a São João de Montenegro, na condição de freguesias. Em 1893 o relatório registrava o livre trânsito na Estrada de rodagem Buarque de Macedo na extensão de 63 quilômetros e "em via de conclusão cerca 50 quilômetros de caminhos interiores nas duas Colônias" (Relatório apud Caprara e Luchese, 2005, p. 50), além da ponte sobre o Rio Buratti.

Figura 6: Evolução da ocupação dos lotes ao longo das linhas.



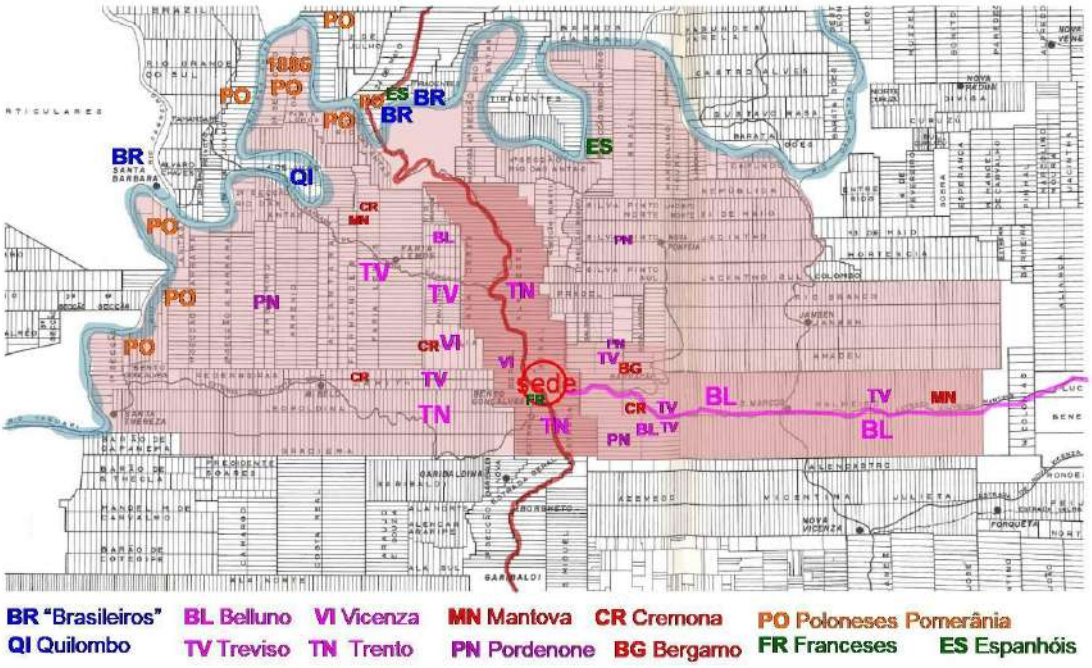
Fonte: Adaptado de Posenato (1983, p. 184 e 185). Informações de COSTA et al (2016).

Segundo Frosi e Mioranza (1975, p. 43), na criação das primeiras colônias

> A destinação para uma ou outra dessas Colônias não obedecia a nenhum critério rigidamente estabelecido. Por essa razão não se formaram núcleos específicos de uma ou de outra região da Itália. O que acontece, porém, é que grupos vindos da mesma Região ou Província italianas e egressos na mesma data, podem ser encontrados em determinados pontos do território, dando origem a pequenas comunidades típicas, ou seja, grupos étnico-linguísticos afins.
>
> Certos critérios étnicos são levados em conta somente a partir do momento em que os núcleos principais, como Caxias, Dona Isabel e Conde D'Eu oferecem condições de abrigo aos novos imigrantes por período mais ou menos longo. Têm-se então casos de organização de grupos em demanda dos lotes vicinais, segundo critérios étnico-linguísticos.

A partir das informações organizadas por Costa et al (2016 p. 219-282), foi possível elaborar um banco de dados sobre as origens das famílias italianas, que resultou no mapa da figura 7. Percebe-se então, que mesmo não havendo uma organização oficial, formaram-se aglomerados de imigrantes oriundos das mesmas localidades ou províncias, seja por terem chegado em grupos da mesma origem, seja por terem escolhido lotes próximos.

Figura 7: Divisão territorial da Colônia Dona Isabel e estimativa da origem dos primeiros imigrantes.



Fonte: Adaptado de Posenato (1983, p. 184 e 185). Informações COSTA et al (2016).

Embora a distribuição desses imigrantes não seja homogênea, é possível identificar, por exemplo, que a obtenção dos lotes ocorreu majoritariamente por imigrantes Trentinos, nas Linhas Estrada Geral e Leopoldina; de Belluno, no distrito de São Pedro (Linha Palmeiro); de Vicenza, na Linha Eulália e de Treviso, nas Linhas Faria Lemos e Paulina, sendo possível afirmar que a maioria foi proveniente do Trivêneto. Mesmo quanto a aglomerações de origem lombarda, em menor número, é possível identificar a intenção de escolha dos lotes próximos a familiares e conhecidos, tais como imigrantes oriundos de Caravaggio (Província de Bérgamo) e de Villa Pasqualli (Província de Mantova) – respectivamente no início e no final da Linha Palmeiro.

A destinação dos lotes ao longo das linhas, ao menos nas mais acessíveis, seguiu uma temporalidade relativamente próxima. Assim, a partir do levantamento de Caprara e Luchese (2005 e 2010) identifica-se, na Linha Palmeiro, a maioria das chegadas nos lotes entre 1876 e 1879, em Faria Lemos entre 1877 e 1879, na Linha Paulina entre 1879 e 1880 e na Estrada Geral entre 1875 e 1878.

Quanto às demais linhas, as autoras não apontam informações suficientes que possam ser utilizadas nesse mapeamento, pois nem sempre há registro da data de chegada. Por outro lado, quanto à obtenção do título definitivo, percebe-se que, salvo algumas exceções, a maioria dos proprietários o receberam entre 1894 e 1895, o que contradiz a informação de que seriam pagos em 10 anos, já que muitos lotes estavam ocupados anteriormente a 1884.

2.2. Evolução territorial da Colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves

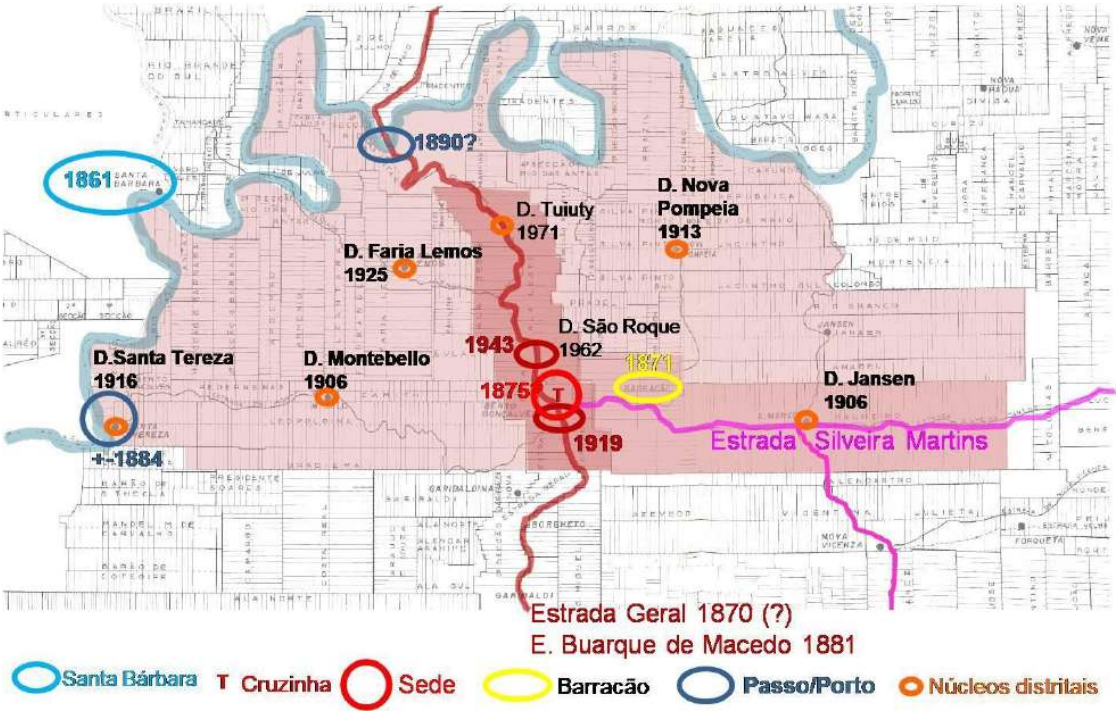
Para além da demarcação dos lotes coloniais, linhas e travessões, de forma ortogonal, os caminhos secundários se desenvolveram de forma orgânica. Como a imigração massiva provinha de regiões heterogêneas ao norte da Itália, no limite entre duas culturas, Weimer (2004) analisa que a ocupação territorial recebeu influências romana e germânica. A primeira, relacionada à concepção arquitetônica das casas em pedra e da ocupação territorial ortogonal em áreas mais planas. Já a segunda influenciou na ocupação dos núcleos rurais, que não foram

desenvolvidos seguindo o planejamento oficial, mas seguiram a tradição germânica das aldeias-ponto e aldeias-rua, ao longo das linhas ou picadas.

O mais frequente, no caso de Bento Gonçalves, é os núcleos urbanos se originarem de um lugar centralizador – geralmente a igreja – ou dois lugares centrais crescerem um em direção ao outro. Esse mesmo padrão pode ser encontrado nas aldeias de poloneses pomeranos que, seguindo a tradição germânica, tinham a igreja, a escola e o cemitério como pontos centrais (Weimer, 2004), porém se instalaram próximos ao Rio das Antas, na Linha José Júlio, hoje município de Santa Tereza e na 3ª Secção do Rio das Antas, formando as comunidades da Natividade e São João Nepomuceno (Kozowski, 2003).

A religiosidade e a vida familiar foram fatores fundamentais na ocupação da paisagem imigrantista, onde a igreja e a casa são as edificações mais importantes (Delphim, 2013). Assim as igrejas e capelas promoveram a centralidade do núcleo comunitário, formado pelo templo religioso, o cemitério, o salão comunitário, a escola e a bodega (pequeno comércio local) (Zugno in Ramos et al, 2014).

Figura 8: Divisão territorial de Bento Gonçalves, núcleos urbanos e Distritos.



Fonte: Adaptado de Posenato (1983, p. 184 e 185).

Os principais itinerários foram o da antiga Estrada Geral - de sul a norte - onde foi construída a Estrada Buarque de Macedo, em 1881, ligando a Montenegro e a Lagoa Vermelha. A leste, ao longo da Linha Palmeiro, foram construídas as Estradas Silveira Martins e Júlio de Castilhos, que ligavam à Colônia Caxias (figuras 5 e 8). Para César (2016), essas estradas foram importantes para a chegada de imigrantes, sendo que o núcleo da sede se desenvolveu em uma clareira com topografia favorável no encontro dessas duas vias.

Em 1884 as colônias são emancipadas do regime colonial, transformando-se em distrito de Montenegro, com a intenção principal da cobrança de impostos (Caprara e Luchese, 2005). Em 1890, mesmo ano da emancipação do município, é dividido o núcleo denominado colônias particulares em chácaras, local onde implanta-se o principal "Passo" de travessia do Rio das Antas, local onde se desenvolve uma centralidade de atendimento aos tropeiros e carreteiros e de onde partiam as balsas que transportavam madeira para a capital.

Segundo Zardo et al (1995), a localidade do atual bairro Barracão (figura 4 e 6, em amarelo) teria sido o primeiro local determinado, por volta de 1871, para a demarcação do início da Linha Palmeiro, em função da proximidade com dois cursos d'água. O nome da localidade registra a existência de "uma habitação rústica, mal vedada, construída com barro e taquaras e coberta de capim, que abrigou os imigrantes que aqui aportaram a partir de 1876" (Zardo et al, 1995).

As autoras refletem que neste local deveria ter sido a sede do município, o que teria sido alterado possivelmente por medo de enchentes, pela instalação do Clero na Cruzinha, entre outros fatores, o que posteriormente foi impulsionado pela construção da ferrovia. Outra hipótese é que tenha sido construído o barracão nesse local para instalação dos funcionários da Comissão de Terras que fariam a medição da Linha Palmeiro. Conforme relato do agente consular Luigi Petrocchi,

> A sede da nova Colônia Dona Isabel (hoje Bento Gonçalves) foi traçada em 1875, em um vale entre dois cursos d'água, num local baixo próximo ao barracão dos imigrantes [...] Por comodidade, porém, a Diretoria transferiu a administração para um local elevado, chamado Cruzinha, no meio de um pinhal a três quilômetros de distância (Luigi Petrocchi, 1905 apud Zardo et al, 1995, p. 32).

Figura 9: Reconstituição, segundo tradição oral, de Cruzinha, em 1875.



Fonte: Elaborado pelo historiador Pedro Koff. Acervo do Museu do Imigrante.

Embora atualmente seja um bairro periférico, sabe-se que no núcleo do Barracão estavam instaladas diversas indústrias e comércios, tal como o armazém e "casa de pasto" do napolitano José Lombardi, a "casa de pasto" da família Tomasini (lote 33), além da firma Dal Molin e outras que posteriormente se transferiram para perto do terminal ferroviário. Com a instalação da administração na Cruzinha, muitos imigrantes também se transferiram, de forma a aguardar a demarcação dos lotes nas proximidades da diretoria (Zardo et al, 1995).

Assim, o primeiro núcleo urbano oficial se estrutura junto à Cruzinha, localidade onde havia pouso às tropas e cujo marco físico remete à morte de um tropeiro ou traçador de estradas. Ali foi instalado um barracão, local de abrigo precário aos recém-chegados e, posteriormente, a estrutura administrativa da Vila, a Igreja Matriz de Santo

Antônio, e em volta os primeiros comércios. A figura 9 demonstra o formato de cruz em que seria formado esse primeiro núcleo, a localização da cruzinha, as clareiras abertas e o barracão, em 1875.

Segundo Zardo et al (1995, p. 11), "antes da vinda dos imigrantes italianos, já havia, na "Cruzinha" [...] um pequeno povoamento de franceses, sendo imprecisas as informações do início, e obscura as causas de sua vinda." Caprara e Luchese (2005, p. 30) citam o registro em fontes bibliográficas, de "48 famílias de franceses - que não teriam se estabelecido devido à precariedade da colônia". De Paris (1999, p. 35) fala que os primeiros franceses teriam se retirado, mas que permaneceram "2 ou 3 dos 200 que chegaram".

> Certo é, contudo, que realmente já estavam aqui quando chegaram os primeiros imigrantes italianos. A maciça maioria de italianos ocasionou a absorção de sua cultura, fazendo com que seus descendentes assimilassem e esposassem como sua a cultura itálica a ponto de muitos se considerarem descendentes de italianos. Vários nomes ainda existem na cidade, como os Cousandier, Michelin, Couseau, Menetrier, Dupont, Tonneser, Tonet, etc. (Zardo et al, 1995, p. 12).

A ocupação do território de forma massiva teria iniciado a partir de 24 de dezembro de 1875, quando se estabeleceram famílias de imigrantes trentinos, estabelecidos na Linha Geral (Caprara e Luchese, 2005). A tradição diz que "chegaram à esplanada onde hoje está a Igreja Cristo Rei e ficaram aguardando a distribuição das terras" (De Paris, 1999, p. 41), cujos nomes estão registrados em um monumento na Praça das Rosas. Registravam-se então os nomes masculinos representantes de suas famílias:

> Isidoro Dagostini, Cristoforo Ambrosi, Giovanni Batta Battisti, Leonardo Copat, Domenico De Gasperi, Pietro Dorigatti, Antônio Euel, Abramo Gado, Giuseppe Giacomoni, Antonio Giovaninni, Giovanni Giovanella, Giuseppe Lunelli, Tomaso Pintarelli, Nicoló Pozza, Giuseppe Rampanelli, Carlo Ranzi, Felice Refatti, Andrea Slomb, Domenico Tomasini e Matteo Valduga. (Caprara e Luchese, 2005, p. 30-31).

A partir de 1876 chegam mais imigrantes, os quais a grande maioria são registrados como italianos, oriundos de Belluno, Treviso, Vicenza, Pordenone, Mantova, entre outros (Costa et al, 2016). O território inteiro é ocupado em aproximadamente 10 anos, a maioria por imigrantes oriundos do norte da Itália, sendo os últimos lotes ocupados nas escarpas do Rio das Antas, principalmente por imigrantes poloneses pomeranos, entre 1884 e 1886 (Linha José Júlio e 3ª Secção do Rio das Antas), além de um grupo de espanhóis (18 famílias), chegados em 1889, que se instalaram na 5ª Secção do Rio Das Antas (Kosowski, 2003).

2.3. Principais marcos históricos e primeiros núcleos urbanos

No primeiro núcleo urbano, ocorrem os principais eventos e instalam-se os principais equipamentos urbanos. A primeira missa foi rezada em setembro de 1876 pelo Padre trentino Bartolomeu Tiecher, quando também foi erguida a primeira igreja de tábuas construída por Giuseppe Giovannini, ampliada em tijolos em 1878. Em 1877, chegou o primeiro capelão que deu assistência religiosa, o Pe. Domênico Munari, logo falecido e substituído por Dom João Menegotto. Em 1881, foi iniciada a construção da Estrada Buarque de Macedo, que se tornou carroçável em 1893, ano em que se recebeu a primeira visita do Cônsul italiano Cavalheiro Henrique Perrod. Em 1882, foi fundada a Sociedade Italiana de Mútuo Socorro, presidida pelo Sr. Domingo Loss (De Paris, 1999).

Em 1884, ano da emancipação de colônia para Distrito de Montenegro, foi criada a paróquia de Santo Antônio e fundada a primeira banda de música, denominada Sociedade Filarmônica Giuseppe Verdi. Também é criada a primeira aula pública em língua italiana pela Sociedade Italiana de Mútuo Socorro e nomeado o primeiro Delegado de Polícia, Ernesto Cartier. Em 1886 são inaugurados os três sinos da Igreja Santo Antônio, fabricados em Cobalchi de Bassano, no Vêneto. Em 1888 é criada a primeira agência do Correio, para a qual foi nomeado Júlio Lorenzoni, além de ser nomeado primeiro Juiz de Paz Evágio Rebellino. Em 1889 é construída a Igreja Metodista.

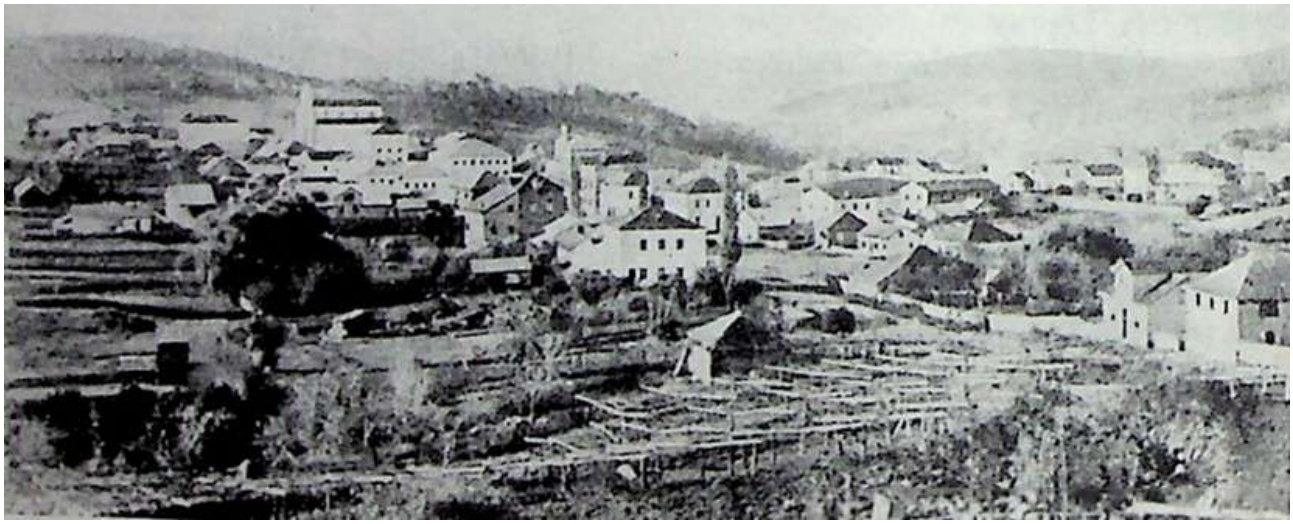
Júlio Lorenzoni relata uma grande festa quando da Proclamação da República (1889) e quase um ano depois, em 1890, Dona Isabel e Conde d'Eu foram desmembrados como município, tomando a denominação de Bento Gonçalves. O Conselho Municipal foi instalado em 1892, quando também tomou posse o primeiro Intendente, Coronel Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior, que após várias reeleições, permaneceu no cargo por 32 anos. Entre 1893 e 1895 ocorreu a revolução federalista em todo o Estado, época em que o desenvolvimento econômico e a construção de infraestruturas ficaram estagnados. O território da ex-colônia Conde d'Eu foi desmembrado como município em 1900, com a denominação de Garibaldi. Em 1901 foi lançada a primeira pedra do Palácio Municipal, inaugurado em 1902. Em 1903 foi fundado o Colégio Elementar, atualmente Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Em 1906 foi fundado o Clube Aliança, primeiro clube recreativo.

Figura 10: Sede da Colônia Dona Isabel, provavelmente nos anos de 1883/1884.



Fonte: Acervo Museu do Imigrante. Datação de Torres e Caprara (2011).

Figura 10 b: Bento Gonçalves por volta de 1900.



Fonte: Álbum Comemorativo Cinquantenário della collonizzazione italiana nel Rio Grande Del Sud, 1925, p. 326.

Figura 11: Sede da Colônia Dona Isabel, vista aproximadamente do lote dos Pasquali ou Dreher.



Fonte: Acervo Museu do Imigrante.

Figura 12: Cemitério localizado na Rua Gomes Carneiro, atual ponte seca.



Fonte: Acervo Museu do Imigrante.

Em 1907, Bento Gonçalves torna-se sede da Comarca, sendo nomeado como primeiro juiz o Dr. Antônio Casagrande, e também se cria um sindicato agrícola, que dura até 1912. 1909 é o ano em que se inaugura a primeira fábrica de queijo parmesão e 1910, fundado o Jornal “Bento Gonçalves”, fundada uma Escola Prática Superior, inaugurado o primeiro telefone municipal e começa a funcionar o primeiro estabelecimento vinícola, de

Alexandre e Giácomo Pasquali. (Lorenzoni, apud De Paris, 1999, p. 101 e 102; Cinquantenario, 1925, p. 326 a 328).

A partir da chegada do Dr. Stefano Partenó em 1911, iniciou-se a fundação das Cooperativas Agrícolas, falidas em 1914. Em 1912 chega ao município o médico Dr. Bartholomeu Tacchini, sendo também inaugurada a filial do Banco Pelotense. Em 1913 é construída a Estação de Sericicultura, sob a direção de Sílvio Pettinelli, que funcionou até 1916. Em 1914 houve uma grande reunião na Intendência, onde foi lido o memorial elaborado para a solicitação do prolongamento da estrada de ferro até o município, sendo que apenas em 1916 é que foram abertas as propostas para a sua construção. Em 1917 é fundada a Sociedade de Tiro e inaugurada a Estação Agrícola (no mesmo prédio da Estação Sericícola). Outras agências bancárias se instalam no município, sendo em 1917 o Banco da Província e em 1919 o Banco Nacional do Comércio.

Em 1919, a "10 de agosto: correu o primeiro trem entre Garibaldi e Bento Gonçalves" (Lorenzoni apud De Paris, 1999, p. 103) e no mesmo ano, é fundado o Clube Esportivo. Em 1922 foi assinado o contrato para instalação da energia elétrica e foram realizadas reformas na Igreja Santo Antônio. Em 1923, foi inaugurada a Estação Hidroelétrica. Em 1924 foi realizada missa campal no local onde seria construído o Hospital Dr. Bartholomeu Tacchini, inaugurado em 1927 (Lorenzoni, apud De Paris, 1999, p. 101 e 102).

Essa enumeração de fatos notáveis, entre outros registrados por Júlio Lorenzoni, permite avaliar a evolução urbana da Vila, a partir de seus principais equipamentos e autoridades. Observa-se, entretanto, que a mesma é pouco problematizada na bibliografia, especialmente em sua relação política e econômica, com fatos nacionais e mundiais, tais como a Proclamação da República, em 1889 e a forma de governo até a revolução de 1930; a I Guerra Mundial, entre 1914 e 1918; a 2ª Guerra Mundial entre 1939 e 1935, as ideologias e evolução da ciência em cada época.

Em relação à mudança econômica das colônias ditas italianas, como Dona Isabel, Conde d'Eu e Caxias, identificam-se no início do Século XX dois marcos principais: a construção da ferrovia, cujas estações são inauguradas entre 1910 e 1919 e o movimento de criação das cooperativas agrícolas, entre 1911 e 1914. A data desses eventos faz refletir sobre as dificuldades (econômicas e técnicas) em prolongar o trecho da ferrovia após 1910, além da proximidade da falência das cooperativas junto à crise mundial que inicia em 1913 e culmina na I Guerra Mundial. O prolongamento da ferrovia até Bento Gonçalves somente vem a acontecer após o final da guerra.

Cini et al (2005) analisam a cidade como um local isolado até a introdução da ferrovia em 1919, devido às dificuldades enfrentadas nos transportes. De fato, até esse momento, o coração urbano da cidade se limita à sua área central. A partir da chegada da ferrovia e da transferência de várias indústrias para as redondezas da Estação Ferroviária, um novo núcleo urbano começa a se desenvolver. Acima desse primeiro núcleo, estendendo-se de sul a norte, a ferrovia, instalada paralelamente à Estrada Geral, conecta Bento Gonçalves a Garibaldi em 1919, dando origem à Cidade Alta (figura 13). Neste novo núcleo, as principais indústrias da época se estabelecem, além da construção da segunda Igreja paroquial, dedicada a Cristo Rei. Em 1922, a energia elétrica foi introduzida, com a subestação localizada na área que atualmente abriga a Praça das Rosas.

Nessa localidade se desenvolvem as principais indústrias da cidade, tais como a Sociedade/Companhia Vinícola Rio Grandense, a Vinícola Brasileira, a Cooperativa Vinícola Aurora, o Moinho Ceres, o Moinho Tondo, a empresa de Acordeões Todeschini (que posteriormente migrou para indústria de móveis), a CIA de Acordeões Scala, a Móveis Barszenski, entre outras.

Figura 13: Bairro Cidade Alta.



Fonte: Acervo Museu do Imigrante.

Figura 14: Bairro Maria Goretti – conjunto dos Fasolo, Bertani e Gasperin. À esquerda centro, o dique.



Fonte: Acervo Museu do Imigrante.

Após a inauguração e chegada da ferrovia ao referido município, iniciam-se lacunas históricas em relação à continuação da construção dos trilhos. Em relatório de 1920 é citado que “a conclusão dos serviços até Alfredo

Chaves ainda terá demora, devido à dificuldade do terreno, trabalho a se fazer quase que na rocha, com vários túneis variantes e pontes" (Caprara e Luchese, 2005, p. 300).

Sabe-se, no entanto, da presença da Viação Férrea do Rio Grande do Sul e a sequência da construção da linha férrea no sentido norte da cidade, que podem ser observadas através de fotografias, onde os diques estão sendo construídos. A figura 14, além de registrar o dique, à esquerda, representa a configuração de ocupação do solo ao longo da Estrada Buarque de Macedo, mesmo em locais ainda não integrantes da vila. Os conjuntos das famílias Fasolo, Bertani e Gasperin, são representativos do desenvolvimento do artesanato à indústria, pois em um território muito próximo desenvolveram o Curtume, o Matadouro e a fábrica de embutidos.

Com a continuidade do trajeto da ferrovia até o Rio das Antas, originou-se o terceiro núcleo urbano junto ao Batalhão Ferroviário, em 1943, dando origem ao Bairro São Roque. Menciona-se que o perímetro territorial onde hoje é o bairro São Roque era um distrito, criado em 1962, ocorrendo a separação do distrito de Tuiuty em 1971. Há de se realizar maiores pesquisas quanto à existência da capela anteriormente à chegada do Batalhão, uma vez que há no local construções de características imigrantistas, bem como relatos de casas de pasto ao longo da Estrada Geral e Buarque de Macedo.

Figura 15: Bairro São Roque e o conjunto do Batalhão Ferroviário. Acima, a Igreja e a Capela.



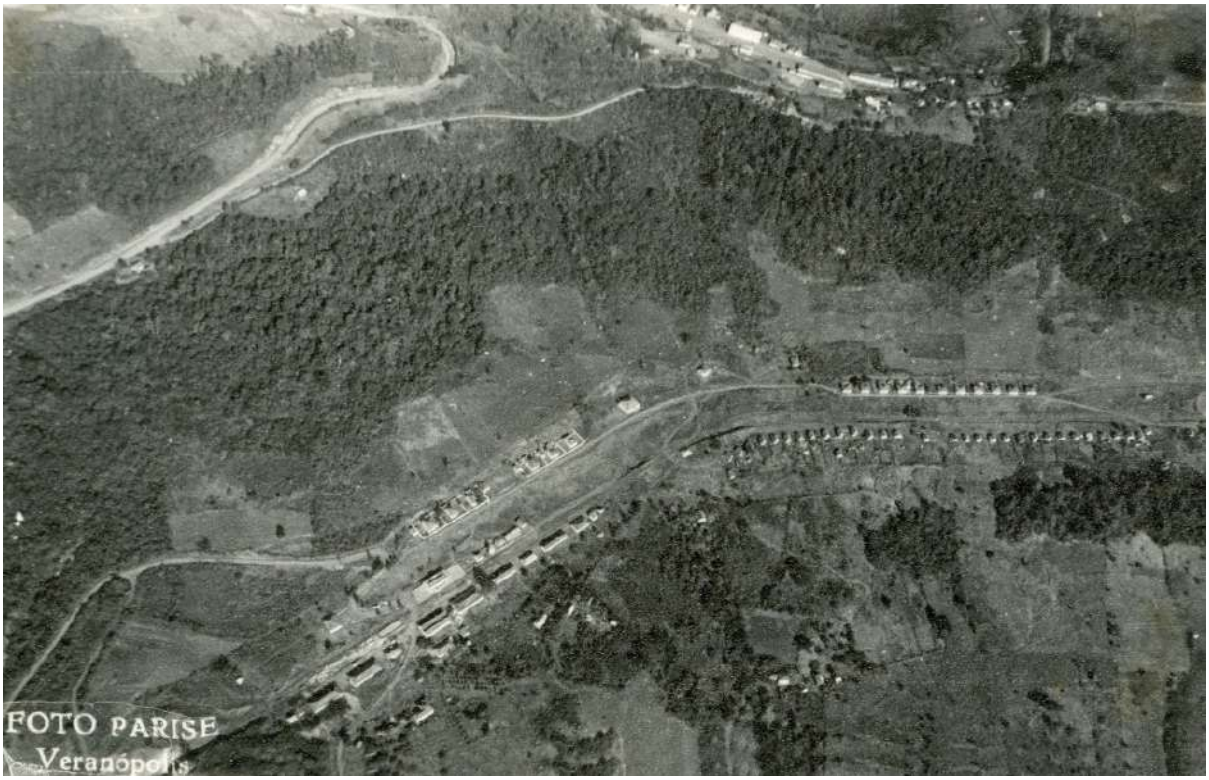
Fonte: Acervo Museu do Imigrante.

No trecho, ao longo da década de 1950 implantam-se vilas ferroviárias em São Valentim, Verissimo de Mattos, KM2, São Luiz e Jaboticaba, dando apoio para a construção da ferrovia, que segue até a divisa municipal com Veranópolis. Menciona-se dessa forma, os primeiros indícios sobre a existência das localidades que depois seriam pontos da constituição das vilas ferroviárias, como Veríssimo de Mattos, que segundo documentos já teria sua estação no ano de 1925 (Pianca, 1925).

Por sua vez, ao longo das linhas coloniais diversas comunidades se formam, com suas próprias Capelas, escolas, comércios locais e pequenas indústrias artesanais, como postos de vinificação e moinhos, tornando-se as principais como sedes de distritos, muitos deles emancipados ao longo do Século XX. Atualmente, as linhas deram

origem a roteiros turístico-culturais a cada distrito, os quais ressaltam a valorização da cultura da imigração italiana, das paisagens naturais e culturais e o enoturismo. O desenvolvimento da zona rural será estudado em outro momento.

Figura 16: Vista aérea de Veríssimo de Mattos (acima) e KM2 (abaixo), sem data.



Fonte: Memórias de Bento. Acervo de Dolmires José Visentin Lunardi, sem data. Disponível em: http://www.memoriasdebento.com.br/img/fotos/ampliada/memorias-de-bento-462.jpg Acesso em 29 set 2023

Figura 16 b: Acampamento militar na Vila de São Luiz, em 1960.



Fonte: Memórias de Bento. Acervo de Dolmires José Visentin Lunardi. Disponível em: http://www.memoriasdebento.com.br/img/fotos/ampliada/memorias-de-bento-486.jpg Acesso em 29 set 2023

2.4. Caracterização arquitetônica e cronologia

Segundo Posenato (1983), a arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul possui caráter dinâmico, não sendo possível estabelecer uma cronologia rígida dos seus períodos arquitetônicos. O autor propõe a agrupação das soluções e características comuns de cada época, como forma de análise, considerando a expectativa de duração das edificações. Assim, propõe a divisão por características entre quatro períodos, de acordo com a linguagem utilizada nas edificações, tecnologias e materiais existentes na época, porém alertando que as referências cronológicas podem variar entre localidades, de acordo com sua implantação, situações familiares, estrutura de transportes e distância dos centros industriais. O autor propõe então a seguinte cronologia para as colônias antigas:

> 1 – construções provisórias: primeira década da imigração;
> 2 – período primitivo: segunda década da imigração;
> 3 – período de apogeu: desde cerca de 1890 até em torno de 1930;
> 4 – período tardio: desde cerca de 1930 até fins da década de 60.
> De toda forma, em nossos dias ainda se registram manifestações espontâneas da arquitetura peculiar da imigração italiana (POSENATO, 1983, p. 97).

Posenato (1983) ainda aponta a aculturação da arquitetura dos imigrantes italianos e seus descendentes, que receberam influência de outros padrões da época, principalmente nas áreas urbanas, assim como manifestações arquitetônicas híbridas. Entre as influências recebidas destacam-se a luso-brasileira (prédios de alvenaria com platibandas e ornamentação em relevo nas fachadas, aculturação da fachada principal), influência da imigração alemã (forma de organização das instalações rurais, organização social da terra margeando as estradas) e influências internacionais, como o chalé com lambrequins, a tradição erudita italiana (concepção e ornamentação) e o neogótico, especialmente na arquitetura religiosa.

Considerando a evolução urbana da Colônia Dona Isabel ao município de Bento Gonçalves, em termos de ocupação e tipologia das edificações, pode ser caracterizada por 6 fases, conforme identificado no estudo de Evolução Urbana de Bento Gonçalves (De Paris, Bertoco, 2015). A análise das fases das edificações é realizada através de revisão bibliográfica sobre os períodos da arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul (Posenato, 1983), arquitetura do Rio Grande do Sul na República Velha (Weimer, 1987) e sobre a arquitetura moderna na Serra Gaúcha (Costa et al, 2011), considerando os marcos históricos do município identificados com De Paris:

> 1ª fase: 1875 a 1890 – Colônia Dona Isabel pré-emancipação
> 2ª fase: 1890 a 1930 – Pós-emancipação ao cinquentenário da imigração
> 3ª fase: 1930 a 1950 – Da revolução de 1930 até o 75º aniversário da colonização
> 4ª fase: 1950 a 1971 – Da Escola de Enologia e Acordeões Todeschini à Fenavinho
> 5ª fase: 1971 a 1990 – Construção da RST 470, impulso da indústria moveleira e primórdios do turismo.
> 6ª fase: 1990 até hoje – Informatização, democracia e consolidação do turismo (De Paris, Bertoco, 2015).

A linha do tempo apresentada deve ser considerada uma abordagem inicial dos marcos históricos do município, devendo ser reavaliada pelo Programa Laços Patrimoniais, ao longo das pesquisas, uma vez que cada localidade pesquisada possui sua própria história. A partir de 2020, percebe-se ainda uma 7ª fase que estamos vivendo, do pós pandemia e da digitalização das coisas, inclusive dos acervos e de registros do imaterial. A dimensão temporal das edificações em geral consideradas patrimônio cultural no município corresponde às quatro primeiras fases da evolução urbana identificada, que compreende o período histórico das grandes migrações no município, do qual a maioria das edificações já inventariadas faz parte. Observa-se, entretanto, a necessidade de estudos históricos quanto ao desenvolvimento do turismo a partir da década de 1970, abrangendo o crescimento do

enoturismo com a Festa Nacional do Vinho e posteriormente, o surgimento de roteiros turístico-culturais como o Caminhos de Pedra e o Vale dos Vinhedos, em meados da década de 1990, chegando a roteirizar todos os distritos a partir da década de 2000.

Segundo Caprara e Luchese (2005), os primeiros imigrantes trentinos que chegaram à Colônia Dona Isabel em 24 de dezembro de 1875, se estabeleceram primeiramente na Linha Estrada Geral e posteriormente, nas demais. Em 1884, as Colônias Conde D'Eu e Dona Isabel foram elevadas à povoação comum, como 4º Distrito de São João de Montenegro. Com a proclamação da República, por ato do então Governador do Estado, a colônia de Dona Isabel teve sua emancipação em 1890, formando o município de Bento Gonçalves e a colônia de Conde D'Eu em 1900, tornando-se município de Garibaldi (Caprara e Luchese, 2005).

Assim a primeira fase, de 1875 a 1890, corresponde à Colônia Dona Isabel, pré-emancipação, caracterizada pela implantação da colônia, com suas primeiras estradas e equipamentos, representados pelo traçado das colônias que deu origem ao atual, bem como pela arquitetura da imigração italiana dos períodos provisório e primitivo.

Segundo Bertussi (1987), ao receber o lote rural, a sua ocupação se desenvolveu espontaneamente de acordo com as exigências de plantio e implantação das construções, em etapas. Quando o imigrante fazia uma pequena casa, "servia inicialmente para todas as funções: comer, dormir, estar. Ao fazer a casa nova, fosse ela de qualquer natureza, a função de cozinha por muitas vezes continuou sendo na casa primitiva" (Bertussi, 1987, p.125).

As construções provisórias são caracterizadas por Posenato (1983) pelos períodos dos abrigos improvisados (utilização de copas de árvores, saliências, escavações em barrancos, entre outros), choupanas e palhoças (duração de um ano, feitas de taipa, taquara, palha, madeira rachada) e cabanas (acomodações de 10 a 20 anos, feitas com paredes grosseiras de pedras ou madeiras macias). O colono chegado abria uma clareira no mato e com a própria madeira de pinho construía um abrigo (figura 17) que "media normalmente 4,0m x 6,0 m, com uma porta, uma janela ou duas, cobertura de tábuas lascadas, finas, retangulares, que colocadas escamadas davam perfeito estanque da chuva" (Bertussi, 1987, p. 124).

Figura 17: Construções provisórias de madeira: Casa de Luca Gava, em Tamandaré, sem data.



Fonte: Acervo fotográfico do Museu do Imigrante.

Já as construções do período primitivo (figura 18) caracterizam-se pelo despojamento e simplicidade, pela inexistência de vidros, cozinha separada, porão semi-escavado, cobertura geralmente em duas águas com tabuinhas. Nesse período, utilizavam-se materiais existentes no local, com pouca manufatura, como madeira serrada ou rachada a mão, pedras irregulares e lascadas, assentadas com barro ou junta seca e tijolos feitos a mão (Posenato, 1983).

Figura 18: Arquitetura primitiva: Cantina Strapazzon (a), Cozinha Vaccaro (b), Antiga Casa Premaor (c).



Fonte: Bertoco (2013-2019): Arquivos de Diagnóstico do Inventário.

A segunda fase, de 1890 a 1930, corresponde ao período pós-emancipação, passando pelas comemorações do cinquentenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul, até a Revolução de 1930. O período caracteriza-se pelo desenvolvimento do município isolado até a chegada da ferrovia em 1919 e o desenvolvimento que esta trouxe até 1930, assim como o período da uva e do vinho e dos pequenos comércios (De Paris, 2006). Destacam-se as iniciativas reconhecidas em 1925 pela publicação sobre os cinquenta anos da colonização italiana no Rio Grande do Sul, o qual registra o progresso dos imigrantes no Estado e as principais casas de comércio e indústria da época (De Paris, 2006).

Figura 19: Arquitetura de apogeu: Casa Somensi (a), Casa Merlin (b), Mercado Simon Callegari (c).



Fonte: Bertoco (2013-2019): Arquivos de Diagnóstico do Inventário.

Segundo Posenato (1983), nesse período, havia fartura e autossuficiência, mas grande dificuldade de escoamento da produção, resultando em grandes casas de pedra ou madeira e até mesmo no desperdício de vinho que não podia ser vendido. Representado pela arquitetura das primeiras indústrias artesanais e pela arquitetura de imigração italiana em apogeu, quando a casa significava autoafirmação, o fascínio pela terra e pelo trabalho. A arquitetura do apogeu é caracterizada por residências de até três ou quatro pavimentos, com cozinha separada ou anexa, expressão austera, estruturas arrojadas e linguagem decorativa com ornamentação singela (figura 19).

Na mesma época, as construções urbanas eram caracterizadas pela arquitetura eclética, de referências neoclássicas e neorrenascentistas em edifícios públicos e casas das famílias mais abastadas. A arquitetura aculturada possui influências luso-brasileiras e ecléticas, com platibandas e ornamentação em relevo, muitas vezes reservadas apenas à fachada principal (Posenato, 1983). Em Bento Gonçalves, também há influências da arquitetura colonial luso-brasileira na Casa Silveira, na localidade do Passo Velho (figura 20a).

Figura 20: Arquitetura aculturada: Casa Silveira (a), Casa Toniollo (b), Casas Giovanini, Alegretti e Toschi (c).



Fonte: Bertoco (2013-2019): Arquivos de Diagnóstico do Inventário.

As características historicistas ecléticas estão presentes em obras da época da República Velha[16], cuja linguagem variava entre a arquitetura civil, projetada por profissionais liberais, representando as aspirações das classes em ascensão (figura 20c); e a arquitetura oficial, que buscava interpretar a ideologia política da época (figura 21). A arquitetura oficial (sedes bancárias, casas comerciais, depósitos e fábricas, vilas e palacetes) possuía influência alemã, com volumetria mais dinâmica, formas abertas e decoradas com obras de escultura; e a arquitetura oficial (obras governamentais) era ligada ao repertório francês, mais rígida, geométrica e monumental, com simbologias positivistas (Weimer, 1987).

Figura 21: Arquitetura neoclássica e eclética: Palácio Municipal (a), Banco da Província (b) e Casa Milani(c).



Fonte: Bertoco (2013-2019): Arquivos de Diagnóstico do Inventário.

A terceira fase, de 1930 a 1950, representa o período da revolução de 1930 até o 75º aniversário da colonização italiana. O país sofre grandes transformações na estrutura social e política através da revolução de 1930 e o Governo nacionalista de Getúlio Vargas, quando foram proibidas todas as referências à cultura e à língua italiana. Materializado no reboco das casas de pedra, como forma de abrasileirar-se e esconder a identidade de colono italiano. Em 1943, ocorre a chegada do 1º Batalhão Ferroviário, para a construção do Tronco Principal Sul, tendo grande participação no desenvolvimento do município, principalmente na área de infraestrutura e saúde (De Paris, 2006).

Essa época é marcada por "uma crise econômica mundial de proporções nunca vistas" (Weimer, 1987, p. 182), quando os políticos gaúchos, então coesos pelo governo de Getúlio Vargas, tomaram conta do governo central, em 1930, "impondo um projeto autoritário de modernização do país" (Weimer, 1987, p. 182), que culminou no golpe do Estado Novo. Com isso, a economia gaúcha entrou em grave retração, já que os mercados antes regionais se fundiram em um mercado de amplitude nacional, concorrendo com as indústrias mais capitalizadas, gerando quedas nos produtos agrícolas e entraves no desenvolvimento industrial da região sul (Weimer, 1987).

Figura 22: Edificações em linguagens modernas no Bairro São Roque (a) Batalhão (b) e Correios (c), no Centro.



Fonte: Bertoco (2013-2019): Arquivos de Diagnóstico do Inventário.

Quanto à produção arquitetônica, ocorre uma profunda revisão de conceitos, encerrando a fase anterior através da volta à arquitetura clássica, passando ao que considera "uma arquitetura rígida, comedida, catalogada, aparentemente, sem imaginação" (Weimer, 1987, p. 185). Por outro lado, "desenvolveu-se uma nova arquitetura despojada de todo o decorativismo e do formulário historicista. Ela usava superfícies planas, fachadas lisas, e a estrutura como forma de expressão" (Weimer, 1987, p. 185). Essa nova arquitetura passou a ser conhecida como

[16] Segundo Weimer (1987), a partir da instauração da República em 1889, passou a ser maior valorizada a pequena propriedade imigrantista, passando a haver maior preocupação com o escoamento de produtos coloniais, através da construção de estradas e pontes. Entretanto, para Weimer (1987), embora a Revolução de 1930 tenha sido um marco político, a fase arquitetônica desse período vai além dessa data.

moderna (figura 22), expressando a essência da volumetria e da massa construída em sua simplicidade. Entretanto, a linguagem utilizada diferencia-se por buscar uma expressão monumental e autoritária, ao contrário da europeia, que buscava o popular (Weimer, 1987).

Para Posenato (1983), a integração das comunidades de imigração italiana à vida do país, o melhoramento dos transportes, o escoamento e comercialização da produção "trouxeram a conotação de custo, surgindo daí a expectativa de lucro" (Posenato, 1983, p. 89). Do ponto de vista da arquitetura de imigração italiana, classificada pelo período tardio, não havendo mais dificuldade de comercialização externa, não havia mais excedentes de produção e o consumo passou a ser mais comedido. Assim, os materiais e a mão de obra, agora profissional, passaram a ter preço e consequentemente, a casa passou a ser apenas o local para morar, com áreas menores, utilização de materiais industrializados e janelas envidraçadas (figura 23). Há de se considerar também essa conotação de custo em relação à industrialização e aos impactos econômicos da 2ª Guerra Mundial, além da política nacionalista que impedia a expressão "estrangeira", inibindo o orgulho anterior pela casa.

Figura 23: Período tardio: Casa Rossini (a), Queijaria Toniollo (b), Casa Irmãos Bianchi (c).



Fonte: Bertoco (2013-2019): Arquivos de Diagnóstico do Inventário.

A arquitetura aculturada também aparece mesclando as características da arquitetura imigrantista tardia com a arquitetura moderna que estava em voga. A tipologia arquitetônica urbana é caracterizada pela arquitetura moderna com linguagem Déco (figura 22), Protomoderna e Neocolonial (figura 24, 26 a 27), sob influência dos edifícios públicos construídos por Getúlio Vargas. São utilizados ornamentos simplificados em linhas retas e zigurates (Art Déco), demarcação de moldura em volta das janelas como se fossem em fita (protomoderno), bem como demarcação dos acessos com marquises ou vazios (Costa et al, 2011).

Figura 24: Residências imigrantistas aculturadas nos distritos de Faria Lemos e São Pedro.



Fonte: Bertoco (2013-2019): Arquivos de Diagnóstico do Inventário.

Quanto às construções modernas ferroviárias, são representadas não apenas pelas ferrovias, mas também por túneis, vilas residenciais, estações férreas, entre outras, construídas em linguagem Art Déco e protomoderna. Entre as características, a forma retangular em um pavimento, o telhado em quatro águas, o predomínio de cheios sobre vazios, a decoração com linhas horizontais na fachada e, muitas vezes, o símbolo do Batalhão Ferroviário. A diferenciação temporal é possível ser identificada através da arquitetura das estações, com predomínio Art Déco através da simetria, telhado com platibanda e marquises em formas arredondadas. Já as edificações residenciais apresentam assimetria na demarcação do acesso principal e vão perdendo os elementos decorativos na medida que a ferrovia avança em direção à Jaboticaba.

Figura 25: Edificações da Vila Ferroviária KM2: Antiga Escola (a), Casa de trabalhadores (b) e Estação (c).



Fonte: Bertoco (2013-2019): Arquivos de Diagnóstico do Inventário.

Segundo Da Costa et al (2011), na década de 1940 os edifícios começam a apresentar características Art Déco, tendo a limitação no alinhamento frontal do lote, altura aproximada de 2 andares, muitas vezes sem recuos laterais, valorização da esquina, além do predomínio do cheio sobre o vazio, pelo fato das paredes serem estruturais. Como elementos decorativos, são comuns as formas lineares e geometrizadas, em alto ou baixo relevo, além de caracteres tipográficos em relevos, principalmente nas platibandas. “A maioria dos exemplares possui composição de matriz clássica, sendo eles simétricos e tripartidos. [...] No plano central, localiza-se a sacada e a platibanda elevada [...]” (Da Costa et al, 2011, linguagem).

Figura 26: Edifícios em linguagens modernas no Bairro Centro, com influência Art Déco.



Fonte: Bertoco (2013-2019): Arquivos de Diagnóstico do Inventário.

Figura 27: Edificações em linguagem neocolonial: Casas Zetterman (a), Miguel (b) e Ditz (c).



Fonte: Bertoco (2013-2019): Arquivos de Diagnóstico do Inventário.

Figura 28: Edificações em linguagem modernista, década de 1950.



Fonte: Bertoco (2013-2019): Arquivos de Diagnóstico do Inventário.

A quarta fase, de 1950 a 1971, corresponde à época de criação da Escola de Enologia, de desenvolvimento vitivinícola até a primeira Fenavinho em 1967, e ao grande desenvolvimento industrial, representado pela Companhia Vinícola Rio Grandense, Cooperativa Vinícola Aurora e Acordeões Todeschini (incendiada em 1971). Ao mesmo tempo, o 1º Batalhão Ferroviário (figura 22b) ficou sediado em Bento Gonçalves até 1971, resultando

na urbanização do Bairro São Roque, na construção do Ramal Ferroviário Bento Gonçalves a Jaboticaba e do Tronco Principal Sul, marco da engenharia e da arquitetura da época (De Paris, 2006).

Como expressão dessa época, continua a linguagem Art Déco e surge a arquitetura modernista em edificações monumento, linguagem que passou a ser utilizada na arquitetura oficial (escolas e edifícios públicos) e arquitetura religiosa. A partir da década de 1950 se observam elementos de linguagem Art Déco, com os mesmos princípios compositivos da década anterior, porém simultaneamente com arquitetura moderna, diminuindo a ornamentação e iniciando a verticalização de edifícios, com menor hierarquia da esquina. Alguns edifícios introduzem elementos do repertório moderno, tais como as janelas em fita e pilotis (figura 29 b). Em outros, predomina o cheio sobre vazios em composição assimétrica, utilizando-se a demarcação da estrutura na fachada (figura 29 a).

Figura 29: Laboratório de Enologia (a), Colégio Bento Gonçalves (b) e Edifícios Residenciais (c d).



Fonte: Bertoco (2013-2019): Arquivos de Diagnóstico do Inventário.

A partir da década de 1960 (Da Costa et al, 2011), abandonam-se as referências Art Déco das décadas anteriores e empregam-se elementos do repertório modernista. Alguns edifícios, que passam a ter maiores alturas, mantêm a implantação tradicional junto às divisas (figura 29 c d), mas muitas residências “descolam-se” através de recuos laterais e frontais (figura 28). “Observam-se volumes puros com limpeza formal e emprego de alguns elementos característicos, como o uso da pastilha cerâmica como revestimento e a modulação estrutural das fachadas” (Da Costa et al, 2011, linguagem). Utiliza-se maior simplificação volumétrica, os panos de vidro passam a ser maiores, as fachadas não são mais simétricas.

Os primeiros edifícios em altura também datam da década de 1960 e emolduram a principal praça da cidade, heterogeneizando a paisagem urbana em uma mescla de arquitetura eclética, Art Déco e modernista. Esse período demarca a maior diversidade de linguagens arquitetônicas na cidade, variando das casas neocoloniais aos edifícios modernistas. A maioria dessas edificações não se encontram reconhecidas no inventário (embora mapeadas no Plano Diretor de 2018) e são carentes de instrumentos de gestão mais específicos para sua preservação. Portanto, considerando a complexidade de estilos utilizados no período e a utilização desse tipo de arquitetura em tipologias variadas, especialmente relacionado ao patrimônio industrial, esse tema será abordado em um estudo próprio.

2.5. Considerações finais

A colonização italiana na Serra Gaúcha em pequenas propriedades agrícolas pode ser vista como uma política pública de reforma agrária, com grandes loteamentos rurais destinados a imigrantes de origem europeia, aos quais eram atribuídas qualificações, capacidades e características vinculadas à raça. Deles era esperado o desenvolvimento de uma produção agrícola antes precária, dentro de um sistema capitalista em implementação.

A implantação da Colônia Dona Isabel, irmanada com a Colônia Conde d’Eu, desenvolveu-se ao longo de uma estrada geral, que ligava a região metropolitana ao norte do Estado. Dos colonos esperava-se não apenas a

construção de sua casa e o cultivo de alimentos no lote rural, mas a construção de toda a infraestrutura necessária ao transporte das mercadorias e consequente desenvolvimento da região.

Desde o início, o núcleo da Igreja e da administração da colônia foi o polo agregador de urbanidade, recebendo em seu entorno os comércios e serviços. Com as ferrovias - construídas por mãos negras e por jovens soldados - as cidades expandiram-se desenvolvendo indústrias e comércios próximos às estações. Surgiram assim os núcleos da Cidade Alta, São Roque, Veríssimo de Mattos, KM2, São Luiz e Jaboticaba.

Ao mesmo tempo, desenvolveu-se uma apropriação peculiar do território ao longo das Linhas coloniais e sedes de Capelas, dando origem às características do território rural, hoje representada pelos distritos e roteiros turístico-culturais, como São Pedro, Vale dos Vinhedos, Faria Lemos e Tuiuty. Muitas capelas deram origem a novas paróquias e cidades: Monte Belo do Sul, Santa Tereza, Pinto Bandeira. De uma colônia surgiu uma região, cujas características evolutivas e paisagísticas são similares entre os municípios, aos quais aponta-se um grande potencial paisagístico a ser aprofundado.

Em relação à evolução arquitetônica, com base nos exemplares arquitetônicos já inventariados e o levantamento fotográfico referente às visitas de campo, alicerçados na revisão feita com base nos livros de história local, elaborou-se uma cronologia relacionando os principais momentos históricos com a linguagem arquitetônica de cada época. O estudo resulta na identificação dos períodos caracterizados pelas tecnologias e linguagens arquitetônicas no município, os quais são representados através de uma linha do tempo e de mapa da evolução dos núcleos territoriais.

A linha do tempo é considerada uma abordagem geral dessa caracterização, visto que cada núcleo histórico necessita de sua própria contextualização. A dimensão temporal das edificações consideradas patrimônio cultural no município corresponde às quatro primeiras fases da evolução urbana identificada, que compreende o período histórico da imigração italiana no município, do qual a maioria das edificações já inventariadas faz parte. Identifica-se a necessidade, entretanto, de maior aprofundamento em relação à arquitetura moderna urbana, em especial quanto às manifestações de arquitetura residencial neocolonial, modernista e às edificações representativas do patrimônio industrial.

É possível identificar, através dessa cronologia, os marcos de nossa própria época, tanto quanto à nossa relação com o patrimônio, quanto em relação a novos marcos históricos como a pandemia e suas consequências. A cronologia e as características abordadas também apontam o potencial de uma metodologia para a atribuição dos níveis de proteção aos bens inventariados, dialogando com a legislação municipal que os tutela, como o Plano Diretor.

3. A LINHA, A CAPELA, O MOINHO E A CANTINA: A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO RURAL NA PAISAGEM CULTURAL DE BENTO GONÇALVES/ RS

Cristiane Bertoco

3.1. Introdução

> Para descendentes de um povo profundamente religioso e de hábitos arraigados à vida familiar, a igreja e a casa são as edificações mais importantes. A casa é o corpo da família, onde o relógio é como um coração a pulsar. A igreja é o centro da comunidade e os sinos, o coração das cidades (Delphim, 2013, p. 15).

Ao implantar o sistema de colonização, o traçado colonial seguindo a Lei de Terras estipulou a divisão em léguas, linhas, travessões e lotes coloniais, seguindo um desenho rigidamente ortogonal, pouco adaptado à realidade das regiões que se pretendia povoar. A cada colônia era definido um lugar para o vilarejo, previsto para ser o seu centro socioeconômico, onde seria construída a Igreja Matriz, a escola e os demais equipamentos urbanos. Em volta deste, léguas, linhas e travessões organizaram a distribuição dos lotes coloniais, que tinham a função básica de desenvolver a agricultura de pequena escala (De Boni e Costa, 2011, p. 137).

Chegando à colônia, após um tempo em barracões na sede, os colonos dirigiam-se para o lote destinado e eram entregues à solidão da floresta, obrigando-se a adquirir autossuficiência, fator que favoreceu o surgimento do artesanato regional (De Boni e Costa, 2011, p. 107). Os imigrantes acostumados a viverem nos burgos italianos, foram deixados “em um brutal isolamento físico, reduzindo violentamente as possibilidades de convivência e trocas sociais que já faziam parte do seu cotidiano. Essas trocas só eram possíveis quando se dirigiam ao comércio, ao moinho ou à capela aos domingos” (Bertussi, 1983, p. 133).

Isolado em sua colônia, onde as picadas mal permitiam a circulação a pé, “o polo imediato de convergência, a nível das relações primárias, haveria de ser o travessão – ou linha, com a vida social girando ao redor da capela” (De Boni e Costa, 2011, p. 137). A vida cultural do imigrante foi reconstruída em torno da religião, reunindo-se com os vizinhos aos domingos para rezar o terço, ler cartas e trocar notícias, o que aos poucos foi integrando e desenvolvendo a solidariedade e a economia local.

Ao longo das linhas coloniais diversas comunidades se formaram, com suas próprias capelas, escolas, comércios locais e pequenas indústrias artesanais, como postos de vinificação e moinhos. Mas como essa formação inicial reflete na ocupação do solo nos dias de hoje? Quais são as características socioespaciais que estão impressas na formação do território que devem ser preservadas e como elas surgiram?

Este artigo tem por objetivo a revisão bibliográfica sobre a organização das comunidades de Capela como núcleo social rural, integrando em seu entorno as atividades institucionais e econômicas da Linha. Está dividido entre três seções: A primeira introduz sobre a divisão das terras e a organização do lote rural que constitui o pequeno núcleo econômico familiar. A segunda, pesquisa a formação das comunidades rurais através dos núcleos de Capelas, espaço de sociabilidade das linhas. A terceira aborda a evolução da produção artesanal chamada “indústria doméstica”, até o formato de indústrias atuais, focando nos moinhos e nas cantinas vinícolas.

Por fim, o trabalho reflete sobre a organização sócio espacial tradicional das colônias ao longo das linhas e travessões e no entorno de capelas e indústrias, resultando nas características de uso e ocupação do solo atual.

3.2. A divisão das terras e a organização do lote rural familiar

Segundo Petrone (1981), a criação da pequena propriedade policultora foi inédita no Brasil e promoveu uma reforma agrária em território brasileiro, privilegiando imigrantes europeus. A emigração sazonal dos homens em busca de trabalho dentro da Europa já era comum, porém estes retornavam para suas famílias nas épocas que era necessário o trabalho no campo. Para que a emigração fosse definitiva, era necessária a constituição de famílias, possibilitando a sua reprodução nas novas terras, onde a possibilidade de acesso à propriedade era o principal objetivo, motivo de idealização do emigrante. Ao mesmo tempo, o núcleo familiar era considerado um pequeno núcleo econômico, que deveria dar suporte a um novo formato de economia com consumo capitalista.

Para Lenoir (1998), o conceito de família não deve ser considerado como um fato universal, mas como uma construção da realidade social, que "contém sempre uma visão de mundo.[...] Assim, o simples fato de falar de 'família' equivale a pressupor uma representação social dos grupos" (p. 74).

> Nas economias tradicionais, essencialmente rurais, o princípio de distribuição das funções de cada um dos membros do grupo doméstico - que constitui uma unidade de produção, e ao mesmo tempo uma unidade de consumo - apoia-se na indivisão do patrimônio[...]. Em tal economia, o 'trabalho' está socialmente definido [...] segundo o conjunto do sistema de valores da comunidade [...] e não pelo valor de troca monetária e pelo que esta implica". (LENOIR, 1998, p. 81).

Dessa forma, os imigrantes do Século XIX, além de fugirem da guerra e da fome, como frequentemente citado, estavam em busca da preservação de um modo de vida resultante da relação da família com a terra, com a qual sonhavam obter a propriedade, principal promessa realizada pelo governo brasileiro. Os imigrantes (e seus descendentes) vinham em famílias, em que era necessário para um adulto minimamente ser casado, de forma a constituir a força de trabalho para "desbravar" a mata e povoar o território com seus descendentes (De Boni e Costa, 2011).

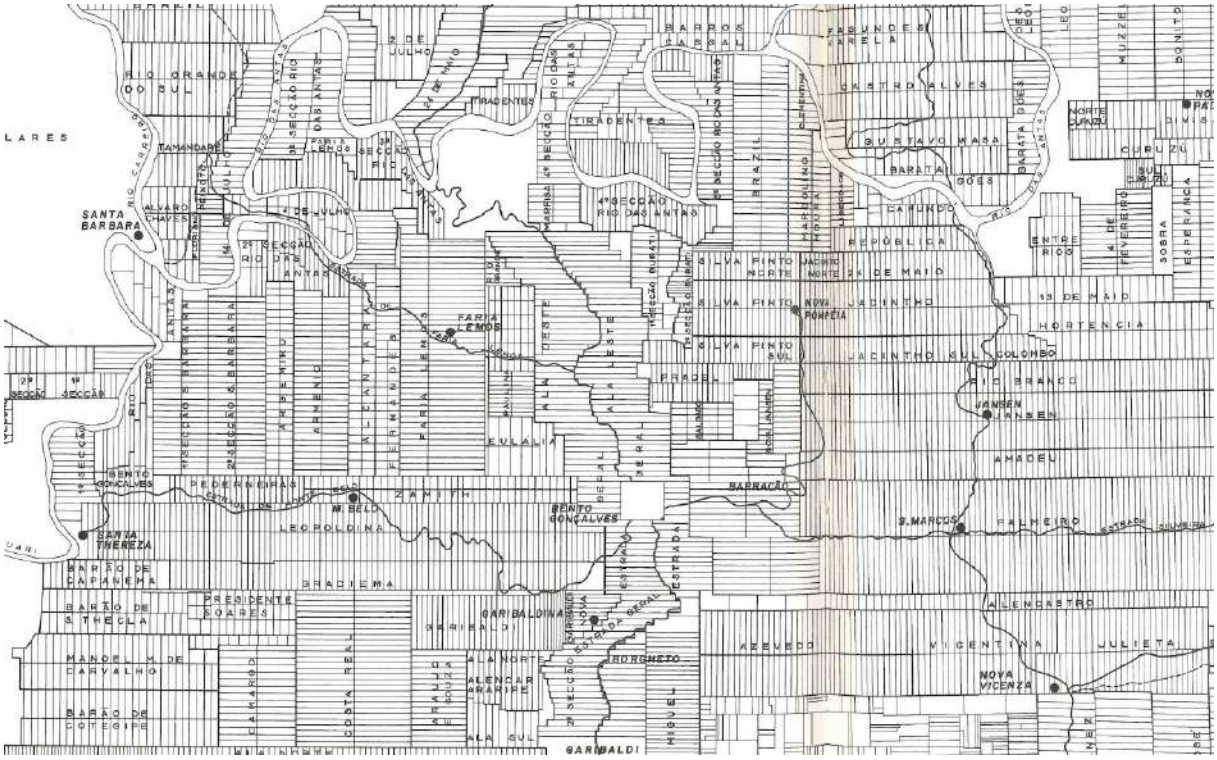
Observa-se que o trabalho é idealizado pela população descendente da colonização italiana, que recebeu dos antepassados a ideologia da posse da terra, relacionada ao processo de êxodo europeu que se fixou no Brasil com a promessa da propriedade e do trabalho sem patrão, do qual o produto é resultado do próprio esforço. Além disso, "o culto ao trabalho, característico da imigração italiana, valorizava a atividade braçal, ao contrário da sociedade luso-brasileira, escravagista, que dele tinha ojeriza" (Posenato, 1983, p. 71).

> A perspectiva de conseguir a propriedade plena do lote recebido em concessão respondia à aspiração mais profunda da família camponesa vêneta e podia compensar fadigas e privações de todo gênero [...] As famílias camponesas vênetas, alimentadas pelo desejo da terra a qualquer custo, conseguiam resistir onde outros grupos étnicos desistiram, e em seguida expandiam-se impelidas pelo tradicional excesso demográfico, não só para novas terras de colonização para além da antiga região, mas também em estabelecimentos precedentes, substituindo os elementos que se urbanizavam (Sabbatini, 1975/ XX-XXI apud Posenato 1983, p. 181).

O tamanho dos lotes, cerca de 25 hectares, era equivalente ou maior que os dos proprietários nobres europeus, o que era motivo de orgulho ao colono. Por sua vez, a divisão das terras aproveitou a experiência acumulada com a colonização alemã no Rio Grande do Sul e foi regida pela Lei Geral (de terras) nº 601 de 1850, regulamentada em 1854.

> Por ela previa-se não só o tamanho, mas até a direção que os lotes deveriam ter. Cada colônia foi dividida em léguas; estas, em linhas ou travessões, que, por sua vez, dividiam-se em lotes. Conforme o terreno, variava o tamanho da légua, bem como o número de travessões por légua e o de lotes por travessão. [...] Margeavam-se nessa estrada os lotes coloniais, em forma de retângulo, tendo uma frente de aproximadamente 250 metros, por 1 km de fundos, onde se encontravam com os lotes de outra linha. Próximo à estrada, o colono – no início a Comissão de Terras – construía a sua residência que em média, distava 200 metros do vizinho. [...] O tamanho dos lotes variava. [...] As variações situavam-se, na maioria dos casos, entre 15 e 35 hectares (De Boni e Costa 1979/92-3 apud Posenato, p. 186).

Figura 30: Divisão colonial na região de Bento Gonçalves, Garibaldi, Farroupilha e cidades posteriormente emancipadas.



Fonte: Posenato (1983, p. 184 e 185).

A ocupação do lote rural ocorreu espontaneamente e por etapas de acordo com as exigências naturais. Após a construção do abrigo provisório, plantavam as roças de milho e trigo necessárias à subsistência. Na espera da colheita eram construídos os componentes exigidos para a atividade agrícola, dependendo das condições da família: a casa com cantina (porão), estábulos, chiqueiros, paióis, tanque, latrina, a horta, o forno, o parreiral e as roças. Ao contrário do que acontecia na Itália, distribuíram-se no lote de forma a ter o distanciamento necessário para cada atividade.

A habitação nova era organizada com a cozinha separada (de forma a evitar incêndios), a casa de dormir com o salão no térreo, os dormitórios no 2º pavimento e no sótão o abrigo de cereais. No porão em semi-subsolo, a cantina abrigava a produção artesanal de vinho, embutidos e queijos (Bertussi, 1986, p. 124-126). Edificações complementares atendiam às diversas atividades agrícolas e artesanais: Abrigos para animais e implementos agrícolas, chiqueiros, galinheiros, coelheira, apiário, pesqueiro, depósitos para cereais, forragem e lenha, oficinas, alambique, moenda, entre outros (Posenato, 1983).

Posenato (1983, p. 294) esquematiza a organização do lote colonial, que geralmente tinha a casa na parte frontal do lote, próxima à horta, pátio, pomar, galinheiros, chiqueiros, paiol, estrebaria, entre outras construções. Para os fundos do lote distribuíam-se as áreas de pastagem para animais, as plantações de milho e trigo, as videiras e a reserva de mata nativa. No início as propriedades eram policultoras e visavam essencialmente à alimentação da família (agricultura de subsistência), em função da dificuldade de comercialização dos produtos. Com o tempo, as propriedades foram se especializando, seja na criação de animais, seja na monocultura de uva.

Segundo De Boni e Costa (2011) a derrubada de mato ou capoeira para a ocupação do lote não eram feitos à revelia, pois era necessário estudar as condições do terreno em relação à cultura que seria feita. Havia necessidade de reserva de áreas de mata para a conservação de madeiras, abrigo do gado e futuras roçadas.

> "A primeira grande distinção a fazer dos tipos de terrenos, em relação às culturas era identificar os 'terrenos posternos' e os ensolarados. Os 'posternos' são os terrenos que recebem sol somente ao

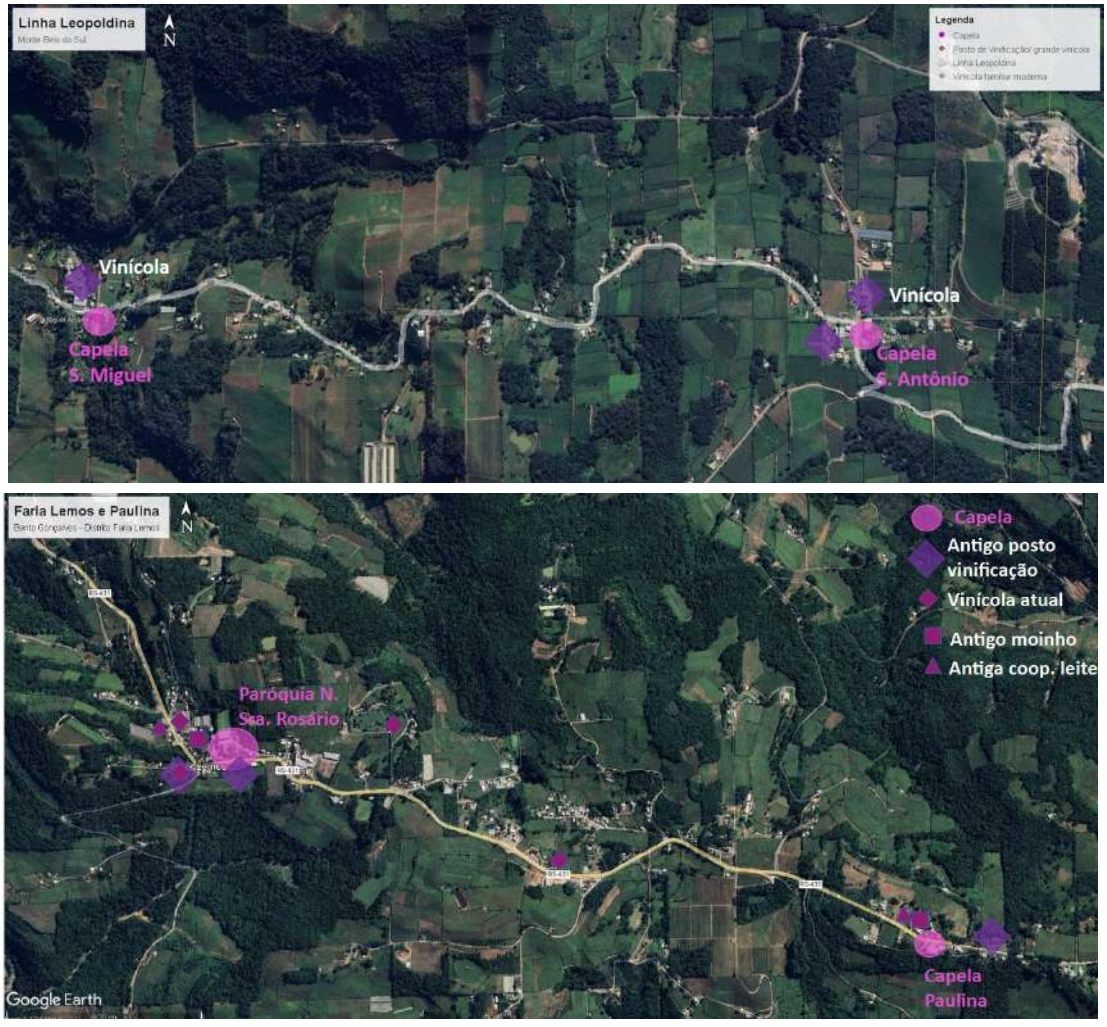
> fim do dia e os ensolarados, os que recebem já ao amanhecer. Estes últimos são os preferidos para a maior parte das culturas, razão porque os 'posternos' foram reservados para a floresta e os potreiros" (De Boni e Costa, 2011, p. 160).

Essa configuração agrícola na paisagem é resultado da relação dessa atividade humana com o meio ambiente e o traçado colonial. Mesmo traçadas em linha reta, as vias na zona rural foram se adaptando ao terreno, desviando os caminhos de acordo com os obstáculos naturais. Assim, a tendência de ocupação das linhas seria no formato de aldeias-rua, típicas da herança germânica, com as construções em frente, e as produções agrícolas aos fundos (Weimer, 2004). Isso se justifica em grande parte pela topografia e pela praticidade e otimização da infraestrutura para a densificação junto às vias (onde circulam veículos e atualmente, as canalizações de abastecimento), reservando os fundos para as plantações.

> […] por apresentar uma origem também heterogênea, podemos encontrar as diversas formas dos aldeamentos germânicos como as aldeias-ponto (que os italianos nomeiam de nucleado), e as aldeias-rua onde as centrífugas (que se originam de um só lugar que se expande ao longo da rua nos dois sentidos) são menos frequente que as centrípetas (quando elas se originam de dois lugares cada qual vai crescendo em direção ao outro, chamada na Itália de polares). A última forma é comumente encontrada quando um dos lugares é uma igreja, preferencialmente, construída no alto e o outro por casas situadas num nível mais baixo (Weimer, 2004, p. 149).

Assim, a cultura vêneta – oriunda de regiões montanhosas – trouxe maior complexidade à configuração da distribuição das atividades econômicas ao longo da Linha. Como a imigração massiva provinha de regiões heterogêneas ao norte da Itália, limítrofe entre duas culturas (romana e germânica), a distribuição das atividades econômicas ao longo da linha tomou a configuração de aldeias-ponto, polarizada pelos lugares das igrejas, cuja ocupação do solo cresce umas em direção às outras.

Figura 31: Típicas aldeias-rua e aldeias-ponto que cresce uma em direção à outra ao longo da Linha.



Fonte: elaborado pela autora no Google Earth (2024).

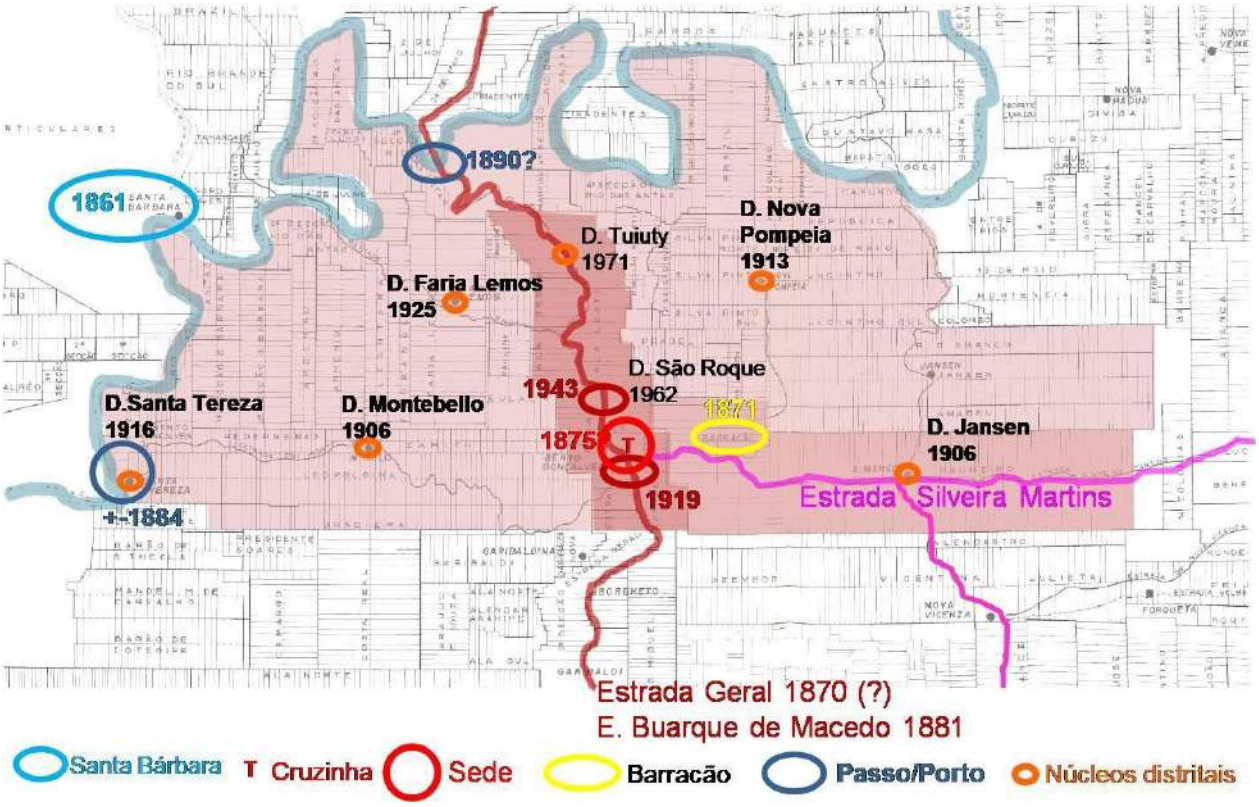
3.3. Os núcleos de Capela e a formação de comunidades rurais

Segundo Frosi e Mioranza (1975), a partir do estabelecimento da primeira comunidade em Nova Milano (hoje Farroupilha) os núcleos de Dona Isabel, Conde D'Eu e Caxias passaram a cumprir a função de polos irradiadores para os lotes coloniais, pela proximidade com os locais a serem ocupados. Para as autoras "O processo de formação das novas comunidades, excetuando os núcleos de irradiação, desenvolvia-se dentro dos aspectos socioeconômicos de sobrevivência de um grupo social" (Frosi e Mioranza, 1975, p. 47), tendo como base para a formação de aglomerados razões de ordem geográfica, geodemográfica, econômica, religiosa, ética e social. Entretanto,

> A disseminação de capelas (em certas Linhas o número eleva-se a quatro ou mais) não se deve somente ao sentimento religioso do imigrante, e tão pouco ao anseio de poder encontrar-se em local determinado para uma vivência social, mas especialmente à proximidade de transformar o pequeno núcleo inicial em aglomerado que, no futuro, poderia ser um centro sócio-econômico de projeção. (Frosi e Mioranza, 1975, p. 47).

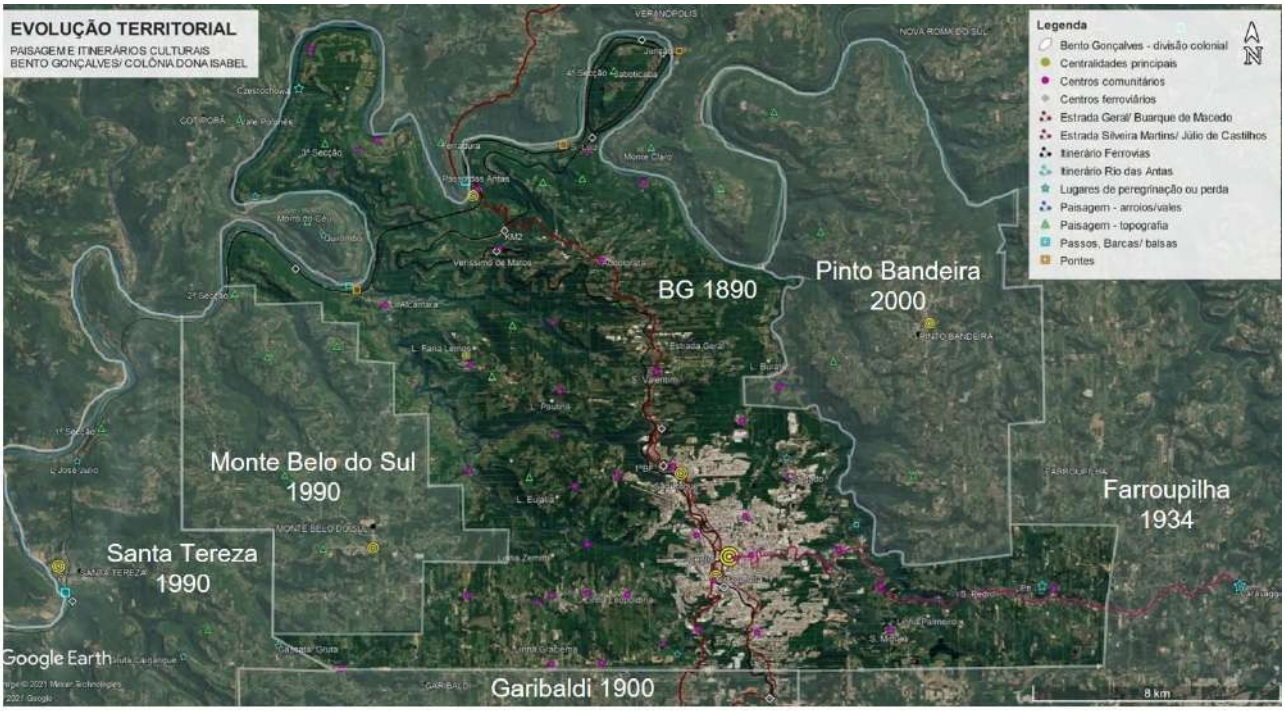
Em Bento Gonçalves, as autoras destacam os núcleos de Santa Tereza, Monte Belo, Pinto Bandeira, São Roque e Faria Lemos (figura 32), sendo que as três primeiras se emanciparam, respectivamente, em 1992 e em 2000. A partir da urbanização e das emancipações formavam-se novos distritos em Tuiuty, no Vale dos Vinhedos e em São Pedro, todos com sedes junto às Comunidades de Capela. Destaca-se na figura 33 a divisão territorial da colônia Dona Isabel (Bento Gonçalves) em municípios, a partir dos antigos distritos e suas centralidades principais (pontos em amarelo), geralmente junto às sedes paroquiais. Além disso, identificam-se as sedes comunitárias a partir das capelas (pontos rosa), distribuídas em todo o território de Bento Gonçalves.

Figura 32: Divisão territorial de Bento Gonçalves, núcleos urbanos, paróquias e distritos.



Fonte: Adaptado de Posenato (1983, p. 184 e 185).

Figura 33: Divisão da antiga Colônia Dona Isabel em municípios e seus anos de emancipação.



Fonte: Elaborado pela autora no software Google Earth, com dados do IBGE.

Frosi e Mioranza (1975, p. 74) atribuem tríplice função para o surgimento de capelas, as quais são “a) centro sócio-religioso-cultural da comunidade, b) centro comercial da comunidade, c) centro de interesses étnico políticos”.

> As capelas passaram a agrupar famílias, a possibilitar o comércio, a pequena indústria e, em consequência, um modus vivendi, em grandes linhas, auto-suficientes. A centralização das forças sócio-econômicas em torno de uma capela explica a coesão das pequenas comunidades, as interinfluências lingüísticas e a defesa do grupo numa estruturação étnico-política de isolamento (Frosi e Mioranza, 1975, p. 74).

Zugno (2014, p. 420) destaca a “antecedência das capelas em relação à presença de sacerdotes”, sendo resultado da iniciativa dos próprios imigrantes, que buscavam recriar o mundo da forma que estavam acostumados na Itália. “As capelas, criadas pelos imigrantes italianos, são fruto da espiritualidade tridentina. Seu “pecado”, aos olhos do clero romanizante, é a sua autonomia e a capacidade de articular o religioso com os outros âmbitos da vida da comunidade como a educação, a festa e a economia” (Zugno, 2014, p. 418).

> A capela foi uma realização espontânea do grupo, como tal, que se organizou, traçou normas, escolheu dirigentes – os fabriqueiros – e que se sabia responsável por ela. Um modo diferente de organização social, alicerçado na igualdade dos membros, na pequena propriedade, na policultura e no trabalho familiar, teve, também, uma forma diferente de vida religiosa. A capela, em linguagem teológica moderna, foi uma comunidade eclesial de base (Merlotti, 1979/90-1 apud Posenato, 1983, p. 315).

A construção das capelas era dirigida pelos próprios colonos, que se dividiam nas atividades segundo a sua experiência, comandados por um pedreiro ou carpinteiro que se dedicava em exclusividade, enquanto os demais se revezavam em mutirão. Aos poucos, a vida passou a girar em torno da capela e cada linha se via na obrigação de construir o seu próprio templo. Por vezes, a vontade de ter a própria capela era acompanhada da disputa referente ao local da construção, ao material a ser utilizado, à escolha do padroeiro (cada grupo procurando nomear o santo de seu local de origem), o que muitas vezes resultou na construção de mais de uma capela por linha.

> Fosse em madeira ou em alvenaria, a capela era sempre uma obra da comunidade, lugar de culto e centro social, centro comercial e sinal de progresso e prestígio da região. Ao seu redor a vida se desenvolvia, desde o comércio até a escola. O culto motivava os encontros e os encontros promoviam o grupo social [...] Ainda hoje, a capela é o centro vital do interior dos municípios da zona colonial, não obstante os recursos das estradas e dos transportes (Zagonel, 1975, p. 53, apud De Boni e Costa, 2011, p. 148).

Inicialmente construíam pequenos oratórios onde se encontravam para rezar o terço. A capela era prioridade em relação a outras coisas e sempre maior que a casa. Na falta de recursos, construíam capiteis, posteriormente, com o aumento da população, os mesmos eram derrubados para a construção de uma capela maior, de madeira, depois substituída pela de alvenaria. As decisões e as ações de construções eram comunitárias: um doava o terreno, outro doava a madeira, a mão de obra e assim por diante. Também o funcionamento da comunidade se dava com a colaboração dos sócios, dentre os quais se escolhiam os fabriqueiros, "El Cassiero" (caixa), o mestre de cerimônias, o comissário, o encarregado de tocar o sino, o mestre de canto e, nos primeiros tempos, o Padre leigo (Battistel, 1981).

Vinculados ao âmbito da capela, surgiram quatro lideranças que tornaram a vida comunitária possível: o padre leigo, o professor, o fabriqueiro e o chefe de travessão. Cada qual era responsável por algum âmbito da vida comunitária, respectivamente a religião, a educação, o social-econômico e o legal. Posteriormente, com a presença dos sacerdotes, a romanização e o Regulamento das Capelas, essa configuração perde sua força e centraliza-se no padre, tirando a autonomia religiosa das capelas (Zugno, 2014).

> Construídas e mantidas pelos habitantes de cada linha, as capelas representavam a organização comunitária que buscava solucionar as necessidades religiosas do imigrante abandonado à sua sorte, tanto por parte do governo como da igreja, em meio aos matos e montanhas da serra gaúcha. A originalidade das capelas, no entanto, é que, a partir da necessidade religiosa, conseguiram constituir-se em solução para outros problemas dos imigrantes que ultrapassavam o âmbito religioso. Para o imigrante recém estabelecido, a capela representava também a "responsabilidade comunitária, não só em relação à religião, mas também à educação e à solução de problemas sociais". (COSTA, 1998, p. 164 apud Zugno, 2014, p. 422).

Zugno (2014) destaca que a Capela não é apenas o espaço de encontro para a prece, embora nos primeiros tempos o templo possa ter abrigado também as outras atividades comunitárias. Com a melhoria das condições econômicas, o conjunto da Capela passa a integrar outros espaços e atividades, como a capela propriamente dita, a escola, a bodega, o salão comunitário e o cemitério. Entre estes, destaca-se a importância da bodega, pequeno comércio local que integra, além do religioso e social, a característica econômica ao núcleo, sem deixar de ter a sua função e organização comunitária.

> A "bodega" ou comércio comunitário, que evitava a necessidade de cada um deslocar-se até a cidade mais próxima, o que implicava em grande dispêndio de tempo. Comprados em quantidade e revendidos a preço de custo, os produtos se tornavam mais baratos para os colonos. Desse modo, a "bodega" exercia uma função econômica importante para os colonos dispersos nas linhas e travessões. O exercício da função de "bodegueiro" era rotativa. Cada membro da comunidade a exercia por um tempo e sem remuneração (Zugno, 2014, p. 421-422).

Não por acaso, os postos de vinificação e comércios se localizaram, posteriormente, em volta do conjunto da Capela. Era ali o polo centralizador da vida comunitária, para onde os colonos se dirigiam aos domingos. E era aos domingos que faziam os negócios nas casas de comércio. Essa configuração e funcionamento pode ser vista até hoje nas comunidades, especialmente quanto ao templo, o salão, o cemitério e a pequena bodega, que agregaram, com o tempo, as canchas de bocha e o campo de futebol, tornando o lazer motivo de reunião aos finais de semana. Infelizmente as escolas rurais perderam sua atividade ao longo do tempo, mas suas edificações, mesmo sem uso, continuam sob a guarda e vigilância das comunidades que, algumas vezes, transformaram-na em espaço de catequese ou de oficinas culturais.

Figura 34: Ponto de Cultura Vale dos Vinhedos, na antiga escola ao lado da Capela das Neves, 6 da Leopoldina.



Fonte: da autora.

Por sua vez, através do estabelecimento de sócios da vizinhança, e posteriormente, no Artigo 9º do Regulamento das Capelas, determinou-se a vinculação territorial. Não era possível a uma pessoa associar-se a uma Capela sem residir na localidade (Zugno, 2014). Até hoje o nome da maioria das localidades e a delimitação de seus territórios está relacionado aos da Capela, cujo início e fim (ao longo da Linha) é de conhecimento dos moradores. Em alguns locais, como no Vale dos Vinhedos, em que a localidade não toma o nome do santo homenageado, a referência dá-se pelo número do lote em que a Capela foi construída, como 8, 15 e 40 da Graciema, 6, 30 e 40 da Leopoldina e assim por diante. Em outros, a localidade é identificada pelo nome do santo ou da linha a qual deu origem, como a sede de Faria Lemos, a Paulina, Eulália baixa, Zemith, cujo centro da comunidade é sempre a Capela.

Costa et al (2011) reafirmam a diferença entre as igrejinhas rurais dos portugueses e a Capela imigrantista, esta formada pelos próprios agricultores e cujo conceito vai além do culto semanal, integrando equipamentos comunitários em seu entorno. “Possui ainda hoje significado mais amplo e geográfico. Capela, para muitos, é a Igreja com as dependências acima enunciadas, mas também as famílias associadas e a região geográfica em que residem estas famílias” (Galioto, 1976, p. 4 apud De Boni e Costa, 2011, p. 148).

Para De Boni e Costa (2011, p. 136), a imigração italiana no Rio Grande do Sul, assim como grande parte da imigração europeia do século XIX trouxe pessoas de um meio agrícola, com uma cosmovisão sacral, em que o fator religioso era relevante de forma diferenciada em relação aos nossos tempos. “O que se constatará aqui, com relação à imigração italiana, é pois, um fenômeno geral das imigrações: o da importância assumida pela religião como fator de identificação cultural dentro de uma nova situação” (De Boni e Costa, 2011, p. 136, grifo nosso). “Abandonados no meio da floresta” (De Boni e Costa, 2011, p. 137) de forma muito diversa ao que estavam acostumados em suas vilas de origem, os colonos recriaram os centros de convergência de relações primárias, na escala da Linha ou do Travessão.

> Se, durante a semana, a luta pela existência mal dava tempo para pensar em outras coisas, o mesmo não acontecia nos domingos. O respeito pelo dia sagrado proibia o colono de dedicar-se ao trabalho. [...] Tomado pelo sentimento de solidão e saudade, o colono foi visitar o vizinho, para juntos chorarem um mundo para sempre perdido. E como eram pessoas fortemente marcadas por uma tradição sacral, o consolo foi procurado na religião. [...] O reencontro, no domingo seguinte, aconteceu ao natural. Repetiram-se as orações. Vieram outros vizinhos, transmitiram-se notícias, leram-se cartas. Em pouco tempo institucionalizou-se o domingo. Iniciava-se assim, em torno da religião, a reconstrução do mundo cultural do imigrante (De Boni e Costa, 2011, p. 137).

Embora, com o tempo, o fator religioso tenha perdido seu protagonismo, ainda é possível identificar a influência das centralidades de Capela na ocupação territorial da zona rural (e algumas vezes, também na zona urbana). Próximo a capela localizam-se moinhos, postos de vinificação, bodega, mercado, escola, postos de saúde. Algumas vezes é necessário analisar a precedência entre a capela e o moinho (que necessitava de energia hidráulica), mas as demais atividades sempre estão relacionadas à primeira.

Como pólo de atração de pessoas e lugar de encontro aos domingos, consequentemente as demais atividades econômicas, sociais e institucionais instalaram-se em seu entorno. Sua característica, muitas vezes, mantém as características coletivas, ou talvez, cooperativas, territorialmente vinculadas a um determinado lugar e dependente da colaboração de uma vizinhança e muitas vezes, relacionada ao parentesco.

> Considerando-se a religiosidade ter sido pólo central na vida dos imigrantes, as igrejas e capelas ocupam a importância de marcos nas cidades imigrantistas, em volta das quais se desenvolveram os bairros e distritos, onde as comunidades formam identidades próprias. Na arquitetura das igrejas e de suas edificações complementares é impressa a linguagem artística e liturgia da época em que foram construídas e de suas reformas, demolições e reconstruções, é possível avaliar as mudanças na cultura da sociedade. Por sua vez, o trabalho e a vida familiar representam a busca pela funcionalidade, cujas construções representam a evolução da economia e da tecnologia de uma região, formando conjuntos alinhados com o meio ambiente (Bertoco, 2021, p. 167).

3.4. Da "indústria doméstica" aos postos de vinificação, cantinas e vinícolas modernas

Segundo Posenato (1983, p. 367) nas áreas de colonização italiana "desenvolveu-se uma atividade inicialmente artesanal bastante diversificada, voltada para as necessidades de manutenção e produção de utensílios domésticos e de implementos agrícolas, bem como as de processamento de produtos coloniais". Para o autor, um dos fatores que contribuiu para a industrialização foi a admissão de cerca de dez por cento de imigrantes qualificados em outras profissões que não a agricultura. Segundo Posenato (1983) embora as regiões de colonização tenham sido concebidas para a atividade agrícola, desenvolveram-se "indústrias artesanais familiares", que posteriormente, com o esforço das comunidades, deram origem a indústrias de grande porte.

Há de se considerar, entretanto, que "muitos artesãos se declaravam agricultores para serem aceitos com mais facilidade [...] e mesmo os agricultores, durante o longo inverno de certas regiões ao norte da Itália, eram forçados a dedicar-se a ofícios artesanais" (De Boni e Costa, 2011, p. 255). Embora diversos autores considerem a teoria tradicional de que a indústria evoluiu do artesanato colonial, outros avaliam que há uma oposição entre ambos. A indústria seria resultado da capacidade aquisitiva externa, substituindo o escambo pela compra e venda, monetarizando a economia das colônias e enfraquecendo a produção artesanal. Dentro desse processo, os autores salientam a importância do comerciante na formação das indústrias coloniais:

> Sua "casa de negócio" diferia muito de uma firma comercial moderna, assemelhando-se mais a um misto de supermercado, banco, transportadora e manufatura de produtos agropecuários. Na casa de negócios o colono encontrava tudo o que necessitava, provindo da grande cidade, ou mesmo do exterior, e a ela entregava a sua produção, já que as dificuldades de transporte impediam-no de levá-la até os centros consumidores (De Boni e Costa, 2011, p. 253).
>
> Nesse processo, o comerciante controlava a produção do agricultor, fixava os preços, monopolizava o crédito. Chegou a instituir um sistema de trocas por permuta em conta-corrente, quando os transportes ainda eram deficitários. Este sistema baseava-se na exploração do agricultor pelo comerciante, o qual recebia os produtos e só creditava o valor correspondente após realizada a venda no mercado de Porto Alegre [...](Moure, 1980, p. 97 apud De Boni e Costa, 2011, p. 254).

Aos comerciantes do início do século XX os autores creditam a maior parte do desenvolvimento industrial, especialmente de produtos suínos, laticínios, cantinas e moinhos de trigo, pela monopolização da produção, comercialização e transporte, em detrimento dos agricultores, conforme registrado no álbum "Cinquantenario da colonização italiana no Rio Grande do Sul", de 1925. A maioria desses comerciantes não foram agricultores, embora seja possível citar alguns representantes do artesanato doméstico que se industrializaram.

> O artesanato rural de transformação de gêneros – chamado por Gallo de "indústria doméstica" – visando à exportação, teve que competir com a empresa capitalista e foi liquidado. Já o trabalho artesanal dos ferreiros, serralheiros, funileiros, etc., voltado à satisfação das necessidades da colônia, cresceu até a primeira guerra mundial, para depois manter-se estagnado [...] Às vésperas da II guerra, durante e após ela, é que tais firmas passam a crescer e tomam o formato de indústrias modernas (De Boni e Costa, 2011, p. 258-259).

Entre as profissões artesanais, De Boni e Costa (2011) destacam os moinhos com mó de pedra para moagem do milho ou do trigo, ou ainda com pilões para descascar o arroz, como locais de encontro dos agricultores. Muitas vezes a viagem era demorada ou era necessário aguardar a moagem, motivo pelo qual os frequentadores precisavam fazer ali suas refeições. Centralizava-se assim, junto ao moinho, a casa de pasto e as bodegas, onde ocorriam os encontros de trocas de ideias e experiências das colônias.

Posenato (1983) destaca ainda que era comum o mesmo estabelecimento dedicar-se a mais de uma atividade, visto que a demanda local era pequena. Poderia assim englobar no mesmo prédio, além do moinho, a serraria, a ferraria, a marcenaria. Embora o autor relacione a baixa demanda, um dos fatores para essa polarização de atividades era a necessidade de energia para o seu funcionamento, sendo necessária a roda hidráulica instalada em locais específicos dos rios. Quanto a atividades menores que não precisavam de instalações especiais, as mesmas eram realizadas no próprio pavimento térreo das residências, das quais podem ser citadas oficinas e ateliês, como de sapateiros, funilarias, tipografias, alfaiates...

O porão das casas, a cantina, também foi relevante para a produção artesanal colonial, especialmente para a elaboração do vinho e o armazenamento de embutidos e laticínios. As residências eram construídas preferencialmente em encostas, com subsolo voltado para o sul, de forma a possibilitar a melhor conservação dos alimentos. Também ali eram guardadas as ferramentas para serviços diversos. Posteriormente, com o aumento da atividade vitivinícola, as cantinas passaram a integrar uma edificação especializada, com paredes de pedra, sendo de particulares (geralmente comerciantes) ou de cooperativas (Posenato, 1983).

Especialmente quanto ao setor vitivinícola, Dos Santos (1978) explica as relações de mercado ao longo do tempo. Para o autor, em seu núcleo camponês investigado, as atividades econômicas realizadas eram a produção dos meios de vida – a roça – e a produção de mercadorias – a uva. A roça corresponde às lavouras de milho, trigo, feijão... queijos, embutidos... cuja comercialização era limitada, sendo destinado principalmente para o consumo próprio. A cultura de uva corresponde à produção mercantil, a qual é vendida in natura para o seu processamento.

Essa especialização se desenvolveu principalmente porque havia desvantagem comercial em relação à Região de Colonização Alemã, que era mais próxima da capital e utilizava meios de transportes mais baratos para escoar seus produtos.

> Assim, a solução encontrada para superar aquela concorrência foi a especialização na produção do vinho, deslocando o vinho que era fabricado na zona alemã de forma artesanal; como resultado, o vinho da colônia italiana já era exportado para fora da Região Colonial na última década do século.
>
> Nessa época, o 'vinho era produzido pelo camponês na forma de um artesanato doméstico: após colher a uva, a família camponesa fabricava o vinho na cantina, um compartimento de pedra situado embaixo da casa de moradia onde estavam as pipas e os instrumentos necessários à fabricação da bebida. Terminado o ciclo de elaboração, o produto era vendido aos comerciantes (Dos Santos, 1978, p. 74).

Como citado por Dos Santos (1978), inicialmente o vinho era produzido artesanalmente nos porões das casas e vendido aos comerciantes, que o transportavam e vendiam nos centros consumidores, principalmente Porto Alegre. No início do Século XX inicia o comércio intermunicipal e uma parte passa a ser transportada aos mercados de Santa Catarina e São Paulo. O comerciante que recebia o vinho já elaborado e eventualmente corrigia ou mesmo adulterava a bebida, com o tempo passou também a produzir. O Sindicato do Vinho foi organizado por esses comerciantes em 1927, com o intuito de defender o interesse dos (grandes) vinicultores, dando origem à Sociedade Vinícola Rio-Grandense. Entre os objetivos, “1º Fabricar, comprar e vender vinho; 2º Standartizar a produção de vinhos Rio Grandenses, promovendo uma industrialização racional, com a reforma das

instalações existentes e realização de novas e modernas, e instalando um laboratório de analyses" (Estatutos da Sociedade Vinícola Rio-Grandense, apud Dos Santos, 1978, p. 78).

Para "constituir a indústria capitalista na vinicultura, até então dominada pelo artesanato doméstico ou pelas manufaturas dos comerciantes" (Dos Santos, 1978, p. 78), foram centralizados os meios de produção em uma única empresa, que reunia e administrava as instalações industriais dos 49 comerciantes, tornando o comércio de vinho praticamente um monopólio. Sendo o único comprador da matéria prima, em detrimento dos camponeses, pôde "regularizar o comércio de vinhos pela estabilização de preços razoáveis" (Dos Santos, 1978, p. 79), o que, junto com o estabelecimento de regras sanitárias contrárias às estruturas existentes, acabou por destruir o artesanato doméstico do vinho, transformando o camponês em agricultor puro, que passou a apenas vender a uva.

> Envolvia-se o camponês produtor de vinho em uma série de exigências legais que o colocavam diante da alternativa de montar os equipamentos que a legislação exigia ou então abandonar o artesanato doméstico de vinho [...] Acresce a concorrência da produção da Sociedade Vinícola feita em maior escala e melhor qualidade, fruto de condições técnicas modernas, colocando o camponês em uma "dura alternativa". (Dos Santos, 1978, p. 81).

O cooperativismo foi o formato adotado para concorrer contra os comerciantes e atender às exigências do Sindicato do Vinho. Para Giron (1987), o cooperativismo vinícola surgiu como "reação dos pequenos produtores contra as empresas produtoras de vinho das regiões urbanas" e posteriormente, tornou-se "um bastião da defesa da produção nacional contra o avanço das empresas multinacionais" (Giron, 1987, p. 269). Com dificuldades em relação à estrutura fundiária, à inexistência de técnicas e capital e aos transportes deficitários, não era possível que a produção individual fosse abundante e lucrativa. "A única forma de sobreviver era através da reunião da produção" (Giron, 1987, p. 282). Assim, os imigrantes italianos

> [...] não criaram as cooperativas de produção de vinho apenas por espírito associativo ou por ideais comunitários. O cooperativismo constitui-se numa forma de defesa contra as péssimas condições existentes na região tanto em relação às terras, cuja área era insuficiente para sustentar suas famílias, após a segunda geração, e contra o boicote que as empresas urbanas passaram a mover contra o vinho colonial. As cooperativas surgiram da reunião de pequenos produtores ligados entre si por laços de parentesco e amizade. Começando como movimento de fora para dentro numa primeira etapa, o movimento cooperativo em uma segunda etapa vai partir da própria organização dos colonos (Giron, 1987, p. 269).

O primeiro movimento cooperativista ocorreu entre as décadas de 1911 e 1913, incentivado pelo Governo Estadual, na figura de Stefano Partenó, que foi recebido com entusiasmo em função de uma crise do vinho ocorrida após a grande safra de 1910, quando tinha pouco mercado, baixa qualidade e muita concorrência. A reação dos comerciantes foi uma campanha difamatória contra Partenó e o cooperativismo, acusando baixa qualidade do vinho, que seria causada pelo aumento na produção e consequente redução de seu preço. Após um período de rápida expansão entre as linhas e travessões que produziam vinho colonial, como resultado da menor aceitação no mercado, a maioria das cooperativas encerraram-se em 1913 (Giron, 1987; Dos Santos, 1978).

Em uma segunda fase, após nova crise, o cooperativismo se formou a partir de 1929-30 em resposta à Sociedade Vinícola Rio Grandense, recebendo posteriormente incentivo do Estado brasileiro (Dos Santos, 1978). Surgem a Cooperativa Vinícola Forqueta, em 1929, a Cooperativa Vinícola Tamandaré em 1930, a Cooperativa Vinícola Aurora em 1931, a Cooperativa Vinícola Garibaldi, em 1939, entre outros. Para Giron (1987) esse segundo momento cooperativista está ligado à grande crise do capitalismo de 1929, à revolução de 30 e às medidas protetivas do Estado Novo.

Segundo Jalfim (1991, p. 233) a fundação do Sindicato Vitivinícola "antes de conferirem ao sindicato função de órgão de representação dos interesses do setor, transformaram esse organismo em instrumento de intervenção do

Estado [...] de natureza a favorecer os interesses dos comerciantes-produtores [...]". As principais instâncias foram a de comercialização da produção vinífera unicamente pelo sindicato, por meio da taxa bromatológica e na produção vitícola

> [...] procurando normatizá-la, através da aprovação, sob demanda do sindicato, de um regulamento que passava a sujeitar o cultivo da uva à fiscalização sanitária do Estado. A produção vitícola deveria obedecer a uma série de normas técnicas: o registro de uma cantina só seria possível se esta tivesse uma altura mínima, caiação, prédio próprio, condições de higiene específicas, etc. Além disso, o vinho para ser vendido tinha que passar por um exame de laboratório que exigia um padrão mínimo de qualidade (Jalfim, 1991, p. 233).

Pela necessidade de substituir as cantinas dos pequenos agricultores, em uma época em que as uvas eram transportadas por estradas ruins, criaram-se postos de vinificação no interior dos municípios, onde os sócios entregavam a uva, ali vinificavam e posteriormente um caminhão transportava o vinho para a cantina.

> Os postos foram construídos próximos aos parreirais, possibilitando que os agricultores levassem a uva, inclusive a pé, para ser vinificada. Assim, era evitado o translado da matéria-prima em carretas puxadas por juntas de bois, em estradas precárias e o acondicionamento em recipientes inadequados, onde cabiam até 150 Kg de uva. As precárias condições de transporte e de acondicionamento ocasionavam a fermentação da uva, comprometendo, inevitavelmente, a qualidade do vinho que daria origem. A construção dessas cantinas garantia, ainda, melhores condições técnicas na produção do vinho. As cantinas artesanais, onde o agricultor esmagava a uva com os pés e fermentava a uva para transformá-la em vinho, também eram aproveitadas para a criação de porcos e a produção de queijo e salame [...] fazendo com que os vinhos aí fabricados não tivessem praticamente nenhuma possibilidade de conservação, azedando com frequência (Jalfim, 1991, p. 236).

Figura 35: Colheita da uva com cestas de vime, "bigunços" (dornas) e transporte em carroças.



Fonte: Acervo Museu do Imigrante

Iniciado pela Vinícola Rio-Grandense e adotado posteriormente por outras, esse movimento se tornou obrigação legal através da Lei do Vinho nº 549 de 1937, cujas normas

> [...] determinavam uma classificação de estabelecimentos que variava desde a Cantina Central, **Posto de Vinificação**, Cantina Isolada até Cantina Colonial. O Posto de Vinificação não poderia funcionar isoladamente, devendo, obrigatoriamente, **pertencer a uma empresa** proprietária de uma

> **Cantina Central**, que vinificava, centralizava e transportava o vinho para ser clarificado, envelhecido, etc. A **Cantina Isolada** poderia **pertencer a um agricultor**, e nesta seria permitido vinificar a uva e comercializar o vinho resultante, desde que seu estabelecimento atendesse aos requisitos legais de funcionamento. Na **Cantina Rural** ou **Colonial** que pertencia ao agricultor, este poderia vinificar a sua uva ao invés de vendê-la, no entanto o vinho deveria, obrigatoriamente, ser vendido a uma cantina central (Jalfim, 1991, p. 237).

Assim, pelo enfraquecimento do artesanato rural doméstico, os postos de vinificação e cantinas se tornam polos centralizadores da matéria prima produzida pela viticultura. Em um primeiro momento, poucos agricultores adequaram-se para a produção de vinho a ser comercializado, limitando-se a vender a uva nos postos, a ser vinificada pelas cantinas.

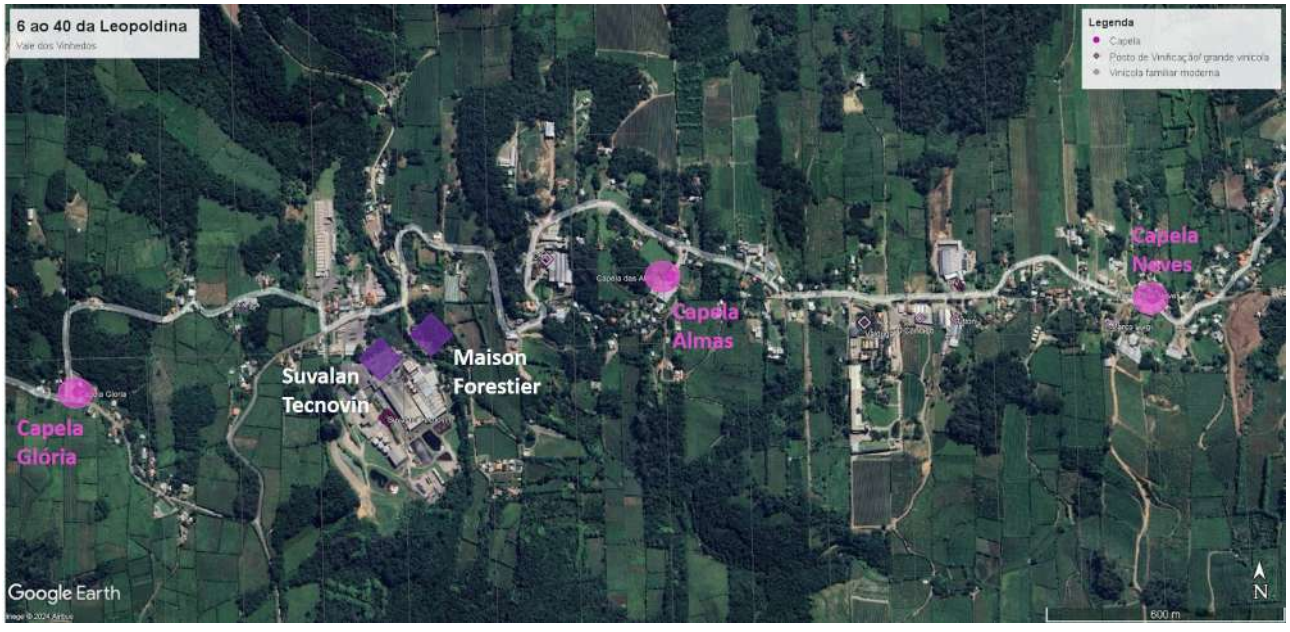
Em 1958, uma nova crise ocorreu, pela ocorrência de uma grande safra, baixa das vendas, grande quantidade de vinho em estoque ocupando a maior parte da capacidade de estocagem, pelo consumo interno baixo e queda no preço dos vinhos. Em consequência, as grandes empresas buscaram soluções salvadoras, exportando o vinho para a Argentina e para a França através de parcerias com empreendedores estrangeiros, assim valorizando o produto nacional (Ferreira e Ferreira, 2016).

Na década de 1970, com a abertura da política econômica do Regime Militar para atrair capital internacional, as grandes empresas multinacionais passaram a se instalar no Brasil, tendo como consequência a melhoria da qualidade do vinho. Iniciou nessa época o incentivo aos produtores converterem o sistema tradicional dos vinhedos em latada para espaldeira, bem como o incentivo ao plantio de castas europeias finas, assim como a introdução de novas tecnologias.

> A chegada das multinacionais provocou uma grande revolução na Serra Gaúcha e também da Fronteira Gaúcha. As vinícolas brasileiras não tiveram alternativa a não ser investir para melhorar a qualidade dos seus produtos. Foram feitos grandes investimentos tecnológicos nas instalações industriais, na viticultura (vinhedos) e na formação em enologia. O vinicultor prático começou a ser substituído pelo enólogo com formação técnica e científica. No rastro do sucesso das multinacionais, vinícolas novas surgiram ao longo da década de 1970 (Ferreira e Ferreira, 2016).

Com isso, chegam novas vinícolas familiares, como a de Luiz Valduga (1973), Monte Lemos/ Dal Pizzol (1974), Cormayeur (1976), Don Giovanni (1982), Casa Valduga (1985), Dom Cândido (1986), Cavalleri (1987), Cordelier (1987), entre outras. Outras vinícolas já estabelecidas como a Marco Luigi (1946), Cave Marson (1970), a Salton e a Aurora também passaram a produzir vinhos finos.

Figura 36: Aglomerado de edificações na Linha Leopoldina em Bento Gonçalves.



Fonte: elaborado pela autora no Google Earth (2024).

No início da década de 1990, durante o governo Collor, o mercado brasileiro foi liberado para vinhos importados, chegando ao ápice em 1995, com a invasão de vinhos alemães da garrafa azul. Após uma crise na comercialização de uvas em 1989 e como resposta às multinacionais, surgiram novas vinícolas de pequeno e médio porte produzindo vinhos finos de uvas viníferas, com o objetivo de competir com os importados. Tradicionalmente, os proprietários dessas vinícolas eram produtores que vendiam suas uvas para grandes vinícolas nacionais ou multinacionais, os quais investiram na formação de seus filhos em enologia (Ferreira e Ferreira, 2016).

> "A colocação das nossas uvas estava dificilíssima, e aí concluímos que se a gente não as colhesse em janeiro, fevereiro, março, elas apodreceriam, e perderíamos tudo. Já estava acontecendo. E, se fizéssemos o vinho, teríamos até a próxima safra para vendê-lo para outras vinícolas. Foi assim que surgiu a Vinícola Miolo" (Ferreira e Ferreira, 2016).

Surgiram assim diversas vinícolas familiares, que no Vale dos Vinhedos, uniram-se para buscar a primeira indicação geográfica de seus vinhos finos. Hoje, as vinícolas estão alicerçadas no enoturismo, fortalecidas pelas indicações de procedência e denominação de origem. Ao mesmo tempo, a recente valorização do vinho colonial tem retomado a produção nos porões e pequenos anexos nas propriedades de agricultores familiares, dessa vez, de forma legalizada. A legalização e a melhoria da qualidade do vinho colonial possibilita a sua venda junto à propriedade e em feiras agroindustriais. As pequenas vinícolas familiares, adaptadas às regras de higiene e às necessidades modernas, reforçam a resistência do agricultor familiar em se manter na terra e garantir a permanência dos filhos junto à colônia.

3.5. Considerações finais

A organização do espaço rural entre o lote colonial familiar, as Capelas e as Cantinas é perceptível até hoje na paisagem da zona rural e dos pequenos municípios da região de colonização italiana do Rio Grande do Sul. Na região de Bento Gonçalves, os municípios emancipados e os distritos possuem suas particularidades na organização do seu território. Os maiores possuem a sede da vila relativamente planejada, com traçado ortogonal, como é o caso de Santa Tereza, Monte Belo do Sul, Pinto Bandeira e Faria Lemos, com suas próprias paróquias católicas. Nas demais comunidades, entretanto, a organização espacial se desenvolveu no formato de aldeias-ponto que crescem uma em direção às outras, tendo as residências e empreendimentos familiares construídos nas frentes dos lotes.

O crescimento e desenvolvimento de cada Capela está relacionado à instalação de algum moinho, vinícola ou posto de vinificação em seu entorno e à permanência desses empreendimentos ao longo do tempo. Primeiramente, a instalação desses empreendimentos foi formada por associações coletivas, como a Companhia Vinícola Rio-grandense e as cooperativas, no entorno das Capelas. Com o tempo, empresas multinacionais também se instalaram, como a Suvalan/ Tecnovin, no Vale dos Vinhedos, também polarizando as atividades econômicas. Em função de fatores econômicos, em resposta à crise causada pelas multinacionais e ao risco de êxodo rural, novas vinícolas familiares se desenvolveram, utilizando a mão de obra e administração familiar, aproveitando os estudos dos filhos em enologia.

Como a maioria surgiu no núcleo familiar, aproveitaram-se os lotes coloniais, sendo que a construção de vinícolas e varejos seguiu a tradição de construir as principais edificações junto à via, mais próximas da infraestrutura necessária e mais visível aos turistas. As casas dos integrantes das famílias aglomeram-se em torno da casa do

pai ou avô, em uma espécie de condomínio que faz parte da tradição familiar. Aos fundos do conjunto edificado, os parreirais em latada ou espaldeira fornecem a matéria-prima para a produção na cantina.

Por sua vez, a ocupação do lote rural hoje segue uma lógica similar à tradicional: Construções junto às frentes dos lotes e produções agrícolas aos fundos, sempre reservando uma área de preservação de mata nativa. Salvo as proporções que as produções de subsistência e as parreiras ocupavam no lote e a dependência que as famílias tinham em relação à produção dos meios de vida “para o consumo” - hoje substituídos pela monocultura de uva e pela agroindústria - pode-se afirmar que ainda hoje esse sistema se mantém, mesmo com a compra de alimentos nos supermercados.

Na maioria das vezes, os hortifrutigranjeiros da horta, frutas nos pomares, milho, feijões e batatas, até mesmo galinhas e ovos para o consumo familiar são produzidos no próprio lote rural ou sítio (algumas vezes até mesmo na zona urbana de transição). Isso ocorre não mais pela dependência de fatores econômicos, mas pelo costume de aproveitar a terra e o espaço rural ou mesmo urbano, passando um tempo em contato com a natureza. Alerta-se, porém, o risco de desaparecimento desse patrimônio imaterial, seja pela urbanização dos aglomerados rurais, seja pelas gerações mais jovens não terem sido integradas nesse ofício dos mais velhos.

Outro risco à produção vitivinícola e à ocupação do solo tradicional da imigração italiana está na especulação imobiliária para a instalação de grandes hotéis e condomínios residenciais. É importante ressaltar que essas atividades de características urbanas nada tem em relação ao turismo rural, de pequeno porte, que leva o turista para vivenciar a realidade da família de agricultores, acompanhando a sua rotina agrícola. Grandes empreendimentos vindos de fora da região prejudicam o turismo rural e descaracterizam o enoturismo local, de base familiar e comunitária. Além disso, a infraestrutura rural é insuficiente para atender a equipamentos turísticos de grande porte, que trazem densificação para as localidades, ultrapassando a capacidade de carga dos roteiros turísticos.

Para a preservação da paisagem cultural, torna-se necessário o equilíbrio ambiental e a sustentabilidade entre as ocupações e atividades tradicionais e os equipamentos turísticos que vêm atender às demandas contemporâneas. É preciso, principalmente, conhecer o “terroir” - a realidade e a cultura local - as demandas das comunidades e dos agricultores que produzem a uva, matéria prima essencial para a cadeia produtiva do vinho e do enoturismo. A eles cabe a decisão da espécie e sistema de plantio que convém ao trabalho rural que é braçal, mesmo com as tecnologias que prometem maiores facilidades. A sua permanência na atividade é que garante a produção vitivinícola e por isso, são eles que devem ser os principais beneficiários dos incentivos e políticas públicas.

4. DISTRITO DE FARIA LEMOS E O VALE AURORA

Cristiane Bertoco
Deise Formolo

O que vem a sua mente quando pensa na expressão VALE AURORA? Essa foi a pergunta que nos surgiu quando nos foi solicitada a pesquisa sobre a proteção do seu patrimônio. O que é o Vale Aurora? Qual é o patrimônio a ser preservado? Qual é o seu tamanho ou o perímetro do seu território? Uma busca na mídia e a conversa com algumas pessoas nos apontam algumas hipóteses: Um vale de onde se vê a aurora? O vale do Arroio Pedrinho, que liga os distritos de Faria Lemos e do Vale dos Vinhedos? A estrada que está sendo pavimentada entre esses roteiros turísticos? A principal referência nos relatos é a pavimentação da “estrada do Vale Aurora”, cuja demanda se estende há tempos e agora está sendo executada. Outras referências comunitárias nos apontam outras hipóteses referentes ao local: O lugar onde se encontra uma igreja de pedra que apareceu em um filme...O lugar onde havia um moinho junto ao rio... O lugar dos postos de vinificação onde se entregava a uva da Cooperativa... Um vale pleno de parreirais de associados da Aurora...

As vistas da paisagem do Vale Aurora nos apontam possíveis interpretações, através do que é identificado pelos moradores das redondezas e pelos turistas. Na maioria dessas identificações, a paisagem é vista a partir de mirantes, dos quais o Campanário da sede de Faria Lemos se destaca. Em todas as fotografias e referências ao lugar, um elemento sempre é o principal: a paisagem de vinhedos em latada, bordada de plátanos, formando mosaicos como uma colcha de retalhos. Para quem passeia pelo local ou pelas redondezas essa paisagem geralmente é citada como “natureza”, um lugar de tranquilidade, longe da zona urbana. Circulando de carro, a pé ou de bicicleta, transitando por suas estradas ou visualizando a partir de mirantes, a paisagem de vinhedos geralmente é vista pelo visitante de cima ou de lado, onde os plátanos que a sustentam formam emolduramentos das visuais.

Figura 37: Vista da estrada do Vale Aurora com vinhedos e plátanos.



Fonte: Assessoria de comunicação social Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves, 2024.

De longe, a paisagem parece ser formada apenas pela vegetação e talvez, pelos animais domésticos cuja presença é denunciada pelos potreiros aqui e ali. Durante o verão, com tempo ensolarado, quando caixas azuis são deixadas junto à estrada para a colheita da uva, é que o visitante percebe a presença humana no trabalho incessante com a parreira. Na vindima, época de muito trabalho, e em momentos tristes como a queda de um vinhedo, é destacado o trabalho coletivo para que a mesma possa manter-se em pé, saudável e produzir a matéria prima para o suco e o vinho que compramos nos varejos e supermercados.

Por outro lado, existe um motivo para que esta seja considerada uma viticultura heroica. Os lotes coloniais são divididos em formato retangular em terrenos íngremes de aclives e declives acentuados. É frequente a mortalidade de agricultores pela queda de tratores em estradas ou caminhos tortuosos no acesso aos vinhedos. Também é comum a ocorrência de deslizamentos que levam abaixo plantações e construções, colocando em risco as vidas de pessoas e animais. Durante a saída de campo realizada em julho de 2024, após as enchentes de maio no Rio Grande do Sul, observou-se o impacto das águas na paisagem da região e nas vidas dos residentes do Vale Aurora. A região da serra gaúcha sofreu, especialmente, com deslizamento de terras e interdição de estradas, com perda de centenas de vidas. Nas fotografias é possível ter uma breve ideia dos desastres na região.

Foto 38. Vale Aurora



Foto 39. Vale Aurora



Foto 40. Vale Aurora



Fonte: Fotografias elaboradas durante a saída de campo em 25/07/2024.

Por esse motivo, os relatos colhidos naquele dia apresentaram traços do trauma vivenciado em maio. Durante as conversas as pessoas contaram do sentimento de insegurança tendo em vista a possibilidades de os desastres ocorrerem novamente, bem como a solidão de alguns residentes que viram seus vizinhos e parentes se mudando, por medo, para a região urbana de Bento Gonçalves.

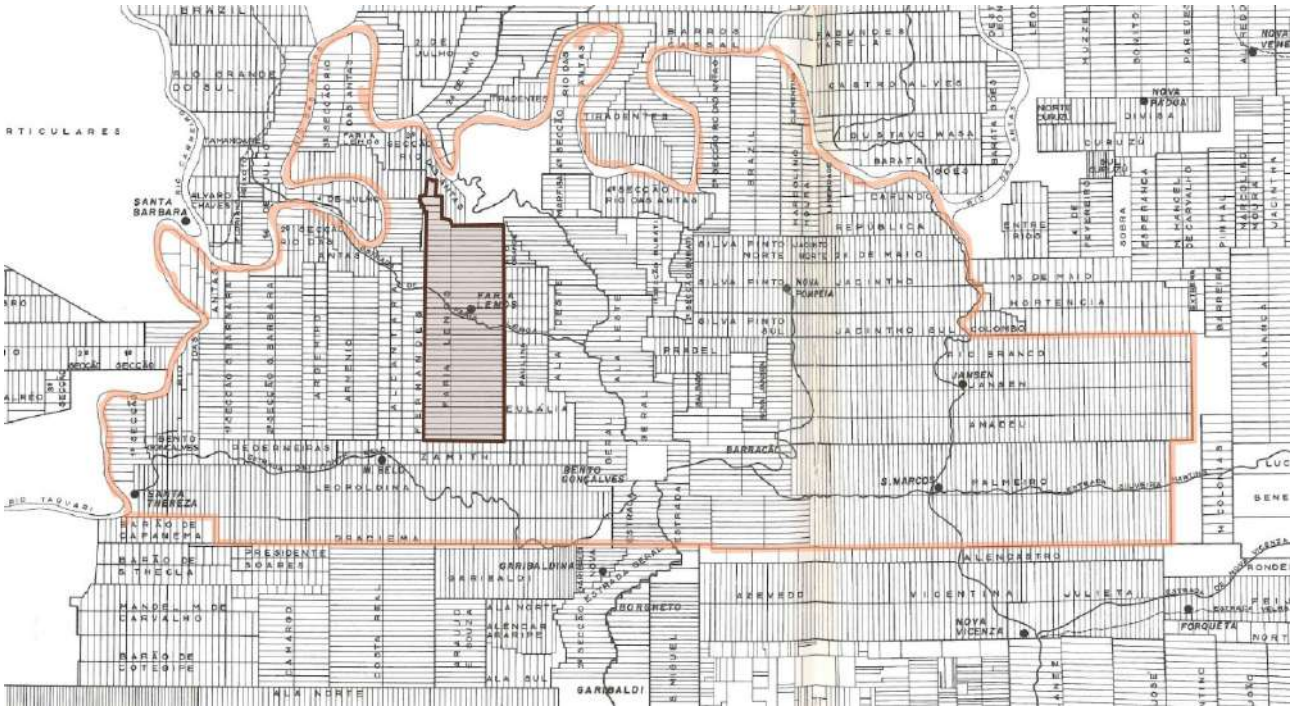
As paisagens de vinhedos são criadas pela ação humana. Sem a persistência, o trabalho, os saberes e fazeres do viticultor e dos trabalhadores da agricultura, essa paisagem seria muito diferente. Um vinhedo sem a presença de um viticultor é como uma criança descuidada, que não consegue brincar e se desenvolver por causa dos cabelos compridos e emaranhados em frente ao rosto. É o agricultor quem faz o carinho, vigia contra as pragas, cuida das doenças, trata, alimenta, literalmente conduz a planta com suas podas e amarrações.

4.1. Caracterização do território

A região de estudo pertence à zona rural do município, no Distrito de Faria Lemos. As comunidades rurais estão distribuídas entre linhas e travessões, que formam os lotes coloniais, colonizados no final do século XIX. Os lotes da Linha Faria Lemos foram ocupados entre 1877 e 1883 (Caprara e Luchese, 2010, p. 27 a 30), na linha traçada em perpendicular à Linha Zemith, a sul, e se estende até a 3ª Secção do Rio das Antas e as terras particulares de

Pascoal Costa, a norte. A leste, limita-se com as Linhas Eulália e Paulina e a oeste, com a Linha Fernandes de Lima, que por sua vez faz divisa com a Linha Alcântara.

Figura 41: Divisão de lotes em linhas e travessões, com destaque para a Colônia Dona Isabel e Linha Faria Lemos.



Fonte: Adaptado de Posenato (1983, p. 184 e 185).

Chama atenção que essas linhas a oeste da sede seguem orientação diferenciada (direção norte-sul) à maioria do restante da colônia (direção leste-oeste), orientando-se de forma perpendicular à estrada principal de Faria Lemos, atualmente ERS 431, que liga à Guaporé. Considerando que a Linha Paulina foi ocupada entre 1879 a 1883 (Caprara e Luchese, 2010, p. 31 a 32) e a Linha Fernandes de Lima entre 1880 e 1886 (Caprara e Luchese, 2010, p. 34), pode-se estimar que o caminho da Linha Faria Lemos, que originou a estrada do Vale Aurora, foi uma das primeiras frentes de ocupação do Distrito, provavelmente pela proximidade com a água do Arroio Pedrinho, que também segue essa direção, desaguando no Rio das Antas.

A sede de Faria Lemos localiza-se no alto do morro, junto à rodovia ERS 431, de onde é possível a vista da maior parte do seu entorno, especialmente do Vale Aurora e de parte do Vale do Rio das Antas. Segundo Caprara e Luchese (2010), o nome tem origem em uma homenagem dos agrimensores ao então 2º Vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul, Desembargador Francisco Faria Lemos, governante no período de 1877 a 1878. Já a tradição da comunidade registra que a denominação se referia ao nome do agrimensor, provavelmente o mesmo que delimitou Santa Lúcia do Piaí, em Caxias do Sul. Seja qual for a correta, essa denominação sempre foi a mesma desde que foram traçados os lotes da Linha. A aglomeração da comunidade remete ao Curato, que foi fundado no dia 20 de abril de 1894, instituindo-se a Paróquia em 1924. A sua implantação como sede foi originada pela presença religiosa católica, em uma história curiosa:

> O Frei Davide Faustini [Padre Trentino] era vigário em Monte Belo quando em 1894 foi transferido para a Alcântara e ali permaneceu durante algum tempo, ministrando os santos sacramentos. Foi construída uma capela de madeira, mas o Frei não se adaptou ao local por ser muito quente e transferiu-se para a atual sede de Faria Lemos, a contragosto dos moradores da Alcântara.

> Em Faria Lemos, no local da subprefeitura[17], foi construída a primeira capela em madeira coberta de tabuinhas ('scandole'). Em 1896, com tijolos artesanais, construíram uma Igreja dedicada à Nossa Senhora do Rosário (Caprara e Luchese, 2010, p. 65).

A igreja de alvenaria que teve o início de sua construção em 1896, foi inaugurada em 1901. Na mesma localidade, junto à paróquia, em 1915, "instituiu-se a Congregação das Filhas de Maria e depois as obras das vocações sacerdotais" (Livro Tombo da Paróquia de Faria Lemos apud Caprara e Luchese, 2010, p.66). A Casa Canônica foi construída no período de D. Constantino Gatti (1914-1918), considerada então a mais confortável da colônia.

> De Curato passou a ser paróquia em 13 de setembro de 1924. A igreja paroquial tem três sinos pesando 500 Kg e foi fabricada na fundição de Giovanni Gnoatto. São 12 capelas sendo três de alvenaria e as outras de madeira, só duas tem sinos: a de São Paulo e a de São João Nepomuceno. O número de famílias italianas ou descendentes é de 234 com 1675 almas (Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud, 1925 apud Caprara e Luchese, 2010, p. 67).

Com o desenvolvimento da localidade, o Distrito foi criado em 31 de janeiro de 1925, através de Ato do então intendente municipal, o Engenheiro João Baptista Pianca, tendo festa de inauguração oficial em 11 de fevereiro de 1926. Nos relatórios do Livro Tombo da paróquia de Faria Lemos era registrada a demografia da localidade, o número de habitantes, língua falada, números de casamentos, batizados, enfermos visitados, óbitos, entre outros. Entre 1919 e 1928 a média de habitantes foi entre 1670 e 1854, sendo 1600 italianos e 90 poloneses. Chama atenção que até 1922 todos eram católicos, mas a partir de 1924 têm-se o registro de "a-católicos 9, indiferentes 100, famílias católicas 258" (Caprara e Luchese, 2010, p. 68). Também há citação, além dos italianos, de famílias lusas, "polacas", inglesas, espanholas, alemã e "de cor", demonstrando que houve a presença também de outras etnias na constituição da região.

As capelas do Distrito são enumeradas por Caprara e Luchese (2010) e geralmente, correspondem a uma ou mais por linha, constituindo comunidades, cada qual com sua escola, salão, cemitério e negócios: Capela São João Nepomuceno (fundada em 1882), Capela de São Paulo da Linha Paulina (1885), Santo Antônio da Linha Paulina (1885), Natividade, na 3ª Secção do Rio das Antas (1896, dos poloneses), Nossa Senhora dos Navegantes (1904), São Valentim do Vale Aurora (1927), São Luiz da 3ª Secção do Rio das Antas (1927), São Valentim nº 96 do "montagnin" (1930), São José da 3ª Secção do Rio das Antas (1967), São José Linha Ferri (1968).

Concentramo-nos, agora, na Capela São Valentim, localizada no lote 17 da Linha dos Piazzetta, atual Vale Aurora, fundada em 1927. A mesma teria sido construída com o intuito de "cristianizar" a localidade, conforme citação:

> A Capela de São Valentino (Piazzetta) foi fundada pelo Padre Cosme Fiorini, cujo intuito era ver se desta forma conseguia cristianizar mais os moradores daquele vale e visitantes costumeiros. Não obstante o reconhecido zelo deste benemérito sacerdote, não obstante os esforços de seus sucessores ainda hoje aquela fração é um sério problema e enquanto residir lá o Sr. Piazzetta o problema ficará insolúvel. Na casa do Sr. Piazzetta quase todos os domingos ou sábados há bailes organizados de tal forma que a concorrência do povo supera naquele lugar a uma festa religiosa (Livro Tombo de Faria Lemos, apud Caprara e Luchese, 2010, p. 71).

Consultando-se as tabelas de negócios elaboradas por Caprara e Luchese (2010, p. 44 e 45) identifica-se que o lote 17 permaneceu sob propriedade da família Locatelli entre 1893 e 1920, quando tinham ali um moinho e a partir de 1915, um alambique. Em 1925 instala-se Antônio Piazzetta com um negócio de 5ª classe e em 1930 um botequim, além de Antônio Pasquali, com uma fábrica de queijos e Luiz Piffer com um moinho. Outros lotes próximos, como o lote 19, de Giuseppe Locatelli teve um negócio entre 4ª e 3ª classe entre 1893 e 1920, bem como um alambique grande.

[17] A edificação, que tem impresso o nome "subprefeitura" na fachada, foi sede do grupo escolar, posteriormente subprefeitura e unidade sanitária da Secretaria de Saúde. Atualmente o prédio está desocupado.

Também no lote 11 havia um moinho, e no lote 10 um negócio de 3ª classe e tropa de animais, e diversos lotes entre o 24 e o 37, com sapatarias, compra de gêneros coloniais, postos de venda de doces, alambiques e botequins. Constituía-se, então, de uma centralidade baseada nos moinhos, que atraiu negócios de classe correspondentes a bodegas. Observa-se também, que as famílias a-católicas e indiferentes aparecem a partir do ano de 1924 (época da chegada de Antônio Piazzetta no lote 17) e não são mais citadas em 1927, após a fundação da Capela São Valentim.

Segundo Mazzotti e Bigolin (2012, p. 74), a primeira capela da "Zona Piazzetta", de madeira, foi inaugurada em 1928. O sino foi comprado em 1953, por Fiorindo Rossato e Modesto Petroli, ficando suspenso em palanques até a construção na nova igreja em alvenaria, em 1962. O padroeiro foi escolhido em relação com Valentim Pignat, morador que sofria de epilepsia, sendo esse santo reconhecido por proteger pessoas com desmaios e epiléticas. Junto à capela, havia uma escola local que funcionou até 1988, quando iniciaram as atividades na nova Escola Segundo Lazzari.

O Arroio Pedrinho, definidor natural da paisagem do Vale Aurora, também é marco na história do lugar e das mobilizações sindicais em defesa dos agricultores. Ao longo dele existiam moinhos e uma usina de energia elétrica, cujas ruínas foram levadas pelas águas com o tempo. Também ali era local de pesca de peixes e caranguejos (relato de Rinaldo Dal Pizzol), de bebedouro de animais, constituindo reforço alimentar para os moradores. Em um ano de grande estiagem, em que se arrastava a construção da estrada de Monte Belo a Santa Tereza[18], também se discutia a poluição do arroio por efluentes industriais, envenenando as águas, causando mau cheiro e mortandade de peixes. Em agosto de 1985, agricultores e moradores realizaram um ato público de denúncia da poluição, reunindo mais de 700 pessoas no salão da igreja. A maior revolta apontada era a desvalorização do agricultor, que ali produzia 12 milhões de quilos de uva, mas não podia usar a água do arroio para consumo, inclusive com risco aos animais e às plantas (Semanário, 10.08.1985, p. 20; Gazeta em Dia, 09.08.1985, p. 5).

Até 1985, a localidade não tinha denominação oficial, sendo reconhecida como Linha Faria Lemos baixa, pela sua localização e topografia e posteriormente, por Linha Piazzetta, referenciando os proprietários do lote 17 onde foi construída a Igreja. O apelido do lugar como "Zona" Piazzetta pelo Padre Luiz Polezzo, para distinguir a comunidade de outra com o mesmo nome, gerou incômodo entre os moradores por não soar bem, frequentemente gerando piadas de mau gosto. Já que o nome não era registrado, e não havia mais na época moradores da família Piazzetta no lugar, os moradores decidiram por se reunir e fizeram um abaixo-assinado para mudá-lo, escolhendo a expressão "Vale Aurora" (Semanário, 14.10.1995, p. 11).

O documento oficial que referencia essa denominação, é o Decreto 1.975 de 27 de setembro de 1985 que substitui a denominação da localidade da "Zona Piazzetta", para Vale Aurora, na localidade da Capela São Valentin, lote 17 da Linha Faria Lemos baixa. Segundo Protocolo legislativo nº00060 de 15 de agosto de 1985, a troca da denominação se deu em função de um abaixo-assinado dos moradores locais, datado de 07 de agosto de 1985, encaminhado pelo coordenador da comunidade, Zardelino Luiz Faccio. Ainda no parecer da comissão especial criada para análise do processo, há citação de que

> [...] a permuta do nome de Zona dos Piazzetta para Vale Aurora, vista que a Cooperativa Vinícola Aurora Ltda., tradicional empresa vitivinícola de nossa cidade deseja investir no local (por sua beleza natural e por ali residirem cerca de 300 associados) onde pretende, anualmente, fazer a festa da Vindima da Aurora, festividade que marcará o início da colheita da uva dos associados de empresa [...]

[18] Posteriormente teve como consequência a emancipação desses municípios.

A festa realizada pela Cooperativa Vinícola Aurora no dia 11 de janeiro de 1986, fortaleceu a nova denominação, tendo como objetivo valorizar o trabalho do viticultor, bem como a divulgação e atração do turismo para o lugar, "trazendo a imprensa de todo o país [os] principais clientes e compradores do país" (Semanário, 11.01.1986, p. 06). A grande festa teve a participação de cerca de três mil pessoas, com apresentação da Banda Municipal, corais e orquestra, missa celebrada pelo Bispo, show de aviões soltando papéis picados, um show pirotécnico, jantar típico com churrasco e até um letreiro luminoso instalado no morro com o nome da localidade (Gazeta em Dia, 17.01.1986, p. 7; Semanário, 18.01.1986, p. 5).

Segundo o relatório "Cooperativa Vinicola Aurora Ltda" (1994?), presente no acervo do Museu do Imigrante,

> O Vale Aurora é, certamente, a primeira tentativa de delimitação de região produtora de uvas do Brasil. Trata-se de um dos muitos vales que formam o município de Bento Gonçalves e onde uma série de fenômenos se articula para criar condições muito boas para o cultivo de uvas. 'O Vale de Ouro das Vinhas', como também é conhecido a partir da definição do enólogo João Giuliani filho, ex-diretor da unidade local da Embrapa. [...] É uma região que desemboca na ferradura do Vale do Rio das Antas e através do qual sobem moções de ar quente [...] Neste vale, coincidentemente a maioria das propriedades - 110 famílias - está ligada à Cooperativa, o que permitiu seu cadastramento e o subsequente trabalho de demarcação geográfica.

O estudo identifica o Vale Aurora como a tentativa de primeira denominação de origem da vitivinicultura do Brasil, uma região para cultivo de viníferas finas, cuja maior parte das famílias produtoras estava ligada à Cooperativa Vinícola Aurora. Em tal relatório, a procedência do Vinhedo Vale Aurora aparece nos rótulos de vinhos de uvas viníferas, tais como o "Champanhe" de Chardonay/ Pinot Noir (vindima 1991), vinhos Cabernet Sauvignon (1991), Pinot Noir (1991), Riesling Renano (vindima 1994), Pinot Blanc (1994), Gewurstraminer (1994), Chardonay (1994) e Sauvignon Blanc (1994). O lançamento dos vinhos varietais finos, identificado como a "maior conquista de desenvolvimento vitivinícola de Bento Gonçalves" (Semanário, 14.12.1985, p. 6) ocorreu em 7 de dezembro de 1985, ano em que foi colhida a primeira safra com seis varietais: Chardonay, Gewurztraminer, Pinot Blanc, Riesling Renano, Cabernet Sauvignon e Pinot Noir.

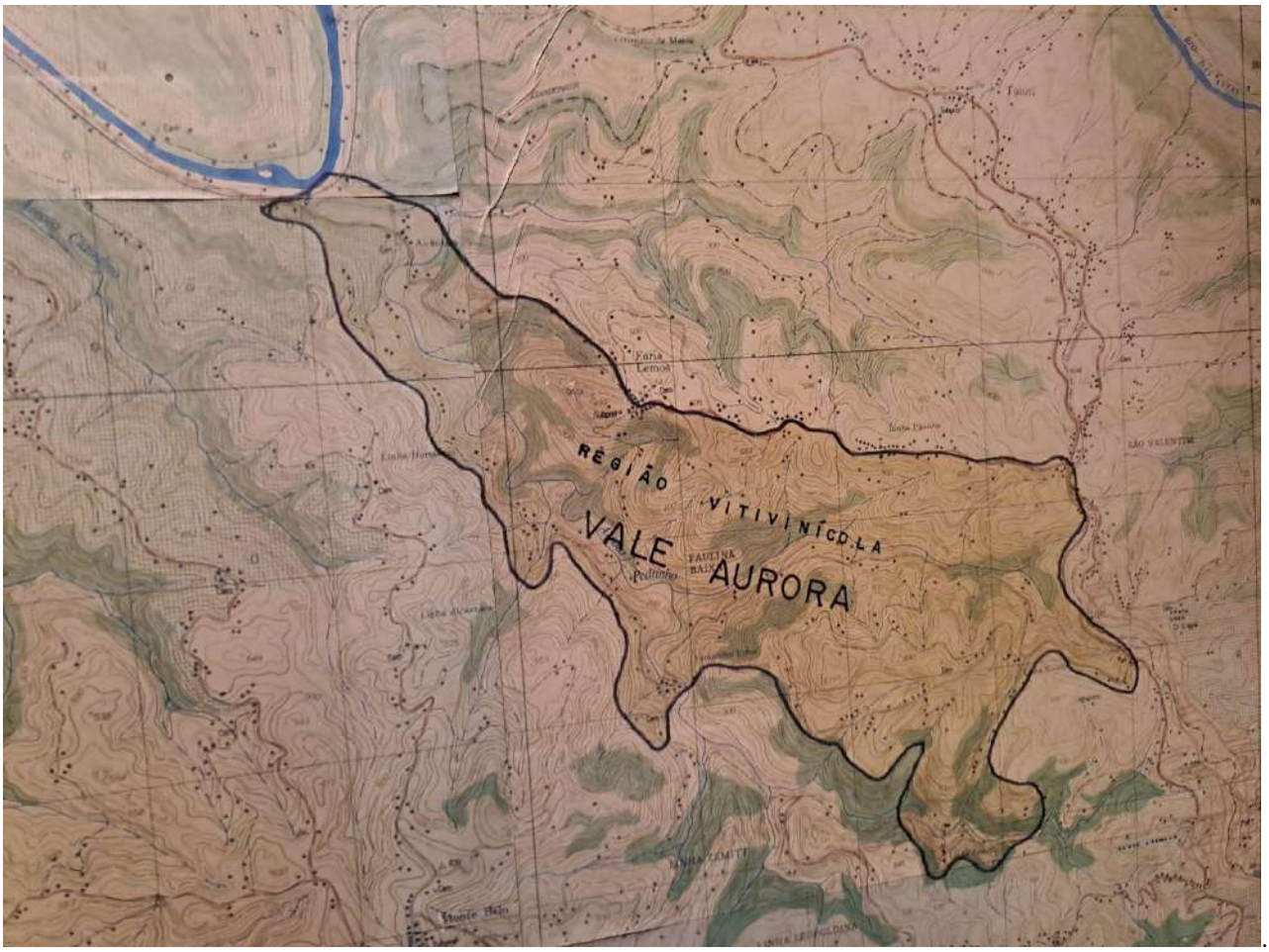
Niederle (2011) descreve o motivo e processo de elaboração do levantamento geográfico do Vale Aurora, o qual citamos na íntegra, dada a sua importância na impossibilidade de entrevistar a geógrafa que o elaborou:

> A década de 1970 marcou o início da estruturação de um segmento de vinhos finos varietais no Brasil. Mas foi sobretudo a partir da década seguinte que o produto começou a ganhar o mercado externo. Em 1983, a Cooperativa Vinícola Aurora, sediada em Bento Gonçalves, iniciou um trabalho sistemático para exportação de vinhos varietais aos Estados Unidos [...] Em 1985, a Cooperativa Aurora embarcou uma carga de vinhos varietais da linha Marcus James com destino ao porto de Nova Yorque. No entanto, o Departamento do Tesouro Americano, responsável pelo controle de bebidas alcoólicas e tabaco, não autorizou o desembarque do produto. O vinho já havia sido vendido, o produto estava no local definido para a entrega, mas não podia ser descarregado porque o governo exigia documentação que comprovasse sua origem nos termos acima descritos. [...]
>
> Em vista do impasse comercial em que se encontrava, a Cooperativa Aurora decidiu contratar uma geógrafa para realizar o trabalho de cartografia e descrição da área de produção da uva. É neste momento que a professora Ivanira Falcade, da Universidade de Caxias do Sul, entra em contato pela primeira vez com a questão e passa a desenvolver um projeto de mapeamento da vitivinicultura local, cujo objetivo era produzir um documento passível de aprovação pelo governo norte-americano. Embora a cooperativa contasse com sócios de diferentes localidades da Serra Gaúcha, sempre houve uma concentração particularmente importante da produção em uma área específica do município de Bento Gonçalves que, posteriormente, viria a ser reconhecida e regulamentada como "Vale Aurora", nome decorrente do modo como era conhecida entre os produtores em referência direta aos sócios da cooperativa que residiam no local. Conforme um dos entrevistados nos relatou, "como a maioria era de sócios da Aurora, o Vale da Aurora virou o Vale Aurora. Mas ele não tinha um nome assim. Tinha o nome da localidade, da igreja e tal. Mas, na realidade, nem o nome da igreja era uma referência para todos. O que todo mundo conhecia era o Vale da Aurora" (Pes-VV).
>
> A atividade básica do projeto consistiu em definir uma área geográfica e registrar os produtores localizados em seu interior. Além disso, foram realizados estudos complementares sobre aspectos agronômicos e climatológicos. Na época, pesquisadores da Embrapa de Bento Gonçalves haviam instalado microestações meteorológicas na região, a maioria delas em propriedades dos sócios da cooperativa. Os dados daí oriundos permitiram uma caracterização climática básica que, associada

> a um levantamento dos solos realizados pelos técnicos da cooperativa e pesquisadores, resultou em uma descrição relativamente avançada em face das condições técnicas das quais dispunha-se à época[19] (Niederle, 2011, p. 117-118).

Além do relatório, o único documento localizado sobre esse estudo foi um mapa no acervo do Engenheiro Paulo Fernando Gross, na Linha Paulina (figura 42), onde é possível ter uma noção do território estudado. No mapa em questão, além do vale do Arroio Pedrinho, o perímetro do Vale Aurora envolve parte das localidades de Faria Lemos, Paulina, Alcântara, Eulália e Zemith. Outro ponto avaliado é que, considerando o arroio, essa área está integrada ao distrito de Faria Lemos e à linha que deu origem ao seu nome.

Figura 42: Mapa da região vitivinícola Vale Aurora, elaborado por Ivanira Falcade.



Fonte: Acervo Eng. Paulo Fernando Gross. Casa Simon Callegari, Linha Paulina.

Segundo o mapa acima, a região do Vale Aurora inclui o Vale do Arroio Pedrinho, passando pela Comunidade São Valentim do Vale Aurora e Santa Lúcia, mas também inclui o território das comunidades da Eulália, Zemith, Paulina, Faria Lemos e Alcântara, até o encontro entre o Arroio Pedrinho e o Arroio Herval, que em seguida deságuam no Rio das Antas, junto à ponte da Alcântara para Cotiporã. Trata-se de uma região montanhosa, que segue das margens do Arroio Pedrinho até o divisor de águas de Faria Lemos, na ERS 431, cujas altitudes variam de 200 m no vale junto às ruínas do posto de vinificação da Cooperativa Vinícola Aurora e na Alcântara, subindo para 547 em Faria Lemos, 633 m na Paulina e chegando a 690 m na Eulália alta.

[19] O autor cita em nota de rodapé um relato que aparenta ser da própria Ivanira Falcade: "O que eu fiz? Eu peguei um mapa e fui a campo com uma bússola, carta topográfica e duas ou três fotografias aéreas. No escritório eu tinha as curvas de nível, naquela maravilhosa distância de 20 metros. Eu transformei isso, graças a possibilidade de acessar um equipamento da geodésia da UFRGS, para uma escala de 1:10.000. O que me permitia desenhar... Mas, olha os meus materiais, meus métodos para desenhar, para fazer uma cartografia! E havia ainda os croquis de toda parte agronômica que eu trabalhei junto com o pessoal do departamento agrícola da Aurora, que tinha uns dez técnicos. [...] Eu selecionei todos do Vale e eu tinha um cadastro e um croqui. Aí, eu registrei todas as famílias, todos os vinhedos, nesta escala de 1:10.000" (Niederle, 2011, p. 118).

Atualmente, não há uma delimitação clara sobre onde começa e onde termina o Vale Aurora. Em geral, as pessoas entrevistadas se referem às estradas da localidade, sempre na expectativa da pavimentação. A estrada em obras atualmente, de norte a sul, liga os roteiros turísticos da sede de Faria Lemos ao Vale dos Vinhedos. Emblemática é a localização das vinícolas Rotava (em Faria Lemos) e Barcarolla (Vale dos Vinhedos, com vinhedos e vinificação no Vale Aurora), ambas de produção familiar, nos dois extremos dessa estrada. Antigamente, entretanto, as localidades eram demarcadas pelos postos de vinificação das cooperativas Tamandaré, Aurora e Companhia Vinícola Rio Grandense. Só no atual Vale Aurora, existiam dois postos de vinificação, que funcionaram até a década de 1990. Também é emblemática a proximidade desses postos de vinificação e comércios comunitários junto às comunidades de Capela, que estruturam a sociabilidade e a organização territorial colonial na região.

Compreende-se então, que a região do Vale Aurora pode ser entendida em três escalas: A Comunidade-igreja do Vale Aurora, junto à Capela São Valentim 17 da Linha Faria Lemos; as Estradas do Vale Aurora, que ligam os Distritos de Faria Lemos ao Vale dos Vinhedos e à Eulália; e a região de procedência vitivinícola Vale Aurora, que é delimitada pelo divisor de águas junto à ERS 431, incluindo as Linhas Paulina, Faria Lemos, Alcântara, Fernandes de Lima e Eulália, até a divisa com as Indicações de Procedência Vale dos Vinhedos e Monte Belo.

Algumas edificações da região já são inventariadas (IPHAN, IPHAE, 1994-96) e podem ser ponto de partida para o reconhecimento do patrimônio cultural edificado, tais como: o conjunto da Capela São Pedro Apóstolo, com cemitério, escola e a Cantina e casa Passaia, a casa Passaia Cimadon, próximo ao arroio, o conjunto da família Petroli, a casa da família Somensi. Outras edificações podem ser inventariadas, tais como as ruínas dos postos de vinificação da Cooperativa Vinícola Aurora, uma cantina junto à família Reginatto, as capelas e capitel das Comunidades São Valentim e Santa Lúcia e seu acervo… Pensando o território em um espaço mais amplo, temos ainda os conjuntos e paisagens da sede de Faria Lemos, da Paulina e da Eulália.

4.2. Delimitação do perímetro de estudo

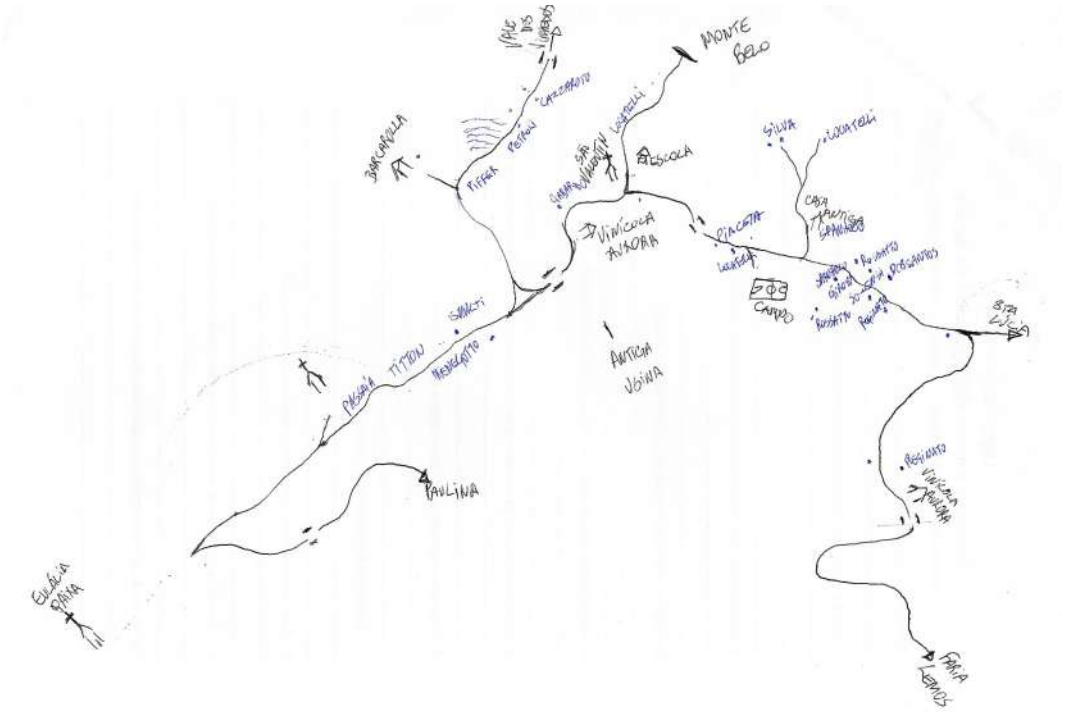
Tendo em vista o inventário existente elaborado entre 1994 e 1996, o presente inventário se concentrou, em um primeiro momento, em um fichamento de bens edificados e imateriais tendo como referência a Linha Faria Lemos, onde estão as comunidades do Vale Aurora e de Faria Lemos, além da Linha Paulina baixa, lugar de referência para o início do território em divisa com a Linha Eulália baixa, na igreja de pedra da antiga comunidade de São Pedro Apóstolo.

Como forma de embasar a delimitação, foram aplicadas entrevistas com a elaboração do mapa mental das localidades, segundo metodologia de Kevin Lynch no livro “A Imagem da Cidade”, identificando e descrevendo os bairros, limites, vias marcos e conexões dos locais. Nas entrevistas realizadas, a maioria dos moradores não se sentiu a vontade para o desenho, limitando-se a responder às perguntas e realizando descrições detalhadas dos lugares de sua infância até os dias atuais. Entretanto, três imagens se destacaram pelo seu simbolismo e abrangência no território e pela riqueza de sua descrição, a primeira realizada por um servidor municipal, ex-subprefeito do Distrito de Faria Lemos, a segunda pela catequista da Paróquia de Faria Lemos e a terceira uma fotografia do Vale Aurora realizada por Roberto Locatelli, artista nascido no Vale Aurora.

A figura 44 representa os limites do Vale Aurora com seus pontos de referência e nome das famílias que habitam o lugar. Pode se identificar a centralidade da igreja, das ruínas da escola e da antiga vinícola Aurora. Por sua vez, os

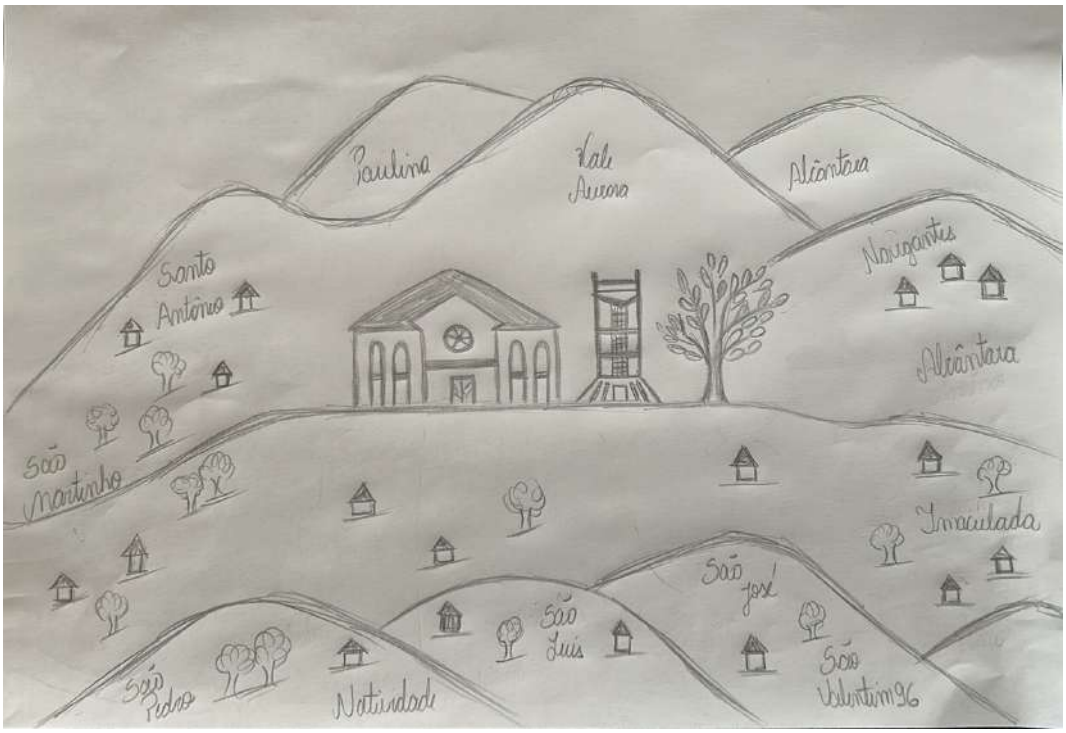
limites são reconhecidos pela divisa com o município de Monte Belo do Sul e pelas pontes com o Arroio Pedrinho, junto às ruínas do posto de vinificação da Aurora na estrada que sobe à Faria Lemos, na ponte de divisa com a Linha Zemith e na ponte que atravessa o arroio junto à estrada que segue da Eulália Baixa à Paulina. Identificam-se nomes de famílias tradicionais do lugar, a maioria de origem italiana como Passaia, Titton, Menegotto, Petroli, Lazzarotto, Piacetta, Locatelli, Reginatto, Somensi, Rossatto, Spagnolo, Gabardo, mas também nomes que indicam outras origens como Piffer, Smalti, Silva, Dos Santos.

Figura 44: Mapa mental do território do Vale Aurora.



Fonte: elaborado por Janquiel Cristófoli, 10/03/2023.

Figura 45: Mapa mental de Faria Lemos.



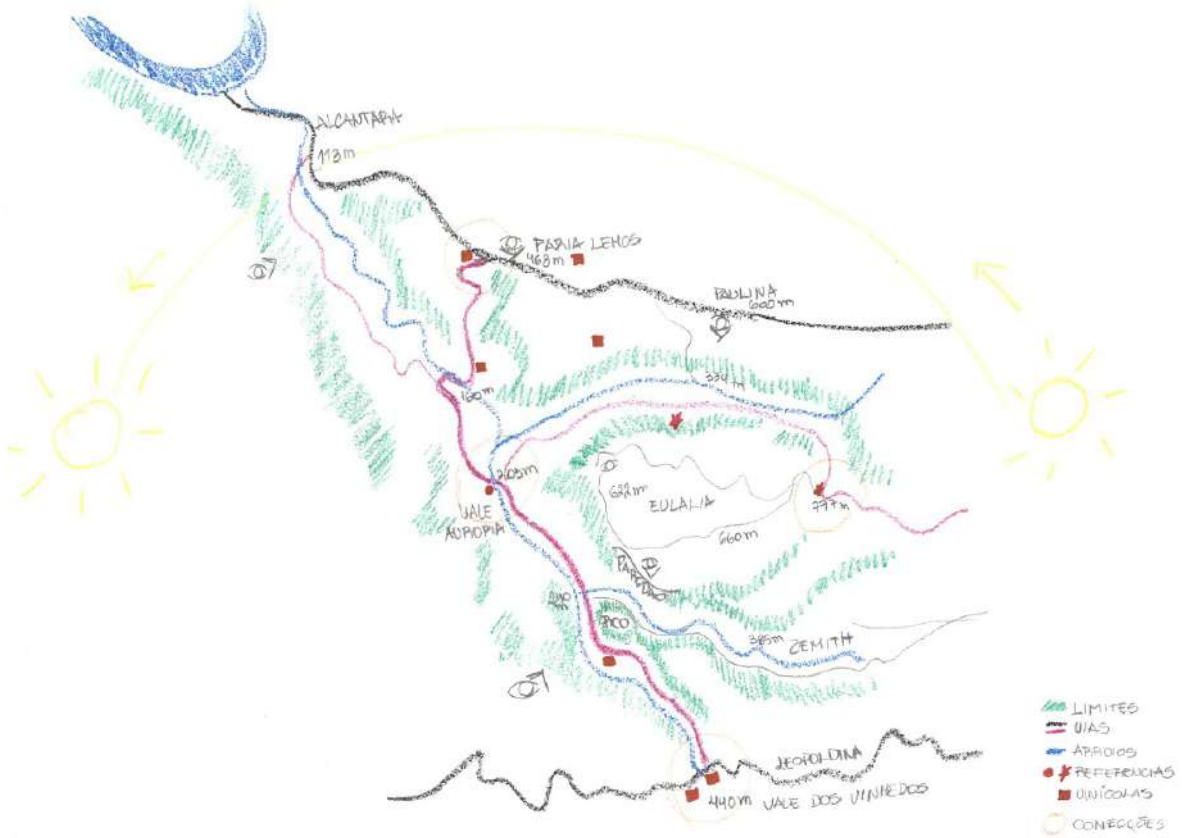
Fonte: elaborado por Milena Poloni Pergher, 15/08/2024.

Figura 46: Fotografia síntese da comunidade do Vale Aurora com seus marcos.



Fonte: autoria de Roberto Locatelli, 1990. Imagem do rótulo do vinho Costebel, da Vinícola Aurora, entrevista 01/08/2024.

Figura 47: Mapa síntese do Vale Aurora.



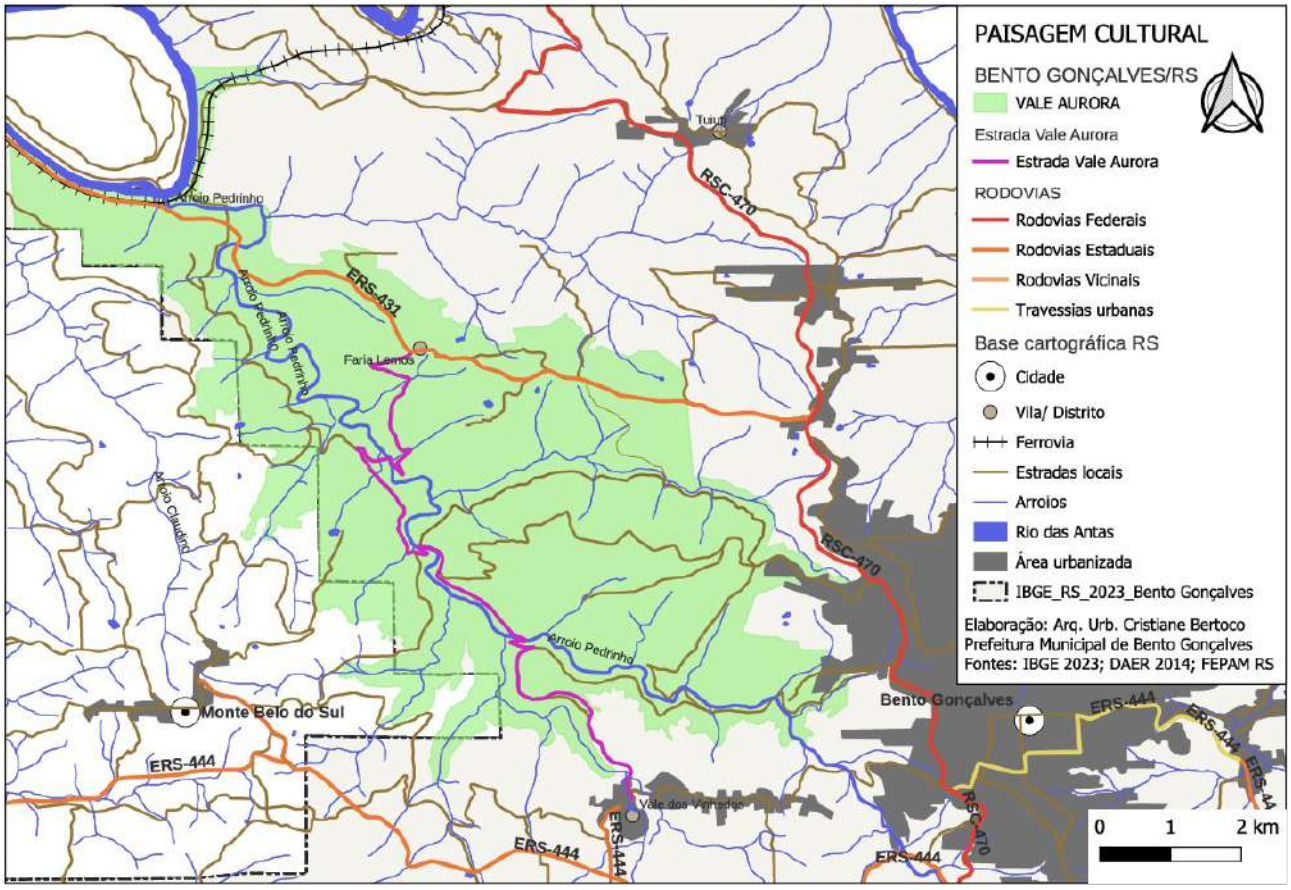
Fonte: desenho de Cristiane Bertoco.

O mapa da figura 45, elaborado por uma moradora de Faria Lemos, demonstra a importância das comunidades de Capela em volta da sede da Paróquia Nossa Senhora do Rosário de Faria Lemos, abrangendo todo o distrito até a 3ª Secção do Rio das Antas (onde se encontram as comunidades polonesas de Natividade e São Luis), em uma região com forte presença montanhosa. Por

sua vez, a figura 46 demonstra a síntese do marcos do Vale Aurora, por um artista que tem ali as suas origens: O Arroio Pedrinho com a sua represa, os vinhedos com sistema de condução em latada sustentados por plátanos, a mata, a Capela, o Posto de Vinificação, os morros e, ao fundo, o pico da Zemith em forma de pirâmide. Essa imagem foi realizada por Roberto Locatelli para o rótulo do vinho Costebel, da Cooperativa Vinícola Aurora, que pretendia identificar o lugar de origem da produção. Por fim, o mapa da figura 47 busca sintetizar a análise das imagens de satélite com as descrições das entrevistas realizadas, representando os limites, vias, arroios, conexões marcos e referências como capelas e vinícolas, assim como a direção do movimento diário do sol.

Com base nas pesquisas e nos mapas mentais, utilizando como limites a zona urbana (a leste) e as delimitações das Indicações Geográficas para vinhos finos do Vale dos Vinhedos (a sul) e de Monte Belo do Sul (a oeste), foi delimitado o perímetro amplo do Vale Aurora enquanto paisagem, que fica também definido como Vale do Arroio Pedrinho, conforme figura 48. Registra-se que as áreas da Eulália baixa e Eulália alta, assim como parte da Zemith, que integram o território da Denominação de Origem do Vale dos Vinhedos, são propositalmente incluídos no território do Vale do Arroio Pedrinho, tanto pelas condições geográficas, quanto pela questão identitária, em atenção aos agricultores que não se identificam com as regras da D.O., preferindo produzir uvas americanas e muitas vezes, sendo cooperativados da Vinícola Aurora. Também incluiu-se, na Alcântara, a comunidade ribeirinha de Imaculada Conceição, que sofreu, junto com o Vale Aurora, com as enchentes e deslizamentos de 2024. Entende-se que essas comunidades, dentro desse território mais amplo, merecem um olhar mais atento, tanto pela importância de sua paisagem vitícola, quanto pelos impactos das mudanças climáticas em suas populações.

Figura 48: Definição do perímetro amplo do Vale Aurora, ou Vale do Arroio Pedrinho.



Fonte: Elaborado por Cristiane Bertoco no Google Earth e QGIS.

4.3. Considerações finais

Tendo em vista que a expressão agrícola na paisagem, através dos parreirais e seus plátanos, dependem totalmente da mão humana e de seus conhecimentos na interação com a natureza, entende-se que a paisagem

cultural são o principal a ser protegido no Vale Aurora. Por ela passa a valorização e melhoria do modo de vida dos(as) agricultor(as) e do(as) viticultor(as), dos produtos do seu trabalho e do resultado materializado na paisagem. No âmbito material, a maioria das edificações inventariadas representam a arquitetura popular da Imigração Italiana, formando no seu conjunto roteiros de ocupação do território, do desenvolvimento da tecnologia vitivinícola no Brasil. No âmbito imaterial, os bens culturais extrapolam o território pesquisado, manifestando-se nos diversos distritos do município e mesmo nas cidades vizinhas, necessitando assim de um olhar regional.

Embora o trabalho quanto aos bens edificados, nesse primeiro momento, tenha se focado na Linha Faria Lemos, esse território também não pode ser visto de forma isolada. Precisa ser analisado segundo suas inter-relações, tanto em relação aos distritos que está interligando, como também relacionado à zona urbana a qual sua produção abastece. Há uma relação direta entre o Vale Aurora - território de produção da uva, onde os saberes e fazeres vitivinícolas resultantes no trabalho camponês é o principal elemento espacializado na paisagem - e a Cidade Alta – bairro onde situa-se o conjunto principal da Cooperativa Vinícola Aurora e outras vinícolas, onde a uva produzida pela agricultura é vinificada, transformada em produto industrial que é comercializado, junto com a experiência turística. Da zona urbana é que vem o turista, potencial usuário do roteiro que está sendo criado.

Dessa forma, destaca-se a importância do patrimônio imaterial e da paisagem no Vale Aurora como os principais elementos a serem protegidos. A paisagem agrícola, caracterizada pelos parreirais e plátanos, é totalmente dependente da ação humana e do conhecimento dos viticultores. Além disso, ressalta-se a existência de um significativo patrimônio cultural edificado na região que já é inventariado e que pode servir como ponto de partida para o reconhecimento desse patrimônio, citando exemplos como o conjunto da Capela São Pedro Apóstolo, a Casa e a Cantina Passaia, bem como outros identificados durante a execução dessa pesquisa como as ruínas dos postos de vinificação da Cooperativa Vinícola Aurora, dentre outras.

Ao considerar o território em uma escala mais ampla, menciona-se os conjuntos e paisagens das Linhas Paulina, da Eulália e da Zemith como parte desse patrimônio a ser considerado na continuidade da pesquisa. Menciona-se que parte dessas localidades integram o território da Denominação de Origem Vale dos Vinhedos, mas não necessariamente se identificam com esta, já que não tem ligação direta com aquele distrito, produzem uvas de outras variedades que as previstas no seu regramento e tem uma ligação muito forte com o cooperativismo localizado na área urbana da cidade.

A importância histórica do Arroio Pedrinho para a região é multifacetada, conforme apontam os excertos do texto. O Arroio Pedrinho como um dos fatores para a ocupação inicial do distrito de Faria Lemos: A proximidade com a água do arroio é apontada como um dos prováveis motivos para que o caminho da Linha Faria Lemos, que originou a estrada do Vale Aurora, fosse uma das primeiras frentes de ocupação do Distrito, uma vez que o rio segue a mesma direção, desaguando no Rio das Antas.

Outro fator que insere o Arroio Pedrinho no centro da formação identitária do local foi a mobilização de agosto de 1985, quando agricultores e moradores realizaram um ato público para denunciar a poluição do arroio por efluentes industriais. Essa mobilização, que reuniu mais de setecentas (700) pessoas, demonstra a importância do rio para a agricultura local, pois a poluição causava mau cheiro, mortandade de peixes e impedia o uso da água para consumo, afetando diretamente a produção de uva, principal atividade econômica da região. A revolta enfatizava a desvalorização do agricultor diante da impossibilidade de utilizar a água do rio para suas necessidades e para o cultivo.

Em suma, o Arroio Pedrinho não é apenas um elemento geográfico, mas possui uma importância histórica crucial para a região, influenciando o povoamento inicial, moldando a paisagem reconhecida como patrimônio e servindo como catalisador para a organização e mobilização da comunidade em defesa de seus interesses e da sustentabilidade de sua produção agrícola

Por fim, reforça-se a necessidade de proteger tanto o patrimônio imaterial (saberes e fazeres dos agricultores) quanto o patrimônio material (a paisagem dos vinhedos e as edificações históricas) do Vale Aurora, visando a valorização da comunidade local e de seu trabalho. A relação entre a viticultura e a paisagem local no Vale Aurora é intrínseca e fundamental. A paisagem do Vale Aurora é caracterizada principalmente pelos vinhedos em latada, estruturados e adornados por plátanos, que formam mosaicos visuais comparados a uma colcha de retalhos. Essa imagem é frequentemente citada pelos moradores e turistas como representativa da "natureza" e de um lugar de tranquilidade, refúgio da vida urbana e das memórias de tantas famílias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Thales de. Italianos e gaúchos : os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre : A Nação, 1975.

BATTISTEL, Arlindo Itacir. Colônia italiana: religião e costumes. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes, 1981.

BERTOCO, Cristiane. “Pedras que falam, caminhos que conversam”: a arquitetura e os roteiros históricos na paisagem cultural de Bento Gonçalves. In: BERTOCO, Cristiane (Org.); FENSTERSEIFER, Margit. Arnold. (Org.); FORMOLO, Deise. (Org.); GRESELLE, Sabrina De Lima(Org.); MARINI, Angela Maria (Org.); SANTOS, Igor Nichetti (Org.). Laços Patrimoniais: construindo um inventário colaborativo para Bento Gonçalves. 1. ed. Porto Alegre: Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul, 2021. v. 1. 200p .

BERTOCO, Cristiane; GRESELLE, Sabrina de Lima. Evolução Arquitetônica e Territorial da região de Bento Gonçalves/RS. In: 11º Simpósio do Patrimônio Material e Imaterial de Jundiaí, 2023, Jundiaí. Anais do 11º Simpósio do Patrimônio Material e Imaterial de Jundiaí. Recife: Even3, 2023.

BERTUSSI, Paulo Iroquez. Elementos de arquitetura da imigração italiana. In: WEIMER, Gunter (Org.). A arquitetura no Rio Grande do Sul. 2. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 121-154.

BIBLIOTECA SUL-RIOGRANDENSE. Continente do Rio Grande de São Pedro: Ocupação Portuguesa das Terras ao Sul - Continente do Rio Grande de São Pedro. Disponível em: https://issuu.com/bibliotecariograndense/docs/cole_o_rio-grandense_56/s/15988944 Acesso 06 dez 2024.

BRAGA, Márcio André. Os gentios e a catequese: política indigenista no Rio Grande do Sul no Século XIX. Caxias do Sul: Ed. Maneco, 2007.

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. Da Colônia de Dona Isabel ao Município de Bento Gonçalves: 1875 a 1930. Bento Gonçalves, 2005.

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. Bento Gonçalves história e memória: Distrito de Faria Lemos. Bento Gonçalves: Fundação Casa das Artes, 2010.

CÉSAR, Pedro de Alcântara Bittencourt. Roteiros turístico-culturais na Serra Gaúcha (RS-Brasil): escolha e formação dos percursos e seu apelo histórico memorial. *Revista Brasileira De Pesquisa Em Turismo*, *vol. 10 nº3*, p. 416–434. Sept./Dec. 2016. Disponível em: https://rbtur.org.br/rbtur/article/view/1042

CINI, Aldo; DE PARIS, Assunta; ROCHA, Ana Augusta. Século XX: memórias de Bento Gonçalves. Bento Gonçalves: Cinex, 2013.

CINQUANTENARIO della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud: 1875 - 1925. 2. Ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000.

COSTA, Rovílio; DE BONI, Luis A. Os italianos do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST, 2011.

COSTA, Rovílio; DE BONI, Luis Alberto; SALVAGNI, Nilo; GRISON, Élyo Caetano. As colônias italianas Dona Isabel e Conde d’Eu. 3. ed. Porto Alegre: EST Edições, 2016.

DA COSTA, Ana Elisia et al. Arquitetura moderna na Serra Gaúcha. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2011. 1 CD-Rom

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. Análise da paisagem cultural da região de Bento Gonçalves RS. Brasília: Coordenação de Patrimônio Natural do Departamento de Patrimônio Material e Fiscalização, IPHAN, 2013.

DE PARIS, Assunta (coord.) Memórias: Bento Gonçalves-RS/ Fundamentação histórica. Bento Gonçalves: Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves: Arquivo Histórico Municipal, 2006.

DOS SANTOS, José Vicente Tavares. Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: Editora HUCITEC, 1978.

FERREIRA, Valdiney C.; FERREIRA, Marieta de M. (coord.) Vinhos do Brasil: do passado para o futuro. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016. Disponível em: https://www.amazon.com.br/Vinhos-Brasil-passado-para-futuro-ebook/

FROSI, Vitalina Maria; MIORANZA, Ciro. Imigração italiana no nordeste do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora Movimento, 1975.

GIRON, Loraine Slomp. O cooperativismo vinícola gaúcho: a organização inicial. In: DE BONI, Luis Alberto (org.). A presença italiana no Brasil. Porto Alegre: EST, 1987.

LENOIR, Remi. Objeto Sociológico e Problema Social. In: CHAMPAGNE, Patrick. Iniciação à Prática Sociológica. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998.

IANNI, Constantino. Homens sem paz: os conflitos e os bastidores da emigração italiana. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1963.

IBGE; Conselho Nacional de Estatística. Bento Gonçalves Rio Grande do Sul: 2º edição. Coleção de Monografias – nº 16, impresso em 1958.

IBGE; Conselho Nacional de Estatística. Bento Gonçalves Rio Grande do Sul: 3ª edição. Coleção de Monografias – nº 370, impresso em 1967.

JALFIM, Anete. Elementos para o estudo da agroindústria vinícola: uma abordagem da Cooperativa Vinícola Aurora. Ensaios FEE, Porto Alegre, (14)2:689-708,1993.

KOZOWSKI, Vitor Inácio. Estes imigrantes entre outros: imigração polonesa na serra gaúcha. Bento Gonçalves: V. I. Kozowski, 2003.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. Lisboa: Edições 70. Sem data.

MAZZOTTI, Fabiano; Bigolin, Isidoro. Amém, Bento Gonçalves: igrejas e capelas desta terra. Bento Gonçalves: Fabiano Laércio Mazzotti, 2012.

NIEDERLE, Paulo André. Compromissos para a qualidade: projetos de indicação geográfica para vinhos no Brasil e na França. Tese de doutorado apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Ciências Sociais no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2011.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. O imigrante e a pequena propriedade. São Paulo: Brasiliense, 1982.

POSENATO, Júlio. Arquitetura da Imigração Italiana. Porto Alegre: EST/EDUC, 1983.

SEYFERTH, Giralda. Os paradoxos da miscigenação: observações sobre o tema imigração e raça no Brasil. Estudos Afro-Asiáticos, Rio de Janeiro, v.20, p. 165-185, 1991. In: SEYFERTH, Giralda. O beneplácito da desigualdade: breve digressão sobre o racismo e outros textos sobre questões étnicorraciais. Organizadores: Antonio Carlos de Souza Lima, Miriam de Oliveira Santos e Raquel Sant'Ana. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2020.

THOMAS, Carmen. Conquista e povoamento do Rio Grande do Sul. Boletim geográfico do Rio Grande do Sul. Ano 21 – nº 19 – janeiro a dezembro de 1976, p. 17 a 27. Secretaria da Agricultura. Disponível em: https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/boletim-geografico-rs/article/view/3323/3395 Acesso em: 16 dez 2024.

WEIMER, Gunter. Estruturas sociais gaúchas e arquitetura. In: WEIMER, Gunter (Org.). A arquitetura no Rio Grande do Sul. 2. Ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. p. 155-189.

WEIMER, Gunter. Origem e evolução das cidades rio-grandenses. Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2004.

ZARDO, Maria de Fátima Dill Silveira; ZANATTA, Michele Fiametti; LUNELLI, Marinês Dal Mas. POMPERMAYER, Cecilia Maria Camerin. Barracão: um pedaço esquecido da história. Caxias do Sul: UCS, 1995.

ZUGNO, Vanildo Luiz. As Capelas como experiência de eclesiogênese na região de imigração italiana no Rio Grande do Sul. In: RAMOS, Eloisa Helena Capovilla da Luz (org.); ARENDT, Isabel Cristina (org.); WITT, Marcos Antônio (org.). Festas, comemorações e rememorações na imigração [ebook]. São Leopoldo: Oikos, 2014. Páginas 417 a 438.

Fontes consultadas:

Acervo do Museu do Imigrante e Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves.

GAZETA EM DIA. Agricultores querem agora o posicionamento firme das autoridades para acabar com a poluição do Rio Pedrinho. Bento Gonçalves: Jornal Gazeta em Dia, 9 de agosto de 1985, p. 5.

GAZETA EM DIA. Três mil pessoas na abertura da Vindima do Vale Aurora. Bento Gonçalves: Jornal Gazeta em Dia, 17 de janeiro de 1986, p. 7.

PIANCA, João Baptista. Acto nº 18, de 17 de Fevereiro de 1925. Cria uma aula subvencionada pelo município na Estação Virissimo de Mattos, sita na linha F. Lemos, nº 90, 6º distrito. Códice V-05 do registro de matrículas. Arquivo Histórico Municipal de Bento Gonçalves.

SEMANÁRIO. Comissão vai proteger Rio Pedrinho. Bento Gonçalves: Jornal Semanário, 10 de agosto de 1985, p. 20.

SEMANÁRIO. Aurora lança seus varietais finos e prepara novas surpresas. Bento Gonçalves: Jornal Semanário, 14 de dezembro de 1985, p. 6.

SEMANÁRIO. Aurora realiza a primeira festa da vindima. Bento Gonçalves: Jornal Semanário, 11 de janeiro de 1986, p. 6.

SEMANÁRIO. Comunidade prestigiou a Festa da Vindima Aurora. Bento Gonçalves: Jornal Semanário, 18 de janeiro de 1986, p. 5.

SEMANÁRIO. Vale Aurora investe no turismo ecológico e propõe parceria. Jornal Semanário. Bento Gonçalves, 01 de julho de 1995, p. 14.

SEMANÁRIO. Morador manifesta sua mágoa com a troca do nome da Linha Piazzetta. Jornal Semanário. Bento Gonçalves, 30 de setembro de 1995, p. 15.

SEMANÁRIO. Carta Manifesto gera protestos na comunidade do Vale Aurora. Jornal Semanário. Bento Gonçalves, 14 de outubro de 1995, p. 11.

TÉCNICOS RESPONSÁVEIS

Listar o nome e função dos técnicos responsáveis pela realização do inventário de bens culturais do município:

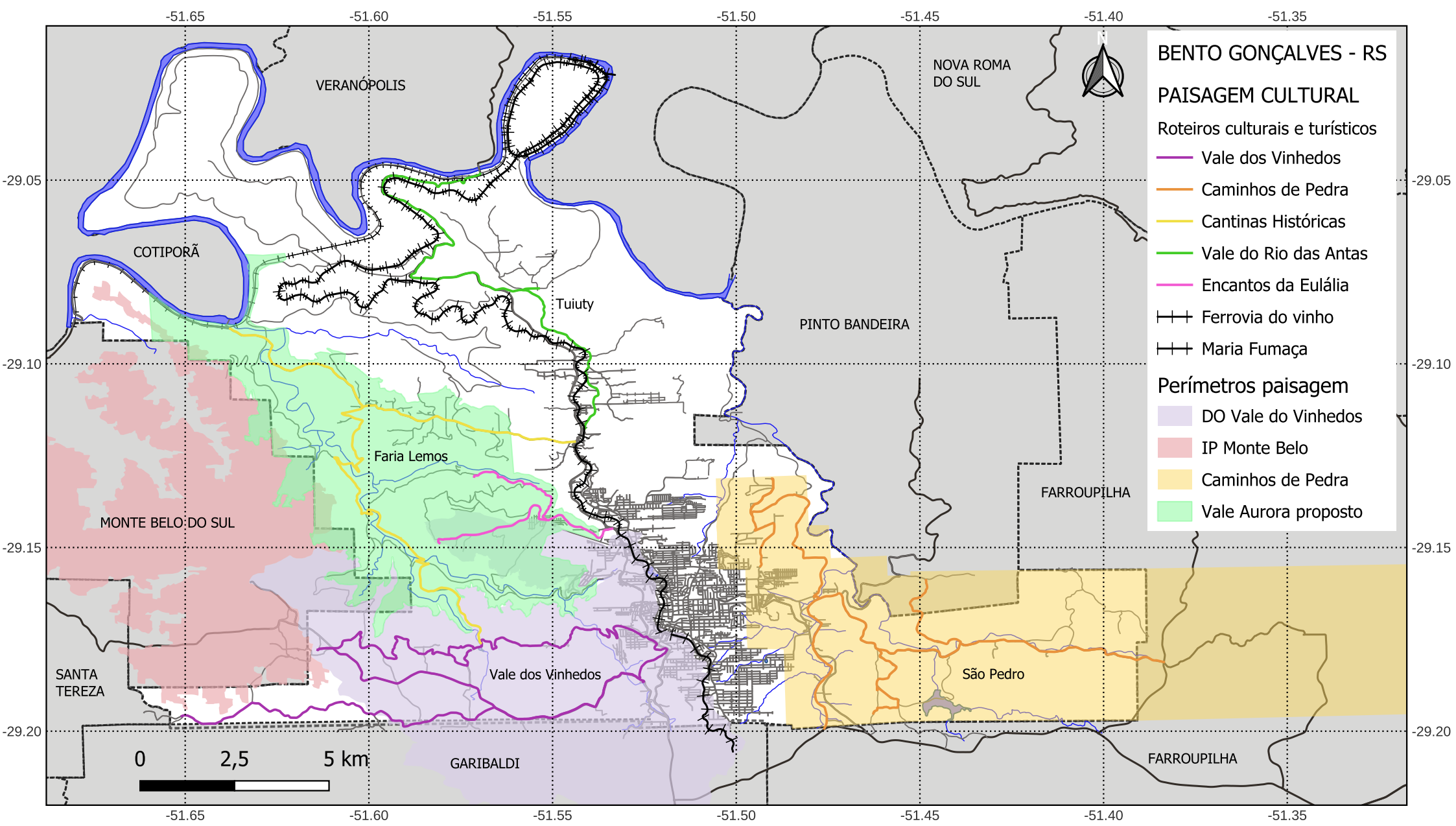
Equipe principal:
Museu do Imigrante: Museóloga Deise Formolo – Meª. História.
Museu do Imigrante: Arquiteta e Urbanista Cristiane Bertoco – Esp. Antropologia Cultural.
FAU Universidade de Caxias do Sul – CARVI: Arquiteta e Urbanista Margit Arnold Fensterseifer – Drª. História

Colaboradores:
Associação Amigos Museu do Imigrante: His. Geo. Sabrina De Lima Greselle.
Associação Amigos Museu do Imigrante: His. Angela Maria Marini – Restauradora
Associação Amigos Museu do Imigrante: Sandro Giordani – Ativista e Produtor Cultural
Conselho Municipal Política Cultural: Daniela Sandrin Copat – Produtora Cultural

FAU Universidade de Caxias do Sul – CARVI: Me. Arquiteta e Urbanista Pauline Fonini Felin
FAU Universidade de Caxias do Sul – CARVI: Me. Arquiteta e Urbanista Katia Fernanda Marchetto
FAU Universidade de Caxias do Sul – CARVI: Me. Arquiteto e Urbanista Matheus Chemelo
FAU Universidade de Caxias do Sul – CARVI: Acad. Arq. Urb. Daniela Kolassa
FAU Universidade de Caxias do Sul – CARVI: Acad. Arq. Urb. Larissa Pansera Roncatto
FAU UCS CARVI: Acadêmicos de Arquitetura e Urbanismo da disciplina de Atelier IV – 2022-4
FAU UCS CARVI: Alunos e monitoras do curso de extensão Oficina para as sensibilidades: comunidades e arquiteturas. Projeto de Educação Patrimonial, Edital CAU/RS 003/2024. Realização FUCS. UCS/Carvi. Apoio: MUSIBG, AMI e Associação Caminhos de Faria Lemos. sábados 25/10/2024 a 30/11/2024.

Preenchido por: Arq. Urb. Cristiane Bertoco e Mus. Deise Formolo
Data: 23/01/2026

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
MUSEU DO IMIGRANTE

CONSTRUINDO UM INVENTÁRIO COLABORATIVO PARA O VALE AURORA E FARIA LEMOS
Mapeamento dos roteiros turísticos e culturais e perímetros de proteção da paisagem
Responsável técnica: Arq. Urb. Cristiane Bertoco - CAU A65793-0

Data: 24/03/2026
Escala: 1:100.000

Informações cartográficas:
Sistema geodésico (DATUM) SIRGAS 2000
Projeção UTM Zona 22S

Fontes dos dados:
Limites político-administrativos - IBGE, 2024
Sistema viário: UFRGS, 2017; DAER, 2017
Hidrografia: UFRGS, 2017
Indicações geográficas: EMBRAPA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
MUSEU DO IMIGRANTE
PROGRAMA LAÇOS PATRIMONIAIS 2: CONSTRUINDO UM INVENTÁRIO COLABORATIVO PARA O VALE AUR

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL – IPHAE
M01 – BENS EDIFICADOS

Nº ficha	Denominação do bem	Endereço/ Localização	Proteção existente
43-PRS/22-0001-00001	Capela São Pedro Apóstolo	Estrada da Eulália para o Vale Aurora, Linha Paulina baixa, lote 9	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00002	Cemitério da Capela São Pedro Apóstolo	Estrada da Eulália ao Vale Aurora, Linha Paulina, lote 9	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00003	Escola O.T. Cristina	Estrada da Eulália ao Vale Aurora, Linha Paulina, lote 9	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00004	Cantina Passaia	Estrada da Eulália ao Vale Aurora, Linha Paulina, lote 9	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00005	Casa Passaia (nova)	Estrada da Eulália ao Vale Aurora, Linha Paulina, lote 9	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00006	Casa Passaia Cimadon	Linha Paulina, lotes 13 e 15	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00007	Casa Canônica Paróquia Nossa Senhora do Rosário	RS 431, Km 6, sede Faria Lemos	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00008	Torre Monumento – Paróquia Nossa Senhora do Rosário	ERS431, Km 6, Rua do Badejo, sem no, sede Faria Lemos	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00009	Antigo Grupo Escolar – antiga Unidade Sanitária e Subprefeitura	ERS 431, Km6 + 200 m, Rua sem nome, sede Faria Lemos	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00010	Antigo armazém popular	RS 431, Km 6 + 290 m - sede Faria Lemos	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00011	Vinícola Rotava (anteriormente chamada de Cantina Tesser)	Sede Faria Lemos - RST 431 Km 6 + 230 m. Rua sem nome.	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00012	Casa Adelino Tesser	ERS 431, Km 6 + 270 m, Rua sem nome, sede Faria Lemos	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00013	Casa Buffon	RS 431, Km 6 + 250 m - sede Faria Lemos	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00014	Casa Vinícola Cristófoli	RS 431 Km 06 + 350 m - sede Faria Lemos	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00015	Casa Rotava (antigo hotel)	ERS 453, Km 6 + 300 m – sede Faria Lemos	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00016	Casa Teobaldo Tesser	RS 431, Km 6 + 180 m – sede Faria Lemos	Plano Diretor BG LC 200/2018

43-PRS/22-0001-00017	Casa Tesser	Rua do Bom Caminho, sede e Distrito de Faria Lemos	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00018	Subprefeitura de Faria Lemos (antiga queijaria)	RS 431, Km 6 + 400 m – sede Faria Lemos	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00019	Fornos da olaria Dal Pizzol/ Ecomuseu da cultura do vinho	RS 431, Km 5, Distrito Faria Lemos	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00020	Casa e Cantina Moret	Rua Antônio Abramo Moret (acesso pela ERS 431 Km 3)	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00021	Antiga Casa Moret	Rua Antônio Abramo Moret (acesso pela ERS 431 Km 3)	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00022	Casa nova Moret	Rua Antônio Abramo Moret (acesso pela ERS 431 Km 3)	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00023	Casa Petroli	Linha Faria Lemos baixa - Vale Aurora	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00024	Paiol estrebaria Petroli	Linha Faria Lemos baixa - Vale Aurora	Plano Diretor BG LC 200/2018
43-PRS/22-0001-00025	Posto de vinificação Cooperativa Vinícola Aurora/ Pousada Roggia	Linha Faria Lemos – Vale Aurora	Plano Diretor BG LC 200/2018

Atualizado em: 14 de março de 2026
Responsável técnica: Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

RORA E FARIA LEMOS

Proteção proposta	Nível Grau de proteção
Lei Municipal Inventário, tombamento	1
Lei Municipal Inventário, tombamento	1
Lei Municipal Inventário	3
Lei Municipal Inventário	1
Lei Municipal Inventário	3
Lei Municipal Inventário	1
Lei Municipal Inventário, tombamento	1
Lei Municipal Inventário, tombamento	1
Lei Municipal Inventário, tombamento	1
Lei Municipal Inventário	2
Lei Municipal Inventário	2
Lei Municipal Inventário	2
Lei Municipal Inventário	2
Lei Municipal Inventário	3
Lei Municipal Inventário	1
Lei Municipal Inventário	2

Lei Municipal Inventário	1
Lei Municipal Inventário	2
Lei Municipal Inventário	1
Lei Municipal Inventário	1
Lei Municipal Inventário	1
Lei Municipal Inventário	2
Lei Municipal Inventário	2
Lei Municipal Inventário	3
Lei Municipal Inventário	3

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43 - PRS/22-0001-00001

Localidade: Paulina Baixa

Denominação do bem: Capela São Pedro Apóstolo

Endereço/Localização: Estrada da Eulália para o Vale Aurora, Linha Paulina baixa, lote 9

Proprietário: edificação posse da Mitra Diocesana; terreno de Valmir Passaia

Uso original e atual: capela

Latitude: 29° 7'50.55"S **Longitude**: 51°34'17.61"O

Erro Horizontal:

Proteção Existente: inventário, Plano Diretor **Proteção Proposta:** Lei Municipal GP1, tombamento

Bens Móveis: altar em madeira, escultura de madeira de San Pietro apóstolo de 1894, de Paolo Ballestreli, Conjunto da Via Sacra, esculturas e quadros de santos, castiçais para velas



Valores estabelecidos ao bem: Referência historiográfica, valor de antiguidade, significado social, memória coletiva, valor arquitetônico, recorrência regional, compatibilização com a estrutura rural, raridade na técnica construtiva e materiais, bom estado de conservação, conjunto de unidades, elemento referencial, proteção municipal. A Capela São Pedro Apóstolo constitui bem de relevante valor histórico por integrar o conjunto das edificações religiosas pioneiras da ocupação colonial da região, datada de 1898, diretamente vinculada ao processo de imigração italiana e à organização comunitária rural. Sua materialidade construtiva em pedra basáltica e o acervo integrado reforçam sua condição de testemunho qualificado das práticas religiosas, sociais e culturais que estruturaram a memória coletiva local

Histórico:

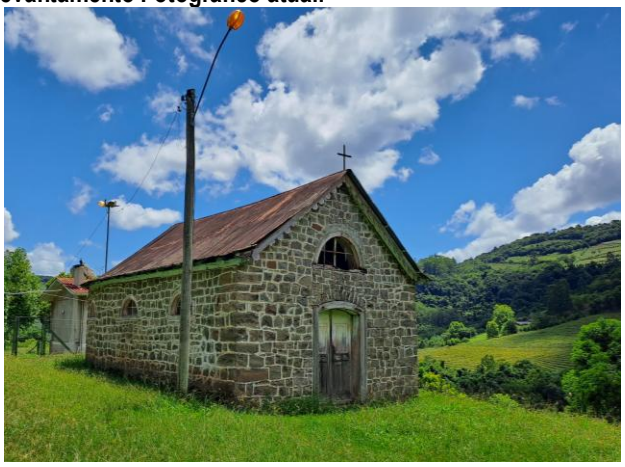
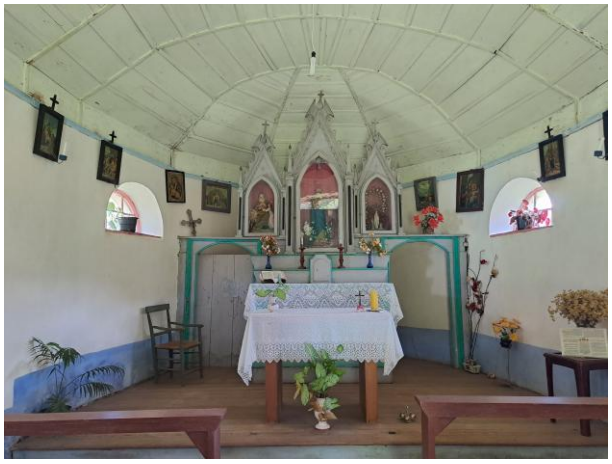
A igreja de pedra figura entre as edificações religiosas mais antigas da região, com sua construção datada de 1898. Edificada inteiramente com pedras picotadas manualmente, por meio de ferramentas rudimentares, foi erguida em terras que, à época, pertenciam ao imigrante Noé Passaia (Bigolin; Mazzotti, 2012, p. 76). Conforme registram Caprara e Luchese (2010, p. 31), Noé Passaia recebeu o lote nº 9 da Linha Paulina em 1879, tornando-se proprietário definitivo em 1895. Natural de Moriago della Battaglia, na província de Treviso, integrou o fluxo de imigração italiana que marcou a ocupação e organização do território.

Segundo o relato de Valmir Passaia, a comunidade deixou de frequentar a igreja há cerca de 45 anos, em função do reduzido número de fiéis, restando apenas seu pai e um vizinho. Aproximadamente 30 anos atrás, houve uma retomada pontual do uso do espaço, quando a escola local organizou uma pequena festa e foi celebrada uma missa. Após esse evento, a igreja permaneceu novamente sem celebrações por cerca de 25 a 30 anos. Mais recentemente, alguns membros da comunidade articularam a reabertura do templo, passando a realizar duas missas anuais: uma em homenagem a São Pedro e outra dedicada aos mortos, no Dia de Finados.

Valmir recorda que as festas de São Pedro eram grandes acontecimentos comunitários, marcados por churrascos e pela oferta de alimentos como pinhão, amendoim e pipoca. Havia ainda uma "bodega" localizada sob a escola, onde se vendia a tradicional "laranjinha" — refrigerante de laranja em pequenas garrafas de vidro — além de outras bebidas. Raimundo Zucchi rememora que a festa de São Pedro era considerada a maior das redondezas, funcionando como um importante momento de encontro social. Ao evocar memórias de cerca de 70 anos atrás, descreve os cuidados com o vestuário e os calçados: os participantes caminhavam descalços ou com os chinelos na mão para não sujá-los, levando panos para limpá-los antes de chegar à festa e recolhê-los na volta, prática que, segundo ele, sua mãe costumava narrar.

De acordo com Bigolin e Mazzotti (2012, p. 76), o interior da capela preserva objetos de significativo valor religioso e histórico. O altar — cuja cruz mais alta alcança o teto — foi originalmente utilizado na antiga igreja de madeira da Paróquia São Roque. A imagem de São Pedro, que ocupa o centro do altar, é uma obra do escultor Paolo Balestreri, ladeada por imagens de Sant'Ana e de Nossa Senhora de Lourdes. Em 1994, a capela também foi utilizada como locação para as gravações do filme O Quatrilho, ampliando seu reconhecimento para além do contexto local.

Levantamento Fotográfico atual:







Análise Arquitetônica:

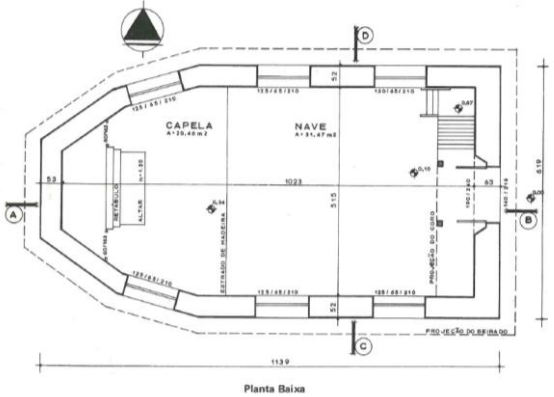
Edifício de uso religioso, de 1 pavimento, com paredes em pedras basalto irregulares lascadas, com telhado de zinco em duas águas, ornamentado por lambrequins de madeira, porta em arco abatido e janelas em arco pleno, também em madeira. Internamente, o forro de madeira forma uma abóbada. A nave única está disposta com bancos à direita e a esquerda. Retábulo em madeira ornamentada, abrigando santos esculpidos em madeira, cuja autoria é atribuída a Paolo Balestrelli, em especial a imagem de San Pietro apostolo, de 1894.

Segundo Posenato (1983, p. 317), essa Capela é caracterizada pela 1ª fase do Apogeu da arquitetura das Capelas, possuindo traço espontâneo, "fruto da iniciativa da comunidade, sem a supervisão disciplinadora da hierarquia eclesiástica" (Posenato, 1983, p. 319).

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa Fonte: Posenato (1983, p. 320).



Fontes:

BIGOLIN, Isidoro; MAZZOTTI, Fabiano. Amém, Bento Gonçalves: igrejas e capelas desta terra. Bento Gonçalves: FLM, 2012.
MÜLLER, Cindia Cristina Torres. Complexo turístico Passaia. Trabalho de Conclusão de Curso. Bento Gonçalves: FAU UCS/ CARVI, 2021.
MÜLLER, Cindia Cristina Torres. Projeto Laços Patrimoniais: Sítio histórico Eulália. Relatório de Estágio. Bento Gonçalves: FAU UCS/CARVI 2020.
POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.

Locais pesquisados: Acervo Museu do Imigrante
Ficha inventário disponível em: http://museudoimigrante.bentogoncalves.rs.gov.br/inventario-municipal/61155-2/
Visitas de campo em 05/02/2020, 12/04/2021, 11/03/2021, 06/11/2022 e 14/02/2025

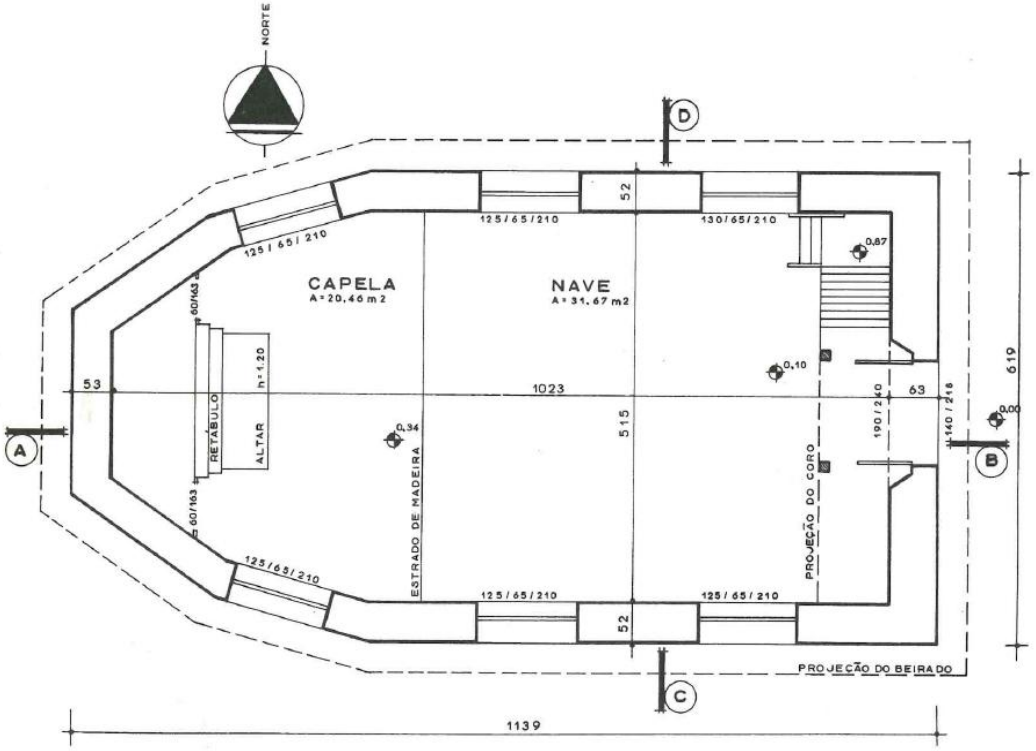
Observações: Embora se localize no limite entre a Eulália Baixa e a Paulina Baixa, também é referência popular do início do Vale Aurora. Entorno com vinhedos tradicionais em latada com tutores vivos (plátanos), formando bordados na paisagem.

Responsável pelo inventário:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco, Mus. His. Deise Formolo

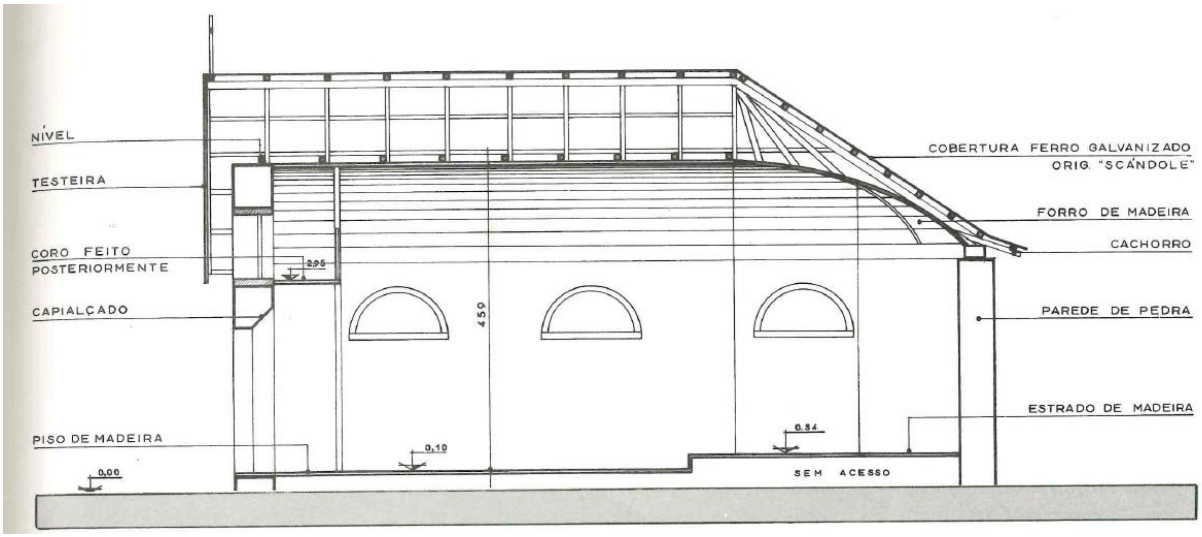
Data:
20/02/2025

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

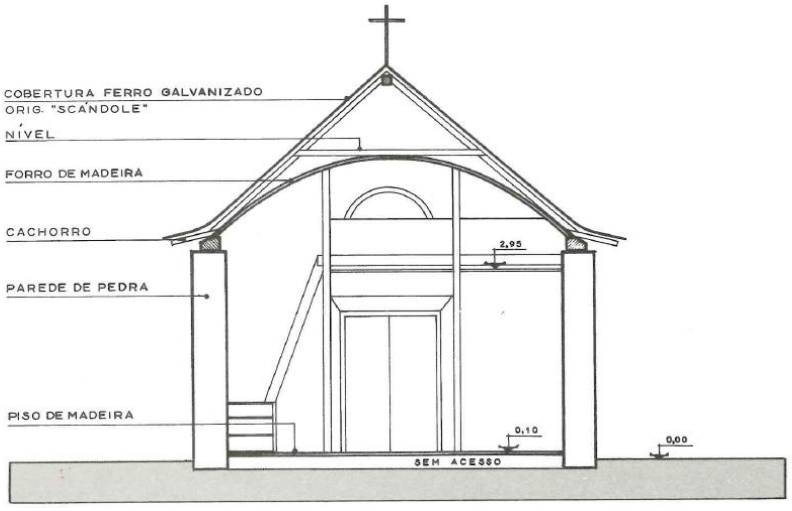
Levantamento Arquitetônico/ Iconografia: Fonte: Posenato (1983, p. 319 - 321).



Planta Baixa. Fonte: Posenato (1983, p. 320).

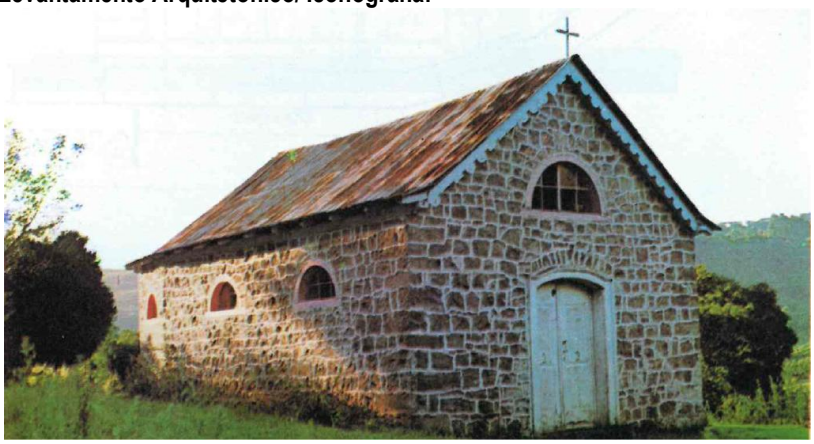
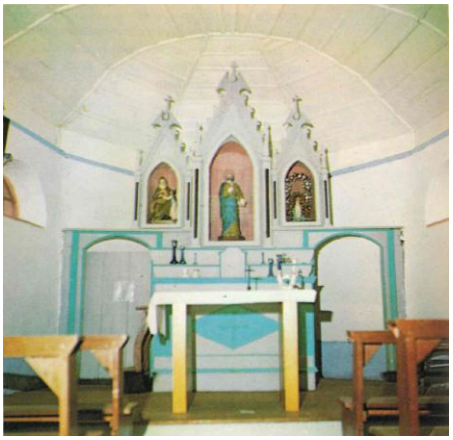


Corte AB. Fonte: Posenato (1983, p. 321).



Corte CD. Fonte: Posenato (1983, p. 321).

Levantamento Arquitetônico/ Iconografia:

Fotografias externa e interna da igreja. Fonte: Posenato (1983, p. 319 e 320).



Ficha de Inventário PRS/94-0034.00162 de 28/09/94. Fotógrafo: Wagner Meneguzzi.




Fotografias projeto Laços Patrimoniais. Fotógrafo: Wagner Meneguzzi




Fotografias projeto Laços Patrimoniais. Fotógrafo: Wagner Meneguzzi

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43 - PRS/22-0001-00002

Localidade: Paulina Baixa

Denominação do bem: Cemitério da Capela São Pedro Apóstolo

Endereço/Localização: Estrada da Eulália ao Vale Aurora, Linha Paulina, lote 9

Proprietário: Mitra diocesana; Valmir Passaia (terreno)

Uso original e atual: cemitério

Latitude: 29° 7'49.88"S **Longitude**: 51°34'17.43"O

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Inventário, Plano Diretor **Proteção Proposta:** Lei Municipal GP1, tombamento

Bens Móveis: **Cruzes de ferro, pedras com inscrições**

mUN

Valores estabelecidos ao bem:

Valor de antiguidade, significado social, memória coletiva, compatibilização com a estrutura rural, estado de conservação em ruínas, conjunto de unidades, proteção municipal. O Cemitério da Capela São Pedro Apóstolo constitui testemunho material das práticas funerárias e da organização comunitária associadas à imigração italiana na zona rural de Bento Gonçalves, articulando fé, território e memória coletiva. Sua implantação contígua à capela, os muros em pedra lascada e as lápides com inscrições em língua italiana expressam valores históricos, simbólicos e identitários vinculados aos modos de vida rurais tradicionais e à paisagem cultural da Serra Gaúcha.

Histórico:

O Cemitério da Capela São Pedro Apóstolo integra o conjunto religioso e comunitário da localidade de Paulina Baixa, constituindo-se como espaço de memória, sociabilidade e expressão simbólica das práticas funerárias associadas à imigração italiana na região de Bento Gonçalves. Implantado junto à capela, conforme padrão recorrente nos núcleos rurais da Serra Gaúcha, o cemitério materializa a relação entre fé, território e organização comunitária, articulando-se à paisagem agrícola tradicional.

Delimitado por muros em pedra lascada, o cemitério remete ao período de consolidação da arquitetura da imigração italiana, caracterizada pelo uso de materiais locais, técnicas construtivas vernaculares e soluções de caráter funcional e simbólico. As cruzes de ferro e lápides em pedra com inscrições em língua italiana constituem importantes testemunhos materiais das práticas mortuárias e da preservação de vínculos identitários dos primeiros colonos, evidenciando valores de pertencimento, memória familiar e religiosidade.

Ao longo do tempo, em função da redução das celebrações religiosas regulares, a maior parte dos restos mortais foi transferida para o Cemitério de São Roque, permanecendo no local sepultamentos vinculados à família Passaia, além de elementos remanescentes como cruzes e inscrições tumulares. Destaca-se, entre estas, a lápide que registra o falecimento do recém-nascido Alquino Demari, em 1918, evidência sensível das condições de vida, saúde e mortalidade infantil no contexto rural do início do século XX.

Mesmo em estado de conservação parcial, o cemitério mantém forte significado social e simbólico, sendo ainda referência para encontros comunitários nas celebrações do Dia de Finados e da festa do padroeiro. Inserido em entorno marcado por vinhedos em sistema de latada com tutores vivos, o bem preserva sua leitura como elemento estruturante da paisagem cultural, articulando arquitetura, memória coletiva e modos de vida rurais tradicionais

Documentação Iconográfica:

Levantamento fotográfico Laços Patrimoniais por Wagner Meneguzzi (Bertoco et al, 2021).

Ficha de Inventário PRS/94-0034.00163, de 28/09/94.

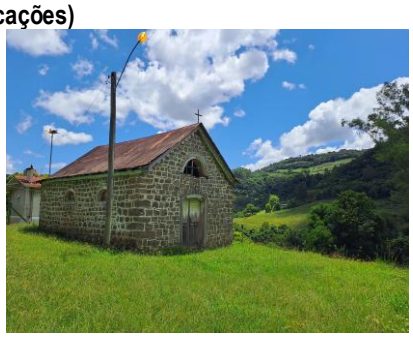
Levantamento Fotográfico atual:







Imagens complementares (entorno, edificações)





Análise Arquitetônica:

Cemitério com muros em pedras lascadas, que remetem ao período de apogeu da arquitetura da imigração italiana. Alguns túmulos estão preservados, mas a maioria dos restos mortais foram transferidos para o cemitério de São Roque em função da falta de missas. Inscrições na pedra ao lado da porta de entrada. Forma conjunto com a Capela.

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa Fonte: Muller (2021, p. 50)



Fontes:

POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.

MÜLLER, Cindia Cristina Torres. Complexo turístico Passaia. Trabalho de Conclusão de Curso. FAU UCS/ CARVI: Bento Gonçalves, 2021.

MÜLLER, Cindia Cristina Torres. Projeto Laços Patrimoniais: Sítio histórico Eulália. Relatório de Estágio. FAU UCS/CARVI: Bento Gonçalves: 2020.

Locais pesquisados: Museu do Imigrante
Ficha inventário disponível em: http://museudoimigrante.bentogoncalves.rs.gov.br/inventario-municipal/61165-2/
Visitas de campo em 05/02/2020, 12/04/2021, 11/03/2021, 06/11/2022 e 14/02/2025

Observações: Entorno com vinhedos tradicionais em latada com tutores vivos (plátanos), formando bordados na paisagem. É referência para encontro anual da comunidade no dia de finados (duas missas por ano: 29 de junho e 02 de novembro).

Responsável pelo inventário:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

Data:
18/02/2025

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Levantamento e Iconografia



Laços Patrimoniais, 2021. Fotógrafo: Wagner Meneguzzi.



Fotografia inventário 1994. Wagner Meneguzzi.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43 - PRS/22-0001-00003

Localidade: Paulina Baixa

Denominação do bem: Escola O.T. Cristina

Endereço/Localização: Estrada da Eulália ao Vale Aurora, Linha Paulina, lote 9

Proprietário: Valmir Passaia (terreno)

Uso original e atual: escola atualmente sem uso

Latitude: 29° 7'50.55"S **Longitude**: 51°34'17.61"O

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Plano Diretor **Proteção Proposta:** Inventário, Lei Municipal GP3

Bens Móveis:



Valores estabelecidos ao bem: Referência histórica, valor tradicional ou evocativo, referência coletiva, compatibilização com a rural, potencial de reciclagem, raridade no emprego de materiais, bom estado de conservação, compatibilização com a paisagem junto de unidades – cenário, proteção municipal. O bem apresenta valor histórico e social por constituir-se como referência da o rural municipal no contexto da expansão das políticas públicas de ensino ao longo da segunda metade do século XX, associada imento escolar multisseriado e à organização comunitária do meio rural. Sua implantação junto à capela e a outros equipamentos reforça seu papel estruturador da vida social e simbólica da localidade, configurando referência coletiva e elemento significativo gem cultural.

Histórico:

A Escola Municipal O. T. Cristina, conforme registrado na placa de acesso, foi construída durante a administração do prefeito José Mário Mônaco, no período de 1956 a 1960. Localizada em terras da família Passaia, junto à Capela São Pedro Apóstolo — conhecida como igreja de pedra —, a edificação escolar foi erguida pela Prefeitura Municipal e destinava-se à alfabetização das crianças residentes nos arredores, atendendo a comunidade rural da região.

Ao longo de seu funcionamento, a escola operava com turmas reduzidas, reunindo em média de sete a nove alunos por sala, característica comum às escolas multisseriadas do meio rural. As aulas ocorriam no período da manhã e eram lembradas como de boa qualidade pelos ex-alunos. No recreio, as crianças brincavam ao ar livre, reforçando o vínculo entre educação, território e cotidiano comunitário.

A escola desempenhava também um papel central na vida social da comunidade. Entre as atividades promovidas destacavam-se as tradicionais festas juninas, especialmente a fogueira de São João, organizada com a participação ativa dos pais e moradores locais. Os próprios alunos buscavam lenha no mato, e a celebração incluía comidas típicas como pinhão, amendoim e pipoca. A escola foi ainda responsável pela realização da última festa de São Pedro na localidade, ocorrida há cerca de 30 anos.

Relatos orais indicam que, à época, havia uma pequena “bodega” sob o prédio da escola, que atendia aos frequentadores da Capela, onde eram vendidas bebidas e produtos simples, como a tradicional “laranjinha”, refrigerante de laranja em pequenas garrafas de vidro.

O acesso à escola era majoritariamente feito a pé. Alunos que residiam nas proximidades, como Valmir Passaia, deslocavam-se por curtas distâncias, enquanto outros percorriam de dois a três quilômetros diariamente. A professora Legi Passaia, irmã de Valmir, também atuou como docente na instituição.

Nilva Passaia, moradora a aproximadamente 1,6 km da escola, estudou até o segundo ano e recorda a experiência como marcada pela convivência entre poucas colegas, com todas as séries reunidas em uma mesma sala. Na escola, aprendeu a ler, escrever, assinar o nome e noções básicas de matemática. Por se tratar de uma escola municipal, não havia fornecimento de merenda, sendo responsabilidade das famílias. Não havia distinção entre conteúdos ensinados a meninos e meninas; contudo, a presença feminina era maior, uma vez que muitos meninos permaneciam na roça auxiliando os pais. Mesmo entre as meninas, o trabalho agrícola familiar frequentemente levava à interrupção dos estudos, como ocorreu no caso de Nilva.

A escola foi desativada há alguns anos, em decorrência do abandono progressivo do ensino na zona rural. Ainda assim, sua memória permanece viva como espaço fundamental de alfabetização, sociabilidade e construção de vínculos comunitários, integrando a história educacional e cultural da localidade.

Levantamento Fotográfico atual:








Imagens complementares (entorno, edificações)








Análise Arquitetônica:
Edificação prismática retangular em 2 pavimentos (térreo e porão, mais anexo do banheiro), telhado em 4 águas. Porão em blocos imitando pedras talhadas e pavimento em tijolos a vista, ambos pintados. Material industrializado com inscrições P.M (tijolos). Janelas em ferro com vidro em estado razoável, porta de madeira com duas folhas e vidro em caixilhos. Chamam atenção os tijolos cerâmicos com a identificação do fabricante e os blocos que imitam pedra talhada (presente também em outras edificações do roteiro).

Iconografia: Visita 05/02/2020. Fotos: Cristiane Bertoco

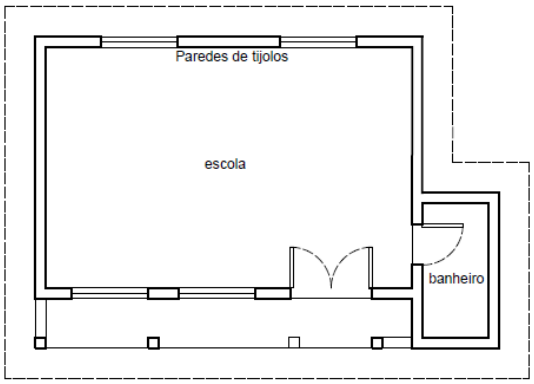




Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa



Fontes: POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.
MÜLLER, Cindia Cristina Torres. Complexo turístico Passaia. Trabalho Conclusão de Curso. FAU UCS/ CARVI, 2021.
MÜLLER, Cindia Cristina Torres. Projeto Laços Patrimoniais: Sítio histórico Eulália. Relatório de Estágio. FAU UCS/CARVI: Bento Gonçalves: 2020.

Locais pesquisados: Visitas de campo em 05/02/2020, 12/04/2021, 11/03/2021; 06/11/2022 e 14/02/2025.
Museu do Imigrante. Ficha invent. disponível em: http://museudoimigrante.bentogoncalves.rs.gov.br/inventario-municipal/61165-2/
Entrevistas com Valmir Passaia e Nilva Passaia Cimadon.

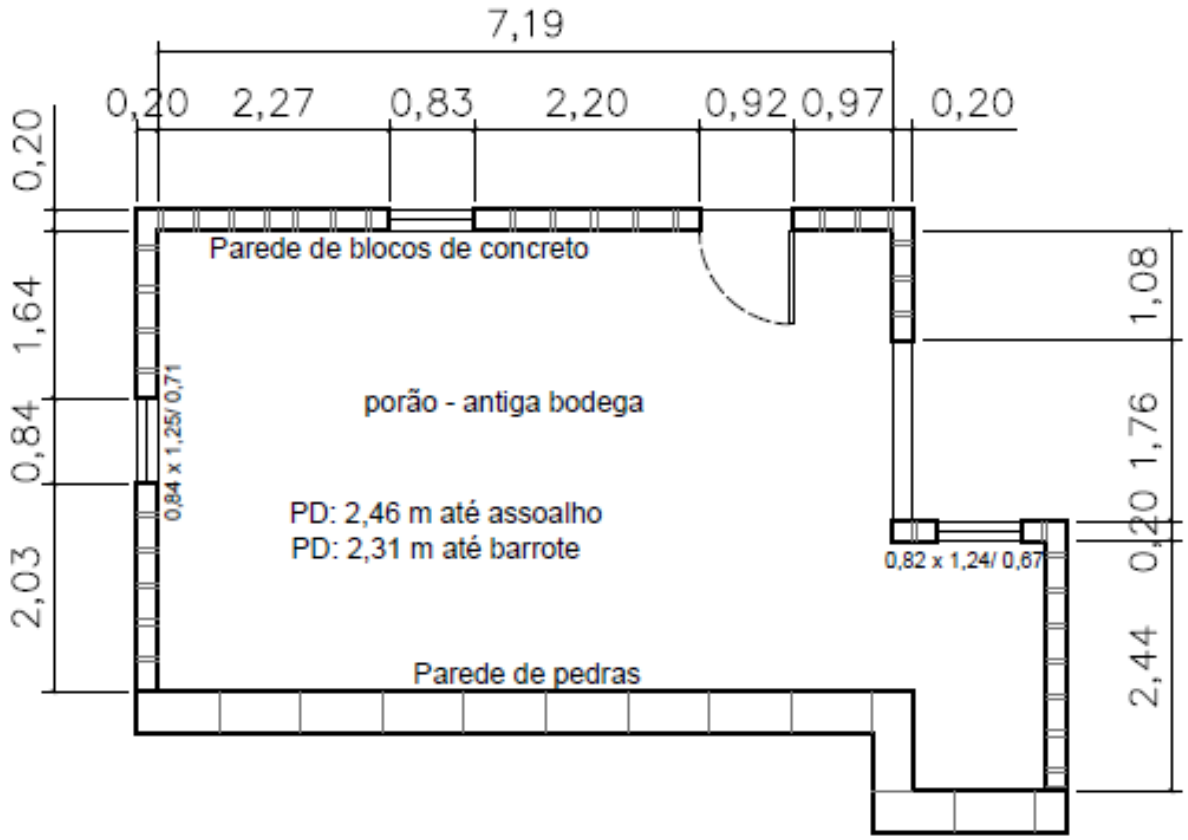
Observações: Entorno com vinhedos em latada com tutores vivos (plátanos). A escola faz conjunto com a Capela, o cemitério, antiga cantina e casas da família Passaia.

Responsável pelo inventário:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

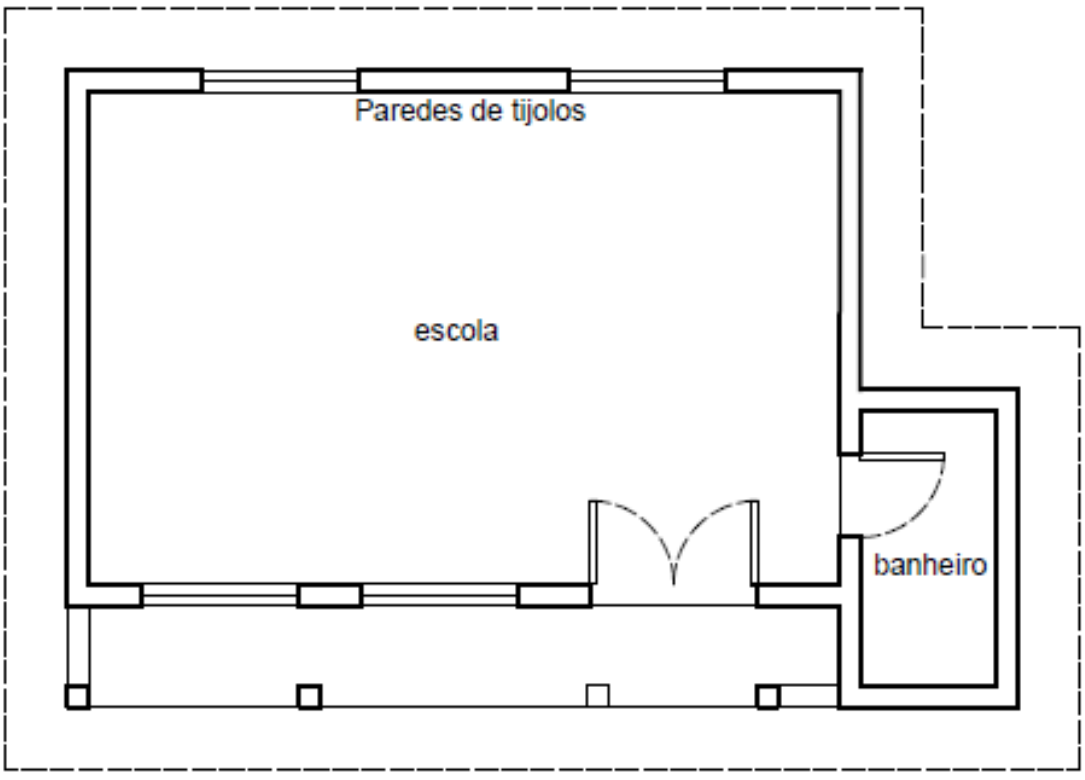
Data:
21/02/2025

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Levantamento Arquitetônico:



Planta Baixa Porão – antiga bodega



Planta Baixa – 2º pavimento – aulas.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43 - PRS/22-0001-00004

Localidade: Paulina Baixa

Denominação do bem: Cantina Passaia

Endereço/Localização: Estrada da Eulália ao Vale Aurora, Linha Paulina, lote 9

Proprietário: Valmir Passaia
Uso original e atual: Casa e cantina hoje cantina e depósito
Latitude: 29° 7'51.62"S **Longitude**: 51°34'19.05"O
Erro Horizontal:
Proteção Existente: Inventário, Plano Diretor **Proteção Proposta:** Tombamento/ Lei Municipal GP1
Bens Móveis:



Valores estabelecidos ao bem:

Referência histórica, valor de antiguidade, valor tradicional ou evocativo, referência coletiva, valor arquitetônico, elemento referencial, compatibilização com a estrutura rural, potencial de reciclagem, uso tradicional, bom estado de conservação, compatibilização com a paisagem rural, conjunto de unidades – cenário, elemento referencial, proteção municipal. O bem apresenta relevante valor histórico por materializar o processo de ocupação colonial italiana na Linha Paulina, associado à trajetória da família Passaia desde o final do século XIX. A edificação registra a transição funcional da moradia para cantina vitivinícola em 1936, evidenciando a adaptação das estruturas rurais às dinâmicas produtivas do território e preservando técnicas, materiais e tipologias construtivas características dos períodos de apogeu e tardio da arquitetura da imigração italiana.

Histórico: Conforme tabelas de Caprara e Luchese (2010, p. 31), Noé Passaia (o bisavô) recebeu o lote nº 9 da Linha Paulina em 1879, tornando-se proprietário definitivo em 1895. Segundo Valmir Passaia, o prédio da cantina era, anteriormente, a casa da família, construída "há mais de cem anos". A casa era dividida em duas metades, uma com uma parte de pedra natural e outra com um puxado que servia de cozinha, ligados por uma passarela (onde atualmente é fechado com tijolos aparentes). Originalmente, a casa tinha dormitórios embaixo e em cima, onde há paredes de pedras naturais e havia uma escada externa.
A cantina foi construída em 1936, após a remoção de duas paredes, abrindo a casa para criar um espaço para a produção de vinho e ampliando com pedras talhadas e tijolos artesanais. A família Passaia começou a produzir vinho no local, sendo que o avô (Isaco Passaia) e o pai (Severino Passaia) de Valmir faziam vinho e vendiam para a Cooperativa Vinícola Aurora. Na época em que o pai de Valmir produzia vinho, a cantina era equipada com pipas de madeira grandes, com capacidade de 5 a 6 mil litros de vinho. O pai de Valmir desistiu de fazer vinho devido ao trabalho manual envolvido e se tornou sócio da Aurora, passando a entregar a uva diretamente. Hoje, a cantina é usada principalmente para armazenar os veículos da família. A família ainda produz um pouco de vinho para consumo próprio, utilizando uvas Isabel e outras variedades. Valmir restaurou duas janelas da cantina, mantendo-as à sua maneira, fieis ao desenho original.... Ele fez as dobradiças à mão para preservar a autenticidade. Valmir expressa o desejo de restaurar completamente a cantina, preservando suas características originais.

- reforma uniu casa e cozinha, transformando em cantina, provavelmente em 1936, pois há uma inscrição com esta data em parede da cantina;
- construtor: Isaco Passaia
Fonte: Raimundo Passaia
Proprietário: Severino Passaia
(Fonte: Ficha Inventário PRS/94-0034.00164 - 28/09/94)

Levantamento Fotográfico atual:








Imagens complementares (entorno, edificações)




Fonte: Müller (2021).

Análise Arquitetônica:

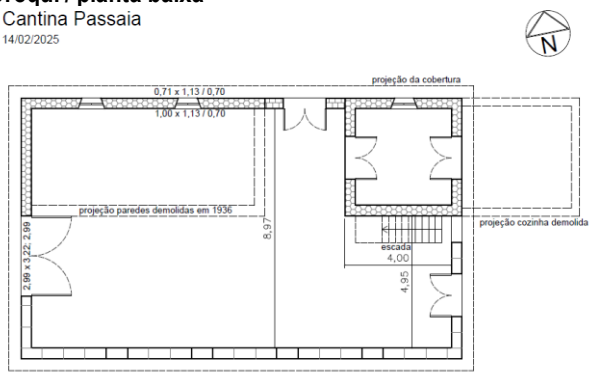
Estilo/ linguagem: Arquitetura da imigração italiana
Período: Apogeu, tardio
Épocas: 1890 – 1930; 1930-1960
Construção de imigração italiana em pelo menos duas fases: Visualiza-se na fotografia que a construção é feita com duas técnicas da pedra. A primeira fase é construída em pedras irregulares lascadas, características do Apogeu. A segunda fase é a ampliação construída em pedras talhadas, características da industrialização do período tardio. Paredes da parte mais recente, com tijolos característicos do período de apogeu, em linguagem austera e elementos ornamentais na cimalha.
Na parte mais antiga, janelas e portas de madeira contraplacadas (esquadrias sem vidro), com vergas de madeira. Na parte mais recente, as vergas são de pedra talhada. A marca de telhado na parede de pedra irregular, demonstra que havia ainda outra construção integrada, que teria sido demolida (a cozinha). Na fotografia de Posenato (1983, p. 490) é possível ver que se tratava de uma cozinha, cujas características remetem ao período tardio (principalmente pelo fato de estar anexa à casa).

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa

Cantina Passaia
14/02/2025



Fontes:

POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.

MÜLLER, Cindia Cristina Torres. Complexo turístico Passaia. Trabalho de Conclusão de Curso. FAU UCS/ CARVI: Bento Gonçalves, 2021.

MÜLLER, Cindia Cristina Torres. Projeto Laços Patrimoniais: Sítio histórico Eulália. Relatório de Estágio. FAU UCS/CARVI: Bento Gonçalves: 2020.

Locais pesquisados: Museu do Imigrante, Família Passaia

Ficha inventário disponível em: http://museudoimigrante.bentogoncalves.rs.gov.br/inventario-municipal/61174-2/

Visitas de campo em 05/02/2020. 12/04/2021. 11/03/2021. 06/11/2022 e 14/02/2025. Entrevista Valmir Passaia

Observações: Entorno com vinhedos tradicionais com tutores vivos (plátanos). Relatos da primeira picada sul-norte (linha), hoje uma trilha, que passava pelo conjunto, iniciando no conjunto De Mari e chegando no capitel da Paulina.

Responsável pelo inventário:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

Data:
21/02/2025

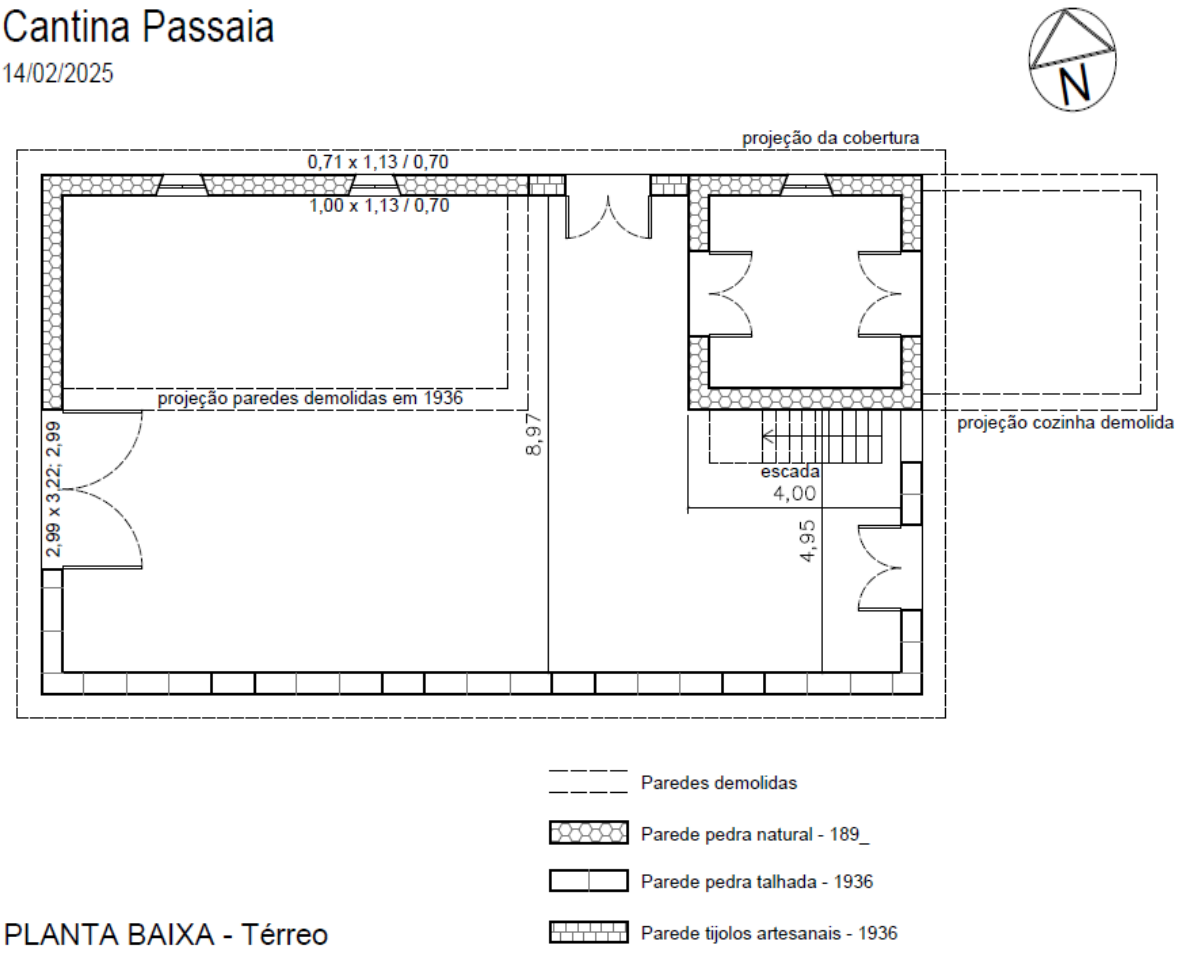
Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Iconografia:



Cantina Passaia anterior a 1983. Fonte: Posenato, 1983, p. 490.

Levantamento Arquitetônico:



Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43 - PRS/22-0001-00005

Localidade: Paulina Baixa

Denominação do bem: Casa Passaia (nova)

Endereço/Localização: Estrada da Eulália ao Vale Aurora, Linha Paulina, lote 9

Proprietário: Valmir Passaia
Uso original e atual: casa
Latitude: 29° 7'51.16"S **Longitude**: 51°34'19.68"O
Erro Horizontal:
Proteção Existente: Inventário, Plano Diretor **Proteção Proposta:** Lei Municipal GP3
Bens Móveis:



Valores estabelecidos ao bem:
Valor de antiguidade, valor arquitetônico, compatibilização com a estrutura rural, uso tradicional, bom estado de conservação, compatibilização com a paisagem rural, conjunto de unidades – cenário, proteção municipal. O bem possui valor histórico por sua associação direta ao processo de ocupação e consolidação da Linha Paulina, vinculando-se à trajetória da família Passaia desde o final do século XIX. A edificação expressa a permanência dos modos de vida, das práticas agrícolas e da organização social da imigração italiana tardia, constituindo testemunho material da formação da paisagem cultural rural do Vale Aurora.

Histórico: A casa é datada de 1947.
Conforme tabelas de Caprara e Luchese (2010, p. 31), Noé Passaia recebeu o lote nº 9 da Linha Paulina em 1879, tornando-se proprietário definitivo em 1895. Teria vindo de Moriago della Battaglia, Treviso. Os Passaia se estabeleceram na linha Paulina baixa, atualmente conhecida como o início do Vale Aurora, onde se dedicaram à agricultura e à produção de vinho.
Segundo Valmir Passaia, inicialmente a família morou na casa onde hoje está a cantina (que pertencia ao avô Isaco Passaia), a qual foi reformada em 1936 para a elaboração de vinho. A casa nova foi construída em 1947. Quando os pais (Severino Passaia e Maria Dalla Vale Passaia) de Valmir se casaram, o avô Isaco construiu a casa atual. A mãe de Valmir sempre mencionava que eles tiveram que economizar e não fazer muita festa por causa dos gastos com a construção da casa nova.
A família Passaia é composta por diversas gerações, desde os avós e bisavós que vieram da Itália até os filhos e netos que vivem no Vale Aurora atualmente. Noé Passaia era pai de Isaco Passaia. Isaco Passaia era o nono (avô) de Valmir. Severino Passaia era o pai de Valmir. Valmir Passaia é o atual proprietário da casa e cantina, conta com ajuda do irmão Reni Passaia, que mora perto da capela do Vale Aurora e conhece bem a história da região. A irmã de Valmir - Legi Passaia, foi professora da escola.
A família Passaia mantinha tradições como rezar nas refeições e sentar-se à mesa para comer juntos. Essas tradições estão se perdendo com o tempo, devido à correria da vida moderna e o uso do telefone celular. A família Passaia tem uma forte ligação com a Igreja São Pedro, localizada em suas terras... A família cuida da igreja e participa das festividades religiosas, que ocorrem eventualmente, no máximo duas vezes por ano. Atualmente, a família enfrenta desafios como a dificuldade de encontrar mão de obra para a safra da uva, especialmente com as mudanças na forma de contratação e seu processo burocrático.

Levantamento Fotográfico atual:





Levantamento Fotográfico atual:









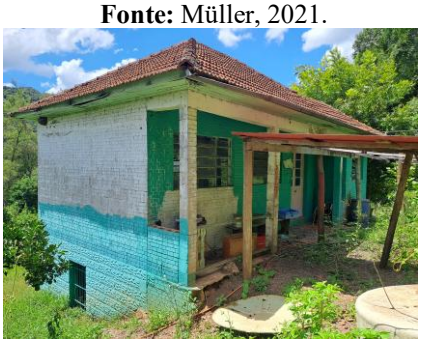
Imagens complementares (entorno, edificações)





Fonte: Müller, 2021.







Análise Arquitetônica:

Estilo/ linguagem: Arquitetura da imigração italiana

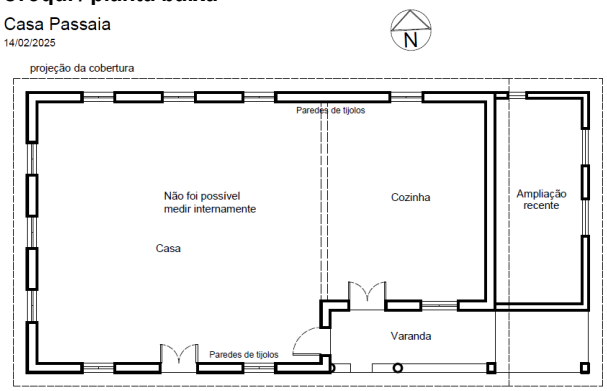
Período: tardio Época: 1930-1960 Ano: 1947

Edificação com dois pavimentos (térreo e porão) com telhas que provinham de olarias num período tardio e piso em madeira. O porão possui paredes em pedras regulares com rejunte, no segundo pavimento as paredes são de tijolos com reboco pintado. As janelas e portas com esquadrias de madeira em duas folhas com vidro e tampões.

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa



Fontes: POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.
MÜLLER, Cindia Cristina Torres. Complexo turístico Passaia. Trabalho de Conclusão de Curso. FAU UCS/ CARVI: Bento Gonçalves, 2021.
MÜLLER, Cindia Cristina Torres. Projeto Laços Patrimoniais: Sítio histórico Eulália. Relatório de Estágio. FAU UCS/CARVI: Bento Gonçalves: 2020.

Locais pesquisados: Visitas em 05/02/2020, 12/04/2021, 11/03/2021, 06/11/2022 e 14/02/2025, Entrevista Valmir Passaia

Observações: Entorno com vinhedos tradicionais com tutores vivos (plátanos). Faz conjunto com a Cantina, Capela, Cemitério e Escola.

Responsável pelo inventário:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

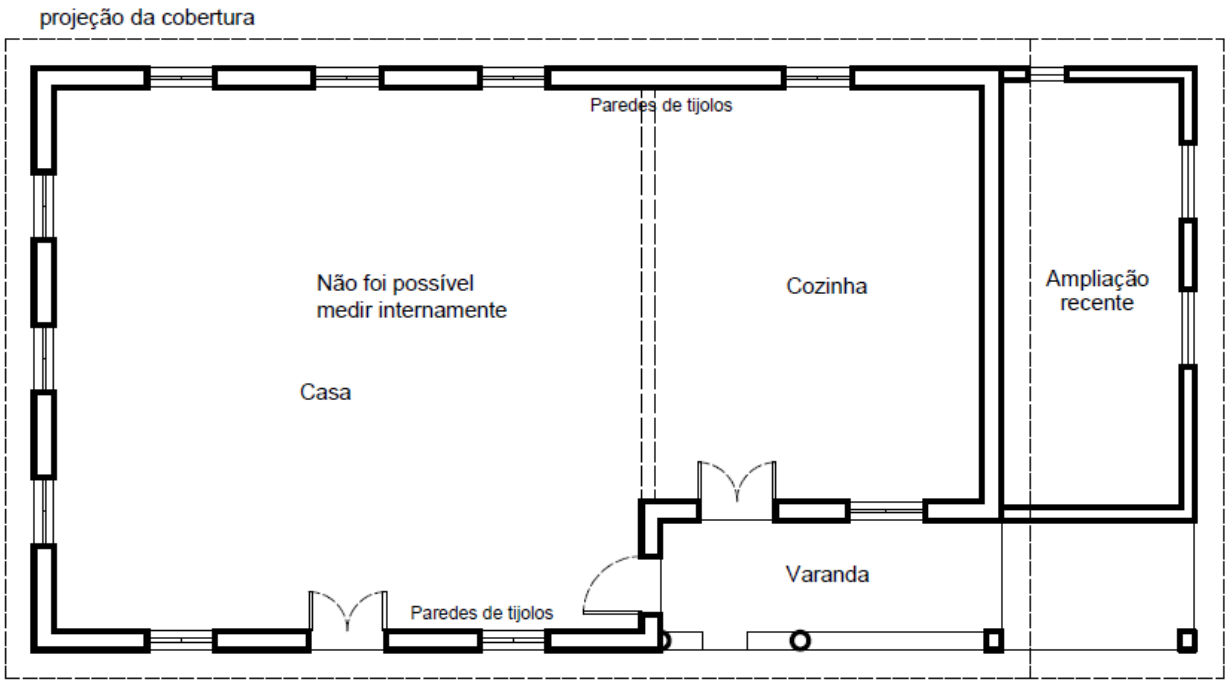
Data:
21/02/2025

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

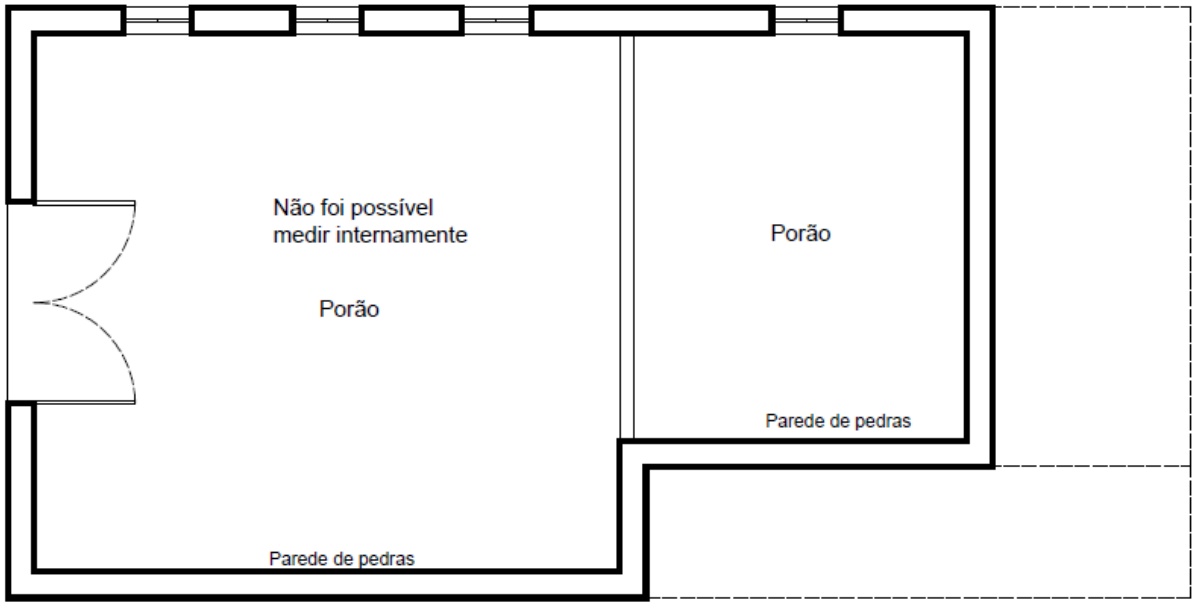
Levantamento arquitetônico:

Casa Passaia

14/02/2025



Pavimento térreo. Sem escala



Porão. Sem escala

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43 - PRS/22-0001-00006

Localidade: Paulina Baixa

Denominação do bem: Casa Passaia Cimadon

Endereço/Localização: Linha Paulina, lotes 13 e 15

Proprietário: Nilva Passaia Cimadon
Uso original e atual: casa residência temporária (alojamento para empregados)
Latitude: 29° 7'42.01"S **Longitude**: 51°34'28.75"O
Erro Horizontal:
Proteção Existente: Inventário, Plano Diretor **Proteção Proposta:** Lei Municipal GP1
Bens Móveis: Escada para o sótão (de estrutura independente). Quadros com fotografias de família, objetos de trabalho camponês – estão no paiol, álbuns de família.



Valores estabelecidos ao bem:
Referência histórica, valor de antiguidade, valor tradicional ou evocativo, valor arquitetônico, raridade na técnica construtiva e materiais, compatibilização com a estrutura rural, potencial de reciclagem, bom estado de conservação, compatibilização com a paisagem rural, proteção municipal. O bem possui valor histórico por constituir exemplar representativo da ocupação imigrantista italiana na Linha Paulina, associado à agricultura familiar, à vitivinicultura e às relações comunitárias do Vale Aurora. O conjunto edificado expressa a permanência de práticas produtivas, vínculos de pertencimento e formas de organização social vinculadas à formação territorial rural de Bento Gonçalves.

Histórico:
A casa foi construída por Luigi Buffon que em sua chegada no ano de 1879 se instalou no lote 15. Construiu a casa e seu filho Giovanni construiu o moinho junto ao arroio. Giovanni foi para o lote 14 por volta de 1896, mas ficou pouco tempo, passando para Angelico Bortolini. Em 1897 passou para Giovanni Batista Dal Moro. Em 1899 o lote 15 pertencia a Angelo Trevisol (Conversa com Enio Buffon; Caprara e Luchese, 2010).
O conjunto Casa Passaia Cimadon fica localizado no lote rural 13 e 15 da Linha Paulina, conforme conversa com a proprietária Nilva Passaia Cimadon, de 77 anos. Ela e sua irmã nasceram na propriedade. Quando seus pais, Romim Passaia e Angela Zago Passaia compraram as terras, a casa de pedra, a cozinha e o paiol já existiam. O moinho (de milho) não funcionava mais. A entrevistada comenta que antigamente plantavam seu próprio alimento, criavam animais e pescavam lambari no arroio. O cultivo de uvas já existia, porém, a produção era bem menor pois a maior parte das terras era para produzir para sua própria subsistência. Os alimentos excedentes, principalmente o queijo, era vendido no armazém na Paulina, no antigo local onde Simon Callegari, citado anteriormente, trocavam ou compravam os produtos que não tinham, como o café, arroz e batata. Por muitos anos moraram na casa de pedra e com a chegada dos genros a família construiu uma moradia maior em frente. Nilva Passaia casou-se com Laurindo Cimadon e juntos trabalharam com a viticultura nas terras da família. A produção de uvas era para a colheita e entregar no posto de vinificação da comunidade onde a vinícola Aurora retirava para levar até a indústria e produzir o vinho. No início a colheita era feita com cestas de vime e transportada em carroças, depois compraram uma pickup.

Para pensar a trajetória da Cantina Passaia, optou-se em elaborar o texto a partir dos relatos de Nilva Passaia Cimadon, em entrevista concedida ao Museu do Imigrante em 22 de março de 2023. Vale ressaltar que a casa está inserida em conjunto histórico Casa antiga, casa nova, paiol e moinho/ arroio. O Vale Aurora, eixo da atualização do inventário desta pesquisa, possui composição territorial complexa, mais pautada pela vivência dos moradores locais e presença de filiais da Cooperativa Aurora do que uma delimitação geográfica precisa. Nessa entrevista, Nilva aborda a história familiar, a relação com a vinícola Aurora e o Vale Aurora, a degradação ambiental da região e a memória dos imigrantes italianos na área. Detalhes sobre a arquitetura da casa, a agricultura familiar (videiras e criação de porcos e vacas) e a importância da comunidade local são também mencionados. Finalmente, a entrevista recorda eventos históricos e conflitos com a Aurora.

A história da propriedade Casa Passaia Cimadon e sua família envolve várias gerações e mudanças ao longo do tempo, com laços familiares complexos. A propriedade era originalmente habitada por uma família chamada Roia, que tinha parentesco com os Moret. Ao relatar a genealogia das pessoas que fazem parte da história da casa, Nilva, evidencia as relações sociais da propriedade, dessa forma, relata que Claudete Cimadon é esposa de Moro e reside no loteamento novo, entre Paulina e São Valentim. Laurindo Cimadon era o sogro de Moro. A avó de Moro, Passaia, era casada com Atilio Moro. O avô de Moro, Romin Passaia, era primo da avó de Moro. Moro e sua esposa são segundos-primos. Romim Passaia era pai da sogra de Moro. Sendo assim, as famílias Moro, Moret e Passaia são todas aparentadas. A família Roia, que vivia em uma parte da propriedade, era parente dos Moret. Esses laços de parentesco mostram que as famílias Moro, Passaia e Moret têm uma longa história e conexões profundas na região, com relações que se estendem por várias gerações e que envolvem casamentos e outras formas

A existência da casa remonta à vinda dos imigrantes italianos, Isaco e Francesco, que trabalharam na sua construção. A família Passaia tem uma longa história na região, com antepassados que são lembrados por seus descendentes. A casa principal possui dois andares, com uma escada de madeira que foi removida para evitar a entrada de calor do telhado. Inicialmente, havia dois quartos onde hoje se encontra um espaço para secagem, mas a caiação foi interrompida. A casa tinha uma cozinha separada, que era de madeira, com uma janela e uma porta na frente. A construção da casa envolveu o transporte de pedras da parte superior da propriedade com o uso de um "colme" (uma espécie de cesto) nas costas. Nos fundos da propriedade, havia também um moinho para fazer farinha de polenta. Essa composição de casa, cantina e moinho remonta a um padrão construtivo imigrantista local, no qual a sociabilidade se relaciona com ambiente laborais. A principal atividade econômica realizada na propriedade Casa Passaia Cimadon está relacionada à agricultura, com foco no cultivo de videiras e parreiras. Além disso, a propriedade também está ligada à produção de vinho, através do envio de uvas para a Cantina Aurora e para os Moret.

Conforme Nilva, a propriedade possui dois lotes, 13 e 15, totalizando 15 hectares. A área era um bom lugar há trinta anos, com um rio onde havia peixes como lambari e jundiá. Atualmente, o rio está poluído devido a loteamentos e esgoto da cidade. Na propriedade há videiras, parreiras e muitas pedras no solo. Segundo Nilva, o local onde a propriedade está localizada denomina-se Paulina baixa. A região também é conhecida como Vale Aurora, nome dado pela Cantina Aurora ao local que anteriormente, era conhecido como Piazzetta. A Cantina Aurora tinha filiais no Vale Aurora, que pertenciam ao sogro e avô de Moro. A família de Moro escoava a produção de uva para o Vale Aurora e para os Moret, que também têm cantinas antigas. Sobre o Vale Aurora, Nilva relata que a mudança do nome do Vale Aurora envolveu a substituição de um nome anterior, Piazzetta, pelo nome atual, Vale Aurora, que foi dado pela Cantina Aurora. Esta mudança ocorreu devido à grande quantidade de vinhedos na região e famílias associadas à Cooperativa. Nesse ponto, nota-se a importância territorial do Vale Aurora para histórica vitivinicultura local. A decisão de mudar o nome foi acompanhada por uma grande festa.

Os problemas ambientais que afetam a região atualmente, de acordo com Nilva e outros entrevistados, incluem principalmente a poluição do rio e os impactos dos novos loteamentos. Há trinta anos, o rio local era limpo, com peixes como lambari e jundiá. As pessoas podiam pescar e usar a água. Atualmente, o rio está poluído, e tiveram que se desfazer das vacas da propriedade pois não podiam mais beber a água do rio. Os novos loteamentos próximos à propriedade estão despejando esgoto no rio, o que contribui para a poluição. Há preocupação de que o esgoto dos loteamentos próximos cause ainda mais poluição no rio. A água que desce do rio em dias de chuva está suja e escura. As construções e obras relacionadas aos loteamentos causam desmatamento e impactam negativamente o meio ambiente. Por fim, ressalta-se a necessidade de se pensar, em diálogo com as comunidades locais, as formas de ocupação desses espaços, objetivando preservar os modos de vida, saberes e aspectos construtivos históricos do território do Vale Aurora.

Referências:

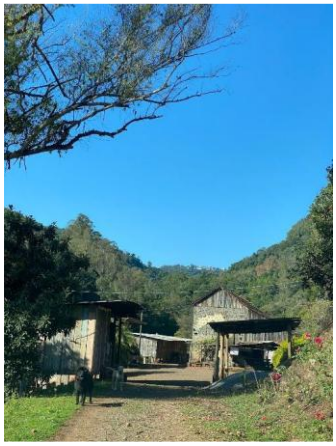
Relatos de Nilva Passaia Cimadon, em entrevista concedida ao Museu do Imigrante em 22 de março de 2023.

Documentação Iconográfica: Kolassa (2023) – Ficha com levantamento arquitetônico e fotográfico. Ficha de Inventário PRS/94-0034.00161 de 07/11/94.

Levantamento Fotográfico atual:



Imagens complementares (entorno, edificações)



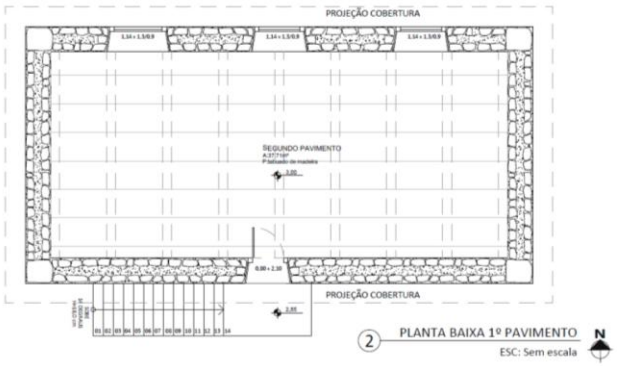


Análise Arquitetônica:
Estilo/ linguagem: Arquitetura popular da imigração italiana
Período: Apogeu Época: 1890 – 1930. Vestígios de antigo moinho do lado oposto do rio.
A casa possui dois pavimentos com paredes em pedra lascada, telhado em duas águas com sótão para cereais, oitão em madeira com abertura de janela. Na lateral oeste apresenta marca do telhado em duas águas da antiga cozinha em madeira que foi demolida. Janelas (2 folhas) e portas (1 folha) contraplacadas em madeira, com vergas retas de madeira sobressalentes. Na lateral onde havia a cozinha, há uma pedra sobressalente. Escada de madeira falquejada na fachada sul, voltada para a cantina anexa. Escada interna no segundo pavimento para o sótão possuindo estrutura independente.
Conjunto apresenta organização do lote característica, com diversas edificações setorizadas: casa antiga, casa nova, paiol, depósito, horta e parreirais em latada com tutores vivos (plátanos). É atribuído ao plátano maior estruturação do parreiral em terreno montanhoso, visto que este absorve o arame durante seu crescimento, além do reforço pelas raízes.

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa



Fontes: POSENATO, Júlio. **Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.
KOLASSA, Daniela. **Análise do conjunto da "Casa Passaia Cimadon" na Linha Paulina Baixa**. Relatório de estágio curricular. FAU UCS/CARVI: Bento Gonçalves, 2023.
CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. Bento Gonçalves: História e Memória – Distrito de Faria Lemos. Bento Gonçalves: Fundação Casa das Artes, 2001.
RIGATTI, Décio; TRUSSIANI, Elio. **Arquitetura e paisagem na serra gaúcha**: Migração italiana e territorialidade. Edizione Nuova Cultura: Roma, 2017.

Locais pesquisados: Visita de campo ao conjunto em 22/03/2023, entrevista com Nilva Passaia Cimadon em 24/04/2023.
Ficha disponível em: http://museudoimigrante.bentogoncalves.rs.gov.br/inventario-municipal/61146-2/

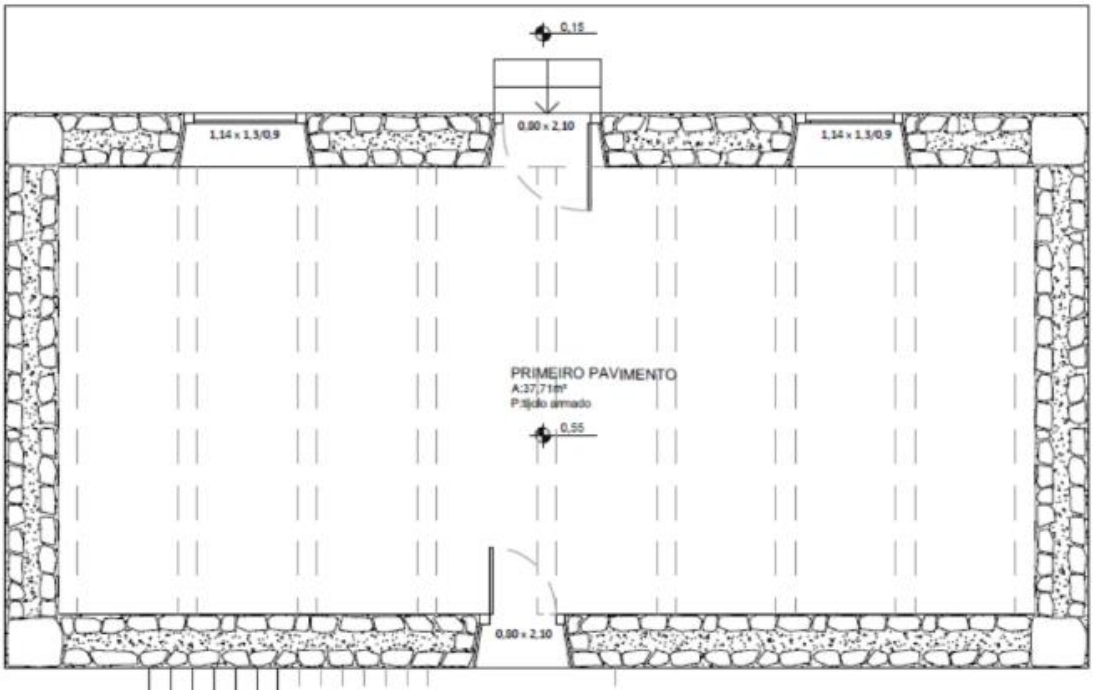
Observações:
Patrimônio imaterial: Comunicação em língua tradicional "Talian", receitas, saberes e fazeres da viticultura tradicional.
Os proprietários relatam que também possuíam potreiro com vacas, ovelhas e porcos, entretanto tiveram que se desfazer em função da poluição do arroio, que vem da cidade, destituindo-os da pesca e descaracterizando seu modo de vida tradicional.

Responsável pelo inventário:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Acad Arq. Urb. Daniela Kolassa

Data:
05/02/2024

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

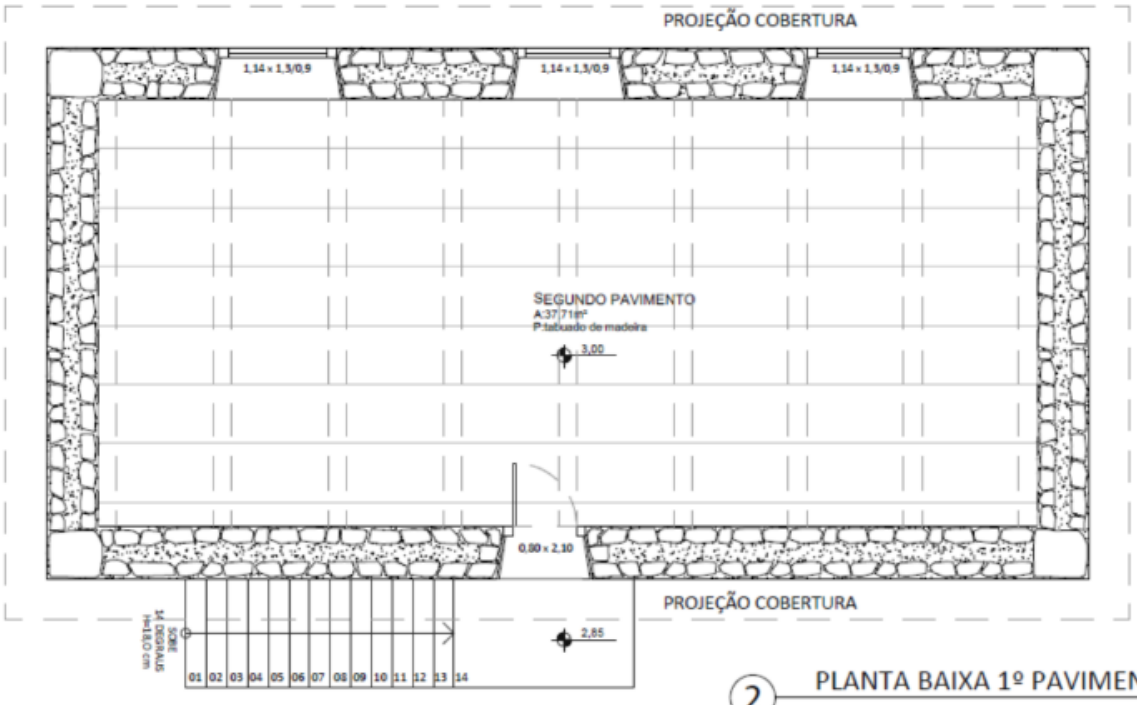
Levantamento arquitetônico: Daniela Kolassa, 2023.



1 PLANTA BAIXA TÉRREO

ESC: Sem escala

N

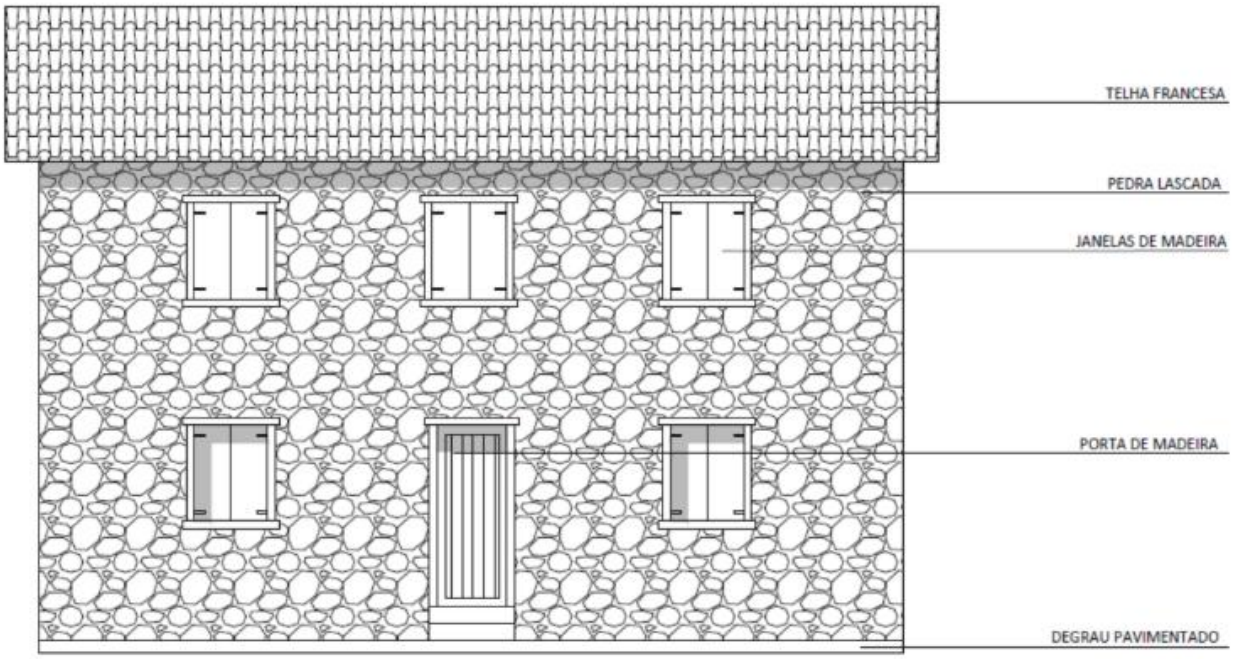


2 PLANTA BAIXA 1º PAVIMENTO

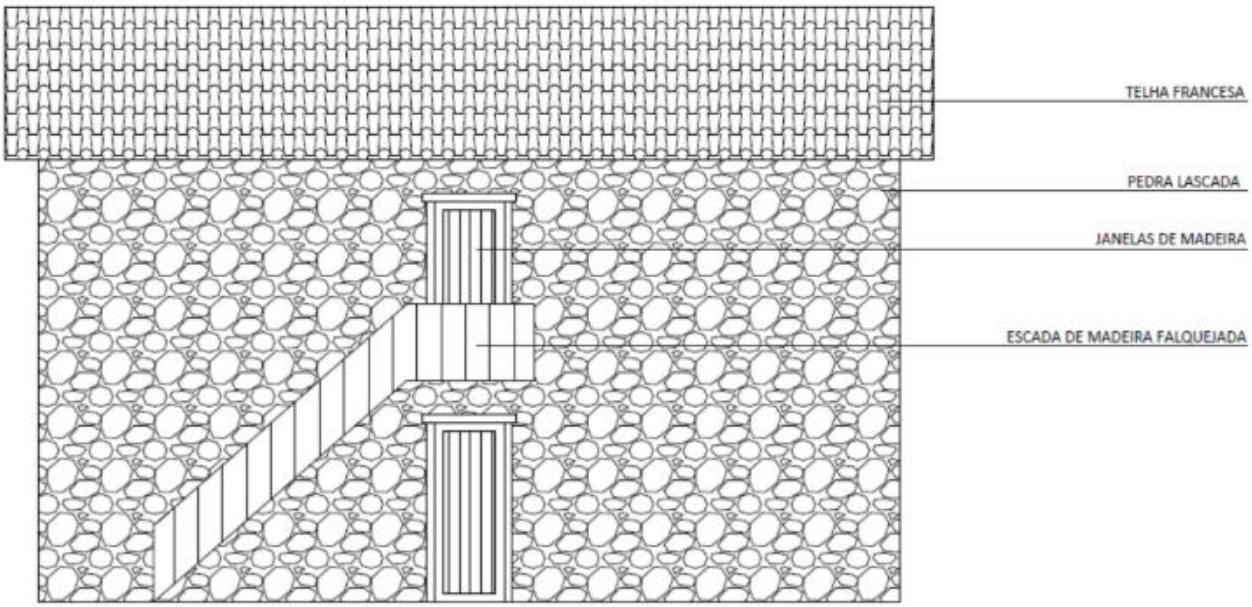
ESC: Sem escala

N

Levantamento arquitetônico: Daniela Kolassa, 2023.

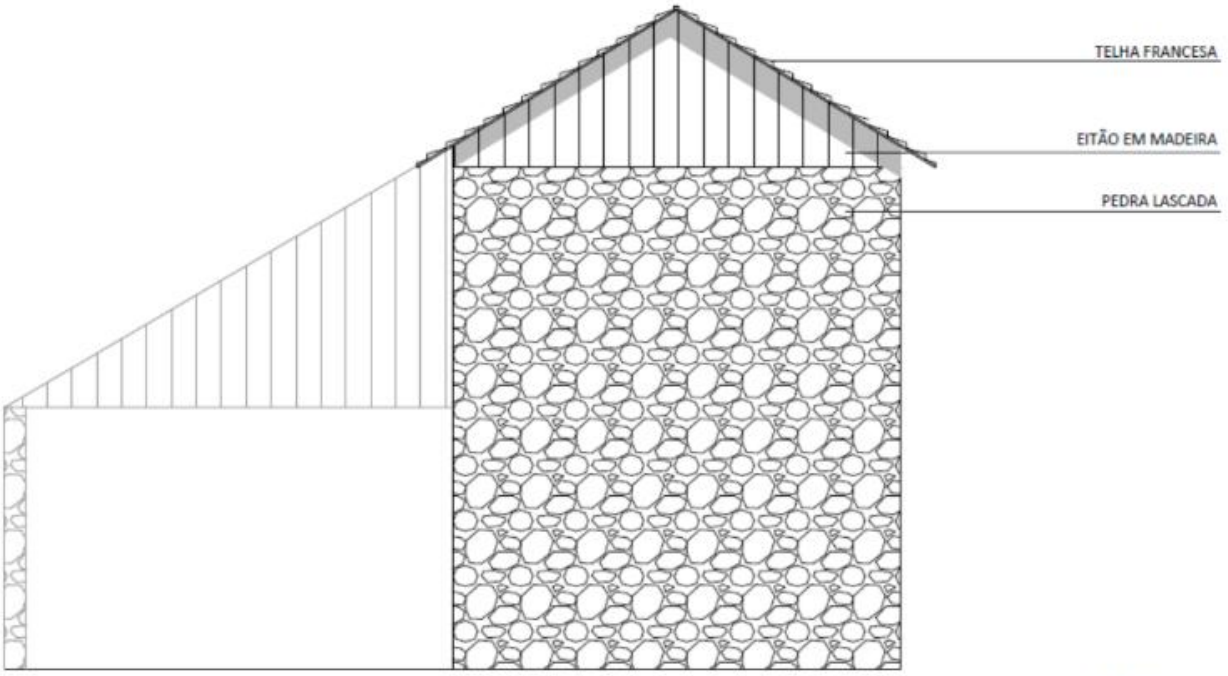


1 FACHADA NORTE
ESC: Sem escala



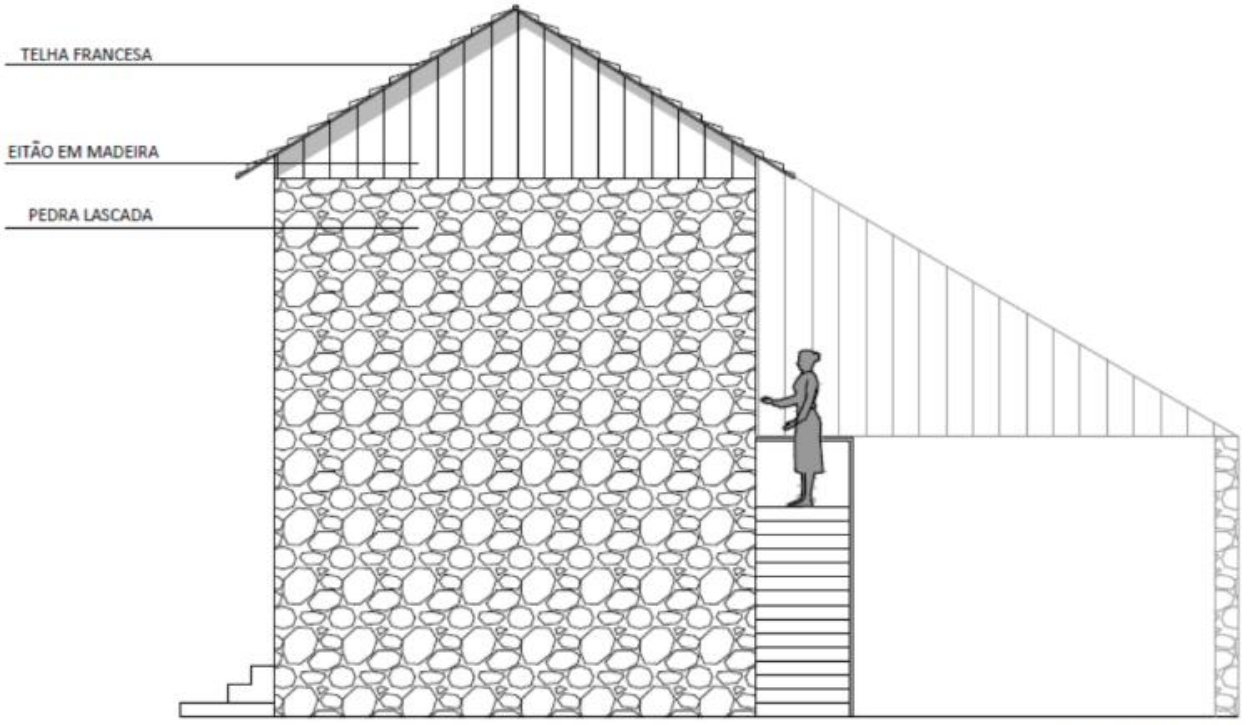
2 FACHADA SUL
ESC: Sem escala

Levantamento arquitetônico: Daniela Kolassa, 2023.



3 FACHADA LESTE

ESC: Sem escala



4 FACHADA OESTE

ESC: Sem escala

Iconografia. Acervo Museu do Imigrante.





Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43 - PRS/22-0001-00007

Localidade: sede Faria Lemos

Denominação do bem: Casa Canônica Paróquia Nossa Senhora do Rosário

Endereço/Localização: RS 431, Km 6, sede Faria Lemos

Proprietário: Mitra diocesana de Caxias do Sul
Uso original e atual: Residência paroquial, hoje sede da Associação Caminhos de Faria Lemos
Latitude: 29º 6'40.71"S **Longitude**: 51º36'2.73"O
Erro Horizontal:
Proteção Existente: Plano Diretor/ Inventário **Proteção Proposta:** Lei Municipal GP1, tombamento
Bens Móveis: Gaveteiro, Cristaleira.



Valores estabelecidos ao bem:

Referência histórica, valor de antiguidade, valor tradicional ou evocativo, referência coletiva, valor arquitetônico, elemento referencial, compatibilidade dos anexos, compatibilização com a estrutura urbana, potencial de reciclagem, uso peculiar, raridade no emprego de materiais, bom estado de conservação, compatibilização com a paisagem urbana, conjunto de unidades – cenário, elemento referencial, proteção municipal. A edificação apresenta relevante valor histórico por sua associação direta à implantação e consolidação da estrutura paroquial de Faria Lemos, vinculando-se ao processo de organização institucional, religiosa e social do território no final do século XIX e início do século XX. A edificação configura-se como testemunho material da atuação da Igreja Católica na formação do núcleo comunitário local, mantendo valor referencial e evocativo para a memória coletiva.

Histórico:

A Casa Canônica remete à fundação do Curato em Faria Lemos pelo Padre Davide Faustini, que construiu a primeira casa feita em tábuas por volta de 1896 (Cinquantenario, 2000, p. 87, tradução nossa). A nova canônica de alvenaria foi construída por D. Constantino Gatti (1914-1918), sendo na época considerada "uma das mais belas e confortáveis da colônia e constitui patrimônio paroquial, obra única em todo o Rio Grande do Sul" (Cinquantenario, 2000, p. 88, tradução nossa). Segundo Caprara e Luchese, a Casa Canônica também sediou uma fábrica de salames no seu porão, que algum tempo depois foi transferida para Cotiporã.
Lúcia Maria Petroli Enderle lembra que em sua infância, o Padre atendia em uma sala com divisória, logo à direita da porta. Embora severo quando necessário, recebia as crianças da vizinhança na sala de estar para assistir à televisão. No térreo, ficava a sala de atendimento, a sala de estar, o dormitório do Padre e a cozinha. No segundo andar, ficavam os demais quartos, que recebiam hóspedes da paróquia.
Com a chegada do Padre Jaime Luis Gusberti em 1987, a residência paroquial passa a ser localizada junto à Paróquia São Roque. Após ficar fechado por muitos anos, passou a ser sede cultural da Associação Caminhos de Faria Lemos (Mazzotti e Bigolin, 2012, p. 61). Já foi ponto de cultura do Distrito, ali ensaiam grupos musicais como a orquestra de sopros, o coro da Matriz Nossa senhora do Rosário, o Coro de cantoria Trevisani nel Mondo, o Coral Caminhos de Faria Lemos, o coro infantil.

Documentação Iconográfica:

Ficha de inventário PRS/94-0034.00170

Levantamento Fotográfico atual:







Levantamento Fotográfico atual:





Imagens complementares (entorno, edificações)




Análise Arquitetônica:

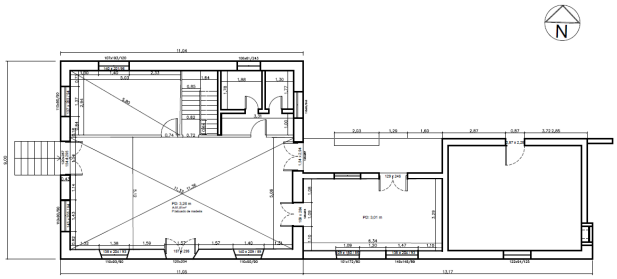
estilo/ linguagem: Arquitetura da Imigração Italiana período: Apogeu época: 1890-1930 data: 1900

Caracterização: Edificação em dois volumes retangulares, sendo o volume principal em dois pavimentos com telhado em quatro águas, e volume anexo térreo com telhado em duas águas, sugerindo cozinha anexa. Fachadas do volume principal simétricas, com esquadrias de caixilhos envidraçados, com bandeiras e tampões internos. Embora siga volumetria tradicional da imigração italiana, trata-se de arquitetura oficial (casa canônica), sem porão, apenas com soco ventilado por gateiras, típico do Ecletismo.

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa



Fontes:

CAPRARA, Bernardete; LUCHESE, Terciane Ângela. Bento Gonçalves História e Memória: Faria Lemos. Bento Gonçalves: Fundação Casa das Artes, Tipograf, 2010.

CINQUANTENARIO dela colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud. 1875-1925. Volume I. 2ª Ed. Porto Alegre: Posenato Arte & Cultura, 2000.

MAZZOTTI, Fabiano. BIGOLIN, Pe. Isidoro. Amém, Bento Gonçalves: igrejas e capelas desta terra. Bento Gonçalves: Fabiano Laércio Mazzotti, 2012.

POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983

Locais pesquisados:

Associação Caminhos de Faria Lemos e Museu do Imigrante.

Ficha disponível em: http://museudoimigrante.bentogoncalves.rs.gov.br/inventario-municipal/61227-2/

Visitas em: 09/02/2024, 28/08/2024. Levantamentos em 09/11/2024 e 23/11/2024.

Observações:
Utilizada pela Associação Caminhos de Faria Lemos como casa de cultura. É sede dos ensaios da Orquestra e dos corais.

Responsável pelo inventário:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

Data:
03/12/2024

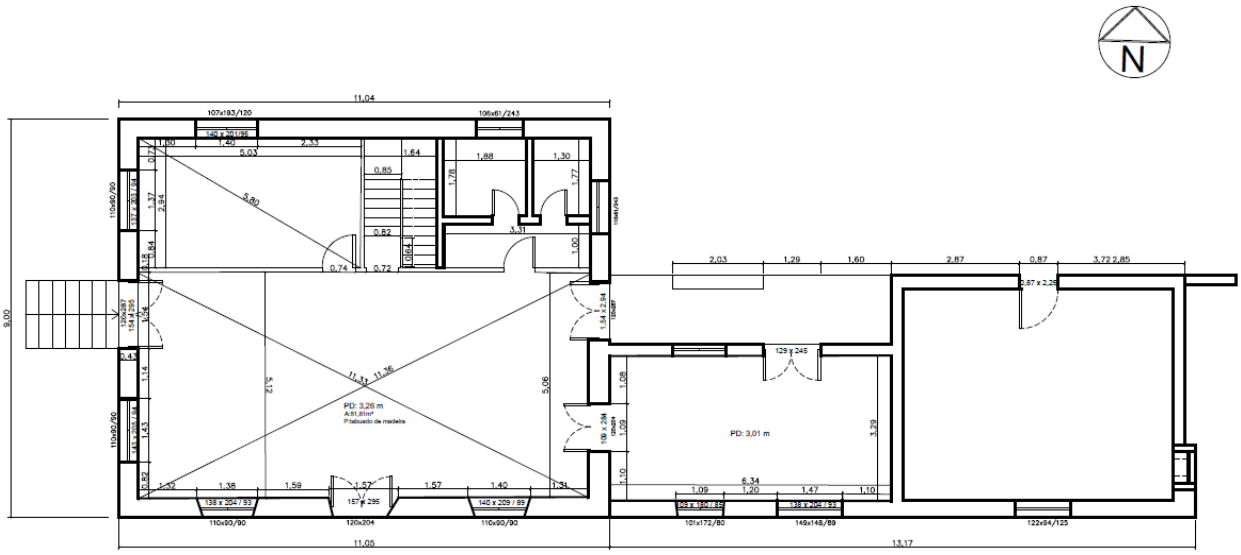
Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Iconografia:

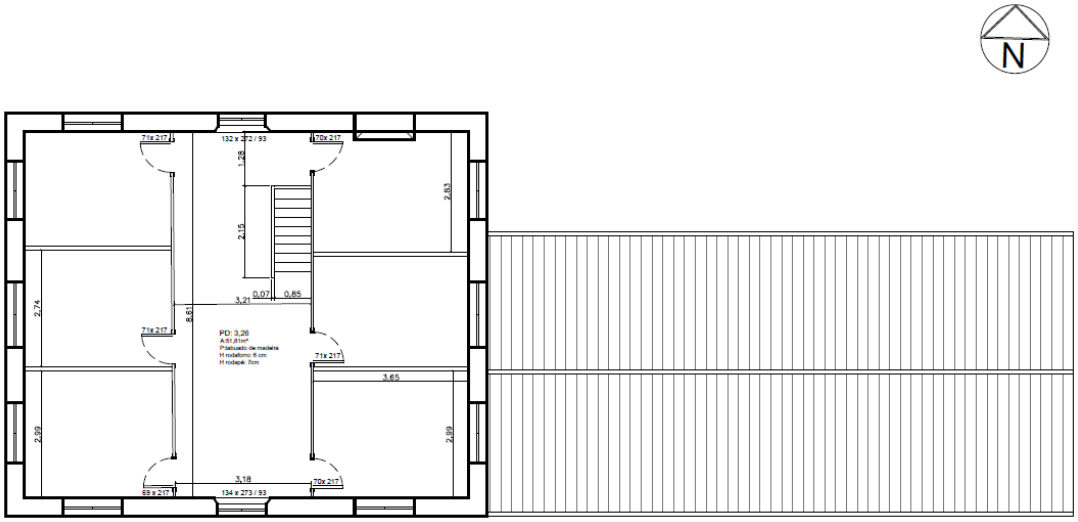
Sede de Faria Lemos. Ao centro a Casa Canônica – vista oeste. Fonte: Faria Lemos – un paese bello come altro non c'é.



Levantamento arquitetônico:



PLANTA BAIXA - TÉRREO



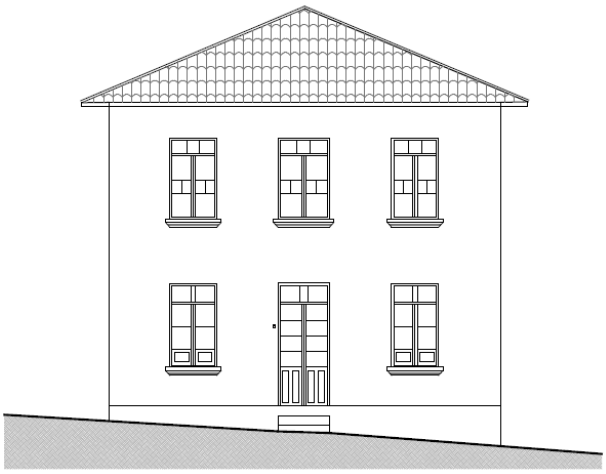
PLANTA BAIXA - 2º pavimento

Levantamento arquitetônico:



FACHADA SUL

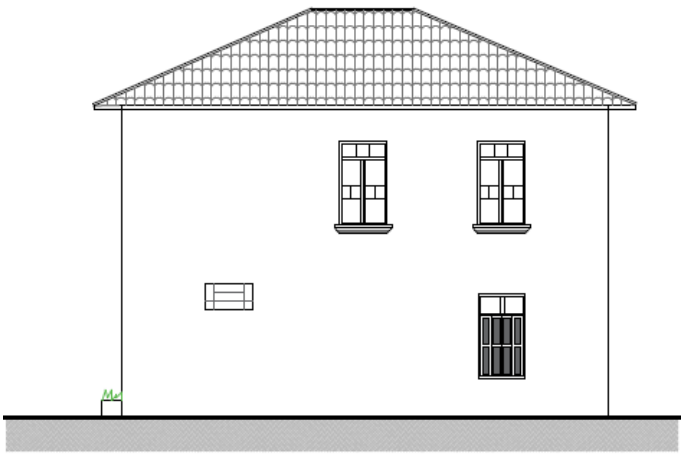
Casa Canônica



FACHADA OESTE



FACHADA LESTE



FACHADA NORTE

Levantamento fotográfico:




Fotos internas pavimento térreo – salão principal




Fotos internas pavimento térreo - cozinha




Fotos internas segundo pavimento







Detalhes internos das esquadrias

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43 - PRS/22-0001-00008

Localidade: sede Faria Lemos

Denominação do bem: Torre Monumento – Paróquia Nossa Senhora do Rosário

Endereço/Localização: ERS431, Km 6, Rua do Badejo, sem nº, sede Faria Lemos

Proprietário: Mitra Diocesana de Caxias do Sul
Uso original e atual: campanário, monumento e mirante
Latitude: 29º6'40.03"S **Longitude**: 51º36'1.95"O
Erro Horizontal:
Proteção Existente: Plano Diretor **Proteção Proposta:** Inventário, Lei Municipal GP1
Bens Móveis: 3 Sinos produzidos na fundição de Giovanni Gnoatto



Valores estabelecidos ao bem:

Referência histórica, valor tradicional ou evocativo, referência coletiva, valor arquitetônico, raridade formal, elemento referencial, compatibilização com a estrutura urbana, uso peculiar, bom estado de conservação, compatibilização com a paisagem urbana, conjunto de unidades – cenário, elemento referencial, proteção municipal. A Torre Monumento da Paróquia Nossa Senhora do Rosário constitui referência histórica e simbólica associada às comemorações do centenário da imigração italiana, integrando memória coletiva, práticas religiosas e identidade comunitária do distrito de Faria Lemos. Enquanto remanescente material da antiga igreja demolida, o bem assume valor evocativo e documental, articulando permanências culturais, tradição sonora e função de marco referencial na paisagem local.

Histórico:

A construção da **Torre Monumento**, conforme projeto da arquiteta Francesca Fenocchio, teve início em abril de 1974, sendo inaugurada em 11 de maio de 1975, em comemoração ao centenário da imigração italiana. A edificação foi concebida para cumprir três funções articuladas: torre da igreja, monumento alusivo à imigração e mirante para observação da paisagem local (Bigolin; Mazzotti, 2012).

No topo da estrutura encontram-se suspensos três grandes sinos, fundidos por Giovanni Gnoatto, em Bento Gonçalves, cujo peso conjunto aproxima-se de 500 quilos. Durante muitos anos, o toque diário dos sinos — às 6h, ao meio-dia e às 18h — foi realizado pelo morador João Maschke. Atualmente, essa prática é mantida por seu neto, Luis Henrique Maschke Lavandoski, assegurando a continuidade de uma tradição sonora profundamente enraizada na vida comunitária do distrito.

Conforme registrado por Enderle e Bianchi (2000), cada sino possui uma função simbólica específica: um executa o toque da Ave-Maria, preservando até hoje os horários tradicionais; outro é destinado ao toque fúnebre; e o terceiro anuncia a proximidade das celebrações religiosas. Essa organização reforça o papel da torre como elemento articulador entre o espaço religioso, a memória coletiva e o cotidiano local.

A iconografia disponível evidencia ainda a estreita relação da Torre Monumento com a antiga igreja, demolida em 1989, cuja ausência permanece como memória de perda significativa para a comunidade. A torre, nesse sentido, assume também a função de marco remanescente dessa edificação desaparecida, condensando valores históricos, simbólicos e afetivos.

Documentação iconográfica: fotografias produzidas no âmbito de trabalho desenvolvido pela Escola Professor Ângelo Chiamolera. Ver ficha complementar.

Levantamento Fotográfico atual:








Imagens complementares (entorno, edificações)





Paisagem vista de cima do campanário. A direita vista das demais edificações que compõe a paróquia: A Igreja e o salão.

Análise Arquitetônica:

estilo/ linguagem: Modernista época: 1960-1990 Ano inauguração: 1975

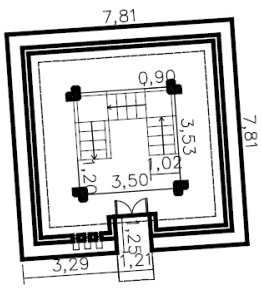
Projeto Arq. Francesca Fenocchio

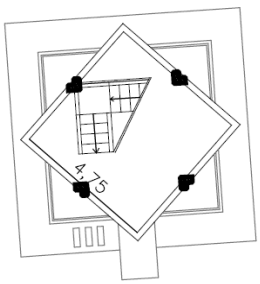
A torre campanário é formada por uma base semi-piramidal, onde seria instalado um museu, e um volume vertical com elementos de concreto armado e tijolos aparentes, com lajes em formato quadrangular, sendo que no último pavimento a laje é rotacionada. Estruturada em quatro pilares de concreto armado que envolvem a escada, que sobem 5 pavimentos até a cobertura onde estão instalados os 3 sinos. No terraço do 5º pavimento, onde o volume é rotacionado em 45º em relação ao restante, funciona como um mirante de onde é possível a visão de todo o distrito, com vistas espetaculares do Vale Aurora, Morro do Céu e Vale do Rio das Antas.

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa





Térreo 5º pavimento

Fontes:

POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.

ENDERLE, Maria Lúcia Petroli (org.); BIANCHI, Maria Petroli (org). História da Comunidade-Igreja-sede Paróquia Nossa Senhora do Rosário – Faria Lemos. Bento Gonçalves: Escola Estadual de 1º grau Professor Ângelo Chiamolera, alunos e professores da 4ª série, 2000.

Locais pesquisados:

Paróquia Nossa Senhora do Rosário – Faria Lemos. Visitas 09/02/2024, 28/08/2024, 09/11/2024

Museu do Imigrante de Bento Gonçalves.

Observações:

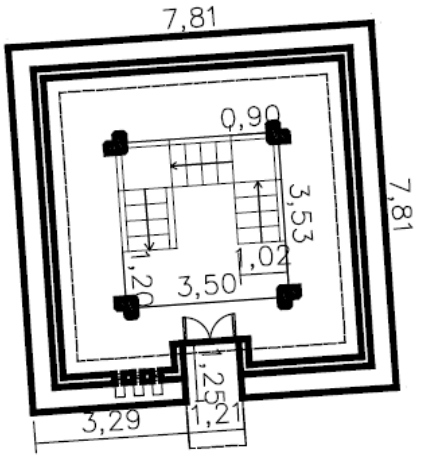
A torre dialoga com outras edificações da Paróquia: Igreja, Salão Comunitário, Casa Canônica e praça.

Responsável pelo inventário:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco, Mus. His. Deise Formolo

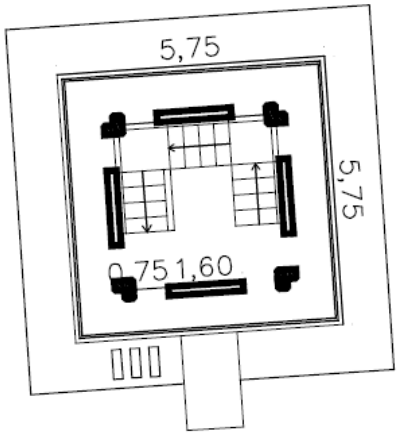
Data:
03/12/2024

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

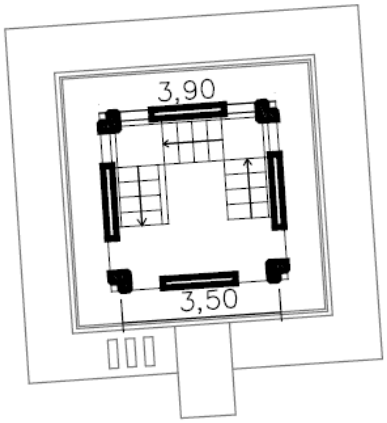
Levantamento Arquitetônico (sem escala):



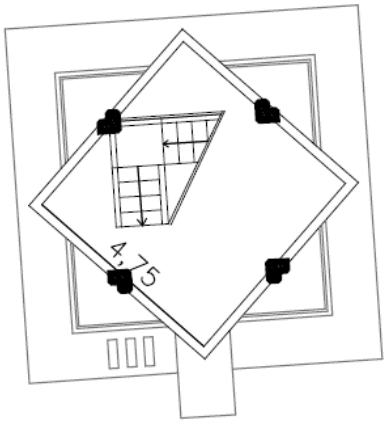
Térreo



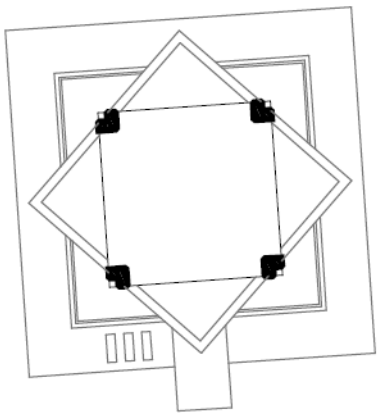
2º Pavimento



3º e 4º pavimento



5º pavimento



Cobertura

Iconografia: História da Comunidade-Igreja-sede Paróquia Nossa Senhora do Rosário, 2000.





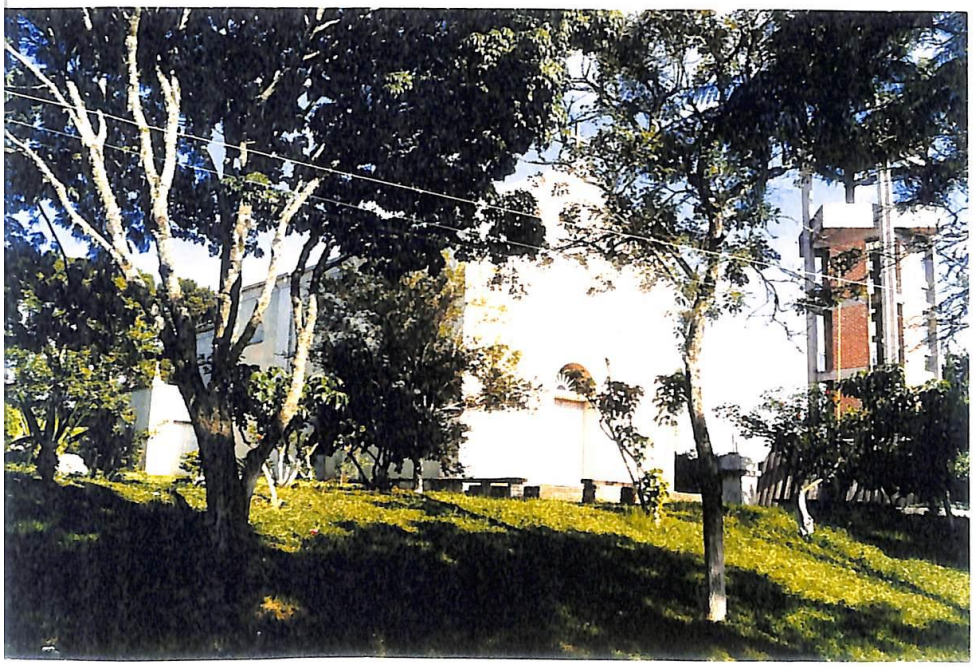
Fotografias da Igreja inaugurada em 1.900.

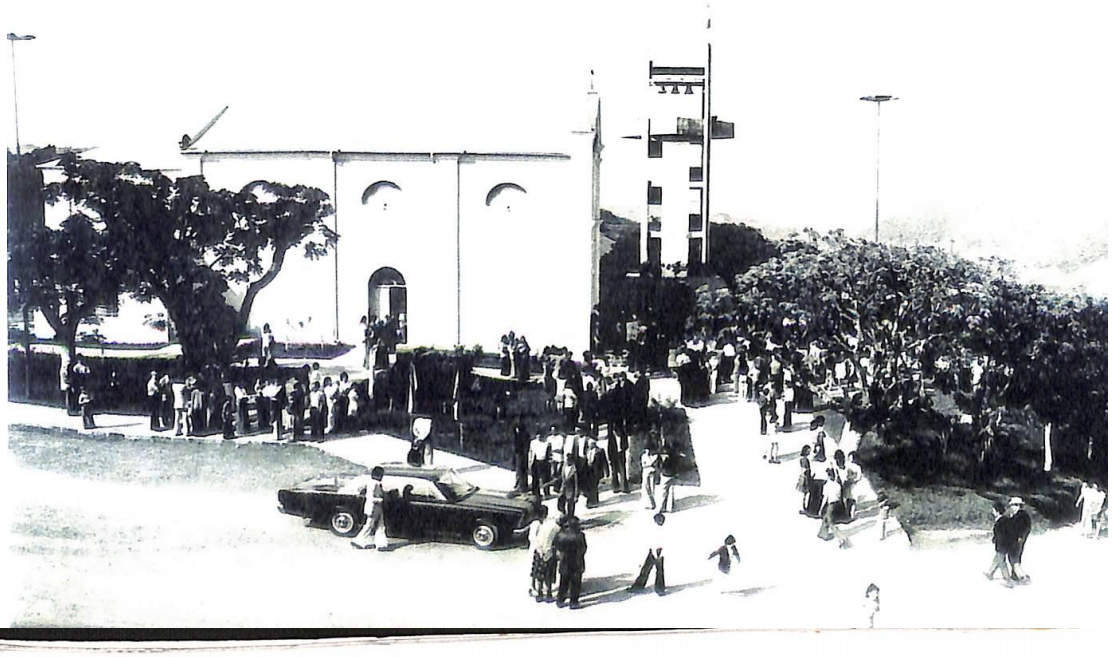


Iconografia: História da Comunidade-Igreja-sede Paróquia Nossa Senhora do Rosário, 2000.



Fotografias da Igreja inaugurada em 1900.





Iconografia: História da Comunidade-Igreja-sede Paróquia Nossa Senhora do Rosário, 2000.



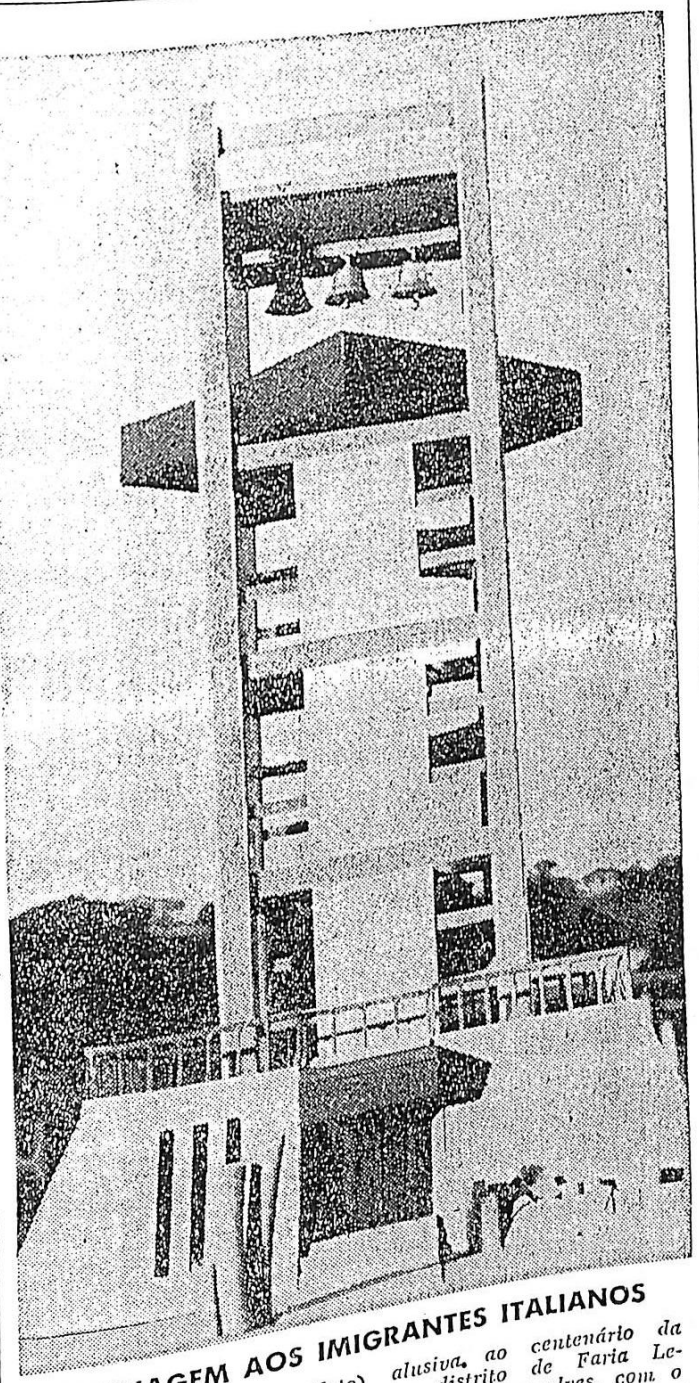
Fotos da Inauguração da Torre em 11/05/1975 em homenagem aos Imigrantes Italianos.



Iconografia: História da Comunidade-Igreja-sede Paróquia Nossa Senhora do Rosário, 2000.

1875 1975

CORREIO DO POVO



HOMENAGEM AOS IMIGRANTES ITALIANOS

A "Torre Monumento" (foto) alusiva ao centenário da Imigração Italiana, edificada no distrito de Faria Lemos. 5.o distrito do município de Bento Gonçalves, com o auxílio da Prefeitura Municipal e comunidade, foi inaugurada no último domingo, dia 11. A obra, atualmente concluída, localiza-se ao lado da Matriz de Faria Lemos e serve como torre da Igreja, Monumento ao Imigrante e Mirante. Tudo isso em 18 metros de altura, com base em forma de pirâmide, onde será instalado um Museu. A laje de cobertura funcionará como terraço e no último pavimento serão instalados os sinos da matriz. A "Torre Monumento" foi projetada pela arquiteta Francesca Fenóchio, chefe do Gabinete da Coordenação e Planejamento da Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43 - PRS/22-0001-00009

Localidade: Sede Faria Lemos

Denominação do bem: antigo Grupo Escolar – antiga Unidade Sanitária e Subprefeitura

Endereço/Localização: ERS 431, Km6 + 200 m, Rua sem nome, sede Faria Lemos

Proprietário: Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Uso original e atual: Escola, já foi Subprefeitura e Unidade Sanitária. Hoje sem uso.

Latitude: 29° 6'42.66"S **Longitude**: 51°36'6.67"O

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Inventário, Plano Diretor **Proteção Proposta:** Lei Municipal GP1, tombamento

Bens Móveis:



Valores estabelecidos ao bem:

Referência historiográfica, valor de antiguidade, referência coletiva, Valor arquitetônico, referência estético-arquitetônica, compatibilização com a estrutura urbana, potencial de reciclagem, compatibilização com a paisagem urbana, conjunto de unidades – cenário, proteção municipal. O imóvel constitui referência histórica e institucional para a localidade de Faria Lemos, associado à implantação das políticas públicas de educação e saúde no meio rural ao longo do século XX. Sua trajetória de usos — como Grupo Escolar, Unidade Sanitária e Subprefeitura — confere-lhe valor de memória coletiva e relevância social, enquanto expressão material da presença do Estado e da organização comunitária no território

Histórico

A edificação foi construída entre 1939 e 1940, por iniciativa da Prefeitura Municipal, com o auxílio da comunidade local, sendo inaugurada em aproximadamente 1941 para sediar o Grupo Escolar da localidade. O ensino em Faria Lemos, no entanto, remonta a 1892, quando moradores organizaram a construção de um prédio de alvenaria e contrataram o professor Antônio Poletto, que ministrava aulas em língua italiana, com remuneração custeada pelo governo italiano.

Em 1901, diante das exigências de escolarização em língua portuguesa, um dos alunos mais adiantados, Ângelo Chiamolera, realizou curso de seis meses em Montenegro para aperfeiçoamento na língua oficial, diplomando-se professor. A partir de 1902, passou a atuar na aula pública isolada, remunerado pelo Estado, enquanto o antigo professor, já em idade avançada, retirou-se da função para não renunciar à sua língua de origem. Ângelo Chiamolera exerceu o magistério até 1936, período em que era adotado o ensino da *Seleta*.

Com sua aposentadoria, assumiu o professor Quintino Tesser, egresso da própria escola local, que atuou como docente estadual até seu falecimento, em 1940, quando a localidade ficou temporariamente sem professor. Embora o novo prédio escolar já estivesse concluído, a ausência de docente levou a comunidade a solicitar providências ao Governo do Estado. Em decorrência da visita do então Secretário de Educação, Dr. Coelho de Souza, foi criado oficialmente o Grupo Escolar Faria Lemos, pelo Decreto nº 287, de 3 de julho de 1941, assumindo como primeira professora Ivanir Marchioro.

Por meio do Decreto nº 2.253, de 25 de janeiro de 1947, a instituição passou a denominar-se Grupo Escolar Madre Augusta. Posteriormente, pelo Decreto nº 10.514, de 15 de janeiro de 1959, recebeu a denominação de Grupo Escolar Ângelo Chiamolera, funcionando nesta edificação até o ano de 1975. Em razão da ampliação da clientela escolar e da criação da 6ª série, as atividades passaram, a partir de 6 de fevereiro daquele ano, a ocorrer no Salão Paroquial de Faria Lemos. Em 1976, com a autorização para funcionamento da 7ª e 8ª séries, a escola passou a denominar-se Escola Estadual de 1º Grau Ângelo Chiamolera, cujo prédio atual foi inaugurado em 1977.

Após o encerramento das atividades escolares, a edificação passou a abrigar, a partir de 1982, a Subprefeitura de Faria Lemos e, em 1989, a Secretaria Municipal de Saúde, desempenhando também a função de Unidade Sanitária. O imóvel foi desocupado em 2013, com a transferência da Subprefeitura, encontrando-se atualmente sem uso.

Documentação iconográfica: Ficha de Inventário PRS/94-0034.00175, de 19/10/1994.

Levantamento Fotográfico atual:





Imagens complementares (entorno, edificações)















Análise Arquitetônica:

estilo/ linguagem: Eclético historicista época: 1930-1960 data: 1941

Caracterização: edificação de construção oficial, uso escolar construído pelo Estado. Segue linguagem eclética utilizada na arquitetura oficial da época. Volume prismático retangular com telhado em quatro águas, fachada simétrica, esquadrias de duas folhas com caixilhos envidraçados, bandeiras e tampões internos, ornamento acima da porta com símbolo do Brasão de Armas da república. Internamente as salas de aula são divididas por um corredor que leva aos fundos da edificação, onde estavam os banheiros. A sala da direção ficava em uma das salas frontais e a cozinha, na dos fundos. A edificação, sem uso, está com infiltrações pelo telhado que prejudica os forros e assoalhos, entretanto, as paredes e esquadrias estão em bom estado.

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa



Fontes:

POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.
Histórico da Escola Estadual de 1º Grau Ângelo Chiamolera.

Locais pesquisados:

Ficha disponível em: http://museudoimigrante.bentogoncalves.rs.gov.br/inventario-municipal/61268-2/
Visita em: 15/08/2022; 09/02/2024, 05/10/2024, 09/11/2024 e 06/02/2025

Observações:

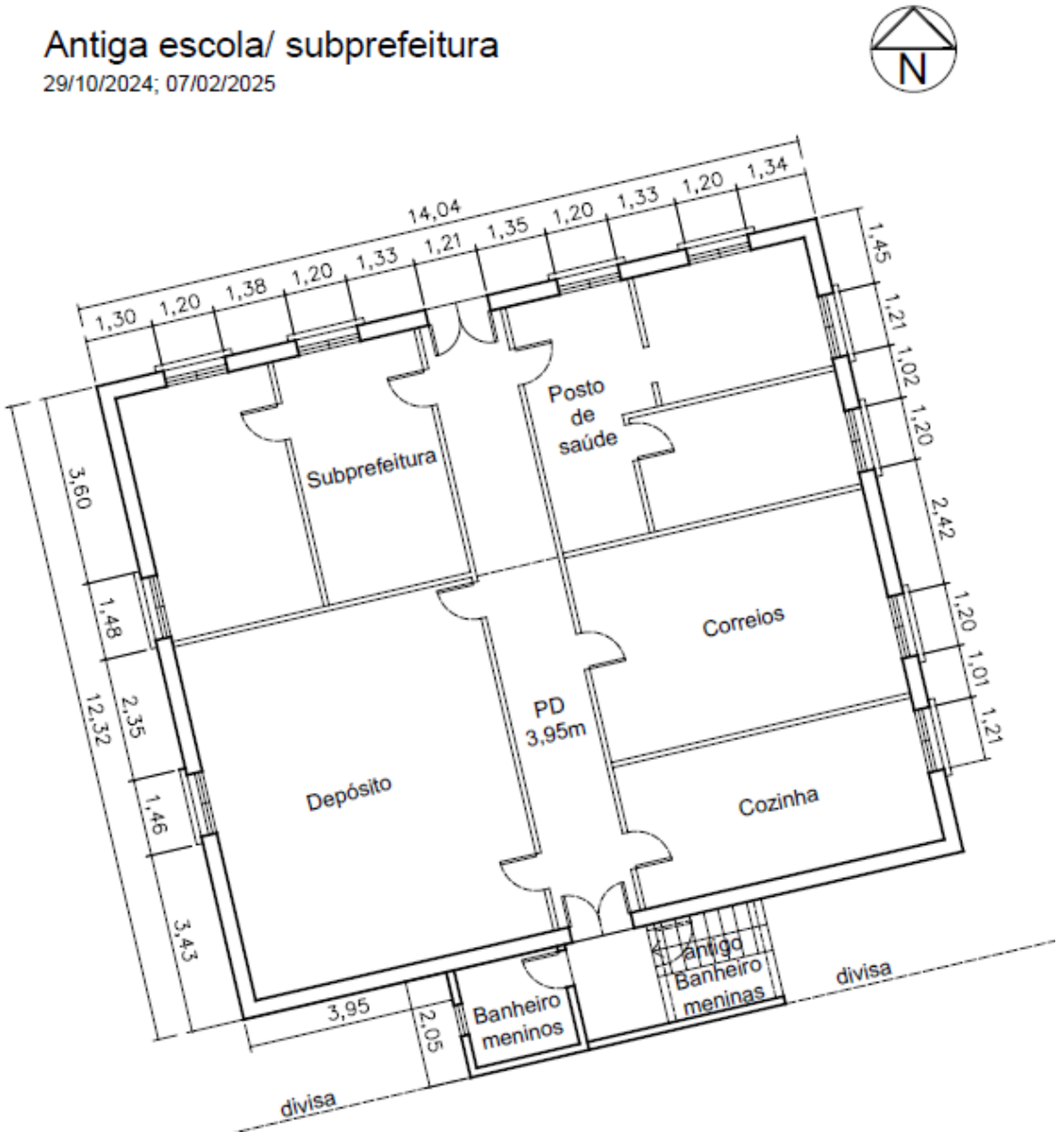
Como o prédio encontra-se em propriedade do Governo do Estado, embora tenha interesse, a comunidade possui dificuldades em conservá-lo ou dar novo uso. A comunidade tem interesse na recuperação do prédio para uso cultural.

Responsável pelo inventário:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

Data:
08/02/2025

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Levantamento arquitetônico:



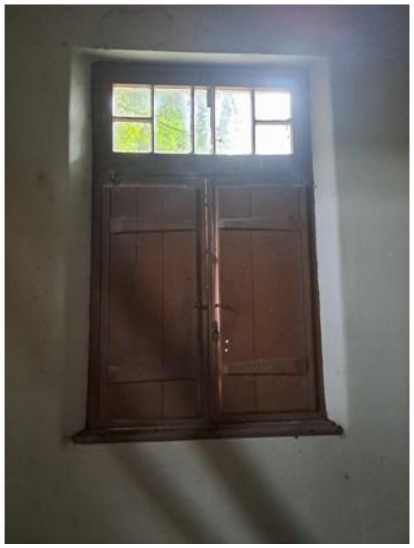
Levantamento fotográfico complementar:

Fotografias internas 06/02/2025










Levantamento fotográfico complementar:
Fotografias externas – detalhes e esquadrias











Iconografia: Foto Inventário 1994



Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43 - PRS/22-0001-00010

Localidade: Faria Lemos - sede

Denominação do bem: Antigo armazém popular

Endereço/Localização: RS 431, Km 6 + 290 m - sede Faria Lemos

Proprietário: Alfeu Rotava

Uso original e atual: moinho e armazém

Latitude: 29° 6'38.70"S **Longitude**: 51°36'7.81"O

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Plano Diretor **Proteção Proposta:** Inventário, Lei Municipal GP2

Bens Móveis:



Valores estabelecidos ao bem:

Valor tradicional ou evocativo, valor arquitetônico, raridade formal, compatibilização com a estrutura urbana, potencial de reciclagem, raridade no emprego de materiais, compatibilização com a paisagem urbana, conjunto de unidades – cenário, proteção municipal. A edificação detém valor histórico por constituir testemunho material das dinâmicas de abastecimento, troca e sociabilidade vinculadas à economia rural e ao cotidiano comunitário de Faria Lemos, integrando o conjunto moinho–armazém–hotel como estrutura funcional e simbólica da paisagem cultural local. O bem expressa práticas de trabalho, consumo e relações sociais que contribuíram para a conformação histórica e identitária do distrito.

Histórico:

Vários moradores relatam que ao lado do hotel tinha um moinho, onde posteriormente foi instalado o armazém popular.

> O Padre de Monte Belo foi para a Itália depois da Segunda Guerra Mundial para conhecer a fábrica de máquinas e, na volta, propôs para a família Dal Pizzol, Buffon e Mella para que montassem um moinho de trigo com motor a óleo. Foi montado em Faria Lemos e funcionou durante algum tempo. Os agricultores da região levavam o trigo para moer e pagavam em espécie ou então uma determinada quantia em dinheiro por saco de farinha produzida (Caprara e Luchese, 2010, p. 43).

O armazém popular era mantido pela Prefeitura, cujos servidores podiam comprar a fiado, anotando em caderno e descontando do salário ao final do mês. Também funcionava a troca de produtos coloniais pelos comercializados. Vinha o caminhão de Bento trazer os produtos toda sexta-feira, quando solicitavam o que estava em falta. Ancélia Buffon Poloni retrata como era o trabalho:

> E nós guardava nas prateleira, na despensa, guardava tudo, era assim. Tinha ração, tinha farelo, tinha tudo, tinha arroz, milho, ah tinha bastante coisa. Depois tinha, era seco e molhado né. Tinha louça também. Xícara, ah tinha bastante, bastante coisa, non muito né, porque o armazém era pequeno, não tinha muitas prateleiras, mas tinha bastante, de tudo. [...] E, era na época, depois veio que tinha que fazer, primeiro tinha que fazer os papel assim. Tinha que começar, fazer o papel. Depois então começou, eles traziam os saquinhos de papel. Trazia de dois quilo, de um quilo, dois quilo, três quilo e cinco quilo.[...] É, e de meio dia então, a gente ficava lá. Às vezes atendia até de meio-dia. Porque nós queria né, senon não precisava. A gente podia abrir… eu me lembro nós vinha pra casa ainda com o Guaporé quando tinha o meu primo [...] Eu sei que ocupava, um quarto em cima da casa era, a casa vazia, me disseram que eu podia ocupar. Aí eu levei o fogão elétrico lá embaixo, eu, com as meninas fazia a comida, alguma coisa que eu pedia, ela ajudava, e elas, se fazia a comida, nós comia lá embaixo. nós trabalhava embaixo. E em cima não tinha ninguém. Não tinha, é, não tinha ninguém. [...] e no lado tinha um alfaiate. O Valter Alves. [...] na mesma casa, vamo supor, aqui a porta é o armazém, era tudo fechado, eh, ele tinha o quê, um quartinho, um quartinho menor do que isso. Um pouquinho mais da despensa assim, e a máquina dele, uma mesa pra ele costurar.

Enio Buffon também descreve o conjunto do hotel, moinho e armazém e sua experiência de ir ali quando criança:

> Em frente do hotel tem o moinho. bem em frente. em frente ao hotel né que tem o pátio do hotel. No lado onde que era o armazém popular. O moinho era onde… primeiro era o moinho depois pararam com o moinho e, virou armazém popular. Eu ia com uma cestinha com ovos e manteiga, lá e trocava no armazém, por café, arroz, açúcar, toda semana. Saía de lá embaixo com a cestinha na mão. Era um piazinho de 7 ou 8 anos. Tinha coisa que nem fosse um mercado. Só que não tinha tudo aquilo que tem hoje, era mais as coisas básicas que tu não produzia, então lá no armazém tinha. Aquilo que tu produzia tu levava pro armazém e trocava. Levava café, açúcar, o arroz, que não tinha… Tinha as duas coisas, tinha a troca e tinha a venda de outros produtos que não eram produzidos, então…

Levantamento Fotográfico atual:





Imagens complementares (entorno, edificações)







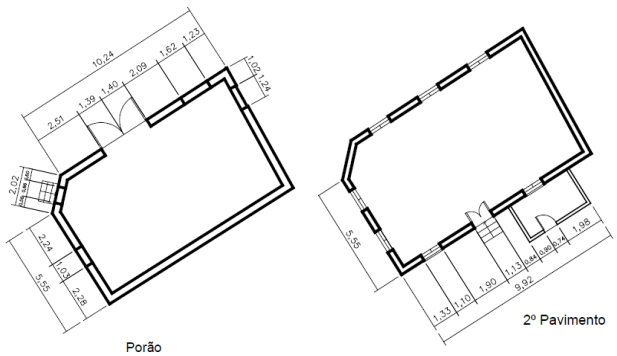

Análise Arquitetônica:

estilo/ linguagem: Arquitetura da Imigração Italiana aculturado - protomoderno
período: tardio
época: 1930-1960
Edificação prismática retangular de alvenaria, com telhado em duas águas, térreo e porão de blocos de pedra fingida. Fachada principal assimétrica com ornamentos geométricos e chanfro em uma quina. Janelas em duas folhas com caixilhos envidraçados e tampões internos. As aberturas do porão foram fechadas com blocos cimentícios, deixando apenas a porta principal.

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa



Fontes:

POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.

Locais pesquisados:

Visitas de campo em 01/10/2022, 09/02/2024, 28/08/2024, 09/11/2024.
Entrevista com Ancélia Buffon Poloni em 16/09/2024.

Observações:

Responsável pelo inventário:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

Data:
03/12/2024

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43 - PRS/22-0001-00011

Localidade: Sede Faria Lemos

Denominação do bem: Vinícola Rotava (anteriormente chamada de Cantina Tesser)

Endereço/Localização: Sede Faria Lemos - RST 431 Km 6 + 230 m. Rua sem nome.

Proprietário: Flávio Rotava e Paulo Rotava
Uso original e atual: Posto de vinificação Cantina/ Vinícola
Latitude: 29° 6'43.02"S **Longitude**: 51°36'7.72"O
Erro Horizontal:
Proteção Existente: Inventário, Plano Diretor **Proteção Proposta:** Lei Municipal GP2
Bens Móveis: Pipas de vinho centenárias, rolhadeira, bocia, pulverizador costal, serrotes, tacho de cana de açúcar, projeto arquitetônico em papel seda de 1934.

Valores estabelecidos ao bem:

Referência historiográfica, valor de antiguidade, valor tradicional ou evocativo, valor arquitetônico, elemento referencial, Compatibilização com a estrutura urbana / rural, conjunto de unidades – cenário, uso tradicional, bom estado de conservação, proteção municipal. A edificação possui relevante valor histórico por sua vinculação direta ao processo de consolidação da vitivinicultura em Faria Lemos, associada à atuação da Cooperativa Vinícola Tamandaré e, posteriormente, à trajetória da família Rotava, expressando a continuidade de práticas produtivas, saberes técnicos e modos de organização econômica vinculados à imigração italiana e à dinâmica rural regional.

Histórico: Data: Aproximadamente 1954. 1ª fase seria de 1934, segundo projeto no acervo da vinícola.
Foi construída pela Cooperativa Vinícola Tamandaré, que vendeu para o Alfeu Rotava e o Rafael Tesser (ficou pouco na sociedade). Atualmente sede da Vinícola Rotava, cuja família é proveniente de imigrantes de Treviso.

Para composição da trajetória da Vinícola Rotava, realizam-se entrevistas e consultas bibliográficas. À vista disso, destaca-se o relato de Flávio Rotava, no qual baseamos parte significativa da construção da trajetória simplificada da vinícola. De acordo com os relatos, a Vinícola Rotava, situada em Faria Lemos, teve sua origem em 1990, com a aquisição de uma filial da Cooperativa Tamandaré. O empreendimento passou pelas fases da produção artesanal a métodos modernos, tendo como base a relação entre a tradição familiar e a preservação da memória local. Um ponto importante é que a história da Rotava se entrelaça com a trajetória da Cooperativa Tamandaré e as transformações na vitivinicultura da região, incluindo mudanças no cultivo das uvas e na comercialização dos vinhos.

A trajetória da família Rotava na vitivinicultura de Faria Lemos é marcada por uma transição da agricultura tradicional para a produção de vinhos, com forte ênfase na tradição familiar e na valorização da região. A família Rotava tinha raízes na agricultura, dedicando-se à criação de animais e ao cultivo de milho. Flávio Rotava, desde criança, teve contato com a viticultura, acompanhando seu pai na entrega de uvas para a cooperativa e participando da produção de vinho artesanal para consumo próprio. Flávio, insatisfeito com o trabalho árduo na criação de animais, buscou alternativas. A compra da filial da Cooperativa Tamandaré representou a oportunidade de dar continuidade à tradição familiar na agricultura, mas com foco na produção de vinho.

Destaca-se a importância da Cooperativa Tamandaré para a história da produção de vinho de Faria Lemos, tendo uma filial onde, atualmente, se situa a Vinícola Rotava. A fundação da Cooperativa Tamandaré remonta a década de 1930 e se relaciona também ao processo de organização territorial histórico, com a presença da Estrada, significativo meio para escoamento da produção de diferentes gêneros. A família Rotava adquiriu a filial da Cooperativa Tamandaré em 1993, aproveitando a permissão governamental para usar fundos congelados para pagar impostos da cooperativa. Sendo assim, o contexto para aquisição se complemente com dois fatores, primeiro, o fato de Alfeu Rotava – pai de Flávio - ser um dos sócios da Cooperativa Tamandaré, contribuindo para a efetivação do negócio e o segundo, as dificuldades financeiras enfrentadas no período pela Cooperativa.

A Vinícola Rotava começou produzindo vinhos simples, principalmente de uvas de mesa como Bordô e Isabel, que eram vendidos a granel. No final da década de 1990, a vinícola começou a engarrafar seus vinhos, evoluiu, diversificando a produção com variedades viníferas como Teroldego, Marcelan, Rebo e Tannat. Sendo as três primeiras fornecidas pelos produtores locais Lenoar Sinigaglia e Turcatti**.** Flávio lembra que o Senhor Éttore Caprara foi um dos primeiros clientes dos vinhos engarrafados na vinícola. A produção ocorre principalmente em espaldeira, com exceção do Teroldego, cultivado em latada.

A vinícola também passou a adquirir uvas de produtores parceiros, buscando focar na qualidade e diversificação dos vinhos. Flávio Rotava critica a tendência de algumas vinícolas da região de buscar em outras áreas, defendendo a qualidade do vinho brasileiro e a importância de valorizar a produção local. Ele reconhece a importância da uva Isabel, especialmente na produção de suco e para consumidores tradicionais da região.

Com o desejo de criar um memorial na vinícola para compartilhar a história da família com os visitantes, a empresa preserva equipamentos antigos, como o motor do bisavô e a carroça usada para transportar uvas. A experiência de Flávio na produção de vinho artesanal durante a infância, observando os métodos tradicionais, influenciou sua visão e as práticas da vinícola. A Vinícola Rotava replica as práticas agrícolas do passado e busca novas tecnologias, diversificando a produção e estabelecendo parcerias com outros produtores e se destaca por aplicar os mesmos cuidados e processos de produção a todas as variedades de uva, garantindo a qualidade final do vinho.

Por fim, a trajetória da Vinícola Rotava na vitivinicultura de Faria Lemos é uma história de transição, adaptação e valorização de aspecto da produção artesanal, inovação, compromisso com a qualidade e a identidade regional.

Referências:

Relato de Flávio Rotava, entrevista concedida em 2024.

Documentação Iconográfica: Ficha de Inventário PRS/94-0034.00174 de 19/10/94 – Cantina Tesser

Projeto posto de vinificação da Cooperativa Vinícola Tamandaré, de 1947. Acervo Museu do Imigrante. – ficha anexa

Levantamento Fotográfico atual:







Levantamento Fotográfico atual:





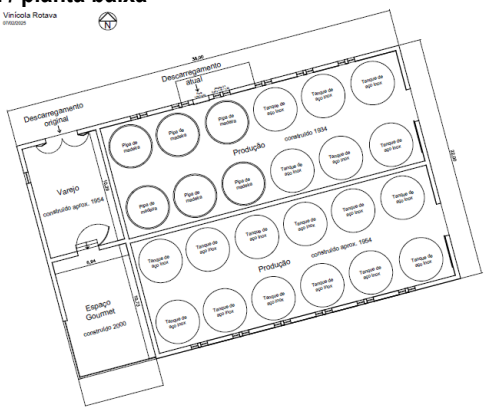
Análise Arquitetônica:

estilo/ linguagem: Arquitetura da Imigração Italiana
período: tardio
época: 1930-1960
data: 1ª fase: 1934, 2ª fase: 1954
Edificação retangular pavilhonar de uso industrial para vinificação. Arquitetura oficial por construtor licenciado, segue características da imigração italiana pelo uso, materiais e tipologia. Paredes em tijolos com coroamento em telhado com dois volumes de quatro águas com cimalhas de tijolos aparentes.

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa



Fontes:

POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.

Locais pesquisados:

Ficha disponível em: http://museudoimigrante.bentogoncalves.rs.gov.br/inventario-municipal/61259-2/
Visita de campo 15/08/2022, 09/02/2024, 12/09/2024. Entrevista Flávio Rotava, 12/09/2024, Medição 06/02/2025.

Observações: Projeto arquitetônico no acervo Museu do Imigrante; Projeto 1ª fase em papel seda no acervo da vinícola.
https://vinhosrotava.com.br/ vinicolarotava@gmail.com fone: (54) 3439 1193

Responsável pelo inventário:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

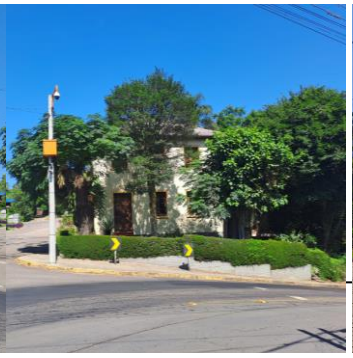
Data:
08/02/2025

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

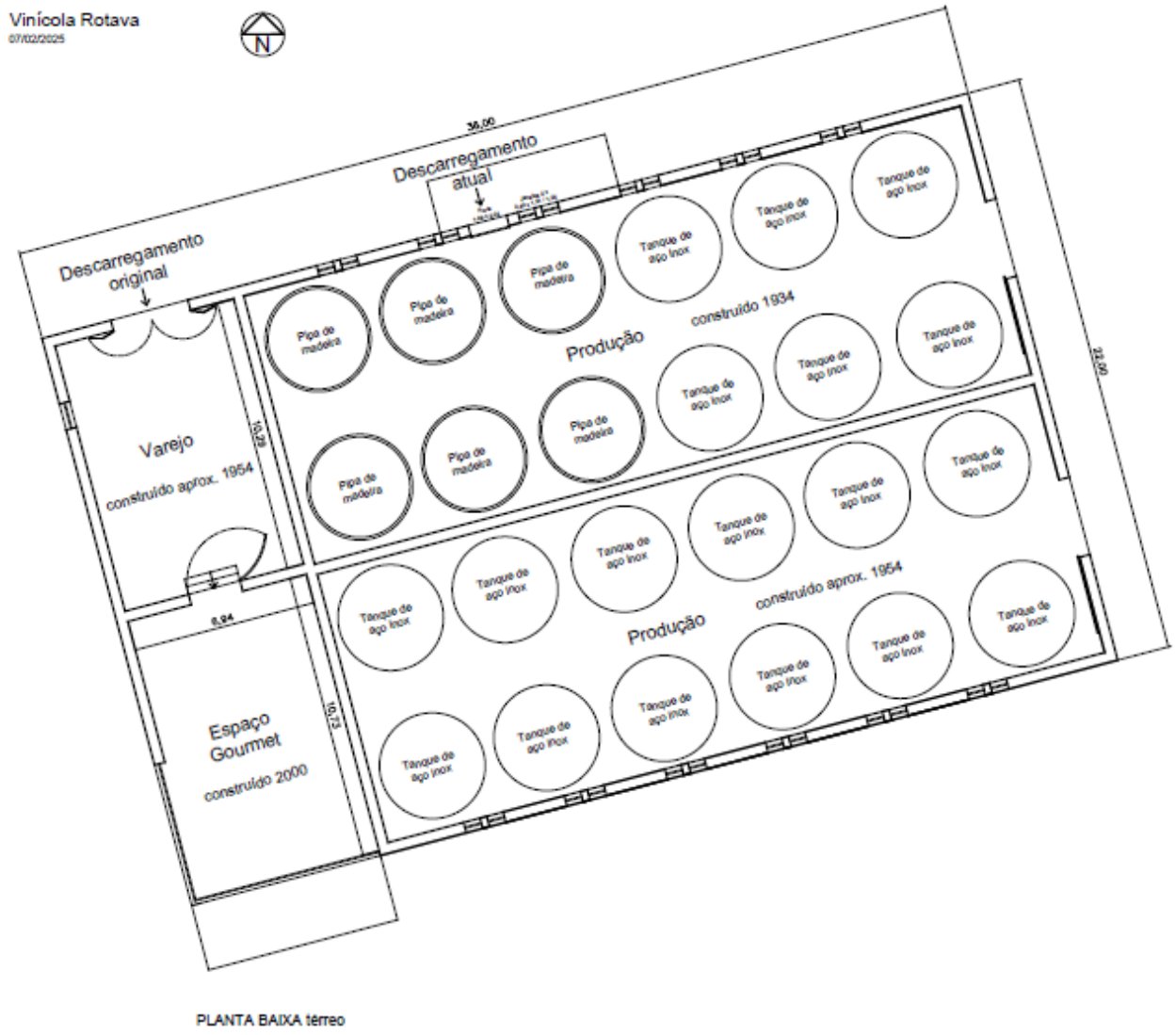
Imagens complementares (entorno, edificações)








Levantamento Arquitetônico:



PLANTA BAIXA térreo

Iconografia: Inventário 1994.



Iconografia: Acervo família Tesser



Levantamento Fotográfico atual:



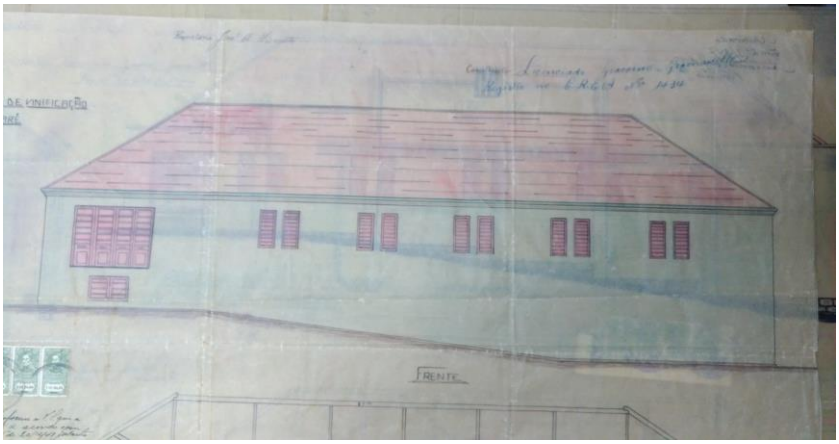


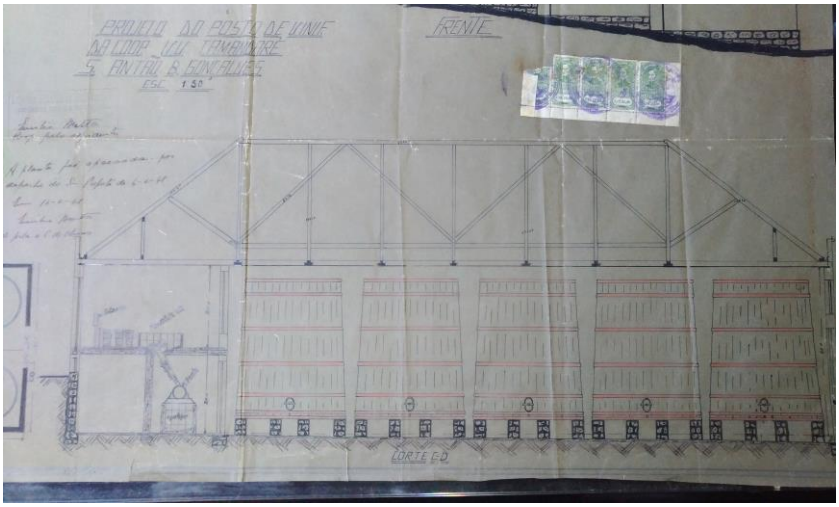


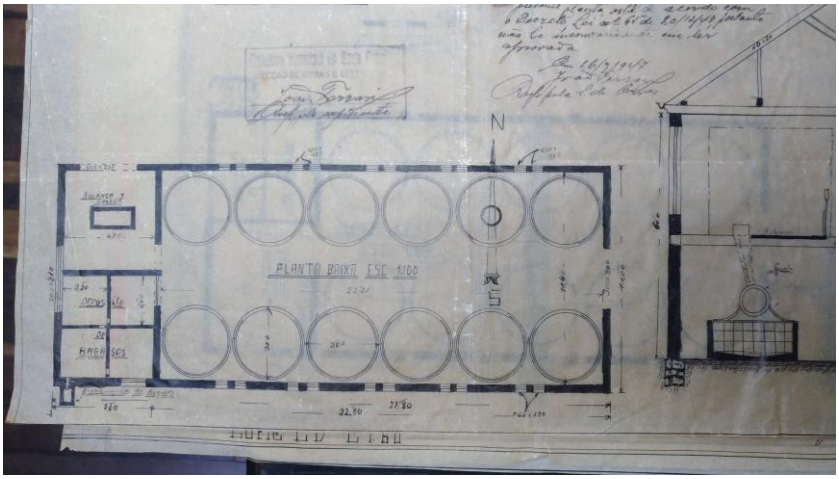


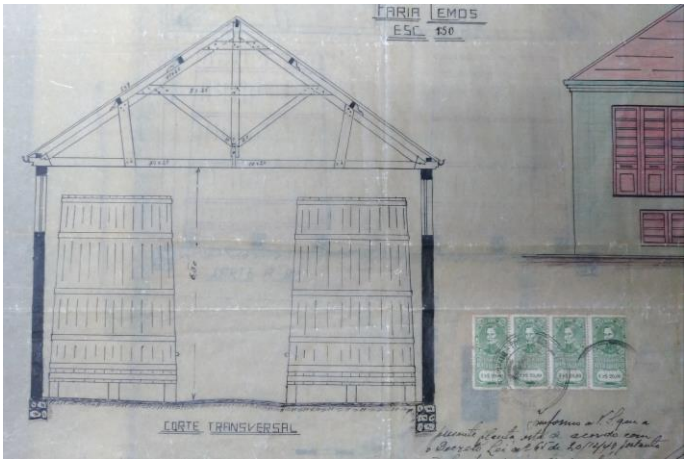


Iconografia: Projeto posto de vinificação da Cooperativa Vinícola Tamandaré, de 1947. Acervo Museu do Imigrante.









Iconografia: Acervo Museu do Imigrante



Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43 - PRS/22-0001-00012

Localidade: Sede Faria Lemos

Denominação do bem: Casa Adelino Tesser

Endereço/Localização: ERS 431, Km 6 + 270 m, Rua sem nome, sede Faria Lemos

Proprietário: Paulo e Jacob Tesser
Uso original e atual: Residência
Latitude: 29° 6'42.38"S **Longitude**: 51°36'9.88"O
Erro Horizontal:
Proteção Existente: inventário, Plano Diretor **Proteção Proposta:** Lei Municipal GP2
Bens Móveis: placa do cartório, fotografias de família



Valores estabelecidos ao bem:

Referência histórica, valor de antiguidade, valor arquitetônico, elemento referencial, compatibilidade dos anexos, compatibilização com a estrutura urbana/ rural, potencial de reciclagem, uso tradicional, bom estado de conservação, compatibilização com a paisagem urbana/rural, conjunto de unidades – cenário, elemento referencial, proteção municipal. A Casa Adelino Tesser constitui testemunho material da ocupação e organização social do distrito de Faria Lemos, associada à trajetória da família Tesser e às funções públicas exercidas no local, como subprefeitura, delegacia e cartório. A edificação expressa práticas de morar, trabalhar e produzir no meio rural, vinculadas à imigração italiana em seu período tardio, preservando valores históricos, sociais e simbólicos relevantes para a memória local.

Histórico:

Luigi Tesser nasceu em Trevignano, província de Treviso, em 1822, chegou ao Brasil em 1878.

Residência unifamiliar da família Tesser, foi construída em torno de 1944 e pertencia a Luigi Tesser, o qual teve funções importantes no distrito como delegado e subprefeito. Em 1992 foram realizadas algumas modificações e construído um anexo. Hoje a residência pertence a 5 (cinco) irmãos da família Tesser.

Em sua concepção a casa não tinha o anexo atual e o banheiro era do lado de fora, onde hoje é um galpão. A edificação teve como uso uma subprefeitura e delegacia (para pequenos delitos), e depois da morte de Adelino Tesser em 1975 teve somente seu uso como residência, onde permanece até hoje. O 2º pavimento era acessado através de uma escada que ficava em frente à casa e o 1º pavimento tinha um acesso independente, depois da reforma em 1980, o 1º pavimento sofreu alterações (foi criado um quarto e banheiro no local, além da troca de esquadrias e seus posicionamentos foram alterados), o 2º pavimento não teve alterações (apenas a construção no anexo, onde é o banheiro). No 1º pavimento (onde é o porão da casa, cozinha e sala de jantar) a família Tesser fabricava vinho e queijo para consumo próprio, uma pequena parte do porão tem sua estrutura de pedras, e no 2º pavimento as divisórias internas são de madeira.

Conforme relato de Lúcia Maria Petroli Enderle a casa tinha uma escadaria e serviu também de cartório para o trabalho de sua mãe, Lídia Maria Tesser Petroli, que foi escrivã em uma salinha na frente.

Levantamento Fotográfico atual:





Imagens complementares (entorno, edificações)





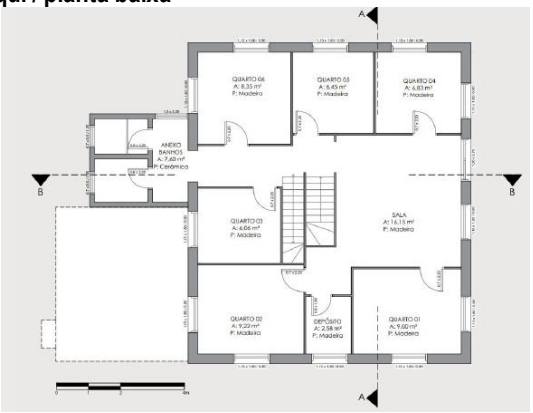
Análise Arquitetônica:

estilo/ linguagem: Arquitetura da Imigração Italiana
época: 1930-1960
data: 1944
Edificação retangular com telhado em duas águas, com dois pavimentos mais sótão. Os materiais industrializados (pedra talhada, tijolos, janelas envidraçadas) remetem ao período tardio da imigração italiana, quando passaram a ser ponderados pelo preço, bem como as dimensões das construções se tornam menores. Também são características dessa época as janelas em duas folhas com caixilhos envidraçados e tampões internos.
A casa exerce grande apelo paisagístico por se localizar ao final da rua próximo à Cantina, tornando-se referencial, cuja visual é emoldurada pelas demais edificações, que formam cenário (ver iconografia em ficha complementar). Também visto a partir do terraço do campanário.

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa



Fontes:

POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.
Acervo família Tesser

Locais pesquisados:

Ficha disponível em: http://museudoimigrante.bentogoncalves.rs.gov.br/inventario-municipal/61247-2/
Visita de campo 15/08/2022, 09/02/2024, 28/08/2024. Entrevista Lúcia Maria Petroli Enderle em 28/08/2024.

Observações:

Segundo Lúcia Maria Petroli Enderle, a placa do cartório ainda se encontra guardada no porão da casa.

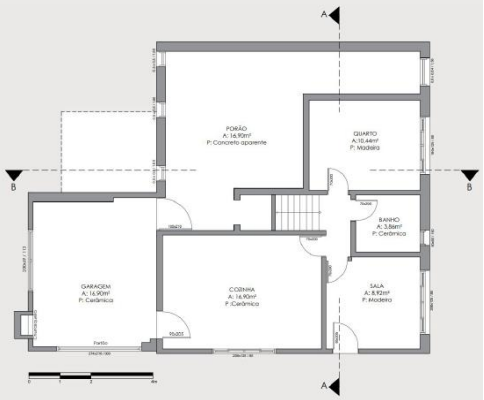
Responsável pelo inventário:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. Deise Formolo

Data:
28/08/2024

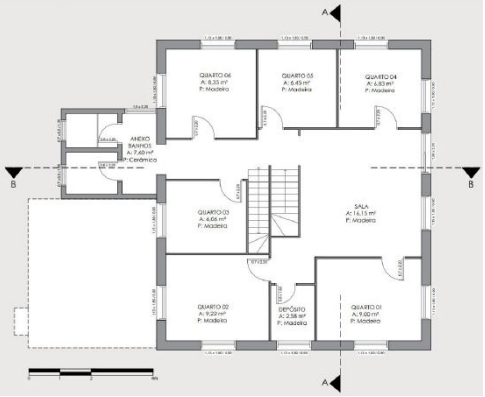
Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Levantamento arquitetônico: Elisabete Girelli, Jenifer Peruzzo e Mariana Kuczkivski, Tainá Ferretti, Willian Marconi.

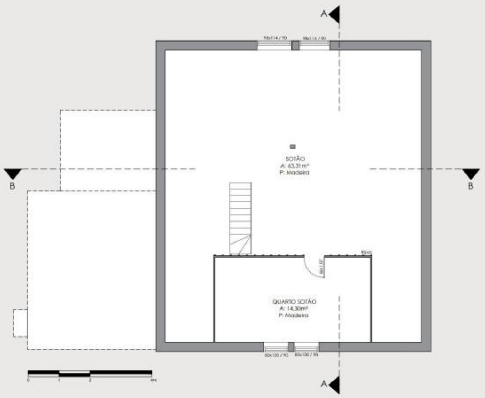
PLANTA BAIXA | 1º Pavimento



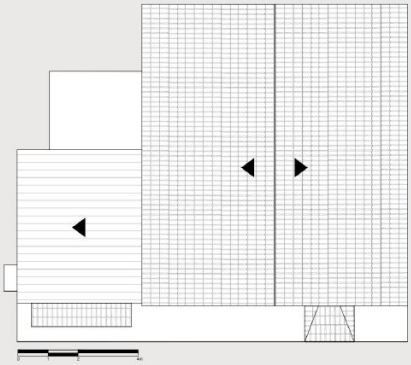
PLANTA BAIXA | 2º Pavimento



PLANTA BAIXA | Sótão



PLANTA BAIXA | Cobertura



FACHADA SUL



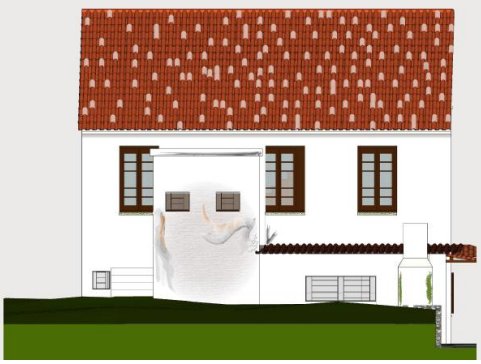
FACHADA NORTE



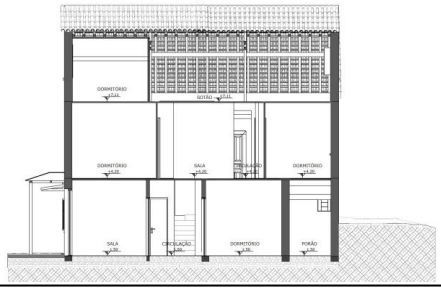
FACHADA LESTE



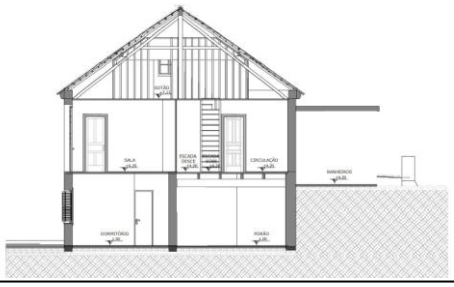
FACHADA OESTE



CORTE AA



CORTE BB



Iconografia: (pesquisa Elisabete, Jenifer, Mariana, Taina e William)





Iconografia: Acervo família Tesser.





Iconografia: Acervo família Tesser.



Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43 - PRS/22-0001-00013

Localidade: Faria Lemos

Denominação do bem: Casa Buffon

Endereço/Localização: RS 431, Km 6 + 250 m - sede Faria Lemos

Proprietário: Rejane Luiza Giotto
Uso original e atual: Residência
Latitude: 29° 6'39.61"S **Longitude**: 51°36'7.09"O
Erro Horizontal:
Proteção Existente: Inventário, Plano Diretor **Proteção Proposta:** Lei Municipal GP2
Bens Móveis: Livro do fundador da Banda Municipal



Valores estabelecidos ao bem:

valor de antiguidade, valor tradicional ou evocativo, valor arquitetônico, compatibilidade dos anexos, compatibilização com a estrutura urbana, potencial de reciclagem, uso tradicional, bom estado de conservação, compatibilização com a paisagem urbana, conjunto de unidades – cenário, proteção municipal. O bem possui valor histórico por registrar práticas produtivas artesanais ligadas à ferraria e à marcenaria, desenvolvidas no âmbito doméstico, com preservação de maquinário e ferramentas que constituem importantes testemunhos materiais dos saberes do trabalho associados à imigração italiana e à memória social de Faria Lemos.

Histórico: Aproximadamente 1944.

Anteriormente, havia no local uma ferraria do Ferrandin, com uma casa de madeira. A casa de alvenaria foi construída por volta de 1944, por Ernesto Pompermayer, que também trabalhava com ferraria, morou ali alguns anos e depois foi para Bento Gonçalves. Foi comprada por Aurélio Buffon em 1947, que ali morou com a esposa Odila Tesser Buffon e seus 6 filhos. Odila faleceu jovem e Aurélio casou-se novamente com Luiza Giotto Buffon, também viúva, criando sua filha pequena.

No início, Aurélio também trabalhou com ferraria, mas logo passou a trabalhar com marcenaria, fazendo esquadrias e móveis torneados de madeira no porão da casa. Havia ainda um outro galpão com as máquinas e no porão ele montava. Depois, mudou a oficina para um galpão de madeira em frente ao mercado.

> [...] mal me lembro, acho que tinha 3, 4 anos, que eu me lembro que o pai e o Piloti levava, um eixo comprido, que tá ainda lá com diversas polias que tocavam as máquinas, um motor só. Está ainda lá. [...]
>
> [Trabalhava] com as mãos. Ele era um artista. Ele fazia. Ó, isso aqui foi ele que fez.[...] Ele fazia as bochas, as bochas de madeira para jogar bocha rolada e 48. Eu trabalhei também um tempo ajudando, ajudando esquadrias, pipas, fazia muita pipa de madeira para vir. Tudo, tudo na mão (Luiz Buffon, 29/10/2024).

A casa sofreu algumas mudanças, como o fechamento de duas janelas na fachada lateral. A cozinha originalmente era dentro da casa. Havia uma cisterna com tijolos arredondados do lado de fora, que foi demolida para a construção da cozinha nova.

Levantamento Fotográfico atual:





Levantamento Fotográfico atual:





Imagens complementares (entorno, edificações)




Análise Arquitetônica:

estilo/ linguagem: Arquitetura da Imigração Italiana
época: 1930-1960 data: 1944

Edificação retangular com telhado em duas águas, com sótão e porão, anexo de um pavimento da cozinha. Porão com acesso a norte, térreo com acesso a oeste e aos fundos. Os materiais industrializados (tijolos rebocados, janelas envidraçadas) remetem ao período tardio da imigração italiana, quando passaram a ser ponderados pelo preço, bem como as dimensões das construções se tornam menores. No pomar aos fundos existe um poço de pedras.

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa



Fontes:

POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.

Locais pesquisados:

Ficha disponível em: http://museudoimigrante.bentogoncalves.rs.gov.br/inventario-municipal/61298-2/
Visita de campo em 09/02/2024, 28/08/2024 e 06/02/2025

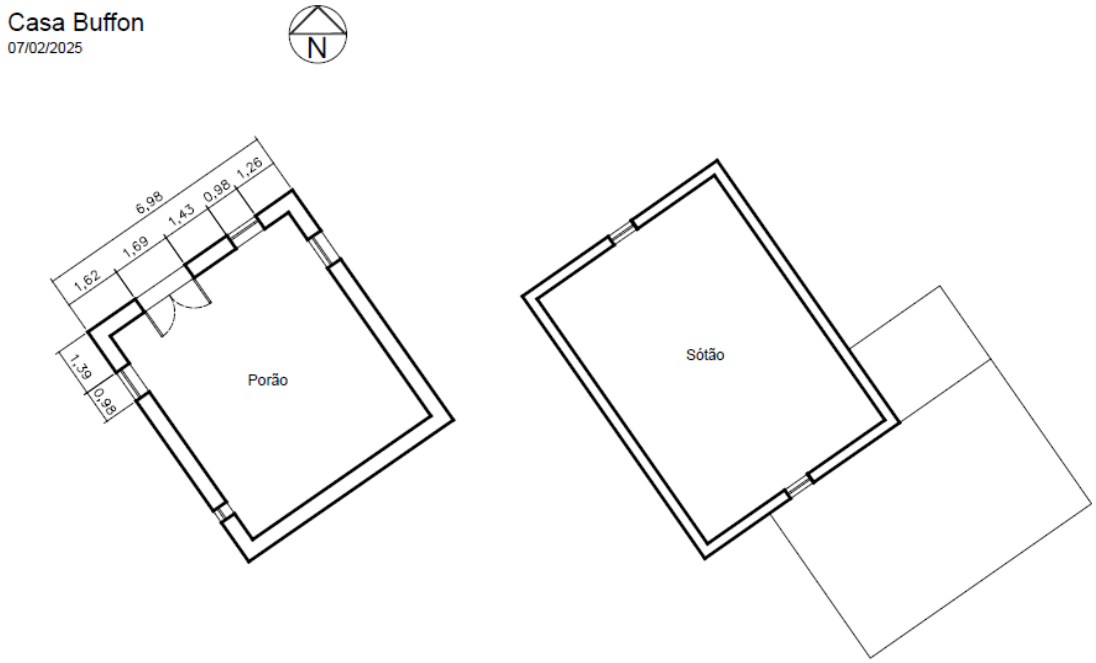
Observações:

Ferramentas e maquinário da oficina ainda estão preservados em um galpão de madeira existente nas proximidades.

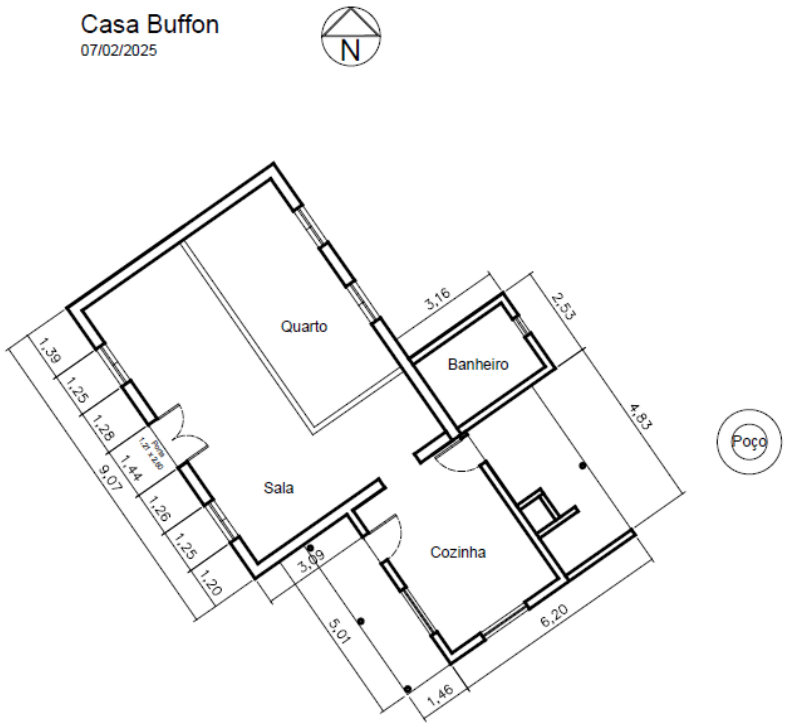
Responsável pelo inventário:	Data:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo	08/02/2025

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Levantamento arquitetônico:



Planta Baixa Porão **Planta Baixa Sótão**



Planta Baixa 1º pavimento

Iconografia:



Anteriormente a casa atual, a oficina na casa nº 5.
Fonte: Acervo família Tesser.



Casa Buffon, Inventário 1994.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43 - PRS/22-0001-00014

Localidade: Faria Lemos

Denominação do bem: Casa Vinícola Cristófoli

Endereço/Localização: RS 431 Km 06 + 350 m - sede Faria Lemos

Proprietário: Mário Luiz Cristófoli
Uso original e atual: Casa e cantina
Latitude: 29° 6'36.93"S **Longitude**: 51°36'9.25"O
Erro Horizontal:
Proteção Existente: Plano diretor **Proteção Proposta:** Inventário, Lei Municipal GP3
Bens Móveis: **Pipas/ barris de vinho no porão**



Valores estabelecidos ao bem:

Referência histórica, valor de antiguidade, valor tradicional ou evocativo, valor arquitetônico, compatibilidade dos anexos, compatibilização com a estrutura urbana, uso tradicional, bom estado de conservação, compatibilização com a paisagem urbana, conjunto de unidades – cenário, proteção municipal. Apresenta significativo valor evocativo e simbólico ao materializar memórias associadas à imigração italiana, às formas tradicionais de produção do vinho e à organização da vida familiar e comunitária no meio rural. O bem constitui referência identitária para a comunidade local, preservando práticas, saberes e vínculos intergeracionais que conferem sentido histórico e cultural ao território.

Histórico:

A edificação atualmente associada à Vinícola Cristófoli integra um conjunto de camadas históricas vinculadas à ocupação do território, ao trabalho e à vida comunitária em Bento Gonçalves. Originalmente, o lote pertenceu à família de **Angelo Chiamolera**, professor nascido na Itália em 7 de outubro de 1874, que se diplomou em 1901 e, no ano seguinte, foi nomeado docente no município, onde atuou até 1936. Chiamolera teve papel pioneiro na educação local ao ser o primeiro a lecionar em língua portuguesa no distrito de Faria Lemos, rompendo com a predominância do ensino em língua italiana até então (DAL PIZZOL, 2014).

Relatos orais indicam que a casa era ampla e abrigou diferentes usos ao longo do tempo, possivelmente incluindo atividades comerciais e funções administrativas, como cartório, exercidas por membros da família, entre eles Clorina Chiamolera, filha de Angelo, que atuava como escrivã. Essa multiplicidade de usos reflete a dinâmica típica das edificações do período, que combinavam moradia, trabalho e serviços à comunidade.

A propriedade foi adquirida por Duilio Cristófoli entre 1944 e 1945, por ocasião de seu casamento com Maria Salton Cristófoli. Na década de 1968–1969, a casa passou por reformas, mantendo, contudo, sua estrutura original. Nesse momento, o porão foi adaptado para o atendimento ao público da vinícola, reforçando o vínculo entre a edificação e a atividade vitivinícola, elemento central da economia e da identidade cultural local.

A trajetória da família Cristófoli está diretamente ligada à imigração italiana e à tradição vitivinícola da Serra Gaúcha. Angelo Cristófoli e sua esposa, Maria Dalla Senta, chegaram ao Brasil há mais de 135 anos, estabelecendo vinhedos com o cultivo de uvas *Vitis vinifera* autóctones da Itália, como Sangiovese, Moscato, Peverella, Barbera e Bonarda. Há cerca de 38 anos, a produção, antes destinada ao consumo próprio, passou a atender também ao público, consolidando a **Vinícola Cristófoli** como empreendimento familiar.

Fundada por Loreno e Mário Cristófoli, a vinícola mantém-se ativa até hoje, alcançando sua quarta geração, representada por Bruna, Letícia e Lorenzo Cristófoli. Assim, a edificação e a vinícola associada configuram-se como testemunhos materiais da permanência de saberes, práticas produtivas e vínculos familiares, expressando a continuidade histórica entre imigração, trabalho e memória no território de Bento Gonçalves.

Angelo Cristofoli, e sua Esposa, Maria Dalla Senta vieram da Itália para o Brasil há mais de 135 anos. A Família sempre cultivou uvas Vitis viníferas autóctones da Itália em seus vinhedos, tais como Sangiovese, Moscato, Peverella, Barbera e Bonarda. Há 38 anos, além do vinho de consumo próprio, a vinícola passou a produzir para os que quisessem adquirir. Os fundadores foram Loreno e Mário Cristófoli, e hoje a vinícola conta com a quarta geração: Bruna, Letícia e Lorenzo Cristofoli.

“Angelo Chiamolera nasceu na Itália, em 07 de outubro de 1874. Em 1901, diplomou-se professor e em 1902 foi nomeado professor de Bento Gonçalves, onde exerceu a profissão até 1936. Foi o primeiro a lecionar em língua portugu esa, pois até o ano de 1901, no distrito de Faria Lemos, as aulas eram ministradas em língua italiana pelo professor Antônio Poletto” (Dal Pizzol. 2014, p. 90).

Fontes orais: entrevistas com Letícia Cristófoli, Roseli Bertusso Cristófoli e Maria de Lourdes Bavaresco Cristófoli.

Levantamento Fotográfico atual:



Imagens complementares (entorno, edificações)



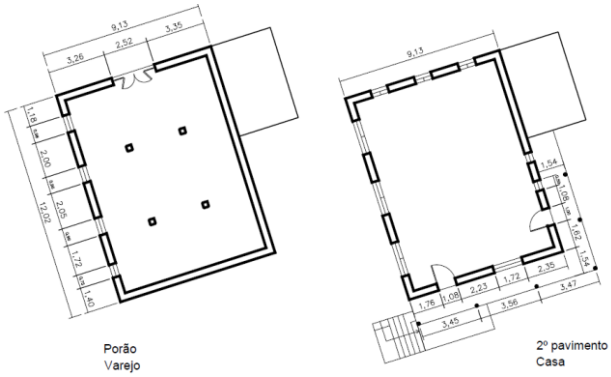
Análise Arquitetônica:

Estilo/ linguagem: Arquitetura da imigração italiana
período: tardio
época: 1930-1960
Casa da família e varejo da Vinícola Cristófoli. Edificação prismática retangular em dois pavimentos, com telhado de zinco em quatro águas, varandas no pavimento superior. Fachada principal simétrica, com acessos laterais (térreo a sul e porão a norte). Em tijolos, conta com reboco nas paredes externas, o que sugere aculturação no período tardio, comprovado pelas janelas em veneziana e cozinha interna.

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa



Fontes:

POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.

DAL PIZZOL, Elis Viviana. Os nomes das escolas da cidade de Bento Gonçalves: uma perspectiva onomástico-cultural. Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, Cultura e Regionalidade ao Programa de Pós Graduação em Letras, Cultura e Regionalidade da Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul: UCS, 2014.

Locais pesquisados:

Visita de campo fotografias 09/02/2024, 28/08/2024, 09/11/2024.

Observações:

Responsável pelo inventário:

Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

Data:

03/12/2024

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43 - PRS/22-0001-00015

Localidade: Faria Lemos - sede

Denominação do bem: Casa Rotava (antigo hotel)

Endereço/Localização: ERS 453, Km 6 + 300 m – sede Faria Lemos

Proprietário: Daniel Rotava e Margaret Rotava
Uso original e atual: originalmente Hotel, atualmente residência
Latitude: 29° 6'38.24"S **Longitude**: 51°36'8.42"O
Erro Horizontal:
Proteção Existente: Inventário, Plano Diretor **Proteção Proposta:** Lei Municipal GP1
Bens Móveis:



Valores estabelecidos ao bem:
Referência histórica, valor de antiguidade, valor tradicional e evocativo, valor arquitetônico, elemento referencial, compatibilidade dos anexos, compatibilização com a estrutura urbana, potencial de reciclagem, bom estado de conservação, compatibilização com a paisagem urbana, conjunto de unidades – cenário. A edificação detém valor histórico associado ao processo de ocupação e circulação no território, tendo funcionado, desde o final do século XIX, como hotel de carreteiros e casa de pasto vinculada às antigas rotas de escoamento da produção colonial. Seu uso continuado e as funções de hospedagem, sociabilidade e lazer conferem-lhe valor social e evocativo, consolidando-se como referência simbólica na memória coletiva da comunidade de Faria Lemos.

Histórico:

Construída ao final do século XIX para funcionamento como hotel, a edificação foi erguida por José e Maria Tesser. Posteriormente, passou por diferentes proprietários — Isolino Longui e Fadeli Faccin — até ser adquirida por Vicenzo Rotava, imigrante italiano nascido em 1851, em Oderzo, Província de Treviso, Itália. O imóvel foi herdado por Inês Rotava e, atualmente, permanece sob uso residencial, sendo habitado pela quarta geração da família Rotava.

Historicamente, a edificação desempenhou papel relevante como hotel de carreteiros e casa de pasto, integrando a antiga rota de escoamento da produção colonial, anterior à abertura da Estrada Buarque de Macedo. Em período posterior, passou a abrigar atividades recreativas, funcionando como clube social, com a realização de bailes animados pelo conjunto Vinoson da Paulina. Atualmente, mantém uso residencial.

Levantamento Fotográfico atual:





Levantamento Fotográfico atual:








Imagens complementares (entorno, edificações)



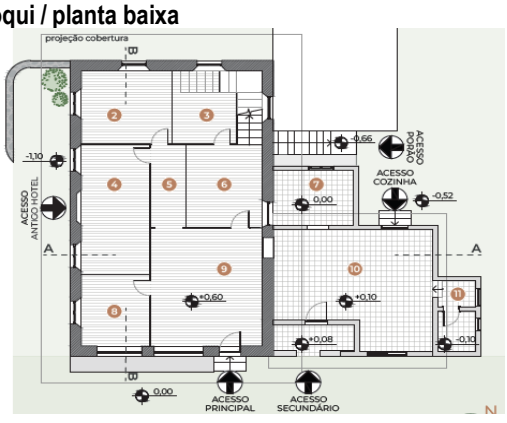

Análise Arquitetônica:

estilo/ linguagem: Arquitetura da Imigração Italiana no RS
periodo: apogeu
época: 1930-1960
data: 1934
Edificação retangular com dois pavimentos e telhado em quatro águas, com anexo de um pavimento a leste correspondente à cozinha. Dimensões maiores remetem ao uso de hospedagem, ao mesmo tempo em que remete às grandes famílias do período de apogeu. Porão de pedra talhada situado em subsolo. Reboco, esquadrias e ornamentos demonstram aculturação, possivelmente ocorrida junto à reforma da edificação, no período tardio. O antigo paiol foi reformado para a construção de um quiosque aos fundos.

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa



Fontes:

POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.

HISTÒRIA da Comunidade-Igreja-sede Paróquia Nossa Senhora do Rosário – Faria Lemos. Bento Gonçalves: Escola Estadual de 1º grau Professor Ângelo Chiamolera, alunos e professores da 4ª série, 2000.

Locais pesquisados:

Ficha disponível em: http://museudoimigrante.bentogoncalves.rs.gov.br/inventario-municipal/61288-2/

Visitas de campo em 01/10/2022 e 09/02/2024.

Observações:

Responsável pelo inventário:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

Data:
02/02/2024

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

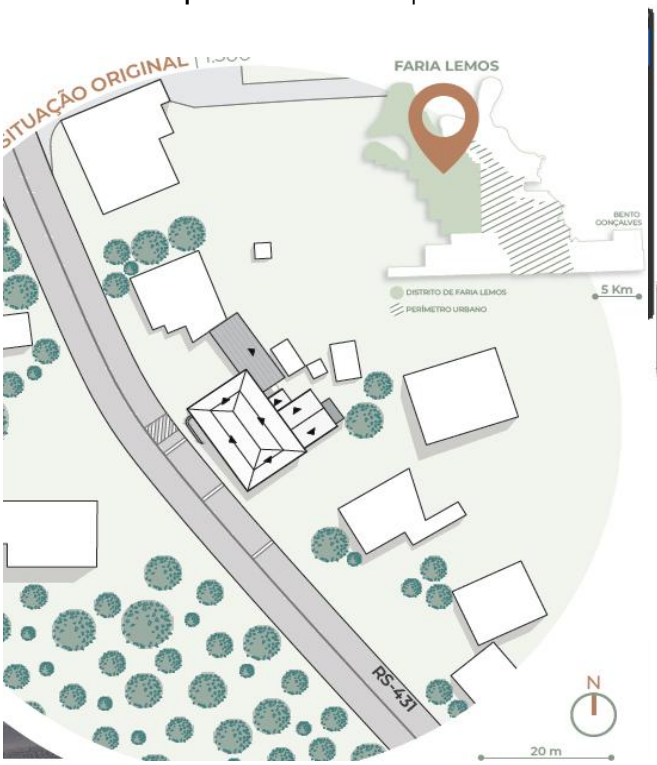
Iconografia:

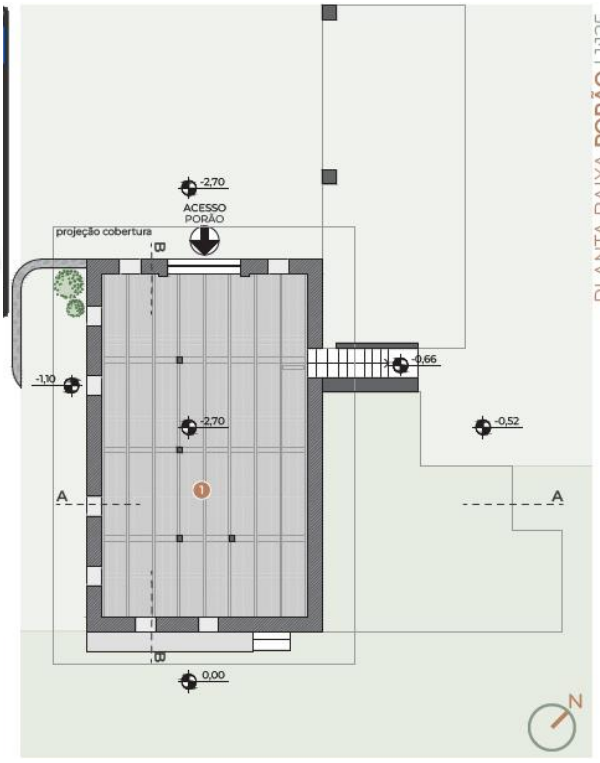


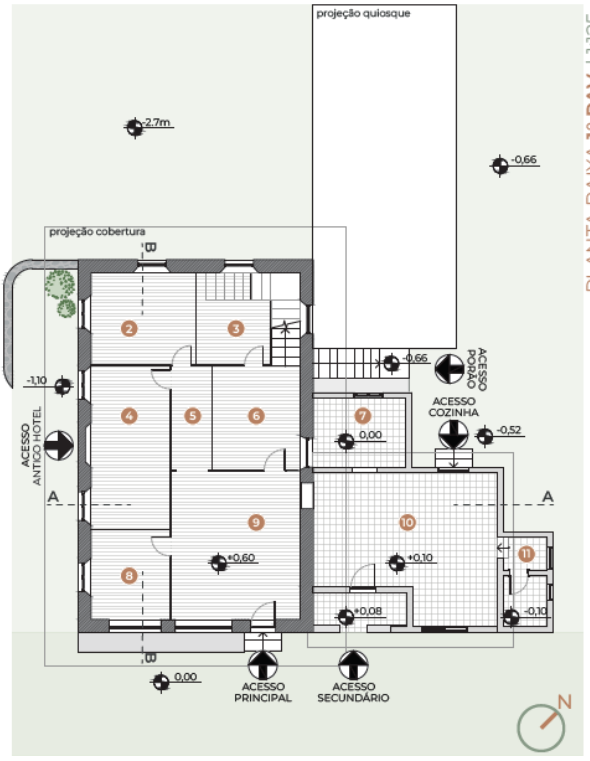
Presença do Hotel durante missa realizada em Faria Lemos.
Festa de Nossa Senhora do Santo Rosário, no primeiro domingo de outubro de 1898. Fonte: HISTÓRIA, 2000.

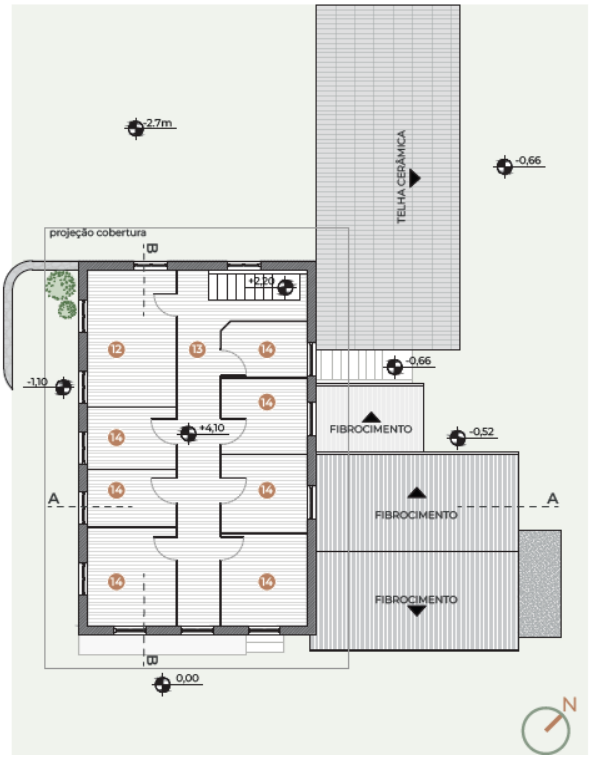


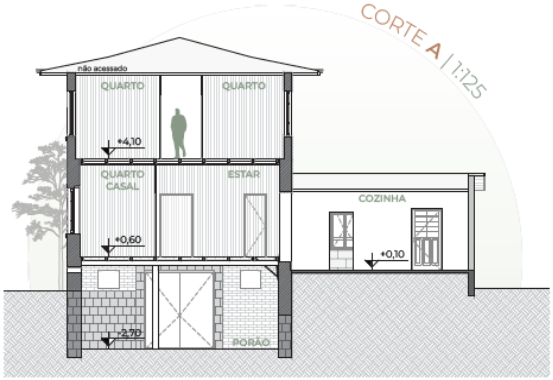
Levantamento arquitetônico: elaborado por Francisco Grasselli Jr. e Ketlen Coser Cenci.













Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43 - PRS/22-0001-00016

Localidade: Sede Faria Lemos

Denominação do bem: Casa Teobaldo Tesser

Endereço/Localização: RS 431, Km 6 + 180 m – sede Faria Lemos

Proprietário: Maria Helena Tesser Poloni
Uso original e atual: Residência
Latitude: 29° 6'41.76"S **Longitude**: 51°36'6.76"O
Erro Horizontal:
Proteção Existente: Inventário, Plano Diretor **Proteção Proposta:** Lei Municipal GP2
Bens Móveis: Álbuns de fotografias da Família Tesser e de Faria Lemos, manuscritos dos históricos da família, da economia e da educação em Faria Lemos escritos por Luiz Tesser, instrumentos musicais da família, escapulário, cama e cômoda de Teobaldo Tesser, pipas de vinho, instrumentos de elaboração de mel, ferro de passar e máquina de costura de Maria Mercedes Masera Tesser, acervos da comunidade em memorial no porão.



Valores estabelecidos ao bem:

Referência histórica, valor de antiguidade, referência coletiva, valor arquitetônico, elemento referencial, compatibilidade dos anexos, compatibilização com a estrutura urbana/rural, uso tradicional, bom estado de conservação, compatibilização com a paisagem urbana/rural, conjunto de unidades/ cenário, elemento referencial, proteção municipal. A Casa Teobaldo Tesser constitui referência histórica e social para o distrito de Faria Lemos, associada à ocupação e organização da vida comunitária local ao longo do século XX. O bem registra usos múltiplos — residência, armazém, agência dos Correios e Telégrafos, central telefônica e subprefeitura — evidenciando seu papel como elemento estruturador das dinâmicas econômicas, administrativas e de sociabilidade do território, bem como sua vinculação à memória familiar e coletiva, preservada por meio de acervo material e documental mantido no local.

Histórico: Construtor Ernesto Pompermayer. Nesse local nasceu Fernando Ferrari.
Nessa localização, havia uma casa de madeira, que foi da família Callegari, que posteriormente foi reformada em alvenaria, por volta de 1945. A cozinha foi construída por volta de 1975. Outra reforma, interna, foi realizada em 2005. A família Tesser comprou de Ernesto Pompermayer. No passado, a casa foi Agência de Correio e Telégrafos de Faria Lemos e também uma central de telefone, subprefeitura, além de um pequeno armazém de Teobaldo Tesser, único no local. No porão, Teobaldo fazia os salames, o torresmo e a banha, além do vinho nas pipas que estão hoje preservadas. Maria Helena Tesser lembra que com as crianças da casa, esmagava a uva com os pés.
Teobaldo Tesser foi filho de Luigi Antonio Tesser e Emma (Esterina) Basso, nasceu em Faria Lemos e foi batizado em 20.02.1921 na igreja matriz Nossa Senhora do Rosário, pelo padre Giuseppe Sanson. Tocava clarinete e requinta. Atualmente reside Maria Helena Tesser Poloni, que mantém um pequeno memorial no porão da casa, fotografias do distrito e os manuscritos de seu pai com as histórias de Faria Lemos. Seu marido Loris Poloni (falecido em setembro de 2024, após a entrevista), participava da Banda Santa Cecília de Faria Lemos e depois da Banda Municipal de Bento Gonçalves, tocando trombone e tuba.
Segundo relato de Maria Helena Tesser Poloni:

> Aqui morava os Callegari. Depois esse aqui ele casou com uma Callegari, Cecília, esse Ernesto Pompermayer, aí é que eles fizeram a casa de material. Filha do Ernesto Pompermayer já morreu. A casa não era de dois andares, eles fizeram de 2 andares porque ela ia casar. E depois ela não casou mais, só que a casa ficou. Ela casou com outro, não com aquele primeiro. O Fernando Callegari, que casou com a Simon, nasceu nessa casa de madeira. Essa casa era a casa mãe, e o Fernando Callegari, todos eles moravam nesta casa. Eu já era mocinha quando vim morar aqui, mas aí já era casa de material. Quando eu era mocinha nós morava nessa casa aqui, era de madeira bem rústica, bem feia, não tinha luz, não tinha banheiro, não tinha nada. Nem aqui, aqui fomos nós que fizemos banheiro, não tinha, tinha só patente lá fora. Essa aqui seria a casa original do meu pai (Casa Teobaldo Tesser), meu pai morou nessa casa, mas ele nasceu lá na casa de pedra. E depois construíram aqui.

Documentação Iconográfica: Ficha de Inventário PRS/94-0034.00173 de 19/10/94. Foto ficha complementar.

Levantamento Fotográfico atual:







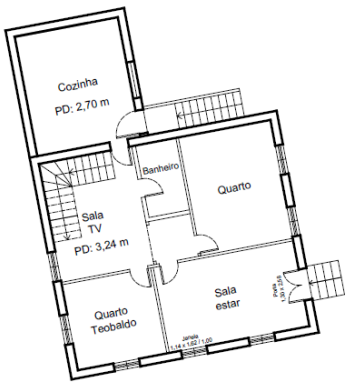

Análise Arquitetônica:

estilo/ linguagem: Arquitetura da Imigração Italiana aculturado
período: tardio
época: 1930-1960
Caracterização: Edificação prismática com dois pavimentos e telhado em quatro águas, cozinha em volume anexo. Fachadas principais com soco aparente, acesso térreo a leste, porão enterrado, não visível da rua, mas presente, com acesso norte. Paredes rebocadas, janelas com caixilhos, envidraçadas e com ornamento, sugerem período tardio aculturado.
Segundo relato de Rinaldo Dal Pizzol, anteriormente havia nesse local uma casa igual, porém em madeira, esta provavelmente do período de apogeu (visto as dimensões), que teria sido reformada para alvenaria (ver iconografia).
Casa de esquina na curva da rodovia, a Casa Teobaldo Tesser possui bastante destaque arquitetônico e paisagístico

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa



Fontes:

POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.
HISTÒRIA da Comunidade-Igreja-sede Paróquia Nossa Senhora do Rosário – Faria Lemos. Bento Gonçalves: Escola Estadual de 1º grau Professor Ângelo Chiamolera, alunos e professores da 4ª série, 2000.

Locais pesquisados:

Ficha disponível em: http://museudoimigrante.bentogoncalves.rs.gov.br/inventario-municipal/61256-2/
Acervo da família Tesser, Visita de campo 09/02/2024, 28/08/2024 e 06/02/2025

Observações:

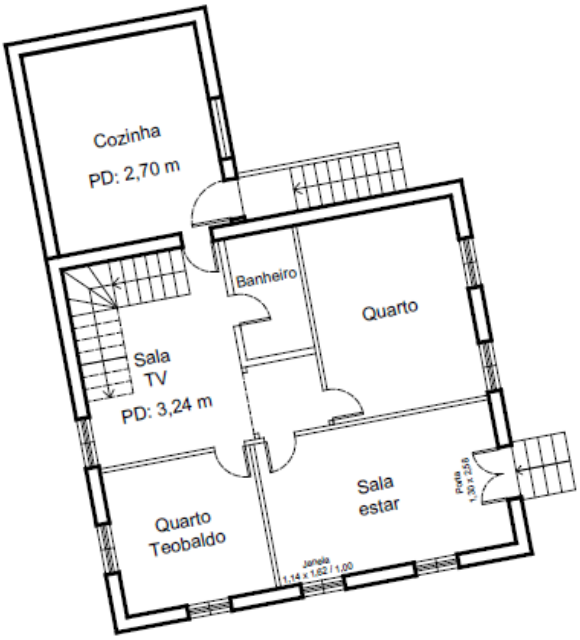
Maria Helena Tesser Poloni é professora de história aposentada, foi diretora da Escola Ângelo Chiamolera.

Responsável pelo inventário:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

Data:
08/02/2024

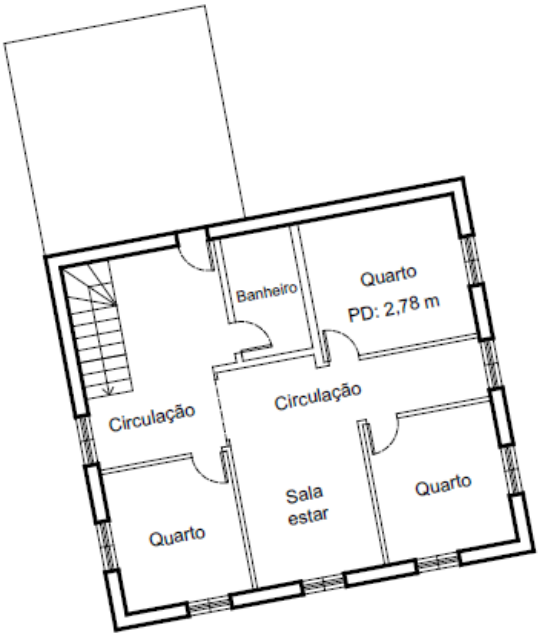
Levantamento arquitetônico:

Casa Teobaldo Tesser
07/02/2025



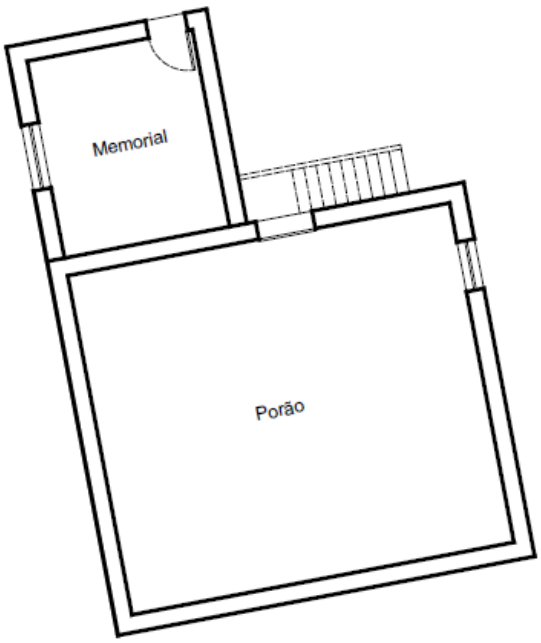
PLANTA BAIXA térreo

Casa Teobaldo Tesser
07/02/2025



PLANTA BAIXA 2º pavimento

Casa Teobaldo Tesser
07/02/2025



PLANTA BAIXA porão

Iconografia:



Festa de Corpus Chisti por volta do ano de 1942, sendo um dos altares na frente da casa de Angelo Callegari.
Fonte: História da Comunidade-Igreja-sede Paróquia Nossa Senhora do Rosário – Faria Lemos, 2000.



Casa Callegari em madeira, posteriormente reformada por Teobaldo Tesser. A direita a antiga escola.
Fonte: Acervo da família de Teobaldo Tesser.

Iconografia:



Casa Teobaldo Tesser na Vila de Faria Lemos. Sem data. Acervo Museu do Imigrante.



Casa Teobaldo Tesser. Inventário 1994.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43 - PRS/22-0001-00017

Localidade: Faria Lemos - sede

Denominação do bem: Casa Tesser

Endereço/Localização: Rua do Bom Caminho, sede e Distrito de Faria Lemos

Proprietário:

Uso original e atual: residência atualmente sem uso

Latitude: 29° 6'30.38"S **Longitude**: 51°36'9.68"O

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Inventário, Plano Diretor **Proteção Proposta:** Lei Municipal GP1, Tombamento

Bens Móveis:



Valores estabelecidos ao bem:

Referência histórica, valor de antiguidade, valor tradicional ou evocativo, referência coletiva, valor arquitetônico, elemento referencial, compatibilização com a estrutura urbana/ rural, raridade no emprego de materiais, compatibilização com a paisagem urbana/ rural, proteção municipal. A edificação apresenta importância histórica no contexto da formação do Distrito de Faria Lemos, por constituir uma das primeiras edificações implantadas no território, diretamente associada ao processo de ocupação colonial italiana do final do século XIX. Seus atributos construtivos, vinculados ao período primitivo e ao uso de materiais produzidos por uma das primeiras olarias locais, conferem ao bem caráter testemunhal, valor de antiguidade e referência coletiva para a memória da paisagem cultural e da organização socioeconômica da localidade.

Histórico:

Com antiguidade estimada em cerca de 127 anos, a Casa Tesser figura entre as primeiras edificações do Distrito de Faria Lemos, implantada originalmente no lote nº 51, conforme registros apresentados por Costa, Rovílio e outros autores.
Em 11 de novembro de 1877, o imigrante italiano Luigi Tesser deixou a Itália acompanhado de seus sete filhos, com destino ao Brasil. Após aproximadamente três meses de viagem, a família estabeleceu-se em 14 de fevereiro de 1878 no Distrito de Faria Lemos, passando a ocupar os lotes nº 51, 53 e 57.

Na referida propriedade localizava-se uma das primeiras olarias da localidade, pertencente à família Enderle, responsável pela produção de tijolos e telhas amplamente utilizados na região. Esses elementos construtivos apresentavam marcação identificadora, evidenciando a procedência do material e o caráter produtivo associado ao sítio.

Documentação iconográfica:

Ficha de Inventário PRS/94-0034.00171, de 20/07/1994.
Posenato, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul (1983, p. 208–209): fotografia e levantamento arquitetônico (ver ficha complementar).

Levantamento Fotográfico atual:













Imagens complementares (entorno, edificações)





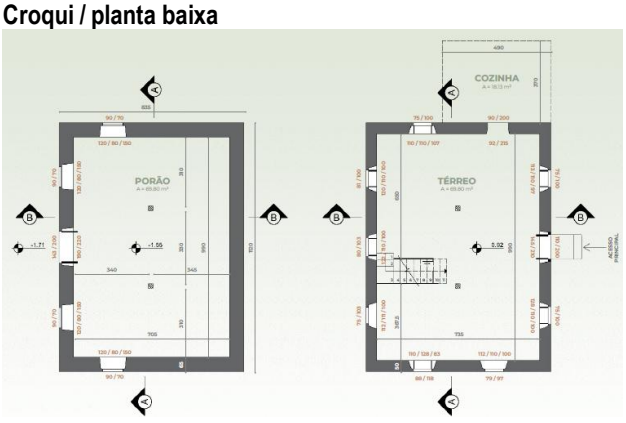
Análise Arquitetônica:

estilo/ linguagem: Arquitetura da Imigração Italiana no RS
periodo: primitivo
época: 1880-1895
data: 1894
A edificação possuía uso residencial com um telhado de duas águas e telhas romanas, sótão em tijolos artesanais, tipicamente utilizados para guarda de cereais, térreo executado com pedras de basalto irregulares naturais e lascados e um porão semienterrado de uso fabril. A norte podemos perceber resquícios de uma cozinha anexa lateralmente à edificação que foi demolida. Registrou-se também a substituição da estrutura do telhado a cerca de 13 anos. Suas esquadrias são em madeira contraplacadas, com vergas e marcos também em madeira. O uso de tijolos feitos a mão pela olaria Enderle em uma edificação do período primitivo configura raridade no emprego de materiais. As telhas originais com a inscrição Enderle foram trocadas.

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa



Fontes:

POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.

Locais pesquisados: Visita em: 01/10/2022, 28/08/2024
Ficha disponível em: http://museudoimigrante.bentogoncalves.rs.gov.br/inventario-municipal/61237-2/

Observações:
Esta é a casa mais referenciada pela comunidade por sua antiguidade e valor afetivo.

Responsável pelo inventário:	Data:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo;	28/08/2024

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Iconografia:

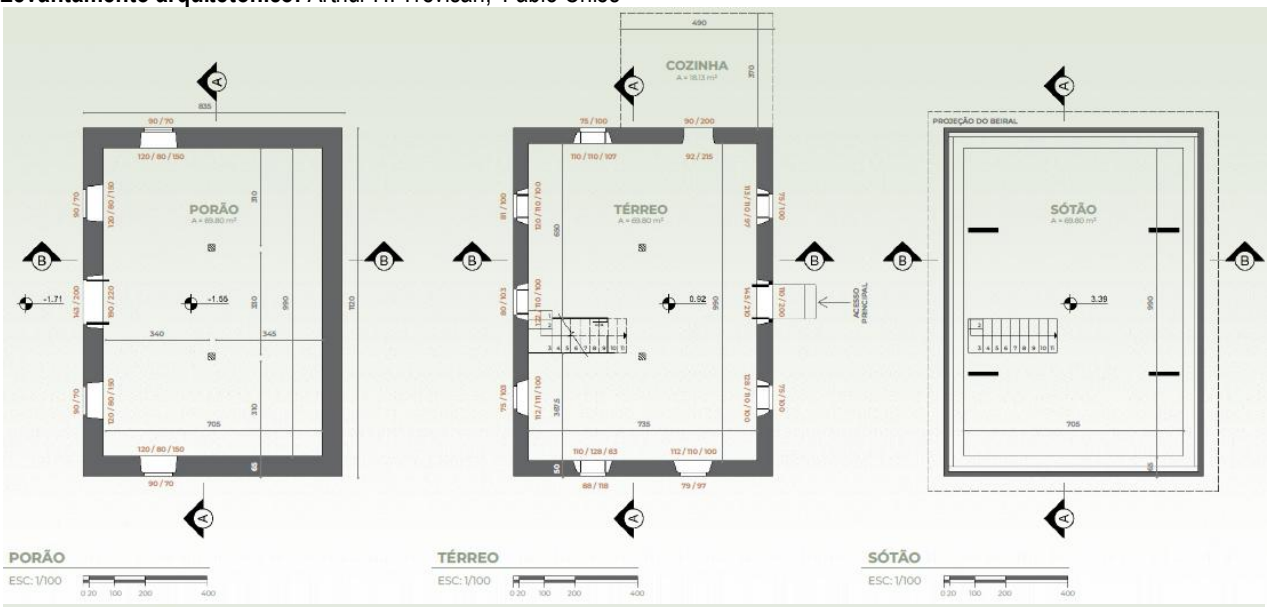


Casa Tesser pedra. Fonte: POSENATO, 1983, p. 208 e 209.

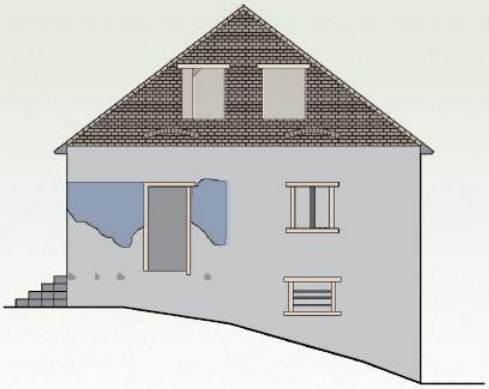


Casa Tesser pedra. Inventário 1994.

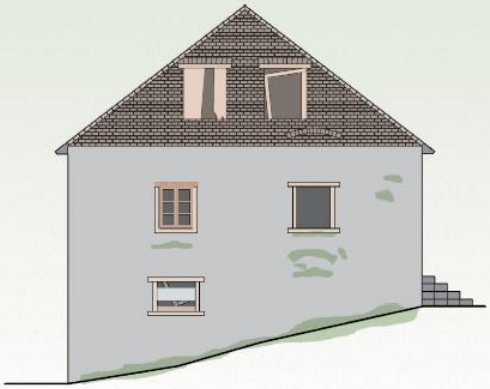
Levantamento arquitetônico: Arthur H. Trevisan, Fábio Chies



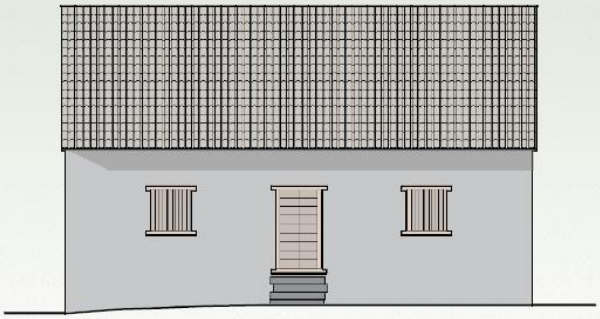
| FACHADA NORTE |



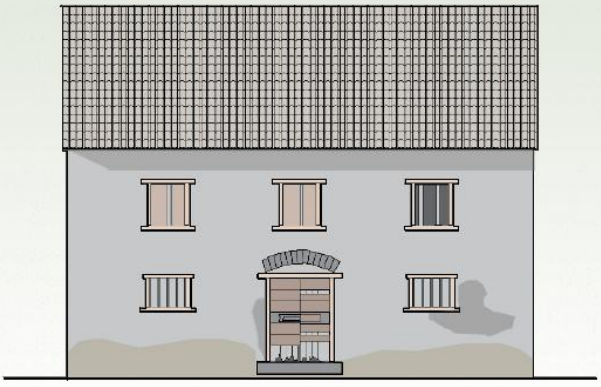
| FACHADA SUL |



| FACHADA LESTE |

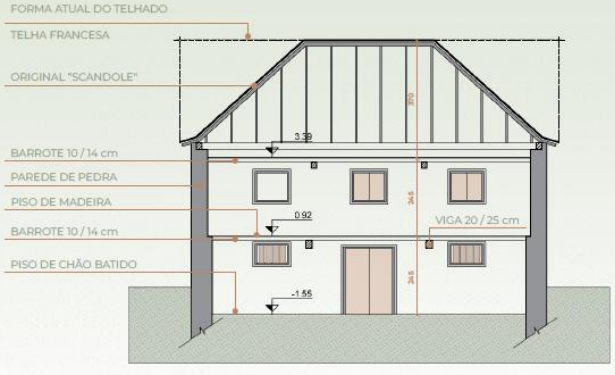


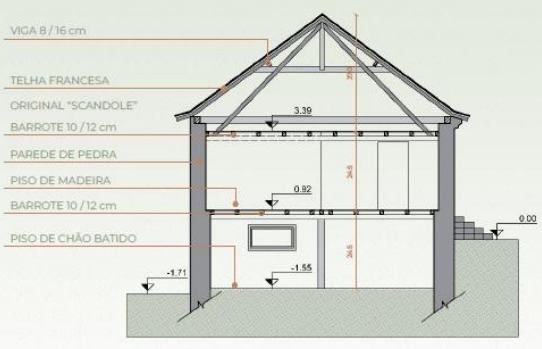
| FACHADA OESTE |



CORTES

| CORTE BB |





Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43 - PRS/22-0001-00018

Localidade: Faria Lemos - sede

Denominação do bem: Subprefeitura de Faria Lemos (antiga queijaria)

Endereço/Localização: RS 431, Km 6 + 400 m – sede Faria Lemos

Proprietário: Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves

Uso original e atual: residência e queijaria atualmente Subprefeitura, correios

Latitude: 29° 6'36.48"S **Longitude**: 51°36'10.69"O

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Inventário, Plano Diretor **Proteção Proposta:** Lei Municipal GP2

Bens Móveis:



Valores estabelecidos ao bem:

Referência histórica, valor de antiguidade, valor tradicional ou evocativo, referência coletiva, valor arquitetônico, elemento referencial, compatibilização com a estrutura urbana, uso peculiar, raridade no emprego de materiais, bom estado de conservação, compatibilização com a paisagem urbana, conjunto de unidades – cenário, elemento referencial, proteção municipal. A edificação possui valor histórico e referencial por estar associada à trajetória do cooperativismo agrícola e da produção de laticínios em Faria Lemos, constituindo testemunho material dos modos de trabalho, produção e habitação rural ao longo do século XX. Sua posterior incorporação ao uso institucional expressa a presença do poder público na organização administrativa e na estruturação territorial do distrito, integrando a memória coletiva local e preservando características arquitetônicas representativas da imigração italiana em seu período tardio.

Histórico:

Datada de aproximadamente 1941, a edificação foi construída para abrigar a Companhia de Laticínios Faria Lemos, cooperativa que chegou a reunir cerca de 150 associados. Entre alguns de seus primeiros sócios estavam Luiz Tesser, Amadeu Benvenutti, Angelo Benvenutti, Abramo Rotava, Francisco Enderle, Adolfo Tesser e Guilherme Tesser. A produção era baseada na coleta do leite junto às famílias da localidade, realizada por encarregados que percorriam as propriedades com cargueiros e latas, destinando-se principalmente à fabricação de queijo tipo parmesão (Caprara; Luchese, 2010, p. 42).

O imóvel também cumpriu função residencial. Vanildo Enderle nasceu na casa — na sala que atualmente corresponde ao espaço da Secretaria do Subprefeito — e passou a infância dormindo no sótão. Segundo suas lembranças, o pai trabalhava na Cooperativa Agrícola Faria Lemos, posteriormente incorporada pela Cooperativa Agrícola Ceres Limitada (hoje pertencente ao Grupo Tondo), onde atuou por aproximadamente dezessete anos na produção de queijos. A família residia no pavimento superior da edificação.

Aos fundos do prédio principal existia outra construção destinada às etapas iniciais da fabricação do queijo, enquanto o processo de cura ocorria no porão da casa. A organização interna dos quartos permanece, em grande medida, a mesma observada atualmente, havendo, à época, acesso ao sótão por meio de escada interna. O porão possuía pé-direito aproximado de 3,5 metros e era utilizado como depósito, com prateleiras que se estendiam do piso ao teto, abrigando queijos em diferentes estágios de maturação — desde os mais frescos até os de cura avançada. As atividades incluíam lavagem, separação e acompanhamento dos processos de fermentação e maturação.

Ainda conforme relato de Vanildo Enderle, após dificuldades financeiras, a cooperativa original foi incorporada pela Cooperativa Agrícola Ceres Limitada. Na década de 1970, com a encampação da Ceres pela Tondo S.A., o imóvel ficou fora da operação industrial, sendo posteriormente incorporado ao patrimônio da Prefeitura, por meio de acordo não documentado. A família deixou a residência por volta de 1970. Já nos anos de 1971 e 1972, o prédio passou à administração municipal, e, no final da década de 1970, alguns dos antigos quartos passaram a ser utilizados como depósito de materiais da Subprefeitura, incluindo equipamentos para manutenção da iluminação pública.

A edificação conserva, assim, forte valor histórico e simbólico, associando-se tanto à trajetória do cooperativismo agrícola e da produção de laticínios em Faria Lemos quanto às memórias de trabalho, moradia e organização produtiva que marcaram o cotidiano local ao longo do século XX.

Trecho da fala de Vanildo Enderle (entrevista 04/10/2024):

Ah, ali foi onde começou uma cooperativa em Faria Lemos. [...] E essa cooperativa em seguida se deu mal financeiramente que ela teria sido incorporada por outra cooperativa que se chamava cooperativa agrícola Ceres Limitada. [...] E o meu pai, o meu pai, eh, nós saímos dali em 70 e o meu pai trabalhou fazendo queijo, ali nesta cooperativa Ceres por 17 anos. [...] eu não sei te dizer em que ano meu pai teria começado fazer, meu pai casou em 58, mas acho que quando ele casou ele já tava trabalhando nesta cooperativa Ceres fazendo queijos [...] Quando a Tondo SA encampou, essa propriedade ali ficou fora. E aí eu não sei como foi que esse prédio foi parar pra prefeitura. Deve ter havido algum acordo, algum negócio da prefeitura para que esse prédio ficasse da prefeitura, e que a partir disso a gente saiu daí.[...] Isso foi da prefeitura ali dos anos 71, 72, a prefeitura ficou com esse prédio já. E depois quando eu fui funcionário da subprefeitura em 78, 79, esse meu quarto de criança era o depósito do material elétrico, porque eu fazia manutenção, a manutenção da iluminação pública. [...] E aí quando meu pai fazia queijo aqui, né, aqui logo debaixo existia, aqui no porão era o depósito de queijo, tinha as prateleiras de queijo do chão até no sótão. É um pé direito de aqui de 3 metros e meio de altura e aqui debaixo do outro lado aqui hoje é pátio existia a queijaria aonde que fazia a fermentação do queijo, e a separação do queijo era um prédio que tinha debaixo. [...] De Queijo, em cima era residência e a produção. E tinha uma sala aqui que era considerada escritório, que antes de ser da cooperativa Ceres tinha o escritório que era da cooperativa Faria Lemos. ele saía do prédio de baixo que era o de fermentação do queijo e vinha para o depósito interno aqui. Aí tinha as prateleiras, depois tinha todos os processos de, que o meu pai cuidava de lavagem, do queijo, de separação, de de processo de maturação do queijo, queijo fresquinho, queijo já passando, queijo duro, baixo , em cima. Tinha, tem bastante, bastante opções de queijo.

Levantamento Fotográfico atual:





Imagens complementares (entorno, edificações)



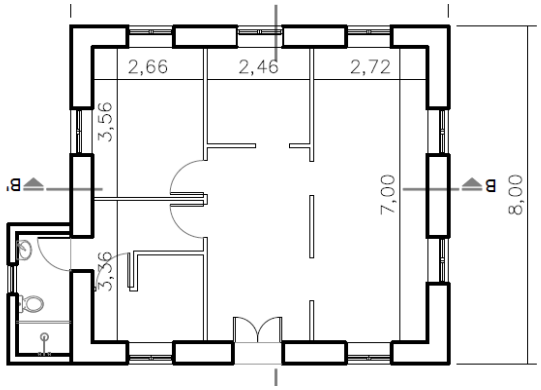

Análise Arquitetônica:

estilo/ linguagem: Arquitetura da Imigração Italiana
período: tardio
época: 1930-1960 data: 1941
Caracterização: Edificação retangular com telhado em duas águas, com sótão e porão. Porão em pedra talhada com acesso a norte, térreo em alvenaria de tijolos com acesso a sul. Os materiais industrializados (pedra talhada, tijolos, janelas envidraçadas) remetem ao período tardio da imigração italiana, quando passaram a ser ponderados pelo preço, bem como as dimensões das construções se tornam menores. A tipologia não remete ao uso industrial cooperativista, sendo similar às construções residenciais, onde o porão/ cantina era o local reservado para uso industrial doméstico e o térreo tinha uso residencial.

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa 1º Pav. Fonte: De Oliveira (2013).



Fontes:

POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.

CAPRARA, Bernardete; LUCHESE, Terciane Ângela. Bento Gonçalves História e Memória: Faria Lemos. Bento Gonçalves: Fundação Casa das Artes, Tipograf, 2010.

DE OLIVEIRA, Marilia Gabriela. Projeto Arquitetônico Reforma da antiga Subprefeitura de Faria Lemos: Cartório e centro de atendimento ao turista. IPURB: Bento Gonçalves, 2013

Locais pesquisados:

Ficha inventário disponível em: http://museudoimigrante.bentogoncalves.rs.gov.br/inventario-municipal/61278-2/

Observações:

Visita 09/02/2024, 09/11/2024, Entrevista Vanildo Enderle em 04/10/2024

Responsável pelo inventário:

Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

Data:

03/11/2024

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)

Porto Alegre, de de

Observações:

Analisado por: ID:

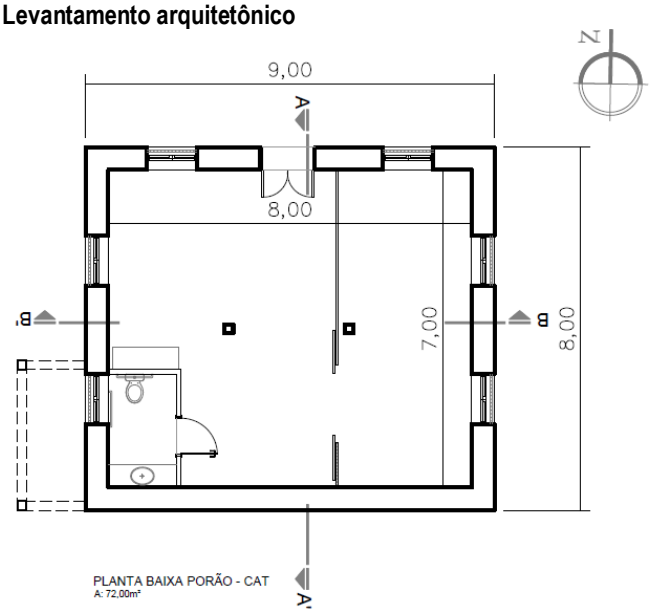
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Iconografia:

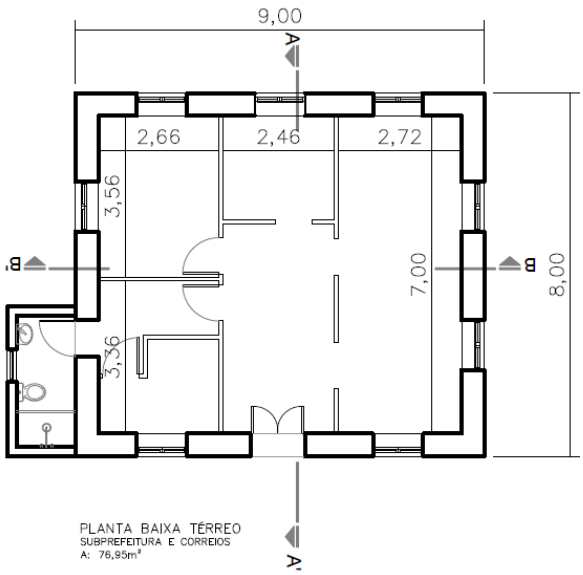


Subprefeitura de Faria Lemos. Inventário 1994.

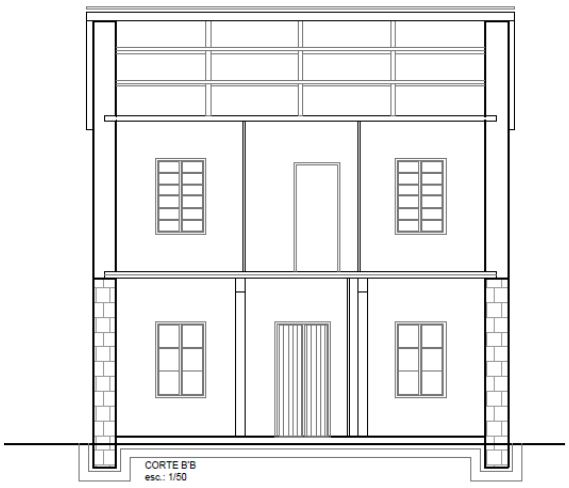
Levantamento arquitetônico



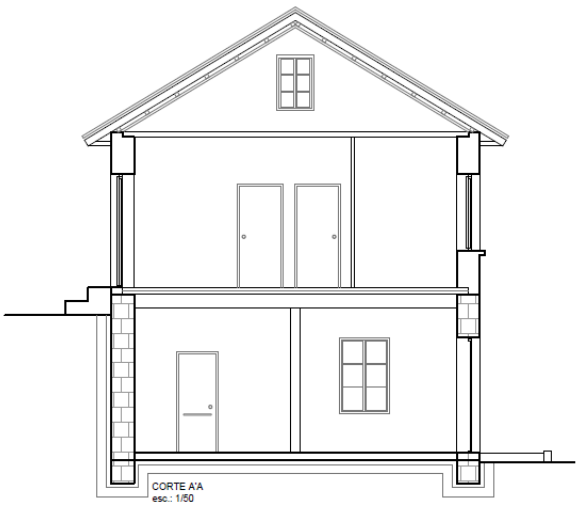
PLANTA BAIXA PORÃO - CAT
A: 72,00m²



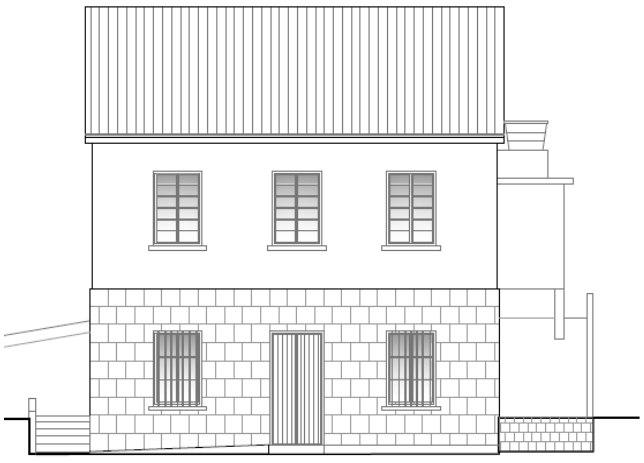
PLANTA BAIXA TÉRREO
SUBPREFEITURA E CORREIOS
A: 76,95m²



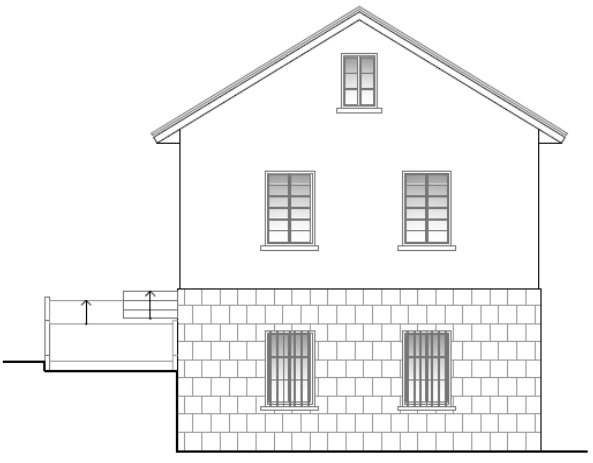
CORTE B'B
esc.: 1/50



CORTE A'A
esc.: 1/50



FACHADA NORTE
esc.: 1/50



FACHADA LESTE
esc.: 1/50

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43 - PRS/22-0001-00019

Localidade: Faria Lemos

Denominação do bem: Fornos da olaria Dal Pizzol/ Ecomuseu da cultura do vinho

Endereço/Localização: RS 431, Km 5, Distrito Faria Lemos

Proprietário: Vinícola Dal Pizzol

Uso original e atual: forno de olaria atualmente enoteca

Latitude: 29º6'31.76"S **Longitude**: 51º35'36.54"O

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Plano Diretor/ Inventário **Proteção Proposta:** Lei Municipal GP1

Bens Móveis: acervos de trabalho agrícola e de vinificação, objetos da olaria, slita e carroças



Valores estabelecidos ao bem:

Referência histórica, valor de antiguidade, valor arquitetônico, raridade formal, compatibilidade dos anexos, compatibilização com a estrutura rural, uso peculiar, raridade no emprego de materiais, bom estado de conservação, compatibilização com a paisagem rural, conjunto de unidades – cenário, elemento referencial, proteção municipal. Os Fornos da Olaria Dal Pizzol constituem testemunho material da atividade oleira e do processo de industrialização artesanal vinculado à ocupação colonial de Faria Lemos, expressando saberes construtivos, técnicas produtivas e relações de trabalho associadas à economia rural e à transformação do território. Sua refuncionalização como Enoteca, integrada ao Ecomuseu da Cultura do Vinho, reforça a continuidade de usos culturais compatíveis e o valor histórico-simbólico do conjunto no contexto da paisagem cultural local

Histórico:

Neste local funcionou a Indústria Cerâmica Dal Pizzol, desativada por falta de barro;

- primeiro proprietário da área: Arturo Boldrini
- segundo proprietário: Lidio Enderle, que vendeu para Atílio Dal Pizzol

Atualmente o local integra o Ecomuseu da Cultura do Vinho e o Parque Temático do Vinho Dal Pizzol, sendo que os fornos foram reutilizados como Enoteca - coleção de vinhos produzidos pela família Dal Pizzol desde 1974. Além dos fornos, destaca-se no parque o "Vinhedo do Imigrante" - uma réplica da "pérgola trentina", de origem veneta e trentina. "Esta estrutura mostra a utilização da madeira na sustentação e condução do vinhedo, por não haver na época a possibilidade de adquirir o arame galvanizado para a condução da parte aérea das videiras. Dois dos exemplares de videiras tem mais de sessenta anos de idade e foram transplantados de um velho vinhedo".

Segundo Rinaldo Dal Pizzol, Faria Lemos foi um dos primeiros lugares a ter olarias em Bento Gonçalves, sendo a Casa Tesser uma das primeiras a serem construídas com tijolos e telhas artesanais, possivelmente por haver bastante barro na região. Além da olaria Dal Pizzol, havia outras olarias na região, como a da família Poloni e a do Boldrini, localizadas atrás do cemitério. A família Dal Pizzol também comprou a área da olaria Poloni porque ainda tinha um pouco de barro. Segundo Loris Poloni, a própria Igreja de Faria Lemos, inaugurada em 1900, teve os tijolos artesanais produzidos ao lado do atual salão, cujo barro foi amassado com os pés pela comunidade, dentre outros, pelo jovem Ferdinando Callegari.

Segundo Vanildo Enderle, a primeira olaria de Faria Lemos era da marca Tesser, onde se fabricavam as primeiras telhas. Os Enderle compraram a máquina da Tesser e mudaram a marca para Enderle, produzindo telhas e tijolos onde hoje está o Parque Dal Pizzol (que inicialmente era colônia dos Enderle). Antes dos anos 1960, as telhas da marca Enderle eram comuns na região, até que o tio de Vanildo, que era o dono, mudou-se para Joaçaba. A olaria da marca Enderle foi então vendida para a família Corte, que posteriormente vendeu para a família Dal Pizzol. Esta, por sua vez, comprou a propriedade para continuar a olaria, mas o barro acabou. "a matéria prima, ela não era mais dali, já não tinha mais barro ali. Ela vinha da Alcântara, da Barranca do Rio Pedrinho, ali da família Cristófoli, e tiraram muito barro ali em São Valentim, na família do Terras da do Mário Roman. Veio muito barro dali para cá". Em 1977, quando Vanildo deixou a olaria, eles não fabricavam mais telhas, apenas tijolos. A olaria Dal Pizzol encerrou as atividades devido ao alto custo de trazer barro de outras localidades e à má qualidade do tijolo, que ficava frágil por causa da terra arenosa da beira do rio.

Vanildo Enderle trabalhou na Olaria Dal Pizzol em sua infância, onde foi seu primeiro emprego. Segundo suas memórias, no tempo da sua infância, quando as crianças trabalhavam nas olarias, não era considerado trabalho, mas sim uma aventura ou brincadeira. Sobre o processo de fabricação de tijolos: Inicialmente, o transporte do tijolo era feito com um carrinho de mão de uma roda, como o usado pelos pedreiros. A introdução de um carrinho de duas rodas com pneus foi uma inovação significativa no transporte de tijolos, considerada uma "revolução industrial". Os tijolos úmidos eram cuidadosamente colocados nos carrinhos e levados para o pátio coberto para secar. Após a secagem, os tijolos eram empilhados para secar completamente, antes de serem levados ao forno para cozimento. As primeiras máquinas de olaria utilizavam uma mangueira de água para umedecer o barro, enquanto as máquinas mais modernas utilizavam um processo de vácuo para remover o oxigênio do barro. As máquinas de tijolo mais antigas utilizavam uma esteira com rolos para quebrar pedras no barro, a fim de evitar danos à máquina de extrusão.

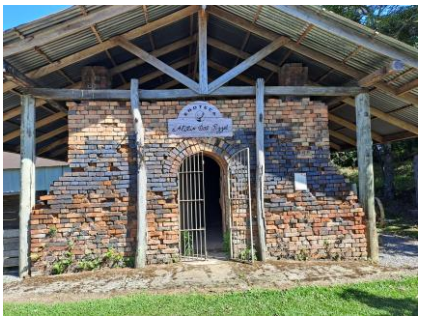
Origem da família: Viúva Thereza Sturion De Pizzol e seu filho Martino Dal Pizzol vieram de Treviso para o Brasil em 1879.

Levantamento Fotográfico atual:





Forno/ Enoteca Attilio Dal Pizzol 1





Forno/ Enoteca Attilio Dal Pizzol 2

Imagens complementares (entorno, edificações)





Lateral e fundos do forno/ Enoteca 1.





Acervos de olaria, fole e bigorna.

Imagens complementares (entorno, edificações)


Vinhedo do mundo


réplica da pérgola trentina


lago






Ecomuseu: acervos relacionados ao trabalho agrícola e de vinificação, slita e carroças


Estábulo


Casa administração

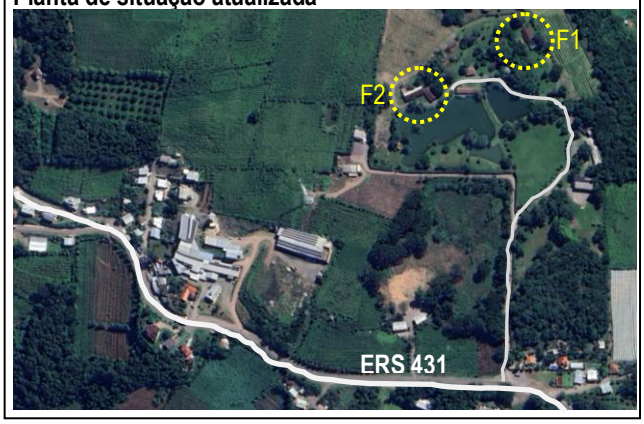

Museu

Análise Arquitetônica:

estilo/ linguagem: Arquitetura industrial; período: tardio (Arq. Imigração italiana RS) época: 1960-1990; data: 1964/1914

Duas fornalhas rudimentares "Construído com tijolos maciços de barro, com paredes espessas para manter o calor do fogo para cozer os tijolos e telhas". Planta baixa, fachadas frontal e fundos apresentam simetria, com a porta em arco pleno ao centro. Internamente, a cobertura é em arco, local hoje utilizado para guarda de vinhos, em função da temperatura controlada garantida pela espessura das paredes. Nas laterais é possível identificar as bocas e chaminés dos fornos, atualmente protegidos por telhados em duas águas. Os lagos também eram utilizados no processo de retirar o barro para fazer os tijolos.

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa



Fontes:

POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.

Locais pesquisados:

Ficha disponível em: http://museudoimigrante.bentogoncalves.rs.gov.br/inventario-municipal/61218-2/

Visita e entrevista com Rinaldo Dal Pizzol em 14/02/2025. Entrevista com Vanildo Enderle em 04/10/2024.

Observações:

Os fornos fazem parte do Ecomuseu da cultura do vinho, localizado junto à Vinícola Dal Pizzol.

Responsável pelo inventário:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

Data:
20/02/2025

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Iconografia/ Levantamento arquitetônico:



Forno Dal Pizzol no inventário de 1994. Foto de Wagner Meneguzzi



Interior da olaria onde Vanildo Enderle trabalhava.

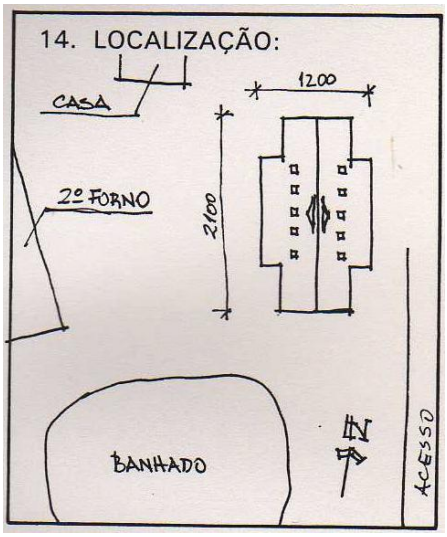
Iconografia/ Levantamento arquitetônico:




Forno 2 em 25/01/2015. Fotos Cristiane Bertoco




Fornos em 25/01/2015. Fotos Cristiane Bertoco



Levantamento inventário 19/10/1994. Desenho Fernando Pasquali.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha No: 43 - PRS/22-0001-00020

Localidade: Linha Paulina

Denominação do bem: Casa e Cantina Moret

Endereço/Localização: Rua Antônio Abramo Moret (acesso pela ERS 431 Km 3)

Proprietário: Remi Moret e Nercilda Faccin Moret

Uso original e atual: Residência e cantina

Latitude: 29° 7'16.26"S **Longitude**: 51°34'19.08"O

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Inventário/ Plano Diretor **Proteção Proposta:** Lei Municipal GP1

Bens Móveis: Pipas de madeira, quadros com fotografias da família



Valores estabelecidos ao bem:

Referência histórica, valor de antiguidade, referência coletiva, valor arquitetônico, uso tradicional e peculiar, bom estado de conservação, compatibilidade com a paisagem rural, conjunto de unidades.

Histórico:

A família Moret veio de Cison di Valmarino, em Treviso, na Itália. Chegando ao Rio Grande do Sul, passaram por Montenegro e, na Linha Paulina, acamparam nas proximidades da atual Igreja. O bisavô tinha um lote próximo ao atual campo de futebol, mas por questões de vizinhança desceu o morro e se instalou na frente de onde está a Casa Moret antiga (de Adairon Moret). Fizeram uma casa provisória, onde acendiam o fogo e deixavam o cavalo amarrado na parte de baixo e dormiam no andar de cima, pois tinham medo de animais selvagens. Como a vertente de água estava para baixo, o bisavô fez a casa de pedra antiga, que tinha 2 andares, sendo um de pedra e um de madeira, e ali criou a família de 9 filhos.

Luiz Moret, casado com Angela foram uma das 16 famílias fundadoras da Cooperativa Vinícola Aurora, em 14 de fevereiro de 1931. A casa do filho Domingos Moret e esposa Cídia, foi construída em 1935, no lote 27 da Linha Paulina, e a Cantina Moret, construída em 1941, foi a primeira filial da Cooperativa no interior do município. Ali era feito o vinho de todas as famílias da redondeza (que se associaram nos anos seguintes), em uma época que o vinho era feito em casa, por não haver comércio: traziam a uva para a cantina, onde era feito o vinho. Eram 12 as filiais da Cooperativa Aurora, sendo 2 na Paulina (famílias Moret e Passaia) e 2 no Vale Aurora, além de outras em São Valentim, Eulália, Lajeadinho, Pinto Bandeira, Vale dos Vinhedos e São Valentim do Sul.

O transporte era feito em carroças puxadas por 7 mulas, sendo duas duplas mais uma ponteira na frente. No início saiam da propriedade e levavam o vinho em barris e banha de porco para Montenegro, posteriormente, os produtos passaram a ser entregues em Bento Gonçalves. Esse transporte foi utilizado até meados de 1940, depois da guerra começaram os primeiros caminhões. A cantina funcionou até a década de 1980, quando com o crescimento dos vinhedos, o espaço da cantina ficou limitado para estocar o vinho. Além disso, com o desenvolvimento vitivinícola e dos transportes, foi diminuindo a necessidade de

Levantamento Fotográfico atual:





Imagens complementares (entorno, edificações)








Análise Arquitetônica:

estilo/ linguagem: Arquitetura da Imigração Italiana período: apogeu época: 1910 – 1940 data: 1935-37; 1941

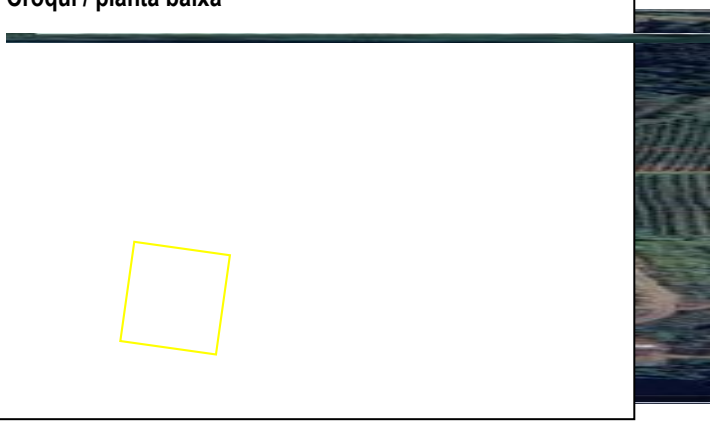
A residência configura-se por edificação retangular de dois pavimentos, com porão em pedras regulares, datado de 1935 e telhado em duas águas com janelas no sótão (hoje fechadas). Notam-se características do período de apogeu da imigração italiana, pelas dimensões da casa principal, com vários quartos para famílias numerosas. Entretanto, a pedras regulares e as esquadrias preservadas, com caixilhos envidraçados e tampões de madeira, são típicas do período tardio, demonstrando acesso da família à produtos industrializados em época anterior à maioria dos locais, ou reforma em época posterior.

A Cantina anexa, construída em alvenaria de tijolos, em volume retangular com telhado em duas águas e sótão, foi posto de vinificação da Cooperativa Vinícola Aurora, construída em 1941, possuindo ligação interna com o porão da casa. Conta com porta em duas folhas de madeira contraplacada e janelas altas, feitas com tijolos, fatores que garantem a temperatura ambiente

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa



Fontes:

POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.
Ficha de Inventário IPHAE - PRS/94-0034.00159, de 10/10/94, disponível em:
http://museudoimigrante.bentogoncalves.rs.gov.br/inventario-municipal/61123-2/

Locais pesquisados:

Museu do Imigrante; Acervo particular Ademir Gugel.
Visitas em 10/12/2025 e 03/02/2026, entrevistas com Remi, Nercilda e Sérgio Moret.

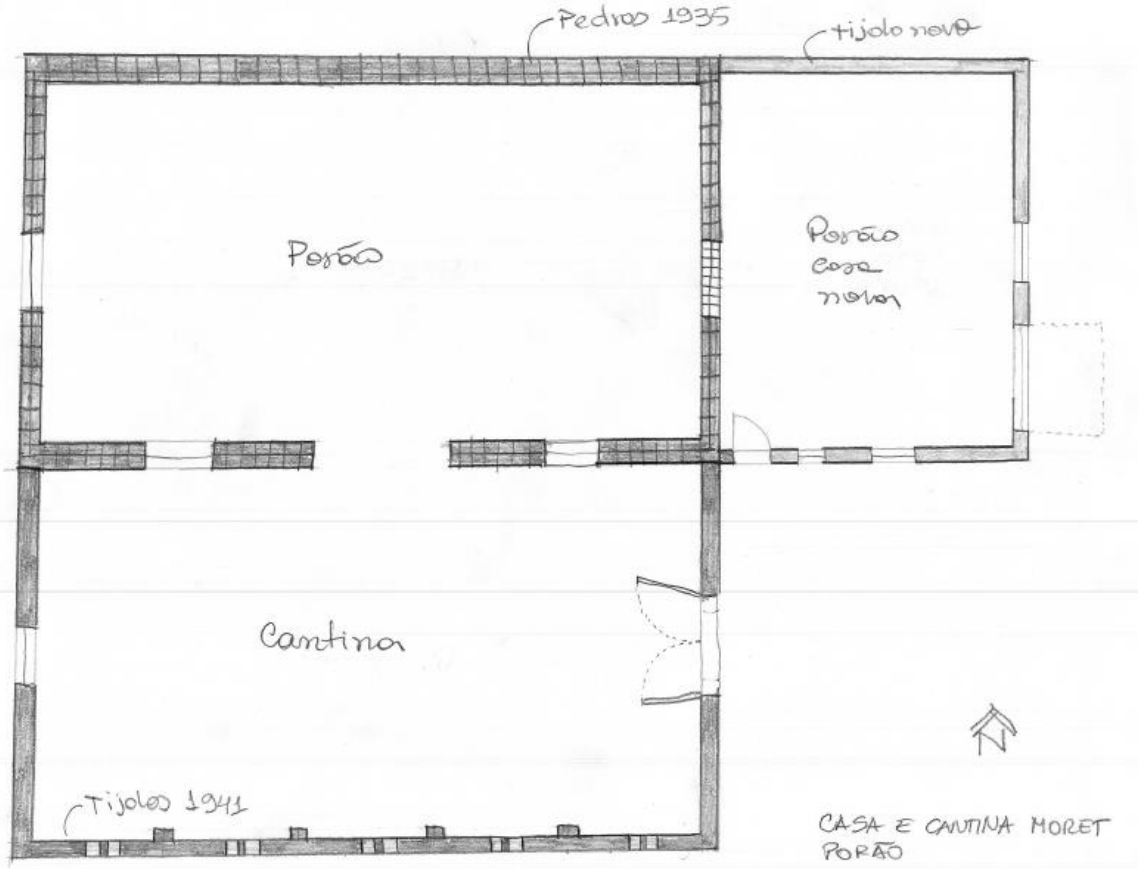
Responsável pelo inventário:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

Data:
12/02/2025, 03/02/2026

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Levantamento arquitetônico





Imagens complementares – visita 03/02/2026









Iconografia (ficha de inventário PRS/94-0034.00159, de 10/10/94):



Casa e cantina ao fundo, em primeiro plano o espaço de madeira onde era recebida a uva.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

IPHAE

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43-PRS/22-0001-00021

Localidade: Linha Paulina

Denominação do bem: Antiga Casa Moret

Endereço/Localização: Rua Antônio Abramo Moret (acesso pela ERS 431 Km 3)

Proprietário: Adairon Luiz Moret
Uso original e atual: Residência
Latitude: 29° 7'11.95"S **Longitude**: 51°34'23.68"O
Erro Horizontal:
Proteção Existente: Inventário/ Plano Diretor **Proteção Proposta:** Lei Municipal GP1
Bens Móveis: Objetos da agricultura tradicional, fole de forja, "slita".



Valores estabelecidos ao bem:
Valor de antiguidade, valor tradicional ou evocativo, valor arquitetônico, elemento referencial, compatibilização com a estrutura rural, potencial de reciclagem, raridade na técnica construtiva, raridade no emprego de materiais, bom estado de conservação, compatibilização com a paisagem rural, conjunto de unidades – cenário, elemento referencial, proteção municipal.

Histórico:
A família Moret veio de Treviso – Itália e construiu a casa de pedras em 1884, pelo bisavô do entrevistado - Antônio Abramo Moret – o qual é homenageado com o nome da rua. A casa de alvenaria com porão foi construída em 1945 pelo pai – Antônio Moret – com a ajuda do avô – Eugênio Moret – e de um pedreiro. Segundo memória da família, o prumo da parede era medido com a saliva. "O meu nono disse que ele ajudou a fazer a casa. Ele disse que ele para botar prumar ela, botavam a saliva para ver a saliva. Se se a saliva corria para baixo assim, então dizia: "Opa, tá no prumo". Porque se ela escapava logo e então tava fora do do lugar".
Outra memória do início da imigração é que os antepassados trouxeram mudas de parreira escondidas no cano do guarda-chuva, sendo que o cultivo de uva Isabel (chamada de "brasiliana" pelos italianos) começou com essas mudas. A uva Isabel é valorizada por ser fácil de cuidar, produzir bons frutos e ter um sabor distinto, da preferência da família. O irmão do avô foi um dos fundadores da Cooperativa Aurora, sendo que o avô entrou para a cooperativa um ano depois. A família sempre entregou sua produção de uva para a cooperativa, pois ela é fácil de lidar e oferece bons retornos.

Levantamento Fotográfico atual:













Imagens complementares (entorno, edificações)





Análise Arquitetônica:

estilo/ linguagem: Arquitetura da Imigração Italiana
período: primitivo época: 1880 - 1910
data: 1885

Edificação retangular de um pavimento, em pedras lascadas, uma porta e duas janelas em folhas contraplacadas de madeira, com ferragens originais. O telhado cerâmico em 4 águas é posterior, provavelmente época da construção da segunda casa (1945). O telhado original em tabuinhas (scandole) era aproximadamente 1 metro mais alto, provavelmente para guardar cereais. O interior conta com vigas e forro originais, mas o assoalho e parede interna são novos.

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa implantação



Fontes:

POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.

Locais pesquisados:

Museu do Imigrante; Acervo particular Ademir Gugel.
Visita e entrevista com Adairon Luiz Moret: 10/12/2025

Observações: Entorno de parreiras em latada estruturada por plátanos. As vinhas vieram da Itália com os antepassados. Entretanto, as parreiras antigas sofreram com deslizamentos de maio de 2024 e doença da pérola.

Responsável pelo inventário:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

Data:
12/02/2025

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Levantamento arquitetônico:

Iconografia:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43-PRS/22-0001-00022

Localidade: Linha Paulina

Denominação do bem: Casa nova Moret

Endereço/Localização: Rua Antônio Abramo Moret (acesso pela ERS 431 Km 3)

Proprietário: Adairon Luiz Moret
Uso original e atual: Residência
Latitude: 29° 7'12.34"S **Longitude**: 51°34'23.66"O
Erro Horizontal:
Proteção Existente: Inventário/ Plano Diretor **Proteção Proposta: PD / Inventário GP2**
Bens Móveis:



Valores estabelecidos ao bem:
Valor de antiguidade, valor tradicional ou evocativo, valor arquitetônico, compatibilidade dos anexos, compatibilização com a estrutura rural, uso tradicional, bom estado de conservação, compatibilização com a paisagem rural, conjunto de unidades – cenário, proteção municipal.

Histórico:
A família Moret veio de Treviso – Itália e construiu a casa de pedras em 1884, pelo bisavô do entrevistado - Antônio Abramo Moret – o qual é homenageado com o nome da rua. A casa de alvenaria com porão foi construída em 1945 pelo pai – Antônio Moret – com a ajuda do avô – Eugênio Moret – e de um pedreiro.
O irmão do avô foi um dos fundadores da Cooperativa Aurora, sendo que o avô entrou para a cooperativa um ano depois. A uva era levada ao posto de vinificação logo abaixo da casa, que funcionou até 1982, para onde Adairon Luiz Moret recorda ter ajudado a levar cestas e caixas de uva para a cantina durante a infância. Depois fizeram um galpão próximo onde hoje é a casa agrícola. Ali era entregue a uva nas caixas, que eram levadas pelos caminhões na cooperativa em Bento Gonçalves, e após retirava de volta as caixas no local.
O entrevistado também menciona a evolução do transporte da uva, que inicialmente era colhida em cestas de vime e transportada em "bigunços" em carroças entregues no posto de vinificação; posteriormente a cooperativa exigiu o transporte nas caixas de plástico de 20 Kg (azuis) em caminhões que levavam à cooperativa, e atualmente em bins (caixas de 400 Kg) transportadas por empilhadeiras para o caminhão. Adairon descreve as mudanças:

> "Eu dizer a verdade era melhor dizer assim com as caixas, porque tu tava ali e com os bigunços era era tu tinha que levar o bigunço, tinha que botar dentro do begunço, encher a cesta lá, botava no begunço, né? Aí meio assim eu peguei uma fase ali, eu ia só para socar e tinha que fazer um batoque de madeira assim e tu ia lá, tu tu socava assim. […] Aí pá, viemos depois com as caixas, mas o nono dizia uma, a cesta levava duas, porque ele botava uma no braço aqui e uma segurava aqui. A caixa não dá, né? A caixa tem que ter as duas mãos para levar, né? […] Eu eu o Bim tem que ser com com com uma empilhadeira e tu tem que botar uma paleteira atrás do do trator, hidráulica e e pega puxa o bin e leva. Mas bem mais melhor. […] É melhor porque tu com a caixa tu tinha que fazer assim botar para baixo as costas para baixo. Tu vai reto assim com o teu normal [colhendo uva], tu faz um dois, três passos, tu vai lá, tu só faz assim, tu vira dentro do bin. […] Leva no bin e cabe 20 caixas, né?"

Levantamento Fotográfico atual:





Imagens complementares (entorno, edificações)





Análise Arquitetônica:

estilo/ linguagem: Arquitetura da Imigração Italiana
período: tardio época: 1930-1960
data: 1945
Edificação retangular de três pavimentos (casa, porão e sótão), dividida em dois blocos: casa de dormir e cozinha, identificadas pelos telhados em duas águas, sendo a casa de dormir com telhas de zinco antigas (cerâmica trocada) e a cozinha com telha cerâmica. O sótão era utilizado para guardar cereais. As janelas e portas são em duas folhas com caixilhos envidraçados e tampões internos. Portas do porão foram trocadas.

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa



Fontes:

POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.

Locais pesquisados:

Museu do Imigrante; Acervo particular Ademir Gugel.
Visita e entrevista com Adairon Luiz Moret: 10/12/2025

Observações: Entorno de parreiras em latada estruturada por plátanos. As vinhas vieram da Italia com os antepassados. Entretanto, as parreiras antigas sofreram com deslizamentos de maio de 2024 e doença da pérola.

Responsável pelo inventário:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

Data:
12/02/2025

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43-PRS/22-0001-00023

Localidade: Vale Aurora, Distrito de Faria Lemos

Denominação do bem: Casa Petroli

Endereço/Localização: Linha Faria Lemos baixa - Vale Aurora

Proprietário: Renato Luiz Petroli

Uso original e atual: residência atualmente no porão Vinícola; térreo sem uso

Latitude: 29º8'36.62"S **Longitude**: 51º35'27.81"O

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Plano Diretor/ Inventário **Proteção Proposta:** Lei Municipal GP2

Bens Móveis:

Valores estabelecidos ao bem:

O conjunto é referência histórica da família Petroli, que veio da região do Trento para a localidade. Embora atualmente esteja relativamente distante da estrada do Vale Aurora, antigamente era lugar de passagem da estrada que descia da Eulália e seguia para Monte Belo, hoje utilizada para trilhas e aventura. O lugar é marcado pelos caminhos entre os vinhedos em latada com plátanos e é referência de tranquilidade e relação com a natureza.

Histórico:

Segunda casa da família Petroli, construída em 1934 por Ricardo Petroli (tio de Renato Petroli). Os bisavós, Domênico e Pierina Petroli vieram da comuna de Cimoni, no Trento, no final do século XIX. Seus pais Antônio Lassy Petroli e Lanzia Maria Locatelli Petroli moraram na casa. Ricardo Luis Petroli destaca a técnica construtiva da casa, realizada pelo seu tio Ricardo Petroli:

> Cortar as pedras, montar. Esse muro que vocês veem aqui de pedras encaixadas, foi todo ele que eles tiravam as pedras, carregavam, arrastavam com mulas até o local. Depois ele então ele encaixava as pedras, fazia os acabamentos, os encaixes dos arcos, eles são mais estreitos embaixo. Ele me explicou que a parte de baixo é mais estreita, que a parte de cima, como aquele colocava um um sistema de andaimes embaixo. E aí iam encaixando. Quando soltava aquela estrutura lá, elas encaixavam, uma pressionava outra, o arco ficava. [...] O cimento colocado lá é cal e areia. Era só para tapar as frestas. E os tijolos são com barro. Era muito difícil conseguir cimento, areia, cal na época. Difícil acesso materiais

Levantamento Fotográfico atual:








Imagens complementares (entorno, edificações)

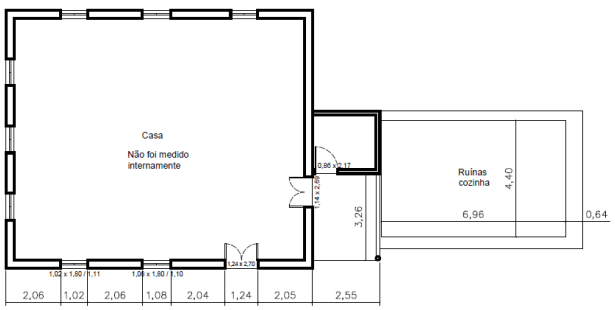


Análise Arquitetônica:
estilo/ linguagem: Arquitetura da Imigração Italiana – período tardio
época: 1930-1960
data: 1934
Edificação retangular com telhado em duas águas, com porão, pavimento superior e sótão. Os materiais industrializados (pedra talhada, tijolos, janelas envidraçadas) remetem ao período tardio da imigração italiana, quando passaram a ser ponderados pelo preço, bem como as dimensões das construções se tornam menores. Também são características dessa época as janelas em duas folhas com caixilhos envidraçados e tampões internos.
A cozinha anexa (em ruínas) é característica do período em que se dividiam as edificações para evitar incêndios.
Destaca-se a técnica de talho e encaixe da pedra, realizado artesanalmente pelo construtor e descrito pelo proprietário.

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa



Fontes: POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.

Locais pesquisados:
Acervo Museu do Imigrante; Visita em 13/02/2025; Entrevista com Renato Petroli em 19/03/2026
Ficha disponível em: http://museudoimigrante.bentogoncalves.rs.gov.br/inventario-municipal/61196-2/

Observações: Porão da casa é utilizado para vinificação da Vinícola Barcarolla. Calçamento de basalto em frente à casa. Entorno de parreirais em latada com plátanos, milharais, bananeiras e flores junto à estrada.

Responsável pelo inventário:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

Data:
18/02/2025, 19/03/2026

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Iconografia:



Foto Inventário 1994.





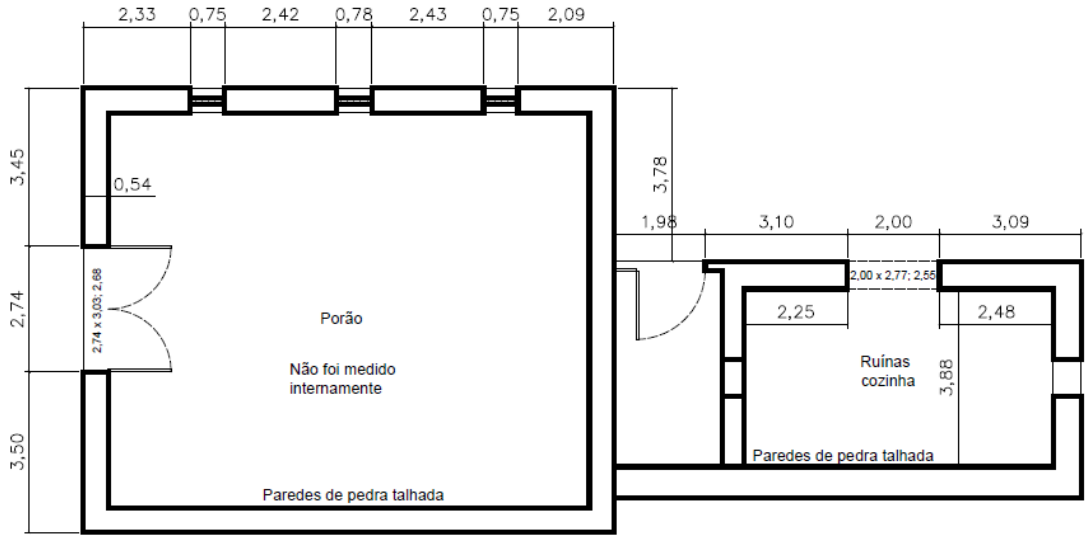
Visita em 01/ 06/2014. Fotos: Cristiane Bertoco



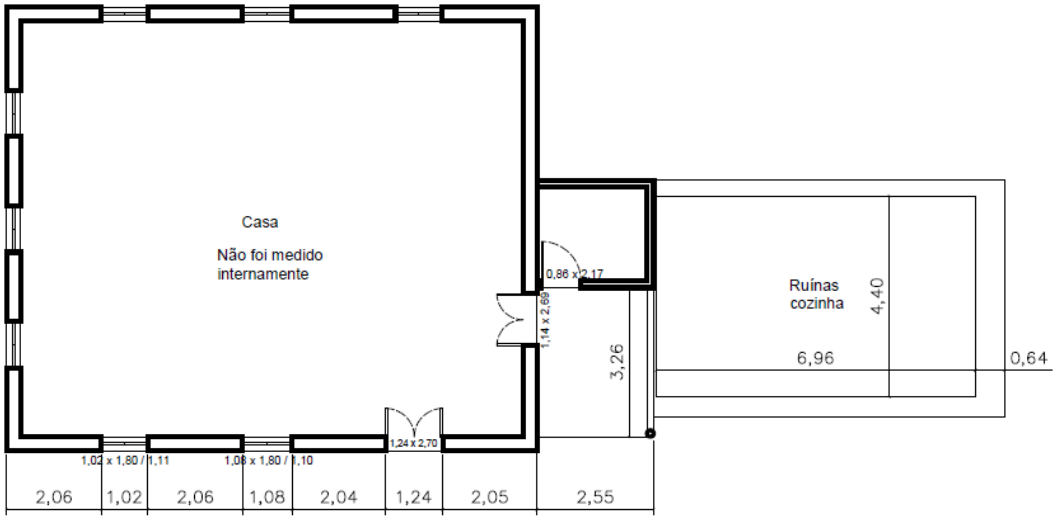


Visita em 01/ 06/2014. Fotos: Cristiane Bertoco

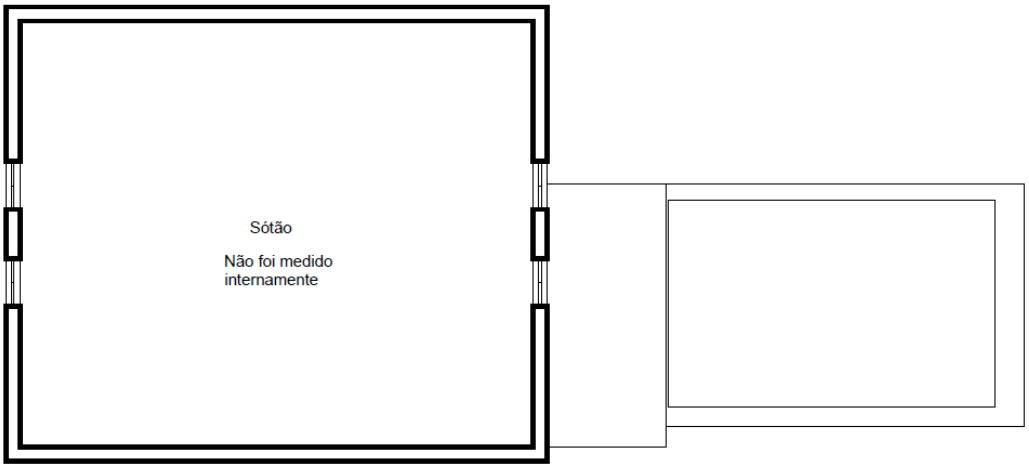
Levantamento arquitetônico:



Planta Baixa Porão



Planta Baixa Térreo



Planta Baixa Sótão

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43-PRS/22-0001-00024

Localidade: Vale Aurora, Distrito de Faria Lemos

Denominação do bem: Paiol estrebaria Petroli

Endereço/Localização: Linha Faria Lemos, Vale Aurora

Proprietário: Renato Luiz Petroli

Uso original e atual: residência , depois paiol e depósito; atualmente sem uso

Latitude: 29º8'36.06"S **Longitude**: 51º35'27.41"O

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Plano Diretor/ Inventário **Proteção Proposta:** Lei Municipal GP2

Bens Móveis: Portas originais em ruínas



Valores estabelecidos ao bem:

As ruínas são referência histórica da primeira casa da família Petroli ao vir da Italia para a localidade. Embora atualmente esteja relativamente distante da estrada do Vale Aurora, antigamente era lugar de passagem da estrada que descia da Eulália e seguia para Monte Belo, hoje utilizada para trilhas e aventura. O lugar é marcado pelos caminhos entre os vinhedos em latada com plátanos e é referência de tranquilidade e relação com a natureza.

Histórico:

Primeira casa da família Petroli, quando Domenico e Pierina (bisavós de Renato Petroli) se instalaram na localidade, oriundos da Comuna de Cim Primeira casa de Domenico e Pierina Petroli (bisavós de Renato Petroli) no lote nº 15 da Linha Faria Lemos (anteriormente de Angelo Bolis). Posteriormente à construção da nova casa, a edificação foi utilizada como paiol e estrebaria.

Segundo Petroli e Petroli (2019, p. 115, tradução nossa) "Domingos, o 'nono Minco' nasceu em 14 de julho de 1874, em Cimone, na provincia do Trento, então na Austria; filho de Lorenzo Petroli e Angela Piffer. Veio para o Brasil em 1877, com a sua família quando tinha 3 anos". Os pais se instalaram no lote rural nº 36 da Linha Faria Lemos, onde morou até se casar com Pierina Locatelli, nascida em Bergamo em 16 de fevereiro de 1877. Se instalaram primeiro no lote 17 da mesma Linha, centralidade do Vale Aurora. Trabalhou na colonia principalmente com o cultivo de vinhedos, gostava de colher a uva e após a vindima colhia nozes. Tiveram 13 filhos: Modesto, Teresa, Vitória, Onorata, Maria, Ricardo, Angelo, Ermenegilda, Tranquila, Amabile, Angelina e Emídio. O livro de descendência da família conta a seguinte história sobre as casas (Petroli, Petroli, 2019, p. 115, tradução nossa).:

> "Construiu a sua casa muito perto do morro da linha Eulália, aos fins de sua terra no lado leste, usando madeira da própria colônia. […] Dizem que quando a casa nova (ainda conservada) foi construída próxima à primeira casa, houve um desacordo com os pedreiros e um deles disse que seria morto enquanto vivesse na nova casa. Desse modo, a casa foi construída, a família se transferiu mas Domenico ficou na casa velha até sua morte. Morreu em 9 de agosto de 1955, com a idade de 81 anos".

Entre os filhos, destaca-se Ricadro Petroli, tio do proprietário, que construiu a segunda casa: "Nasceu em 6 de julho de 1905, solteiro. Trabalhou com muros de pedra. […] Foi o pedreiro responsável pela construção da sala de baile da Linha Eulália; ajudou na construção da Igreja São Valentim do Vale Aurora, as Igrejas de São Roque e Cristo Rei de Bento Gonçalves e o ginásio do Colégio Cenecista no bairro de São Roque de Bento Gonçalves. Construiu diversas casas. Mas também trabalhou na viticultura com seu irmão Angelo."(Petroli e Petroli, p. 124, tradução nossa).

Levantamento Fotográfico atual:





Levantamento Fotográfico atual:






Imagens complementares (entorno, edificações)







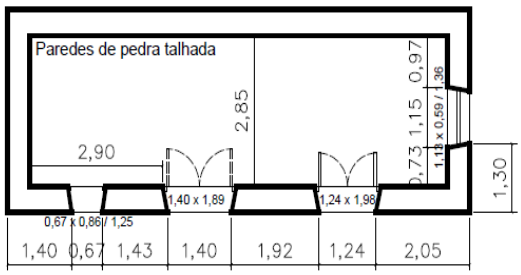



Análise Arquitetônica:
Edificação de dois pavimentos, tendo o porão em pedras talhadas e o segundo pavimento em madeira, que está em ruínas. Volume retangular com semi-subsolo encaixado na topografia, aberturas a sudoeste já sem esquadrias. Está preservada apenas uma janela na lateral sudeste e fragmentos das portas de madeira do porão.

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa



Fontes:
POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983.
PETROLI, Hilário; PETROLI, Isidoro. A discendenza di Lorenzo Petroli – In nuove terre, il sogno continua. Caxias do Sul: Casa Edittrice São Miguel, 2019.

Locais pesquisados:
Acervo Museu do Imigrante; Visita em 13/02/2025; Entrevista com Renato Petroli em 19/03/2026
Ficha disponível em: http://museudoimigrante.bentogoncalves.rs.gov.br/inventario-municipal/61206-2/

Observações:
Ao lado das ruínas, uma estrada em pedras sobe o morro em direção à Eulália.

Responsável pelo inventário:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

Data:
18/02/2025, 19/03/2026

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Iconografia:



Foto Inventário 1994. Wagner Meneguzzi.

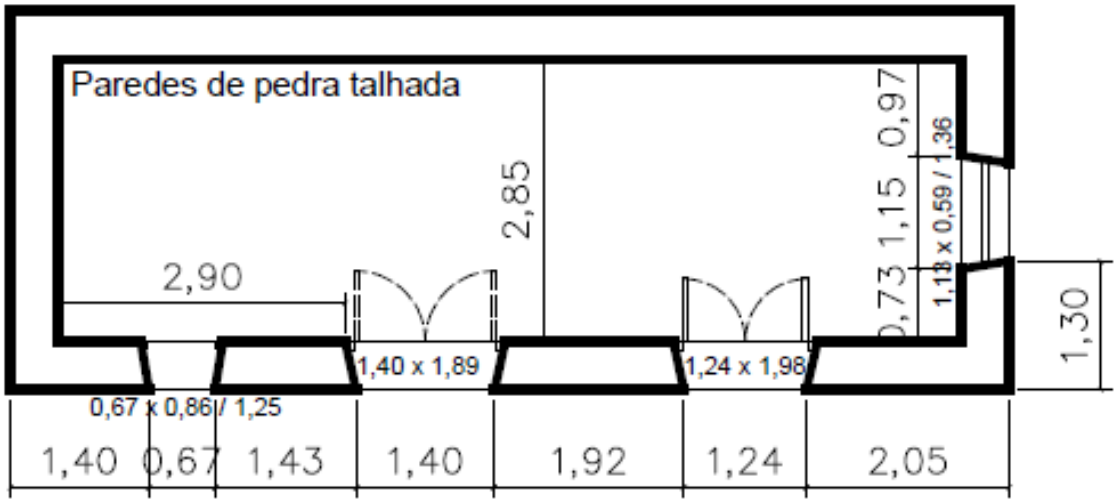
Iconografia:






Visita em 01/ 06/2014. Fotos: Cristiane Bertoco

Levantamento arquitetônico:



Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 01 **BENS EDIFICADOS**

INVENTÁRIO

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº: 43-PRS/22-0001-00025

Localidade: Linha Faria Lemos

Denominação do bem: Posto de vinificação Cooperativa Vinícola Aurora/ Pousada Roggia

Endereço/Localização: Linha Faria Lemos – Vale Aurora

Proprietário: Ieda Maria Roggia

Uso original e atual: posto de vinificação. Atual: Residência e pousada.

Latitude: 29º 7'36.19"S **Longitude**: 51º36'21.25"O

Erro Horizontal:

Proteção Existente: Plano Diretor **Proteção Proposta:** Inventário, Lei Municipal GP3

Bens Móveis:



Valores estabelecidos ao bem:

As ruínas do antigo posto de vinificação são referência histórica da época em que a uva era transportada em carroças e entregue à cooperativa em filiais no interior do município. Possui valor tradicional ou evocativo, é referência coletiva e elemento referencial dos limites da localidade. Há compatibilidade dos anexos recentes e raridade no emprego de materiais, pelo uso de blocos de concreto que imitam pedras. A compatibilização com a paisagem rural se dá pela inserção junto às parreiras, próxima ao rio.

Histórico:

A edificação foi posto de vinificação e armazenamento da Cooperativa Vinícola Aurora.

Em 2014, Ieda Roggia iniciou o processo para compra da edificação, com intenção de restaurá-la e transformar em uma pousada. Durante o processo de licenciamento, o telhado desabou e o projeto realizou a estabilização e conservação como ruína.

Documentação Iconográfica: Vistoria realizada em 06/11/2015.

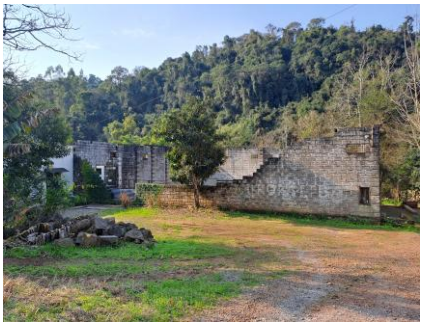






Levantamento Fotográfico atual:













Imagens complementares (entorno, edificações)





Análise Arquitetônica:

Edificação em ruínas, de forma retangular, construída em blocos de concreto que imitam pedras. O telhado, originalmente dois volumes de 4 águas com telhas cerâmicas, desabou durante o processo de compra e licenciamento ambiental. Predomina o cheio sobre o vazio nas aberturas, que correspondem às portas de acesso à uva e às janelas altas de ventilação.

Planta de situação atualizada



Croqui / planta baixa



Fontes:

POSENATO, Júlio. Arquitetura da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, EST/EDUCS, 1983

Locais pesquisados:

Museu do Imigrante, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano

Observações: Em 2014, Ieda Roggia iniciou o processo para compra da edificação, com intenção de restaurá-la e transformar em uma pousada. Durante o processo de licenciamento, o telhado desabou e o projeto realizou a estabilização e conservação como ruína.

Responsável pelo inventário:
Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

Data:
31/07/2024

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 02 **BENS IMATERIAIS**

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº 43-PRS/22-0002-00001

Localidade: Vale Aurora - Distrito Faria Lemos

Denominação: Vale Aurora

Tipo:		Celebração	X	Lugar		Forma de Expressão		Modo de Fazer
Condição atual:	X	Vigente		Risco de desaparecimento				Memória

Ocorrência: Período: Local: Vale Aurora – interior do Distrito de Faria Lemos

Comunidade / Grupos / Indivíduo(s): Associação Caminhos de Faria Lemos, Capelas São Valentim, Santa Lúcia envolvidos: agricultores familiares, moradores, turistas.

Descrição:

O Vale Aurora a princípio corresponde ao vale do Rio Pedrinho, que percorre a Linha Faria Lemos, ligando a sede do distrito homônimo com o Vale dos Vinhedos, através da "estrada do Vale Aurora". Sua denominação foi criada através do Decreto municipal número 1.975 de 27 de setembro de 1985 que "dá denominação à 'Zona Piazzetta'", localizada na Linha Faria Lemos Baixa, Capela São Valentim, lote rural nº 17. Embora apenas a sede da localidade esteja citada no Decreto, o território referido pela população abrange uma área maior, que está relacionada a um projeto de delimitação de uma região de procedência para vinhos da Vinícola Aurora, realizado entre as décadas de 1980 e 1990, para a produção de vinhos varietais finos. Segundo o relatório "Cooperativa Vinicola Aurora Ltda" (1994?), presente no acervo do Museu do Imigrante:

> O Vale Aurora é, certamente, a primeira tentativa de delimitação de região produtora de uvas do Brasil. Trata-se de um dos muitos vales que formam o município de Bento Gonçalves e onde uma série de fenômenos se articula para criar condições muito boas para o cultivo de uvas. [...] É uma região que desemboca na ferradura do Vale do Rio das Antas e através do qual sobem moções de ar quente [...] Neste vale, coincidentemente a maioria das propriedades - 110 famílias - está ligada à Cooperativa, o que permitiu seu cadastramento e o subsequente trabalho de demarcação geográfica.

A localidade antes conhecida como "Faria Lemos baixa" ou "Linha Piazzeta", também foi marco anteriormente à sua denominação atual, quando era considerada uma centralidade em função do moinho "de polenta" que existia junto ao Arroio Pedrinho, próximo ao posto de vinificação da Aurora, que também marcou centralidade a seu tempo. Outra referência citada pelos entrevistados é uma barragem e usina hidrelétrica que existia próximo ao moinho. Atualmente, a região é referida pela sua paisagem de vinhedos tradicionais em latada com plátanos como tutores vivos, formando bordados e mosaicos que demarcam as propriedades.

Essa paisagem é resultado dos saberes e fazeres de muitas famílias de viticultores, a maioria descendentes de imigrantes italianos, que trabalham com as parreiras durante todo o ano, ao longo de gerações. As paisagens de vinhedos são criadas pela ação humana. Sem o trabalho, os saberes e fazeres do viticultor e dos trabalhadores da agricultura, essa paisagem seria muito diferente. Um vinhedo sem a presença de um viticultor é como uma criança descuidada, que não consegue se desenvolver por causa dos cabelos compridos e emaranhados em frente ao rosto. É o agricultor quem faz o carinho, vigia contra as pragas, cuida das doenças, trata, alimenta, literalmente conduz a planta com suas podas e amarrações. Da interação do ser humano com o meio ambiente em que vive surge a paisagem do vinhedo, que é desenhada pelo sistema de produção de uva e vinho na região.

Contato(s) no Município:

Rinaldo Dal Pizzol (vinicultor e pesquisador), Agostinho Petroli (Associação Caminhos de Faria Lemos), Roberto Locatelli (artista local),

Pesquisas realizadas na área e Referências Bibliográficas:

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. Bento Gonçalves: História e Memória - Distrito de Faria Lemos. Bento Gonçalves: Fundação Casa das Artes, 2001.

COOPERATIVA VINÍCOLA AURORA LTDA. Relatório. Bento Gonçalves: 1994?. Acervo Museu do Imigrante.

DAL PIZZOL, Rinaldo. PASTOR, Luis Vicente Elias. Paisagens do vinhedo rio-grandense. Bento Gonçalves: Rinaldo Cistílio Dal Pizzol, 2016.

Responsável pelo inventário: Arq. Urb. Cristiane Bertoco, Mus. His. Deise Formolo

Data: 25/07/2024

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)

Porto Alegre, de de

Observações:

Analisado por: ID:

Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Imagens do lugar:



Sede do Vale Aurora, com seus marcos: A represa do Rio Pedrinho, os vinhedos, a mata, a Capela, o Posto de Vinificação, os morros e o pico da Zemith em formato de pirâmide. A imagem está no rótulo do vinho Costebel, da Vinícola Aurora. Fonte: autoria de Roberto Locatelli, 1990.



Estrada do Vale Aurora com vinhedos e plátanos. Fonte: Assessoria de comunicação social Prefeitura Municipal de Bento Gonçalves, 2024.

Ficha Complementar histórico:

A região de estudo pertence à zona rural do município, no Distrito de Faria Lemos. As comunidades rurais estão distribuídas entre linhas e travessões, que formam os lotes coloniais, ocupados no final do século XIX. Os lotes da Linha Faria Lemos foram colonizados entre 1877 e 1883 (Caprara e Luchese, 2001, p. 27 a 30), na linha traçada em perpendicular à Linha Zemith, a sul, e se estende até a 3ª Secção do Rio das Antas e as terras particulares de Pascoal Costa, a norte. A leste, limita-se com as Linhas Eulália e Paulina e a oeste, com a Linha Fernandes de Lima, que por sua vez faz divisa com a Linha Alcântara. Chama atenção que essas linhas a oeste da sede seguem orientação diferenciada (direção norte-sul) a maioria do restante da colônia (direção leste-oeste), orientando-se de forma perpendicular à estrada principal de Faria Lemos, atualmente ERS 431, que liga à Guaporé. Considerando que a Linha Paulina foi ocupada entre 1879 a 1883 (Caprara e Luchese, 2001, p. 31 a 32) e a Linha Fernandes de Lima entre 1880 e 1886 (Caprara e Luchese, 2001, p. 34), pode-se estimar que o caminho da Linha Faria Lemos, que originou a estrada do Vale Aurora, foi uma das primeiras frentes de ocupação do Distrito, provavelmente pela proximidade com a água do Rio Pedrinho, que também segue essa direção, desaguando no Rio das Antas.

A Capela São Valentim, localizada no lote 17 da Zona dos Piazzetta (hoje Vale Aurora), foi fundada em 1927. A mesma teria sido construída com o intuito de "cristianizar" a localidade, conforme citação:

> A Capela de São Valentino (Piazzetta) foi fundada pelo Padre Cosme Fiorini, cujo intuito era ver se desta forma conseguia cristianizar mais os moradores daquele vale e visitantes costumeiros. Não obstante o reconhecido zelo deste benemérito sacerdote, não obstante os esforços de seus sucessores ainda hoje aquela fração é um sério problema e enquanto residir lá o Sr. Piazzetta o problema ficará insolúvel. Na casa do Sr. Piazzetta quase todos os domingos ou sábados há bailes organizados de tal forma que a concorrência do povo supera naquele lugar a uma festa religiosa (Livro Tombo de Faria Lemos, apud Caprara e Luchese, 2001, p. 71).

Consultando-se as tabelas de negócios, elaborada por Caprara e Luchese (2001, p. 44 e 45) identifica-se que o lote 17 permaneceu sob propriedade da família Locatelli entre 1893 e 1920, quando tinham ali um moinho e a partir de 1915, um alambique. Em 1925 instala-se Antônio Piazzetta com um negócio de 5ª classe e em 1930 um botequim, além de Antônio Pasquali, com uma fábrica de queijos e Luiz Piffer com um moinho. Outros lotes próximos, como o lote 19, de Giuseppe Locatelli teve um negócio entre 4ª e 3ª classe entre 1893 e 1920, bem como um alambique grande. Também no lote 11 havia um moinho, e no lote 10 um negócio de 3ª classe e tropa de animais, e diversos lotes entre o 24 e o 37, com sapatarias, compra de gêneros coloniais, postos de venda de doces, alambiques e botequins. Constituía-se, então, de uma centralidade baseada nos moinhos instalados junto ao arroio, que atraiu negócios de classe correspondentes a bodegas.

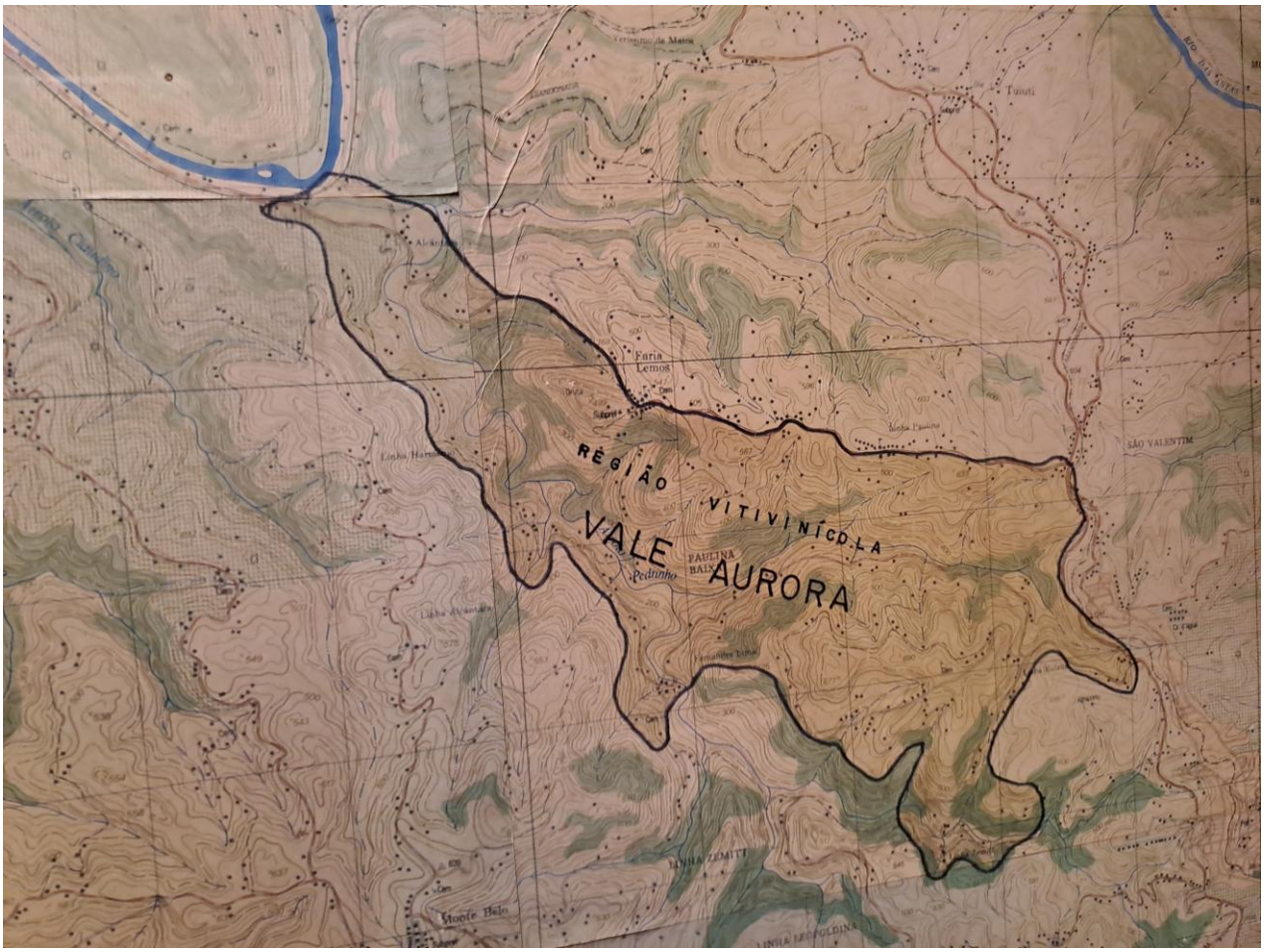
Segundo Mazzotti e Bigolin (2012, p. 74), a primeira capela da Zona Piazzetta, de madeira, foi inaugurada em 1928. O sino foi comprado em 1953, por Fiorindo Rossato e Modesto Petroli, ficando suspenso em palanques até a construção na nova igreja em alvenaria, em 1962. O padroeiro foi escolhido em relação com Valentim Pignat, morador que sofria de epilepsia, sendo esse santo reconhecido por proteger pessoas com desmaios e epiléticas. Junto à capela, havia uma escola local que funcionou até 1988, quando iniciaram as atividades na nova Escola Segundo Lazzari.

Outra capela próxima ao Vale Aurora é a Capela Santa Lúcia, na Linha Reginatto, que se originou de seis famílias que formaram sociedade em 1992, inaugurando a igreja em 1996. Junto à Capela há um capitel construído em 1948 por Pedro Reginatto, dedicado a Santo Antônio e Santa Rosa de Lima (Mazzotti e Bigolin, 2012). A igreja mais antiga da região é a Capela São Pedro Apóstolo, construída em 1898, localizada na Linha Paulina Baixa, considerada o início do Vale Aurora, em terras da família Noé Passaia.

Não há uma delimitação clara sobre onde começa e onde termina o Vale Aurora. Em geral, as pessoas entrevistadas se referem às estradas da localidade, sempre na expectativa da pavimentação. A estrada em obras atualmente, de norte a sul, liga os roteiros turísticos da sede de Faria Lemos ao Vale dos Vinhedos. Emblemática é a localização das vinícolas Rotava (em Faria Lemos) e Barcarolla (Vale dos Vinhedos, com vinhedos e vinificação no Vale Aurora), de produção familiar, nos dois extremos dessa estrada. Antigamente, entretanto, as localidades eram demarcadas pelos postos de vinificação das cooperativas Tamandaré, Aurora e Companhia Vinícola Rio Grandense. Só no atual Vale Aurora, existiam dois postos de vinificação, que funcionaram até a década de 1990. Também é emblemática a proximidade desses postos de vinificação e comércios comunitários junto às sociedades de Capela, que estruturam a sociabilidade e a organização territorial camponesa na região.

Ficha Complementar histórico - documentos:

Trecho de mapa de delimitação do Vale Aurora. Década 1980-90. A pesquisa teria sido o primeiro trabalho de Ivanira Falcade.



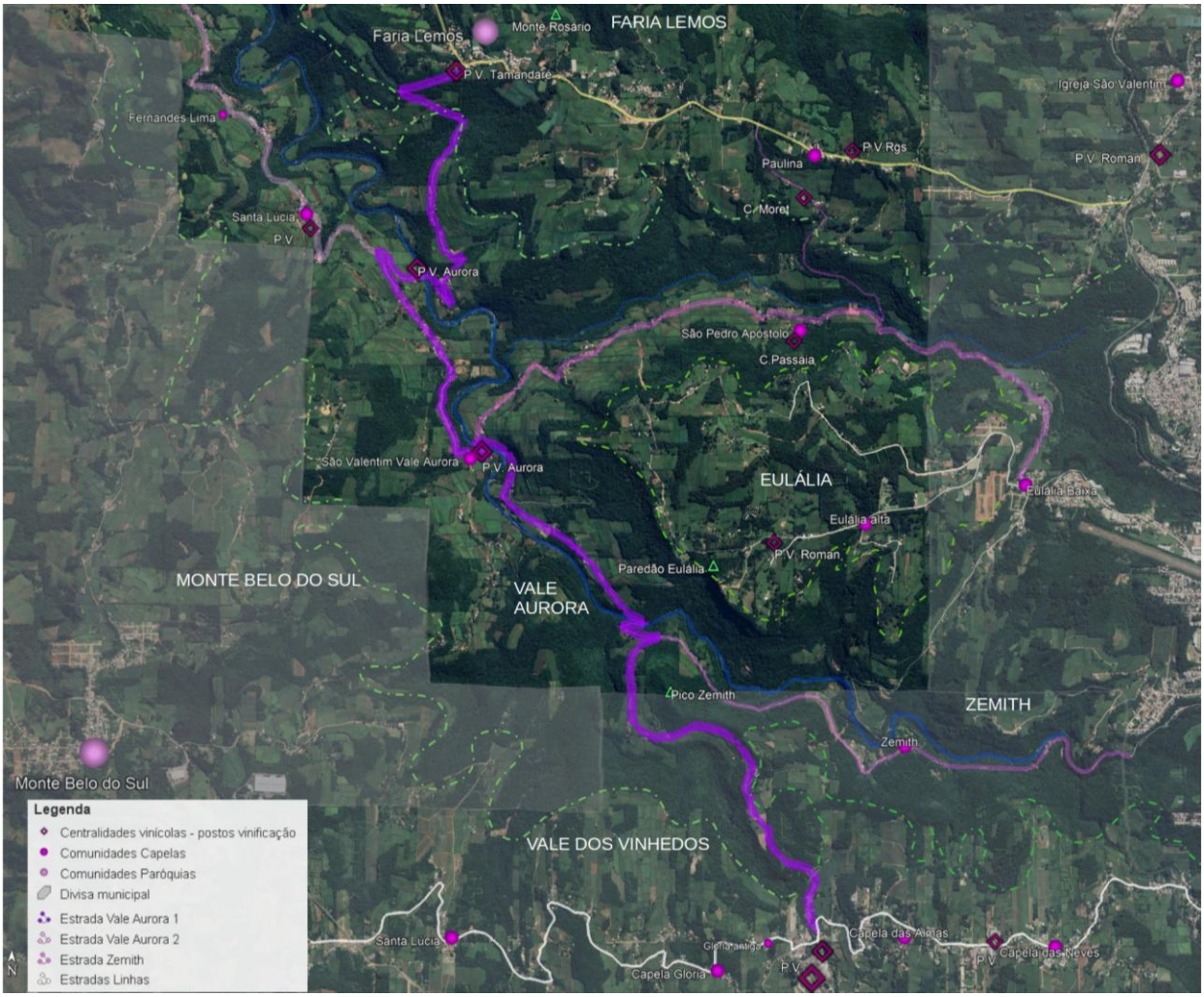
Fonte: Acervo de Paulo Gross, na Linha Paulina.

Rótulo do vinho Costebel, da Cooperativa Vinícola Aurora. Década 1980.



Fonte: Acervo de Roberto Locatelli.

Ficha complementar levantamento paisagístico:



Mapa síntese da imagem do lugar segundo Lynch, com as vias, limites, bairros, cruzamentos e pontos marcantes.



E.1. Vistas do Vale Aurora a partir do campanário de Faria Lemos.



Ficha complementar levantamento paisagístico – inverno 2024:




E.2. Estrada para o Vale Aurora, partindo de Faria Lemos.




E.3. Estrada para o Vale Aurora, casa Benvenutti e deslizamento sobre a propriedade e casa Dal Pizzol.




E.4. Vistas da estrada para o Vale Aurora.




E.5. Parreirais em latada com plátanos, na descida da estrada para o Vale Aurora.

Ficha complementar paisagem:




E6. Vinhedos em latada com plátanos. Ao fundo, os morros com parreirais.




E.7. Final da descida de Faria Lemos para o Vale Aurora. Vista da estrada e detalhe da casa antiga na paisagem.




E.8. Rio Pedrinho e sua ponte reconstruída (a esquerda) após a queda da primeira (a direita).




E.9. Posto de Vinificação da Cooperativa Vinícola Aurora. Pontes, rio e posto de vinificação demarcam início do Vale Aurora.

Ficha complementar paisagem:




E.10. Vistas dos vinhedos em direção ao posto de vinificação e arroio Pedrinho.




E.11. Vinhedos em latada com plátanos.




E.12. Construções junto à estrada do Vale Aurora.




E.13. Vinhedos em latada com plátanos.

Ficha complementar levantamento paisagístico:




E.14. Vinhedos em latada com plátanos.




E.15. Construções junto à estrada.




E.16. e E.17. Vista e construções junto à estrada.



E.18. Vista próximo à comunidade São Valentim Vale Aurora, com vinhedos a direita. Ao fundo o pico da Zemith.

Ficha complementar levantamento paisagístico:




E.19. e E.20. Vistas da estrada e casa.




E. 21. Chegada à comunidade São Valentim Vale Aurora. A esquerda capela e salão, a direita cemitério e vinhedo.




E.22. Vistas junto à comunidade São Valentim do Vale Aurora (após deslizamentos de maio de 2024).




E.23 e E.24. Ruínas do posto de vinificação da Cooperativa Vinícola Aurora.

Ficha complementar levantamento paisagístico:




E.25. Vistas a partir do outro lado da ponte em direção à comunidade do Vale Aurora (após enchentes maio 2024).




E. 26. e E.27. Vistas dos vinhedos na estrada que sobe para a Eulália.



E.28. Panorâmica da estrada do Vale Aurora em direção à Zemith. Outono 2015.




E.29. Vista do paredão da Eulália, a partir da estrada do Vale Aurora que segue à Zemith. Vinhedos em latada com plátanos.

Ficha complementar levantamento paisagístico:

Ficha complementar levantamento paisagístico:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

IPHAE

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 02 **BENS IMATERIAIS**

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº 43-PRS/22-0002-00002

Localidade: Distrito Faria Lemos

Denominação: Sede de Faria Lemos

Tipo:	[ ]	Celebração	[x]	Lugar	[ ]	Forma de Expressão	[ ] Modo de Fazer
Condição atual:	[x]	Vigente	[ ]	Risco de desaparecimento			[x] Memória

Ocorrência: Período: Local: Sede Faria Lemos

Comunidade / Grupos / Indivíduo(s): Associação Caminhos de Faria Lemos, Escola Estadual Ângelo Chiamolera, Paróquia Nossa Senhora do Rosário – Faria Lemos.
envolvidos: agricultores familiares, moradores, turistas e visitantes

Descrição:

A sede distrital de Faria Lemos forma um aglomerado multifuncional na área rural do Distrito de mesmo nome (Lei Complementar nº 200/2018). No alto no Monte Rosário, pode se situar a sede entre os lotes 47 e 51 da Linha Faria Lemos, colonizados a partir de 1877 pelas famílias Benvenutti, Enderle, Tesser, Rotava, Poloni, Buffon, entre outras.

Em perpendicular ao traçado dos lotes coloniais, a rodovia ERS 431, denominada Rodovia Estadual Dr. Afranio Hidalgo Lemos (Lei Estadual nº 9141/1990) atravessa o distrito no divisor de águas do morro e segue em direção ao Rio das Antas.

A sede religiosa do curato foi fundada em 1894, instituída Paróquia em 1924 e determinada distrito em 1925 (Caprara e Luchese, 2001). No ano que fazemos essa pesquisa está sendo comemorado o seu centenário. Para além de seu significado religioso, a praça da igreja agrega em seu entorno os equipamentos sociais, comunitários, institucionais e econômicos do distrito, sendo ponto de referência para as sociabilidades da localidade, tendo como grande organizadora a Escola Estadual Ângelo Chiamolera. A antiga igreja de alvenaria, construída em 1900 e substituída em 1989, ainda é referência afetiva da comunidade e memória de perda. Do alto do campanário, uma torre monumento construída no centenário da imigração italiana, tem-se a vista panorâmica do Vale Aurora e Vale do Rio das Antas. Dali, os sinos sonam a temporalidade dos dias e das vidas. Através dele as comunidades de capelas conversam entre si, anunciando as celebrações e os funerais.

Junto à antiga casa canônica, ressignificou-se a vida cultural dos moradores, instalando-se a casa de cultura da associação de turismo local. Agregam-se grupos musicais como a orquestra de sopros, o coro da Matriz Nossa senhora do Rosário, o Coro de cantoria Trevisani nel Mondo, o Coral Caminhos de Faria Lemos, o coro infantil. A paróquia também é sede de celebrações dos padroeiros, do “Suona le campane” e da Sagra Trevisana. A comunidade identifica-se com a imigração italiana no final do século XIX, principalmente pela origem camponesa em Treviso, no Vêneto. Várias famílias identificam a ancestralidade de seus antepassados, em rótulos de vinhos e outros produtos de agricultura familiar. Mas outras etnias também compõe o lugar, representadas pelos sineiros da família Maschke, de origem polonesa.

Tal como uma acrópole, o conjunto localiza-se no alto do morro, para onde as comunidades se deslocam em momentos de celebrações ou de tragédias. No salão da paróquia – local alto e seguro - é que foram abrigadas as famílias atingidas pelas chuvas de maio de 2024. Dali se tem a visão de toda a região, não para se defender de invasores, mas para comunicar a solidariedade característica das comunidades de capelas na Serra Gaúcha.

Contato(s) no Município:
Agostinho Petroli, Enio Buffon, Milena Poloni, Pergher, Vanildo Enderle, Alfeo Rotava, Neiva Baldo, Janete Maria Petroli Buffon

Pesquisas realizadas na área e Referências Bibliográficas:

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. Bento Gonçalves: História e Memória - Distrito de Faria Lemos. Bento Gonçalves: Fundação Casa das Artes, 2001.

HISTÓRIA da Comunidade-Igreja-sede Paróquia Nossa Senhora do Rosário – Faria Lemos. Bento Gonçalves: Escola Estadual de 1º grau Professor Ângelo Chiamolera, alunos e professores da 4ª série, 2000.

MAZZOTTI, Fabiano; BIGOLIN, Isidoro. Amém, Bento Gonçalves: igrejas e capelas desta terra. Bento Gonçalves: Fabiano Laércio Mazzotti, 2012.

Responsável pelo inventário: Arq. Urb. Cristiane Bertoco, Mus. His. Deise Formolo

Data: 15/08/2024

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Caracterização e histórico:

A região de estudo pertence à zona rural do município, no Distrito de Faria Lemos. As comunidades rurais estão distribuídas entre linhas e travessões, que formam os lotes coloniais, colonizados no final do século XIX, por imigrantes oriundos do Vêneto, Trento, Lombardia e Polônia. Os lotes da Linha Faria Lemos foram ocupados entre 1877 e 1883 (Caprara e Luchese, 2010, p. 27 a 30), na linha traçada em perpendicular à Linha Zemith, a sul, e se estende até a 3ª Secção do Rio das Antas, a norte. Bem ao centro da linha, aproximadamente entre os lotes 47 e 51, situa-se a sede da localidade, junto à estrada principal de Faria Lemos, atualmente ERS 431, que liga Bento Gonçalves à região de Guaporé.

A sede de Faria Lemos localiza-se no alto do morro, de onde é possível a vista da maior parte do seu entorno, especialmente do Vale Aurora e do Vale do Rio das Antas. Segundo Caprara e Luchese (2010) nome tem origem em uma homenagem dos agrimensores ao então 2º Vice-presidente da Província do Rio Grande do Sul, Desembargador Francisco Faria Lemos, governante no período de 1877 a 1878, mas a tradição local atribui a denominação ao nome do agrimensor que traçou os lotes. A sua implantação como sede foi originada pela presença religiosa católica, em uma história curiosa:

> O Frei Davide Faustini [Padre Trentino] era vigário em Monte Belo quando em 1894 foi transferido para a Alcântara e ali permaneceu durante algum tempo, ministrando os santos sacramentos. Foi construída uma capela de madeira, mas o Frei não se adaptou ao local por ser muito quente e transferiu-se para a atual sede de Faria Lemos, a contragosto dos moradores da Alcântara.
>
> Em Faria Lemos, no local da subprefeitura, foi construída a primeira capela em madeira coberta de tabuinhas ('scandole'). Em 1896, com tijolos artesanais, construíram uma Igreja dedicada à Nossa Senhora do Rosário (Caprara e Luchese, 2010, p. 65).

Segundo Mazzotti e Bigolin (2012, p. 59) o Livro Tombo da Paróquia registra que "a primeira igreja do lugar foi construída no ano de 1881. Ela era pequena, de madeira e localizada em área de terras do lote número 47, na época, de propriedade de Leonardo Benvenutti […] ao lado de onde hoje se localiza o prédio da subprefeitura" (antigo grupo escolar da localidade, hoje sem uso). O primeiro padroeiro era São José e ao lado da Igreja localizava-se o primeiro cemitério da comunidade, de 1876. A segunda igreja, de alvenaria, com a porta principal voltada para oeste, teve o início de sua construção em 1896. Foi inaugurada em 22 de fevereiro de 1900, quando passou a ser dedicada à Nossa Senhora do Rosário.

O Curato foi fundado no dia 20 de abril de 1894, instituindo-se a Paróquia em 13 de setembro de 1924. Em 1915, "instituiu-se a Congregação das Filhas de Maria e depois as obras das vocações sacerdotais" (Livro Tombo da Paróquia de Faria Lemos apud Caprara e Luchese, 2010, p.66). A Casa Canônica foi construída no período de D. Constantino Gatti (1914-1918), considerada então a mais confortável da colônia. Em 1925, o álbum comemorativo registra que "A igreja paroquial tem três sinos pesando 500 Kg e foi fabricada na fundição de Giovanni Gnoatto" (Cinquantenario, 1925 apud Caprara e Luchese, 2010, p. 67). Com o desenvolvimento da localidade, o Distrito foi criado em 31 de janeiro de 1925, através de Ato do então intendente municipal, o Engenheiro João Baptista Pianca, tendo festa de inauguração oficial em 11 de fevereiro de 1926.

Em 1960, o primeiro campanário e o salão de madeira foram derrubados, dando espaço ao novo salão, que foi inaugurado em 16 de janeiro de 1965. Já em 1974, inicia a construção da Torre Monumento, inaugurada em 11 de maio de 1975, na ocasião do centenário da imigração italiana. Do alto se seus 18 metros, onde estão localizados os 3 sinos, tem-se a vista panorâmica dos parreirais do Vale Aurora e do Vale do Rio das Antas. Em 1987, o padre passa a residir junto à Paróquia de São Roque e em 1989, começou a ser construída a nova igreja, em forma de octógono, inaugurada em 13 de outubro de 1996. Posteriormente, a casa paroquial passou a ser utilizada como Casa de Cultura da Associação Caminhos de Faria Lemos.

A demolição da igreja antiga de alvenaria de 1900, é memória de perda para a comunidade, sendo protagonista do trabalho "História da Comunidade-Igreja-sede Paróquia Nossa Senhora do Rosário – Faria Lemos" elaborado na Escola Professor Ângelo Chiamolera. O trabalho – guardado na paróquia - é tão importante que no desfile da Fenavinho de 2023, cópias deste identificavam a identidade local no carro alegórico do distrito.

Imagens do lugar:

Paroquia Nossa Senhora do Rosário e Praça Luiz Tesser, ponto focal de Faria Lemos.



Fonte: Diocese de Caxias do Sul.



Vista da paróquia em direção ao aglomerado e ao Vale Aurora.
Fonte: Jornal Semanário. https://jornalsemanario.com.br/faria-lemos-um-distrito-de-espirito-familiar-e-comunitario/



Vista panorâmica de Faria Lemos. Fonte: Paróquia Nossa Senhora do Rosário – Faria Lemos.

Iconografia:

Festa de Nossa Senhora do Santo Rosário, em 1898. Ao centro o hotel, hoje casa Rotava. Fonte: História Faria Lemos, 2000.

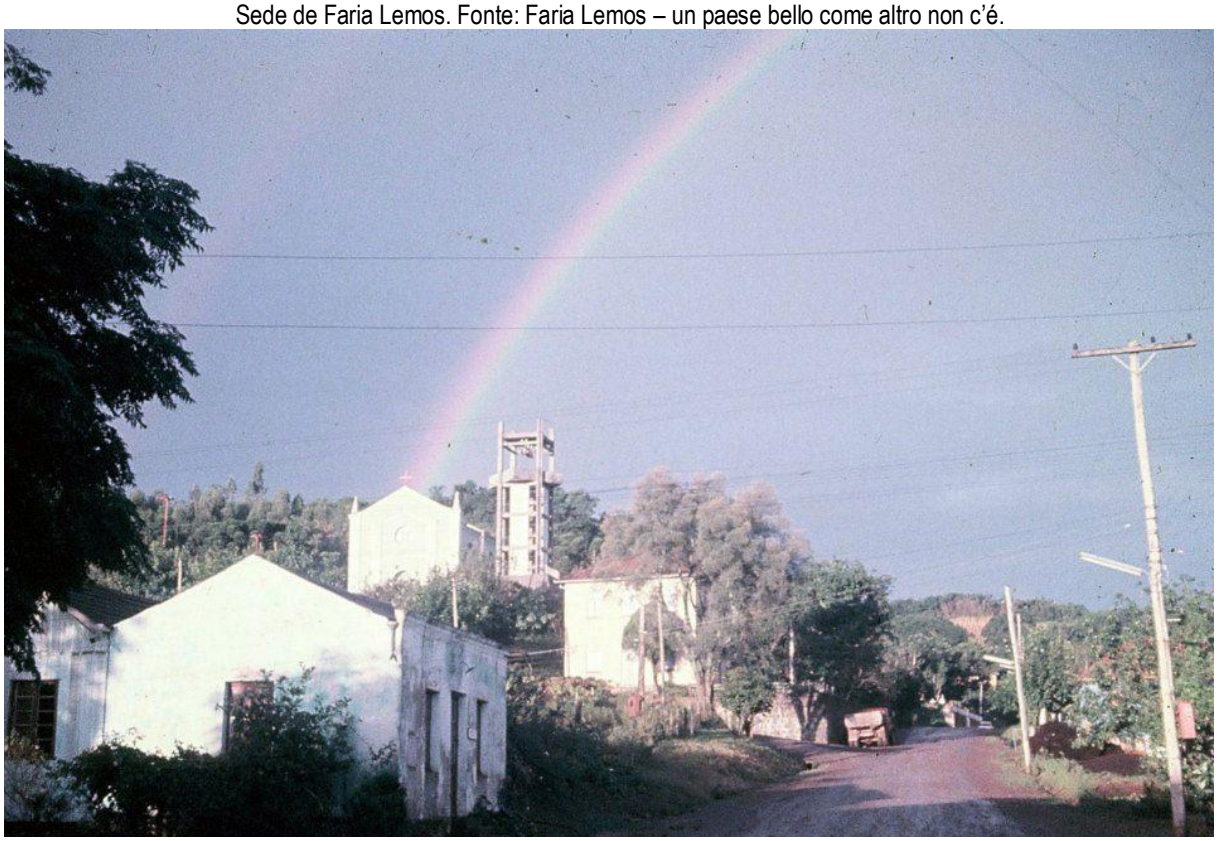


Faria Lemos em 1915. Foto acervo Museu do Imigrante.



Iconografia:

Sede de Faria Lemos. Fonte: Faria Lemos – un paese bello come altro non c'é.



Vista geral de Faria Lemos. Fonte: Acervo Museu do Imigrante.



Iconografia:

A igreja que foi demolida para dar lugar à nova. Fonte: História Faria Lemos, 2000.







Iconografia:

A igreja que foi demolida para dar lugar à nova. História Faria Lemos, 2000.





Fotografias da Igreja inaugurada em 1.900.

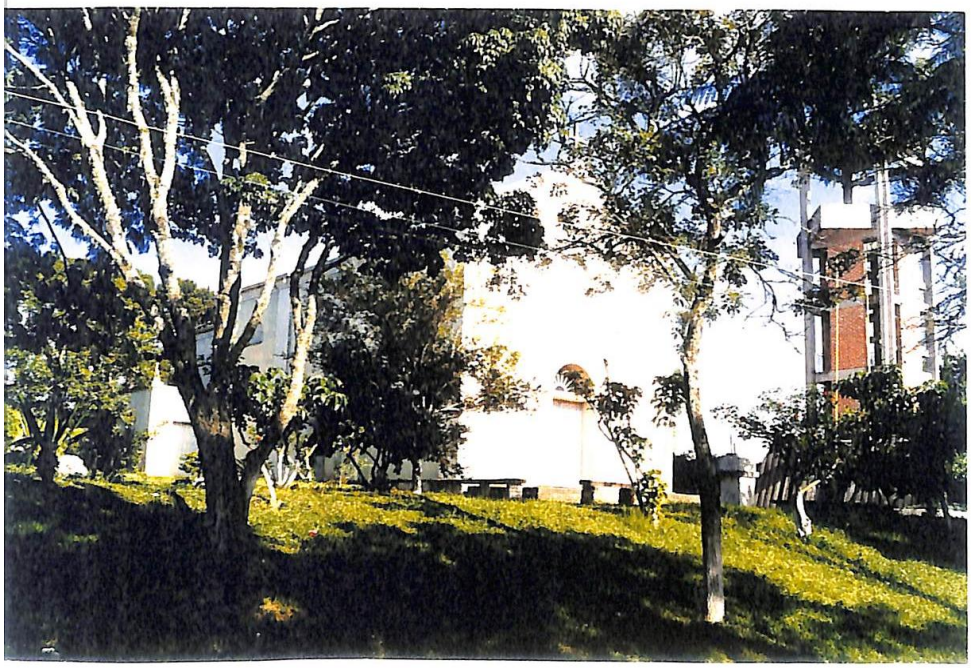


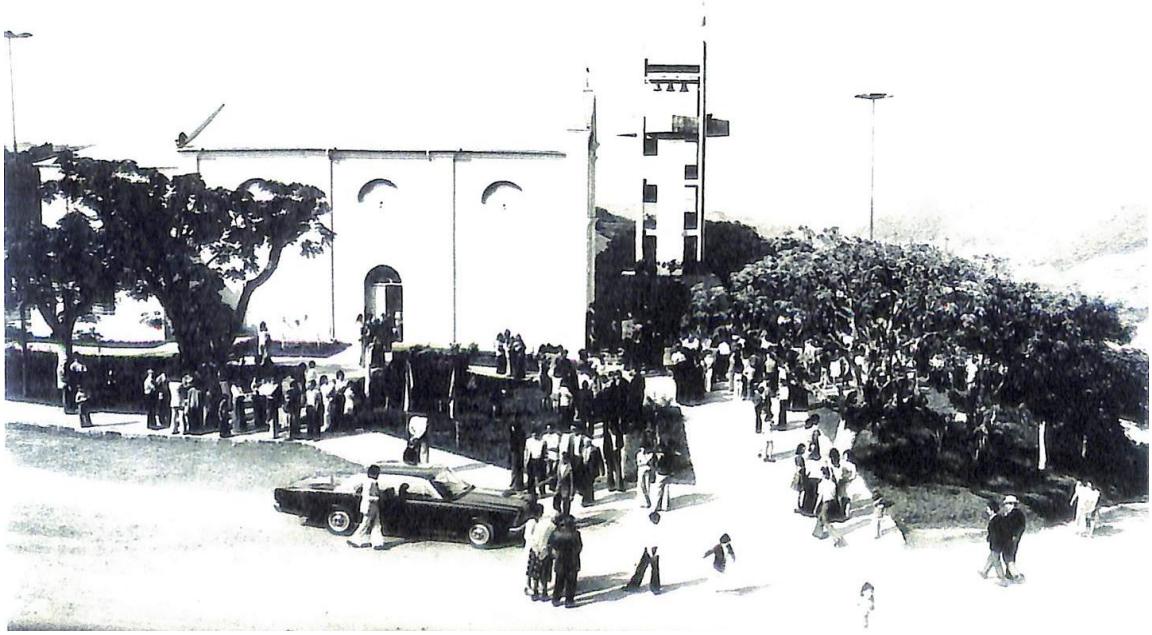
Iconografia:

A praça e a igreja antiga. Fonte: História Faria Lemos, 2000.



Fotografias da Igreja inaugurada em 1900.





Iconografia:

Placas da praça referindo momentos históricos do lugar.













Paisagem e Evolução urbana:

2004



2018



2024



Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

IPHAE

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M **BENS IMATERIAIS**

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº 43-PRS/22-0002-00003

Localidade: Sede da Linha Paulina - Distrito Faria Lemos

Denominação: Sede da Linha Paulina – Capela São Paulo

Tipo:		Celebração	X	Lugar		Forma de Expressão		Modo de Fazer
Condição atual:	X	Vigente		Risco de desaparecimento				Memória

Ocorrência: Período: Local: Linha Paulina – Distrito de Faria Lemos

Comunidade / Grupos / Indivíduo(s): Capela São Paulo, Associação Trevisani nel Mondo envolvidos: agricultores familiares e descendentes, moradores, turistas.

Descrição:

A Capela São Paulo da Linha Paulina é uma típica comunidade de origem colonial italiana, cujos primeiros moradores, em sua maioria, eram provenientes da província de Treviso, no Vêneto. Junto à igreja de arquitetura modernista, encontram-se o salão comunitário, a praça, o capitel e o antigo grupo escolar Ipiranga. Um pouco adiante na estrada, surgem o cemitério e o campo de futebol. Completam a paisagem o casario da primeira metade do Século XX e os vinhedos em latada com estrutura em Plátanos podados, que emolduram as vistas da estrada.

Centralidade econômica da Linha (dividida entre a Paulina e a Paulina Baixa) nas décadas de 1920 e 1930, a casa de negócios e estabelecimento vinícola de Giovanni Simon e Ferdinando Callegari no lote 26, onde também fabricavam salames e queijos, foi destacado no álbum Cinquantenario della colonizzazione italiana nel Rio Grande del Sud (1925). "Compravam gêneros coloniais que eram trocados por produtos que o colono necessitasse ou, então, por dinheiro. Muitas vezes os próprios comerciantes, a exemplo de Simon e Callegari, mantinham pessoas para passarem pela colônia e comprarem os excedentes dos colonos" (Caprara e Luchese, 2010, p. 53). A comunidade também contou com uma Cooperativa de laticínios junto à atual casa da família Poloni (década de 1950) e a Companhia Vinícola Riograndense, que ocupou o prédio da Vinícola Simon até a década de 1990.

O lote 26 da Linha Paulina também tem registro de outros negócios em momentos diversos (Caprara e Luchese, 2010, p. 51), como as sapatarias de Domenico Dolzan, Gaetano Dolzan e Costanzo Tofolatti, o negócio de 2ª e 3ª classe de Todeschini e Cia, o negócio de 4ª classe de Lorenzo Ferrandin, a ferraria de Antonio Oselame. De João Simon consta em 1925 um "negócio 2ª classe, pequena farmácia, obras couro, carreta grande, fábrica de vinhos, queijo, alambique e pipa" (Caprara e Luchese, 2010, p. 51). De Fernando Callegari consta em 1930 um "negócio 2ª classe, obras de couro, compra produtos, carreta pequena particular e carreta grande particular, auto particular" (Caprara e Luchese, 2010, p. 51) e ainda uma fábrica de queijo em nome de João Simon e Cia, em 1930. A propriedade de Simon e Callegari hoje é herdada e administrada pelo Eng. Paulo Fernando Gross.

Atualmente, a comunidade, representada, entre outros, por Adairon Luiz Moret, é referência do Menarosto, um assado em espetos relativos da tradição Trevisana, geralmente feito com galeto ou vitela, além das festas comunitárias com lasanhas na

Contato(s) no Município:

Rinaldo Dal Pizzol (vinicultor e pesquisador), Eng. Paulo Fernando Gross (descendente Simon - Callegari), Zeferino Moret (viticultor), Adairon Luiz Moret (viticultor), Valter Ricardo Moro (Trevisani nel mondo), Valério Simonetti (Trevisani nel mondo).

Pesquisas realizadas na área e Referências Bibliográficas:

CAPRARA, Bernardete Schiavo; LUCHESE, Terciane Ângela. Bento Gonçalves: História e Memória - Distrito de Faria Lemos. Bento Gonçalves: Fundação Casa das Artes, 2001.

DAL PIZZOL, Rinaldo. PASTOR, Luis Vicente Elias. Paisagens do vinhedo rio-grandense. Bento Gonçalves: Rinaldo Cistílio Dal Pizzol, 2016.

MAZZOTTI, Fabiano; BIGOLIN, Isidoro. Amém, Bento Gonçalves: igrejas e capelas desta terra. Bento Gonçalves: Fabiano Laércio Mazzotti, 2012

Responsável pelo inventário: Arq. Urb. Cristiane Bertoco, Mus. His. Deise Formolo

Data: 08/07/2025

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)

Porto Alegre, de de

Observações:

Analisado por: ID:

Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Mapas e Imagens do lugar:





































Imagens do lugar:





Casa mercado Simon Callegari. Fonte: https://raizesdaarquitetura.blogspot.com/2013/07/as-belezas-do-interiorparte-i.html





Casas Callegari de madeira. Fonte: https://raizesdaarquitetura.blogspot.com/2013/07/as-belezas-do-interiorparte-i.html



Festa comunitária na Comunidade São Paulo da Paulina:





Interior do salão comunitário com painéis das edificações símbolo da comunidade.









Ingresso da festa e mesa da rifa.





Ficha complementar levantamento paisagístico:

Ficha complementar levantamento paisagístico – inverno 2024:

Ficha complementar paisagem:

Ficha complementar paisagem:

Ficha complementar levantamento paisagístico:

Ficha complementar levantamento paisagístico:

Ficha complementar levantamento paisagístico:

Ficha complementar levantamento paisagístico:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 02 **BENS IMATERIAIS**

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº 43-PRS/22-0002-00004

Localidade: Distrito Faria Lemos

Denominação: Sagra Trevisana de Faria Lemos

Tipo:	X	Celebração		Lugar		Forma de Expressão		Modo de Fazer
Condição atual:	X	Vigente		Risco de desaparecimento				Memória

Ocorrência: Bianual Período: março Local: Sede Faria Lemos – Paróquia Nossa Senhora do Rosário

Comunidade / Grupos / Indivíduo(s): Associação Caminhos de Faria Lemos, Escola Estadual Ângelo Chiamolera, Orquestra de sopros de Faria Lemos, Coral Caminhos de Faria Lemos, Grupo Trevisani Nel Mondo.
envolvidos: agricultores familiares, moradores, turistas e visitantes

Descrição:

Originalmente as Sagras eram as festas de capela – encontros religiosos realizados no dia do patrono, quando a comunidade se reunia para rezar o terço, assistir à missa e realizar a procissão do santo comemorado. No início, as refeições eram realizadas na casa de familiares próximos ou ao ar livre, no entorno da capela. Com o tempo e a construção dos salões comunitários, os almoços passaram a ser organizados ali, através do trabalho voluntário de fabriqueiros e festeiros (De Boni e Costa, 2011).

A Sagra Trevisana é um evento comunitário que celebra as tradições dos imigrantes italianos, os quais no distrito de Faria Lemos, na maioria são de origem em Treviso, no Vêneto. A festa é realizada em um domingo ("la domenica dei nonni" – o domingo dos avós), geralmente iniciando pela manhã com a missa em língua Talian, almoço típico com comida colonial, do qual destaca-se localmente o galeto e o vitelo a "menarrosto". Segue todo o tempo a exposição ao longo do dia, de ofícios e jogos tradicionais.

Em 2023 foram representados os jogos da mora e da bisca, o modo de fazer o artesanato em dressa (trança com palha de trigo), a confecção de cestas de vime, elaboração da chimia (figada), do pão na palha de milho feito no forno a lenha, da massa (bigoli), da polenta e do galeto a menarrosto, ofício de ferreiro, modo de fazer taipa de pedra, a pisa da uva, a debulha do milho e o bater feijão, acompanhados de narradores em Talian, além de apresentações da Orquestra de sopros de Faria Lemos, Coral Caminhos de Faria Lemos e Coral Trevisani Nel Mondo. Também foram representados resgates de brincadeiras infantis, como pernas de pau, pular corda e carrinho de lomba.

A própria comunidade, através da Associação Caminhos de Faria Lemos, fez o registro em vídeo do evento. Em 2021, em função da pandemia, foram realizados vídeos individuais a cada jogo ou ofício. Em 2023, todo o evento foi filmado.

Contato(s) no Município:
Agostinho Petroli, Enio Buffon, Milena Poloni, Lúcia Maria Petroli Enderle, Vanildo Enderle.

Pesquisas realizadas na área e Referências Bibliográficas:

Registro da Sagra de 2023:
11ª Sagra Trevisana Di Faria Lemos - Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=ACp8T3nSbb4 Acesso em 28/06/2024.
11ª Sagra Trevisana Di Faria Lemos - PARTE 2. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=wjkZ9bycHGI Acesso em 28/06/2024.

10º Sagra Trevisana Di Faria Lemos em 04/12/2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=bT4vaeTXy90 Acesso em 28/06/2024.

Registros dos ofícios e jogos, feitos pela Associação Caminhos de Faria Lemos em 2021:
Lavoro - 10º Sagra Trevisana Di Faria Lemos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=o-S2s6-f-4A Acesso em 28/06/2024.
Ferreiro - 10º Sagra Trevisana Di Faria Lemos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=D8DBgPHjUTo Acesso em 28/06/2024.
Polenta - 10º Sagra Trevisana Di Faria Lemos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5dqJGKJS3MU Acesso em 28/06/2024.
Cesta - 10º Sagra Trevisana Di Faria Lemos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=7A-fugtlHsE Acesso em 28/06/2024.
Quatrilho - 10º Sagra Trevisana Di Faria Lemos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=peoR1NZ9xZ0 Acesso em 28/06/2024.
Mora - 10º Sagra Trevisana Di Faria Lemos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3_0l6v7R1h0 Acesso em 28/06/2024.
Dressa - 10º Sagra Trevisana Di Faria Lemos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=VvmoA4fftmA Acesso em 28/06/2024.
Pão - 10º Sagra Trevisana Di Faria Lemos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=flfp3Tm1amQ Acesso em 28/06/2024.

Responsável pelo inventário: Arq. Urb. Cristiane Bertoco, Mus. His. Deise Formolo

Data: 28/06/2024

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Levantamento fotográfico 2023:




Missa em Talian na Igreja da Paróquia Nossa Senhora do Rosário.




Exposição de trabalhos da turma de Atelier IV, do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Caxias do Sul- CARVI.





Exposição e demonstração do modo de fazer a dressa.




Demonstração do modo de fazer taipa de pedra.

Levantamento fotográfico 2023:



Apresentação de grupo de cantoria italiana.





Jogos da bisca e da mora.



Demonstração do modo de fazer cesta de vime.





Demonstração do ofício de ferreiro.

Levantamento fotográfico 2023:



Demonstração do vitelo a menarosto.





Demonstração do modo de fazer marmelada.





Enrolando um palheiro.





Debulhando milho.

Levantamento fotográfico 2023:




Pisando uva ao som da Orquestra de sopros.




Pisa da uva.



Serrando madeira.





Batendo feijão.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

IPHAE

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 02 **BENS IMATERIAIS**

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº 43-PRS/22-0002-00005

Localidade: Vale Aurora, Eulália, Distrito Faria Lemos; Vale do Rio das Antas - Distritos de Tuiuty, Vale dos Vinhedos e São Pedro.

Denominação: Sistema tradicional de produção de uva em latada, com tutores vivos.

Tipo:		Celebração		Lugar		Forma de Expressão	X Modo de Fazer
Condição atual:	X	Vigente	X	Risco de desaparecimento			Memória

Ocorrência: Período: ano inteiro Local: Vale Aurora, toda a zona rural do município.

Comunidade / Grupos / Indivíduo(s): Casa Dequigiovanni, famílias Premaor, Tomasi, Strapazzon, Petroli, Zucchi, Buffon... envolvidos: agricultores familiares, empregados safristas. Indígenas Kaingang

Descrição:

O sistema tradicional de produção de uva se dá através do plantio, por agricultores familiares, principalmente de uvas americanas, como a uva Isabel, mas também de variedades viníferas, em um formato horizontal de caramanchão, denominado latada. Na região analisada é peculiar a sustentação das videiras com tutores vivos – plátanos – cuja expressão na paisagem remete a mosaicos e bordados. Conforme diversos entrevistados, o uso do plátano associado à videira, em que muitas vezes a árvore "engole" o arame, ocorre como forma de garantir a sustentação do vinhedo em locais de topografia acentuada. Nesses locais, a viticultura é considerada "heroica", pelo trabalho braçal e perigos que gera. Também é comum o plantio de milho nos espaços que sobram, assim como de roseiras junto às parreiras, que servem para alertar sobre o ataque de pragas.

Ao longo do ano, a paisagem sofre modificações de acordo com o comportamento vegetativo e humano: No outono e inverno é o período de repouso vegetativo, com o amarelamento e queda das folhas, tempo de cuidados com a "mufa", por volta de agosto é tempo de poda e amarração, no final do inverno e início da primavera, na medida que aumenta a temperatura, ocorre a brotação, depois a floração e frutificação, períodos de tratamento das parreiras, e no verão com a maturação, a colheita e a vindima. Tradicionalmente, a amarração das parreiras é realizada artesanalmente, junto com a poda, utilizando vimes plantadas na propriedade colonial (processo que vem sendo facilitado e substituído pelo uso de uma maquininha com amarrador de plástico).

O trabalho, na maior parte do ano, conta apenas com mão de obra familiar. Antigamente, a poda e a colheita eram realizadas com a ajuda de familiares e vizinhos, mas atualmente são realizadas com a contratação de mão de obra externa. A colheita é a época de integração entre a família produtora e os empregados, muitas vezes também familiares entre si, que são hospedados e alimentados na propriedade, sob responsabilidade feminina. É comum os contratados serem agricultores familiares de outras regiões na entressafra, ou grupos indígenas. Esse relacionamento tradicional encontra-se em risco pela dificuldade de contratar a mão de obra costumeira, passando por mudanças, em razão de contratações através de empresas terceirizadas.

Contato(s) no Município:
Marilei Elisabete Piana Giordani (pesquisadora), Sandro Giordani (agente cultural), Arthur Dequigiovanni (Eulália), Nei Tomasi (Addolorata/ Tuiuty), Vilso Strapazzon (São Pedro), Paulo Buffon (Faria Lemos).

Pesquisas realizadas na área e Referências Bibliográficas:

FALCADE, Ivanira. A paisagem como representação espacial: A paisagem vitícola como símbolo das indicações de procedência de vinhos das regiões Vale dos Vinhedos, Pinto Bandeira e Monte Belo (Brasil). Tese apresentada em cotutela no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na Escole Doctorale Environnements2Santé da Universidade da Borgonha. Porto Alegre, UFRGS, 2011.

GIORDANI, Marilei Elisabete Piana. Paisagem do vinho: o valor cultural como recurso para a preservação no Vale dos Vinhedos - RS – Brasil. Tese submetida ao Programa de Pós Graduação de Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da UFRGS. Porto Alegre, UFRGS, 2020.

MIGOTTO, Boca. À sombra das videiras. Documentário. Bento Gonçalves: NAC – Núcleo audiovisual Faculdade Cenecista. Fundo Municipal de Cultura de Bento Gonçalves. 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=8d8RwkFWknc Acesso em 26 jun 2024. (registra a colheita da uva e depoimentos de viticultores e safristas em um ano de chuva)

MAZZAROTTO, Graziela. Entre tramas e vinhos: a imaterialidade no uso de vimes entrelaçada ao cultivo da uva e à elaboração de vinhos. Dissertação de mestrado Programa de Pós Graduação em História Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul: UCS, 2023.

Responsável pelo inventário: Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

Data: 26/06/2024

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Fotografias:




Parreiras em latada com plátanos, flores e milharais, no verão, vistas de uma estrada no Vale Aurora.




Parreiral em latada com topografia terraceada. Caixas de uva com o nome do viticultor demonstram a colheita em andamento.




Poda das parreiras no inverno. Fotos: Alice De Costa Bertoco





Colheita das uvas no verão. Fotos: Alice De Costa Bertoco

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 02 **BENS IMATERIAIS**

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº 43-PRS/22-0002-00006

Localidade: Distritos Faria Lemos, Vale dos Vinhedos, São Pedro, Tuiuty

Denominação: Modo de fazer do vinho colonial ou vinho de colônia

Tipo:		Celebração		Lugar		Forma de Expressão	X	Modo de Fazer
Condição atual:	X	Vigente	X	Risco de desaparecimento				Memória

Ocorrência: anual Período: ano inteiro Local: Toda a zona rural do município.

Comunidade / Grupos / Indivíduo(s): envolvidos: agricultores familiares, EMATER, Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Agricultura, Sindicatos

Descrição:

O modo de elaboração de vinho colonial ou vinho de colônia é alicerçado na produção tradicional de uva por agricultores familiares, a maioria descendentes de imigrantes do norte da península itálica que colonizaram a região no final do Século XIX, trazendo a cultura do vinho de suas regiões de origem e adaptando-se ao novo meio ambiente e às uvas americanas.

É costume familiar, desde que foi possível o cultivo da uva, elaborar o vinho de mesa, em pequena escala, para consumo próprio e eventual comercialização para a vizinhança. A receita tradicional da maioria das famílias trata-se de um vinho rosé de uva Isabel, leve e de menor teor alcoólico, considerado pelos agricultores mais saudável e natural, por não utilizar aditivos e a uva receber menos tratamento. O vinho normalmente é elaborado no porão de pedra das casas, ou em pavilhão próximo às residências da família, nem sempre para comercialização.

A elaboração de vinho colonial ou de agricultores familiares – de diversas variedades, viníferas ou americanas, tem sido incentivada pela EMATER, que realiza a orientação técnica para as famílias interessadas, assim como organizava o Festival do Vinho Colonial anualmente, junto com a Secretaria de Desenvolvimento da Agricultura do município. Com a Lei do Vinho Colonial, de caráter federal, em vigor desde 2014, tornou-se possível ao pequeno agricultor legalizar sua produção e vendê-la na propriedade e em feiras de agroindústrias.

Para Arthur Dequigiovanni, o vinho comum é a base do sustento da família, sua tradição, afirmando categoricamente que é "graças à uva Isabel" que eles possuem a casa e a terra onde vivem. É um vinho mais “fácil de tomar” e de vender, bem aceito por ser leve e gelado, sem o peso dos taninos da uva vinífera. É considerado o “vinho de todo dia e de toda noite”, harmoniza com qualquer alimento e não segue uma padronização industrial, mas a receita familiar que, a cada ano, valoriza a essência da uva e a sua identidade.

Já Sandro Vicentini acredita que o vinho colonial não é apenas uma bebida, mas o símbolo de um começo e da continuação de uma história que remonta a gerações, como a da família Somensi, que chegou em 1879 e encontra-se na sétima geração de vitivinicultores. O “vinho de porão” representa a continuidade cultural e a memória dos antepassados. Para ele, a principal diferença entre o vinho colonial e o industrializado não reside necessariamente no tipo de uva utilizado (embora a uva comum necessite de menos tratamento artificial), mas sim na história, na percepção de naturalidade e no ambiente de produção. Sandro defende a manutenção da denominação “colonial” pelo seu significado e autenticidade, ligado à história local.

Contato(s) no Município:

Thompsson Benhur Didone – EMATER, Arthur Dequigiovanni (Casa Dequigiovanni - Eulália baixa), família Premaor (Linha Zemith), Diva e Auri Flamia (Piccola Cantina – Faria Lemos), Paulo Buffon (Vinícola Buffon – Paulina) Alceu Speranza (Faria Lemos), Mário Petroli (Vinhos Petroli - Faria Lemos), Nei Tomasi (Addolorata – Tuiuty), Vilso Strapazzon (Cantina Strapazzon – São Pedro) Vitório Somensi e Sandro Vicentini (Porão do Vale – Vale dos Vinhedos), Carlos e Douglas de Costa (São Valentim).

Pesquisas realizadas na área e Referências Bibliográficas:

BATTISTEL, Arlindo. 01 Retratos da Colônia - Uva e Vinho. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=INVB5LE7UCs&t=754s

DIDONE, Thompson Benhur. Vinícolas familiares do Vale dos Vinhedos: proposta de modelo de negócio para promoção da competitividade a partir de recursos territoriais. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Viticultura e Enologia do Instituto Federal do Rio Grande Do Sul. Bento Gonçalves: IFRS, 2023.

Vinho colonial: Um guia para formalização de agricultores familiares no Estado do Rio Grande do Sul. Bento Gonçalves, RS: IBRAVIN; Embrapa Uva e Vinho; Porto Alegre, RS: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento : Secretaria de Agricultura, Pecuária e Irrigação : Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo : Emater/RS : Universidade Federal do Rio Grande do Sul,

Responsável pelo inventário: Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

Data: 26/06/2024

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)

Porto Alegre, de de

Observações:

Analisado por: ID:

Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Fotografias:



Equipamentos tradicionais de moagem da uva e elaboração do vinho, por Arthur Dequigiovanni.



Fases da moagem da uva, Carlos, Veranice e Miguel De Costa.





Fases da elaboração do vinho no Porão do Vale, com Sandro Vicentini.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

IPHAE

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M **BENS IMATERIAIS**

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº 43-PRS/22-0002-00007

Localidade: Distritos de Faria Lemos, Tuiuty, Vale dos Vinhedos, São Pedro

Denominação: Artesanato em palha de trigo - *Dressa*

Tipo:		Celebração		Lugar		Forma de Expressão	X	Modo de Fazer
Condição atual:	X	Vigente	X	Risco de desaparecimento				Memória

Ocorrência: Período: Local:

Comunidade / Grupos / Indivíduo(s): Ponto de Cultura Vale dos Vinhedos, Associação dos Artesãos Caminhos de Pedra, Família Bisolotti – Mãos de Palha, "Os Nani" de Farroupilha. envolvidos: agricultores familiares, artesãos

Descrição:

A Dressa é o artesanato em palha de trigo muco, tradicionalmente executado por descendentes de imigrantes italianos. Segundo Prudencio (2012), a dressa é muito mais que a trança, mas envolve o plantio do trigo, selecionar a palha, fazer a trança, montar o chapéu ou a sporta/ sportola (bolsa, sacola). A autora descreve o processo de plantio, separação, coloração e armazenamento, os processos e tipos de trança, até o processo de costura, assim como os significados da prática para as/os artesãs(ãos). Já Tedesco (2025) pesquisa as memórias da dressa na região de Bento Gonçalves.

A mestra artesã Lourdes Trivelin De Toni explica que a Dressa é feita com sete palhas, as quais devem estar sempre úmidas para facilitar o trabalho. "E tu trabalha sempre no lado das quatro. Quando que tem as quatro, dá uma dobradinha na primeira, sobe das duas e passa, vai passando lado e lado, sempre continuando. E quando a palha fica curtinha, então a gente repõe [...] Então, tu trabalhas sempre do lado das quatro, vai dando uma voltadinha do meio, vai passando por cima das duas, que ficou trançado. E tem que trabalhar sempre com a palha molhada, porque senão ela quebra, ela se estrala. Está aí sempre molhada, e depois desliza. Não dá para deixar ela amontoada, molhada. Depois tem que deixar ela secar na sombra, esticada, para ela não perder a cor natural".

O fazer da dressa também está relacionado ao encontro do filó, quando as famílias se encontravam para realizar atividades artesanais, contar histórias, cantar e comer. Por isso, boa parte dos coros de cantoria italiana fazem dressa durante suas apresentações musicais, que atualmente ocorrem em encontros e feiras. Também está relacionado ao ato de ocupar o tempo a noite, após o trabalho na roça, e todos os momentos disponíveis, conforme registra Prudencio (2012), de que as mulheres faziam tranças de dressa no caminho até a roça. Atualmente, também é visto como uma "terapia", uma forma de ocupar o tempo livre.

Entre trançados e emendas, o tempo vai passando e os assuntos vão surgindo. Em geral, não se faz dressa em silêncio nem na solidão. As pessoas se reúnem e, enquanto trançam, contam histórias de antepassados e comunidades aos redores, contam experiências pessoais. Como diz Angela Maria De Toni Bisolotti, sobre sua avó: "quando começa a fazer a dressa vem a vizinha, rezam o terço e depois contam as fofocas da vizinhança, sempre sem parar de trançar".

Importante ressaltar que a dressa extrapola o território de Bento Gonçalves, devendo ser avaliado, no mínimo, dentro da antiga colônia Dona Isabel, incluindo os municípios de Pinto Bandeira, Monte Belo do Sul e Linha Jansen, no município de Farroupilha, uma vez que diversos grupos que se apresentam em Bento Gonçalves são provenientes dessas comunidades. Também é muito forte no município de

Contato(s) no Município:

Sandro Giordani (Ponto de Cultura Vale dos Vinhedos), Angela Maria De Toni Bissolotti, Jaqueline Inês De Toni Bissolotti e Lourdes Trivelin De Toni (artesãs Mãos de palha). Maria Vonz Zardo (artesã - Associação de Artesãos Caminhos de Pedra). Artesãos do Ponto de Cultura: Kleber Ghiggi, Elisabete Lago, Odacir e Iliane Giordani, Velcy Milani, Terezinha Trentinaglia.

Pesquisas realizadas na área e Referências Bibliográficas:

TEDESCO, Cristine. **"O trigo é meu cristal"**: memórias do artesanato em dressa na Região de Colonização Italiana do Rio Grande do Sul. Bento Gonçalves: Comitê de Cultura RS, 2025.

BATTISTEL, Arlindo Itacir. COSTA, Roviglio. **Assim vivem os italianos** – religião, música, trabalho e lazer. Porto Alegre: Escola superior de Teologia São Lourenço de Brindes e Editora da Universidade de Caxias, 1983, p. 823 e 824.

BATTISTEL, Arlindo Itacir. **Retratos da colônia**: Trigo Capítulo IV – trança. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=HOZf5o2FTCE

BATTISTEL, Arlindo Itacir. **Retratos da colônia**: Trigo Capítulo V – Sporte. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=PqIUyWJpOvs

PRUDENCIO, Ana Valquíria. **O tecer das mãos**: produção artesanal, design e sustentabilidade na Serra Gaúcha. Dissertação apresentada no Curso de Pós Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari. Lageado: UNIVATES, 2012. Disponível em:

Responsável pelo inventário: Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

Data: 22/02/2025; 28/10/2025

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)

Porto Alegre, de de

Observações:

Analisado por: ID:

Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Fotografias:




Palhas de trigo sendo molhadas para a produção da trança/ dressa, na Fenavinho.




Produção da trança e montagem de uma "*sporta*" (bolsa). Produtos como chapéus e "*sporte*" a venda. Sagra Trevisana.







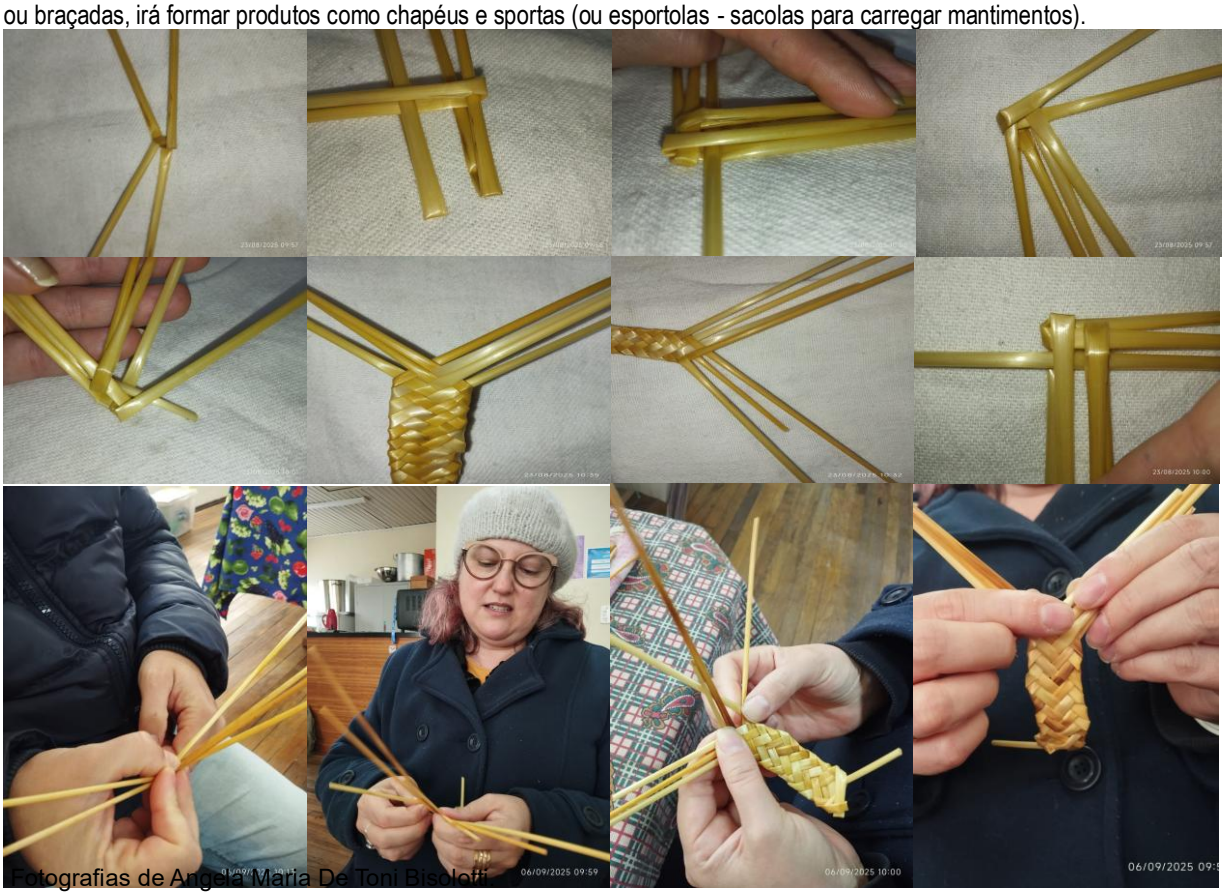

Material e modo de fazer:

O trigo é uma cultura altamente sustentável que não gera resíduos nem possui transgênicos. Além de a semente poder ser consumida, o que sobra do processo (incluindo resíduos de palha) volta para a lavoura, tornando-se adubo. Suas raízes grandes ("*esbarro*") se decompõem, servindo tanto como adubo quanto como canais para a irrigação na terra. O plantio do trigo é realizado no dia de Corpus Christi, sendo uma variedade não modificada, trazida da Itália pelos imigrantes. A palha deve ser colhida em um horário quente e guardada bem seca, pois é considerada "viva", onde o mofo mancha e prejudica a sua resistência. O ponto de colheita é geralmente empírico, baseado na observação, e não fixo por um número de dias após o plantio. Segundo Angela Maria De Toni Bisolotti: "O trigo que nós utilizamos é o trigo "muco", que não tem "bigodes", e ele é um trigo mais alto. [...] Então esse trigo que a gente planta ele é um trigo farto em palha. Ele tem a mesma quantidade de sementes, de bagas dos outros trigos, mas ele é alto em palha. [...] E tem o cuidado com a semente, porque, a gente não pode comer toda a semente. Então, nós separamos uma parte do trigo, da parte que a gente considera que deu mais bonito, que ficou mais de acordo com o que a gente espera, e não só por uma questão de palha, porque a palha tem incidência de umidade, de chuva, de sol, mas por uma questão de semente, pra manter a saúde da semente. Então, a gente separa essa semente quando vai bater o trigo... separa essa semente e guarda pra plantar ela no ano seguinte. E o que sobra, o que é excedente, nós comemos. Tem um moinho em Pinto Bandeira que mói trigo, então nós levamos no moinho". Da semente é produzida a farinha de trigo, da qual se produzem pães, massas, bolos, biscoitos e outros produtos típicos da culinária de imigração italiana.

As palhas são guardadas secas, evitando o mofo, mas são umedecidas com água morna para o artesanato, para não quebrarem no trançado. A palha é descrita como "*imparmalosa*", significando que é delicada, comparada à planta "dorme-dorme" que se fecha ao toque. É tratada como o "feminino do trigo" ("a palha") e, embora exija cuidado, também é maleável, resiliente e suporta muita força, demonstrando generosidade. A palha apresenta colorações naturais que não são tingidas, as quais dependem de fatores como a acidez do solo, o plantio e a forma como foi seca.

O fator que mais interfere na qualidade e na estética é a espessura da palha. Palhas de espessura semelhante são classificadas no mesmo "naipe". O comprimento da palha é menos importante para a classificação. Embora palhas mais longas requeiram menos emendas, a espessura é o que garante que a palha fique reta e parelha. A classificação não é feita pela tonalidade, a menos que as cores (como palhas mais verdes ou vermelhas) sejam intencionais. As diferentes tonalidades são valorosas, pois criam um jogo de cores atrativo que embeleza a dressa.

Para fazer a trança, inicia-se o processo fazendo um "V" dobrando a palha "não exatamente no meio". Uma segunda palha, também dobrada meio de lado, é enlaçada sobre a primeira, e também assim, uma terceira. Uma quarta palha é encaixada para formar a trança de sete, ficando quatro de um lado e três de outro. A quarta é dobrada pelo lado de fora, por baixo da vizinha, e trançada para cima, deixando o outro lado com quatro, cuja primeira de fora é trançada por baixo e para cima e assim por diante. Em seguida já é necessário emendar uma nova palha, para ocupar o espaço daquela que já fica curta. Ao contrário do censo comum, uma palha não é encaixada na outra tipo macho e fêmea, pois esse encaixe não aguentaria a tração necessária para a continuidade da trança. Invés disso, a palha é passada por baixo da primeira e por cima das outras, alinhada com uma palha do outro lado, a qual é laçada pela próxima de fora e passa a substituir a que está curta, que é dobrada para o lado de trás. E segue a trança, até que outra emenda seja necessária e assim por diante, formando a dressa em tira comprida que, contada em metros ou braçadas, irá formar produtos como chapéus e sportas (ou esportolas - sacolas para carregar mantimentos).



Fotografias de Angela Maria De Toni Bisolotti

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 02 **BENS IMATERIAIS**

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº 43-PRS/22-0002-00008

Localidade: Distrito Vale dos Vinhedos

Denominação: Artesanato em Vime

Tipo:		Celebração		Lugar		Forma de Expressão	X	Modo de Fazer
Condição atual:	X	Vigente	X	Risco de desaparecimento				Memória

Ocorrência: Período: Local: Artesanato do Vale, Ponto de Cultura Vale dos Vinhedos

Comunidade / Grupos / Indivíduo(s): Artesanato do Vale – Antônio Bragagnolo; Hilário Zeni; Jorge Aresi envolvidos: artesãos, Ponto de Cultura e Memória Vale dos Vinhedos

Descrição:

O artesanato em vime era utilizado para a confecção da maioria dos artefatos domésticos necessários ao trabalho colonial, como cestas, balaios, empalhamento de garrafões de vinho, instrumentos para a colheita da uva (funis conhecidos como "*bigonel*" ou "*empiria*"), berços para crianças, entre outros. Atualmente é utilizado, além da cestaria, em mobiliários diversos.

O vime brasileiro, classificado como *Salix viminalis* é cultivado no Brasil desde o século XIX, introduzido por imigrantes europeus. É cultivado em locais úmidos ou alagados e suas ramificações longas e sem folhas, caem uma vez por ano. Sua poda é realizada no final do inverno, quando também é utilizado para amarrar as parreiras (Prudencio, 2012). Após a poda também são plantados, cuja colheita ocorre após 2 anos. Após umedecidas, as vimes são trançadas tipicamente no período entre outubro e dezembro (entre a poda e a safra da uva).

Em Bento Gonçalves, o artesanato em vime é realizado em projetos de resgate cultural no Ponto de Cultura Vale dos Vinhedos, bem como na loja Artesanatos do Vale, no mesmo distrito. Antônio Bragagnolo aprendeu o ofício da cestaria com o seu pai e seus irmãos, por volta dos 12 ou 13 anos de idade. Naquela época, o aprendizado ocorria de forma prática e coletiva, pois a família precisava produzir uma grande quantidade de cestas (cerca de 200 por ano) para a colheita da uva, já que ainda não existiam as caixas plásticas. O processo de aprendizagem e produção envolvia uma divisão de tarefas entre os cinco ou seis irmãos: Enquanto um fazia o fundo da cesta, outro trabalhava ao redor e um terceiro fazia o cabo. Com o tempo, Antônio acabou aprendendo a realizar o trabalho completo, do início ao fim.

Ele descreve que a família costumava se reunir para trabalhar, sentando-se embaixo de uma árvore para produzir as peças. Embora seu pai dominasse técnicas mais complexas, como a confecção de cestinhos específicos para colher uva que eram usados no pescoço, Antônio e seus irmãos focavam na produção das cestas tradicionais. Após se aposentar, ele retomou essa atividade que havia aprendido na juventude, inicialmente para ajudar a esposa e para manter a tradição familiar viva.

Atualmente, Antônio dedica-se à produção de diversos tipos de artesanato em vime, dos quais destacam-se: Cestas variadas e de piquenique, berços, objetos para a vindima como funis para a colheita da uva, também ressignificados como luminárias, empalhamento de garrafões, entre outros. Embora ele considere essa atividade como um passatempo ou hobby para se manter ativo após a aposentadoria, seu trabalho é fundamental para a preservação desses saberes na comunidade. Ele ressalta que o trabalho exige esforço físico e é repetitivo, o que tem levado à diminuição de pessoas interessadas em aprender o ofício.

Contato(s) no Município:

Sandro Giordani (Ponto de Cultura Vale dos Vinhedos), Antônio Bragagnolo – Artesanato do Vale, Odacir Giordani. Hilário Zeni. Jorge Aresi (Artesão e Artista plástico)

Pesquisas realizadas na área e Referências Bibliográficas:

BATTISTEL, Arlindo Itacir. COSTA, Roviglio. Assim vivem os italianos – religião, música, trabalho e lazer. Porto Alegre: Escola superior de Teologia São Lourenço de Brindes e Editora da Universidade de Caxias, 1983, p. 814.

MELO, Ilaine. Mãos no Vime. Documentário média-metragem, Projeto selecionado pelo Prêmio Elisabete Anderle de Apoio à Cultura Patrimônio e Paisagem Cultural – Edição 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=NZpCDhMTfuY Acesso em 26 02 2026.

PRUDENCIO, Ana Valquíria. O tecer das mãos: produção artesanal, design e sustentabilidade na Serra Gaúcha. Dissertação apresentada no Curso de Pós Graduação em Ambiente e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Taquari. Lageado: UNIVATES, 2012. Disponível em: https://www.univates.br/bduserver/api/core/bitstreams/a98e3806-3e9d-4076-a579-34a7ebf297f5/content

VALE AGRÍCOLA. Aos 73 Anos, Ele Transforma Vime em Arte — Uma Tradição Que Não Pode Acabar! Casca: Vale Agrícola, 2025. Disponível em:

Responsável pelo inventário: Arq. Urb. Cristiane Bertoco, Mus. His. Deise Formolo

Data: 18/07/2024; 26/02/2026

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)

Porto Alegre, de de

Observações:

Analisado por: ID:

Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.




Antônio Bragagnolo com a cesta clara (vime descascada) e a cesta escura (mais tradicional, preservando a casca da vime).






Cestaria, berço e objetos diversos feitos em vime, no Artesanato do Vale.




Oficina de empalhamento de garrafão, no Ponto de Cultura e Memória Vale dos Vinhedos. Fotos: Sandro Giordani.

Iconografia histórica – colheita da uva com cestas de vime (Museu do Imigrante)





Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

IPHAE

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 02 **BENS IMATERIAIS**

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº 43-PRS/22-0002-00009

Localidade: Distritos Faria Lemos, Vale dos Vinhedos, São Pedro, Tuiuty

Denominação: Modos de fazer da culinária colonial italiana

Tipo:		Celebração		Lugar		Forma de Expressão	x	Modo de Fazer
Condição atual:	x	Vigente		Risco de desaparecimento			Memória

Ocorrência: Período: ano inteiro Local: Toda a zona rural do município, empreendimentos turísticos

Comunidade / Grupos / Indivíduo(s): Associações Caminhos de Faria Lemos, Caminhos de Pedra, Encantos da Eulália, Vale do Rio das Antas, Circolo Trentino. envolvidos: agricultores familiares, cozinheiros, restaurantes familiares

Descrição:

A culinária colonial italiana de Bento Gonçalves tem origem na alimentação camponesa do norte da Itália, em especial da região do Vêneto e Trentino. Cabe destacar, conforme Giordani (2020), que a comida típica ou "emblemática" nem sempre corresponde à alimentação do dia a dia, mas à forma com que as pessoas querem ser vistas e reconhecidas, como um elemento de pertencimento, com significado simbólico e identitário. Aos imigrantes chegarem ao Brasil, encontraram uma realidade em que foram necessárias adaptações na alimentação, incorporando elementos da cultura, da flora e da fauna local, tornando-se a "comida da colônia italiana no Rio Grande do Sul" (Giordani, 2020, p. 121).

A base da alimentação do camponês na Itália, e muitas vezes o único alimento disponível, era a polenta, feita apenas com farinha de milho e água, algumas vezes acompanhada de soro, requeijão, sementes e verduras disponíveis na época (Battistel, 2016). Ao chegar ao Brasil, o pinhão e a caça (em especial de passarinhos – substituídos posteriormente por galeto, pombos e codornas de criação) se tornaram os principais alimentos, acompanhados da polenta a base do milho (moída em pilão e, posteriormente em moinhos de pedra hidráulicos). Com o tempo, foi possível a aquisição de galinhas, porcos e alguma vaca leiteira. O consumo de carne era limitado, sendo os grãos a principal fonte de alimentação, assim como o salame e o queijo. A partir do momento em que a terra dava retorno das colheitas, o complemento da alimentação com frutas e legumes era sazonal.

Segundo Boni e Costa (2011, p. 161 a 169) as refeições eram elaboradas de acordo com as necessidades de trabalho com a terra. O dia começava ao nascer do sol, indo diretamente ao trabalho, sendo a primeira refeição servida próximo às nove horas. A *colación* era composta de polenta grelhada (feita no dia anterior), salame, queijo, ovos, vinho e, eventualmente, café com leite. Ao meio dia, a refeição era formada por sopa de feijão, reforçada com massas feitas a mão. À tarde, o *merendin* tinha frutas, pão, salame, ou queijo, pão, mel. A janta era a principal refeição do dia, quando se preparava a polenta no tacho, em grande quantidade, para sobrar para o dia seguinte. Era servida, quando havia, com carnes em molho ou salame e queijo frito, *fortaia* (fritada, omelete), *radici* cozido com toucinho (*pissacan col lardo*). As carnes (de galinha e porco) compunham as refeições apenas aos finais de semana e o churrasco de gado, posteriormente, apenas em datas especiais. Como doces, eram elaborados os biscoitos, doces de frutas (em conserva, as "marmeladas" ou "*chimias*"), o sagu de vinho com creme. Nas sagras (festas de capela) eram servidos pratos mais elaborados, como sopa de capeletti ao brodo de galinha, carne lessa, queijo ralado, *crem* (raiz forte), *pien* (recheio feito com carne moída e pão adormecido), salada de batatas, risotto, radicci. Destacam-se ainda pratos de origem trentina como o canederli (bolinhas de pão adormecido com salame e queijo, cozidas no caldo de galinha), o strangolaprete (bolinhos de espinafre com pão adormecido) e a torta tirolesa, entre outros.

Contato(s) no Município:

Virgínia Tomasi e Nei Tomasi– Addolorata Culinária Italiana (Tuiuty) , Fernanda Tomasi (historiadora -Tuiuty), Ademir Gugel (colecionador, São Roque), Daniel Luis Rasador (cozinheiro e colecionador, São Roque), Sandro Giordani (Circolo trentino – Ponto de Cultura Vale dos Vinhedos), Alexandra Garbin – Recanto Flores e Sabores (Eulália – estrada Vale Aurora), Sítio Zucchi (Eulália).

Pesquisas realizadas na área e Referências Bibliográficas:

BATTISTEL, Arlindo Itacir. Polenta e liberdade. Porto Alegre: EST Edições, 2016.

DE BONI, Luis Alberto; COSTA, Rovíglio. Os Italianos no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST Edições, 2011.

FATTO COM LA NONNA: A herança culinária trazida pelos imigrantes italianos. Organização de Virgínia Tomasi, Lenise Miorando e Fernanda Tomasi. Bento Gonçalves: FAC-RS,

GIORDANI, Luiza. A alimentação como mecanismo de construção da identidade: o caso dos imigrantes italianos no RS. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social. Porto Alegre, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

NARDIN, Caroline Rigo. Gostos, aromas e sabores: memórias e turismo gastronômico em Bento Gonçalves. Dissertação de Mestrado profissional em História. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 2015.

RIBEIRO, Cleodes Maria Piazza Julio. POSENATO, José Clemente. A cozinha colonial do Rio das Antas. Caxias do Sul, Educs, 2009.

Responsável pelo inventário: Arq. Urb. Cristiane Bertoco, Mus. His. Deise Formolo

Data: 09/08/2024

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)

Porto Alegre, de de

Observações:

Analisado por: ID:

Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Fotografias:





Oficina de Strangolapreti (bolinho de espinafre com farinha) no Ponto de Cultura Vale dos Vinhedos. Fotos: Sandro Giordani





Oficina de Canederli (bolinho de pão, queijo e salame para sopa) no Ponto de Cultura Vale dos Vinhedos. Fotos: Sandro Giordani




Oficina de polenta com molho, Ponto de Cultura Vale dos Vinhedos. Fotos: Sandro Giordani.




Oficina de Pien (recheio). Ponto de Cultura Vale dos Vinhedos. Fotos: Sandro Giordani.

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

IPHAE

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 02 **BENS IMATERIAIS**

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº 43-PRS/22-0002-00010

Localidade: Zona rural: Comunidade Addolorata – Distrito de Tuiuty, Linha Eulália, Distrito Faria Lemos, Distrito de São Pedro, Vale dos Vinhedos

Denominação: Vindima e Pisa da uva

Tipo:	X	Celebração		Lugar	X	Forma de Expressão	X	Modo de Fazer
Condição atual:	x	Vigente		Risco de desaparecimento			x	Memória

Ocorrência: anual Período: Janeiro a março Local: Cantinas familiares da zona rural

Comunidade / Grupos / Indivíduo(s): Famílias Tomasi, Strapazzon, Cainelli, Zucchi, Garbin, Cristófoli, Enderle, Carraro, envolvidos: agricultores familiares, artistas, grupos de canto coral/cantoria e turistas

Descrição:

A pisa é o modo mais antigo de maceração da uva para a vinificação, remonta a iconografias do antigo Egito e dos Romanos, realizada em lagares, sendo ainda utilizada raramente, para elaboração de vinhos especiais, por ser mais suave, não quebrar a semente e aumentar o tempo de fermentação, deixando o vinho mais "macio" (Lacoste, 2011). Também é associada a festivais de vindima voltados ao turista, que expressam a cultura e a identidade de um povo vinhateiro (Marujo, 2017).

A vindima em Bento Gonçalves é comemorada desde 1959, quando oficializou-se o Dia da Vindima, celebrado em 1º de março. Posteriormente, a Festa Nacional do Vinho ocupou o seu lugar, entretanto hoje é realizada no inverno. Já o Bento em Vindima é realizado pela Prefeitura desde 2009, integrando eventos religiosos, cívicos, eventos urbanos e rurais (Gabardo e Valduga, 2017).

O modo de fazer trazido do norte da Itália pelos imigrantes no final do século XIX, ocorreu até as primeiras décadas do Século XX, quando foi substituído pelas máquinas que moíam a uva nas vinícolas, com mais rapidez e menos mão de obra. Pela polêmica da higiene e pela pesada e cansativa mão de obra , o método foi abandonado na região (era necessário pisar a uva por mais de 8 horas em grandes grupos, frequentemente utilizando mão de obra infantil, supostamente pelo menor peso).

Com o turismo cultural, agricultores familiares resgataram esse costume de forma celebrativa e performática, em um modelo de visitação que engloba a narrativa da memória familiar e do modo de fazer do vinho, visitas às casas antigas e aos vinhedos em latada, colheita e degustação da uva, pisa da uva e lanche colonial (denominado merendin ou colación), acompanhados de música em acordeom e cantoria. Mais do que apenas a pisa da uva, a atividade envolve a representação da identidade cultural do viticultor e a interação deste com o visitante, reafirmando tradições musicais e culinárias e dando sustentabilidade a um modo de vida rural (Bertoco, 2024).

Seguindo exemplos internacionais, o método poderia ser resgatado para a elaboração de vinhos em momentos de celebração,

Contato(s) no Município:
Sandro Giordani, Agostinho Petroli, Nei Tomasi, Vilso Strapazzon, Raimundo Zucchi, Roberto Cainelli

Pesquisas realizadas na área e Referências Bibliográficas:

BATTISTEL, Arlindo. 01 Retratos da Colônia - Uva e Vinho. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=INVB5LE7UCs&t=754s

BERTOCO, Cristiane. Pisa da uva e vindima: identidade, patrimônio e performance nas narrativas turísticas da colonização italiana. Trabalho de Conclusão de Curso de especialização em Antropologia Cultural. Curitiba: Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2024.

GABARDO, Wagner Otávio. VALDUGA, Vander. Colher e pisar uva: encenação da tradição para o enoturismo. O caso da Festa da Vindima 2017 da Vinícola Araucária/ Paraná/ Brasil. X Congresso brasileiro de turismo rural: Análise crítica e tendências do turismo rural no Brasil: Anais, p. 67 a 76. Porto Alegre: Pacartes, 2017.

LACOSTE, Pablo et al. Pisada de la uva y lagar tradicional em Chile y Argentina (1550-1850). Atenea, 503, p. 39-81, 1ª sem. 2011.

MARUJO, Neemi. Da paisagem vinícola para a festa: turistas e anfitriões na festa do vinho da madeira. Revista Turydes

Responsável pelo inventário: Cristiane Bertoco, Mus. His. Deise Formolo

Data: 09/08/2024, 15/01/2026

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)
Porto Alegre, de de
Observações:
Analisado por: ID:
Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.



Fotografias:



Pisa da uva na vindima no centro da cidade e a famosa foto do pé.



Fotografias:




Caminhada em direção aos vinhedos, pisa da uva, Cantina Strapazzon.




Merendin acompanhado de cantoria, na Cantina Strapazzon.




Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

IPHAE

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 02 **BENS IMATERIAIS**

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº 43-PRS/22-0002-00011

Localidade: Distritos de Faria Lemos, Tuiuty, Vale dos Vinhedos

Denominação: Jogo da Mora

Tipo:		Celebração		Lugar	X	Forma de Expressão		Modo de Fazer
Condição atual:	X	Vigente	X	Risco de desaparecimento				Memória

Ocorrência: Período: Local:

Comunidade / Grupos / Indivíduo(s): Circolo Trentino de Bento Gonçalves, Ponto de Cultura Vale dos Vinhedos; Ponto de Cultura Associação Vale do Rio da Antas, Escola Angelo Salton (Tuiuty), Associação Caminhos de Faria Lemos. envolvidos: agricultores familiares, pesquisadores, jogadores

Descrição:

Jogo muito antigo, cujas primeiras gravuras remetem às pirâmides do Egito, se popularizou nas prisões da Itália. Os imigrantes italianos trouxeram para as regiões de colonização italiana do Brasil, tendo na região a predominância para a origem vêneta, lombarda e trentina/ tirolesa.

Jogo bom para raciocínio lógico e rápido, o objetivo é em cada jogada atingir a soma dos pontos através da voz. Joga-se com o mínimo de 2 jogadores ou em duplas, dispostos em lados opostos de uma mesa. No início do jogo se decide a pontuação: 15, 20 ou 25 pontos. O jogo consiste em estender o braço e botar quantos dedos você quer e adivinhar a soma com o adversário. Se acertar grita "Mora", para pontuar. Ao lado dos jogadores estará o juiz que avalia a pontuação.

A numeração é pronunciada em Talian, cuja pontuação gritada vai do dois ao dez. Na região, a mão fechada não corresponde ao zero, mas a um ponto. Tem que gritar numero maior do que você botar, pois conta a soma das mãos de ambos os jogadores. O jogo se da de forma muito rápida e os jogadores costumam bater na mesa e ficar nervosos ao gritarem os números em Talian, dando a impressão que não da para entender o que estão fazendo.

Tradicionalmente era jogado nas bodegas das Capelas rurais ou em campeonatos, porém atualmente é mais comum em festividades relacionadas à etnia italiana, como a Vindima. Em Bento Gonçalves, a maioria dos jogadores tradicionais são idosos, motivo pelo qual se dá o risco de desaparecimento. Nos distritos de Tuiuty e Vale dos Vinhedos, ocorrem oficinas em escolas, com o objetivo de perpetuar a tradição do jogo. Em Faria Lemos, o jogo é representado na Sagra Trevisana.

Contato(s) no Município:

Pesquisadores: Sandro Giordani, Fernanda Tomasi.

Jogadores: Adelino Tomasi, Bruno Munari, Olisses Debiasi, Avelino Ficagna, Valdecir Bellé.

Pesquisas realizadas na área e Referências Bibliográficas:

ASSOCIAÇÃO Caminhos de Faria Lemos. Mora. Bento Gonçalves: 10ª Sagra Trevisana Di Faria Lemos. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=3_0l6v7R1h0

BENTO pura inspiração. O jogo da Mora. Bento Gonçalves, 2013. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/?v=665110386856319

CIRCOLO Trentino de Bento Gonçalves. GIORDANI, Sandro. Oficina virtual jogo da Mora. Bento Gonçalves: Ponto de Cultura Vale dos Vinhedos, julho de 2020. Disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?ref=watch_permalink&v=3499521313405058

CIRCOLO Trentino de Bento Gonçalves. GIORDANI, Sandro. Jogo da Mora - Participação na Teia RS 2021. Bento Gonçalves: Ponto de Cultura Vale dos Vinhedos, abril de 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=zxqpMQMpOyY

TOMASI, Fernanda. Projeto Janelas do Tempo: oficinas de mora, bisca, escova, trisete e quatrilho. Bento Gonçalves: Projeto financiado pela Lei Rouanet na Escola Ângelo Salton do distrito de Tuiuty, 2024.

SOARES, Doralécio. Jogo da mora: "Alla Mora". Florianópolis: Comissão catarinente de folclore; Biblioteca da Cultura Popular Catarinense, Caderno 1, 1986.

Responsável pelo inventário: Arq. Urb. Cristiane Bertoco; Mus. His. Deise Formolo

Data: 03/09/2024, 15/01/2026

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)

Porto Alegre, de de

Observações:

Analisado por: ID:

Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Fotografias:




Jogo da Mora na Sagra Trevisana de Faria Lemos. Fotos: Cristiane Bertoco.




Oficina do Jogo da Mora no Ponto de Cultura Vale dos Vinhedos. Fotos: Sandro Giordani.




Jogo da Mora na abertura da Vindima. Fotos: Jeferson Soldi




Jogo da Mora na abertura da Vindima. Fotos: Jeferson Soldi

Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Secretaria da Cultura

IPHAE

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DO ESTADO

SISTEMA DE RASTREAMENTO CULTURAL

M 02 **BENS IMATERIAIS**

Município: Bento Gonçalves

Ficha Nº 43-PRS/22-0002-00012

Localidade: Distritos Faria Lemos, Vale dos Vinhedos, Tuiuty e São Pedro

Denominação: Cantoria italiana

Tipo:		Celebração		Lugar	X	Forma de Expressão		Modo de Fazer
Condição atual:	X	Vigente	X	Risco de desaparecimento				Memória

Ocorrência: Período: ano inteiro Local: Centro Cultural Tuiuty, Igreja São Valentim, N. Sra Rosário

Comunidade / Grupos / Indivíduo(s): Coral Trevisani nel Mondo de Faria Lemos, Coral Canzoni Belle de São Valentim, Coral Caminhos de Pedra e Família Cantelli, de São Pedro, Famiglia Trentina di Santo Antão, "Os Nani" de Farroupilha. envolvidos: agricultores familiares, artistas de canto coral

Descrição:

A cantoria, um tipo de canto coral de origem imigrantista italiana, preserva e reproduz canções tradicionais de origem camponesa do norte da península itálica, trazida ao Brasil com os colonizadores a partir de 1875. São canções de trabalho que acompanhavam os agricultores na roça, nas colheitas, nas pisas das uvas, nas celebrações religiosas e nos momentos de lazer. Era tradicional em festas comunitárias ou de família as pessoas cantarem a capela ou acompanhadas de acordeon, em conjunto, de forma espontânea, canções de origem camponesa ou relacionadas à imigração, tais como a "Bella Polenta", "Dall'Italia noi siamo partiti", "Bella Violeta", "La Campagnola", "Bella Ciao", entre outras.

Formam-se grupos de canto coral com homens e mulheres, normalmente acompanhados de gaiteiro e violonista (interessante que normalmente a gaita é Todeschini ou Scala, antigamente produzidas na cidade). O figurino é formado por roupas que remetem ao passado colonial, as mulheres de vestido colorido com avental e lenço na cabeça, os homens com calças sociais e camisa com suspensórios, de chapéus de palha. Outras vezes segue o padrão uniformizado de grupo de canto coral.

Tradicionalmente os grupos performam de forma espontânea, sem orientação de regente, mas recentemente tem tido regência de Canto Coral. Cada distrito em seu roteiro cultural, possui o próprio grupo coral ou de cantoria. Em algumas cantorias, os integrantes fazem artesanato enquanto se apresentam, carregando "dressas" e "sportolas", remetendo aos filós onde se cantava.

Pode-se considerar um modo de expressão em risco, sendo a geração da maioria dos participantes, mais velhos, sendo uma atividade pouco buscada pelos mais jovens e substituída pelo canto com regência. O costume de cantar nas festas comunitárias

Contato(s) no Município:

Sandro Giordani, Geraldo Farina (Regente), Família Cantelli, Armando Salton, Roseli Pertile Possamai, José Conci.

Pesquisas realizadas na área e Referências Bibliográficas:

FARINA, Geraldo. O Vigor da Canção Popular Italiana no Rio Grande do Sul. Bento Gonçalves: Editora Geraldo Farina, 2015.

CANSIONIERO POPOLAR (Cancioneiro Popular) / organizadores Anthony Beux Tessari, Gelson Leonardo Rech. – Caxias do Sul, RS : Educs, 2021. Volume 1. Disponível em: https://www.ucs.br/educs/arquivo/ebook/cansioneiro-popolar-cancioneiro-popular-vol1/

Cansioneiro popolar [recurso eletrônico] / organizadores Anthony Beux Tessari, Gelson Leonardo Rech. – Caxias do Sul, RS : Educs, 2022. Dados eletrônicos (1 arquivo : volume 2). Disponível em: https://www.ucs.br/educs/arquivo/ebook/cansioneiro-popolar-cancioneiro-popular-vol2/

Cansioniero popolar [recurso eletrônico] : (cancioneiro popular) /organizadores Anthony Beux Tessari, Gelson Leonardo Rech. – Caxias do Sul, RS : Educs, 2023. Volume 3. Disponível em: https://www.ucs.br/educs/arquivo/ebook/cansioneiro-popolar-cancioneiro-popular-vol-3-3941/ Acesso 10 07 2024

Responsável pelo inventário: Arq. Urb. Cristiane Bertoco, Mus. His. Deise Formolo

Data: 10/07/2024; 15/01/2026

Protocolo de recebimento e validação (a ser preenchido por servidor público no ato do atendimento)

Porto Alegre, de de

Observações:

Analisado por: ID:

Validação obrigatória para o reconhecimento do Inventário pelo IPHAE/RS.

Fotografias:




Grupo de cantoria na Sagra Trevisana de Faria Lemos; Grupo “Os Nani” em evento junto ao Museu do Imigrante.




Grupo de cantoria “Trevisani nel Mondo” de Faria Lemos, na vindima do Sítio Zucchi.




Encontro de cantorias na Capela das Neves – Grupo Caminhos de Pedra; Cantoria espontânea durante a festa.




Grupos de cantoria no bodegão da Fenavinho.